

ARTURO OROPEZA GARCÍA

DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO

RECONSTRUINDO A ORDEM GLOBAL



DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO

RECONSTRUINDO A ORDEM GLOBAL

ARTURO OROPEZA GARCÍA

DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO

RECONSTRUINDO A ORDEM GLOBAL



Belo Horizonte
2020

CONSELHO EDITORIAL

| | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| Álvaro Ricardo de Souza Cruz | Jorge Bacelar Gouveia - Portugal |
| André Cordeiro Leal | Jorge M. Lasmár |
| André Lipp Pinto Basto Lupi | Jose Antonio Moreno Molina - Espanha |
| Antônio Márcio da Cunha Guimarães | José Luiz Quadros de Magalhães |
| Antônio Rodrigues de Freitas Junior | Kiwonghi Bizawu |
| Bernardo G. B. Nogueira | Leandro Eustáquio de Matos Monteiro |
| Carlos Augusto Canedo G. da Silva | Luciano Stoller de Faria |
| Carlos Bruno Ferreira da Silva | Luiz Henrique Sormani Barbugiani |
| Carlos Henrique Soares | Luiz Manoel Gomes Júnior |
| Claudia Rosane Roesler | Luiz Moreira |
| Clèmerson Merlin Clève | Márcio Luis de Oliveira |
| David França Ribeiro de Carvalho | Maria de Fátima Freire Sá |
| Dhenis Cruz Madeira | Mário Lúcio Quintão Soares |
| Dircêo Torrecillas Ramos | Martonio Mont'Alverne Barreto Lima |
| Edson Ricardo Saleme | Nelson Rosenwald |
| Eliane M. Octaviano Martins | Renato Caram |
| Emerson Garcia | Roberto Correia da Silva Gomes Caldas |
| Felipe Chiarello de Souza Pinto | Rodolfo Viana Pereira |
| Florisbal de Souza Del'Olmo | Rodrigo Almeida Magalhães |
| Frederico Barbosa Gomes | Rogério Filippetto de Oliveira |
| Gilberto Bercovici | Rubens Beçak |
| Gregório Assagra de Almeida | Sergio André Rocha |
| Gustavo Corgosinho | Sidney Guerra |
| Gustavo Silveira Siqueira | Vladmir Oliveira da Silveira |
| Jamile Bergamaschine Mata Diz | Wagner Menezes |
| Janaína Rigo Santin | William Eduardo Freire |
| Jean Carlos Fernandes | |

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2020.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Imagem de Capa: nome do autor
Revisão: Raquel Rezende

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2020

“La era que comenzó con las intrusiones occidentales en 1840 y 1850 está tocando a su fin, China está volviendo a asumir su lugar como potencia hegemónica regional, y oriente está tomando posesión de lo suyo”

“Los doscientos años de -fugaz paréntesis-occidental en la economía mundial habrán acabado”

Samuel Huntington

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------|---|
| INTRODUÇÃO | |
| <i>Arturo Oropeza García</i> | 1 |

| | |
|---|---|
| PARTE I | |
| A INEVITABILIDADE ASIÁTICA OU O TRÂNSITO GLOBAL DO ATLÂNTICO AO PACÍFICO | 7 |

| | |
|---------------------------------|---|
| CAPÍTULO 1 | |
| A INEVITABILIDADE ASIÁTICA..... | 9 |

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO 2 | |
| EURÁSIA OU A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM GLOBAL | 13 |
| Uma nova rota da seda? | 13 |
| A classe média no mundo (2015-2030)..... | 17 |
| Ásia e Ocidente, ou o debate pelo desenvolvimento | 18 |
| A luta pela nova ordem global..... | 21 |
| México e suas circunstâncias (seus valores, qualidades)..... | 23 |

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 3 | |
| PACÍFICO OU ATLÂNTICO? ASSIMILAÇÃO OU CONFRONTO?..... | 25 |
| Pacífico ou Atlântico? Um dilema | 25 |
| A Águia ou o Dragão? Um novo dilema | 38 |
| Os pontos fortes da região Ásia-Pacífico..... | 46 |
| Pacífico ou Atlântico? Assimilação ou Confronto?..... | 55 |
| Considerações Finais..... | 66 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 4 | |
| OS PAÍSES DO BRICS OU O INEVITÁVEL DEBATE ENTRE CÉTICISMO E ESPANTO..... | 69 |
| Esclarecimento obrigatório..... | 69 |
| Os BRICS no âmbito de uma economia global em construção | 72 |
| A ruptura do modelo brettoniano e o surgimento dos BRICS..... | 76 |
| O cansaço do Ocidente e o surgimento da China..... | 78 |
| O relevante papel da China no grupo BRICS | 84 |
| Adeus neoliberalismo? Bem-vindo socialismo de mercado?..... | 88 |
| O mundo segundo Goldman Sachs..... | 103 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 5 | |
| A ÍNDIA E SEU ENCONTRO COM O DESTINO | 115 |
| A Índia e o século XXI..... | 115 |
| Índia, a <i>indecifrável</i> | 117 |
| A Índia e seus argumentos..... | 118 |
| Casta e pobreza: um nó górdio..... | 123 |
| Índia-China, ou o retorno dos gigantes | 128 |
| Sua história econômica ou a relatoria de dois gigantes | 132 |
| Índia e seu encontro com o destino | 137 |
| Considerações Finais..... | 147 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 6 | |
| ANCESTRALIDADE E DIREITO NA ÍNDIA | 149 |
| Dialogando com os Vedas (XVI a.C. a XVI d.C.) | 149 |
| Akbar e a tolerância (XVI d.C. a XVIII d.C.)..... | 157 |
| O domínio inglês ou a racionalidade (XVII d.C. a XX d.C.) | 159 |
| A Índia e seu ecletismo (de 1947 aos dias atuais)..... | 163 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 7 | |
| A RÚSSIA NO SÉCULO XXI: DECLÍNIO OU RESSURGIMENTO?..... | 169 |
| Um panorama geral | 169 |
| Rússia: um problema de identidade..... | 170 |
| Século XX. Uma liderança compartilhada..... | 176 |
| Declínio ou ressurgimento?..... | 180 |
| Rússia e seus ativos geoeconômicos..... | 184 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 8 | |
| RÚSSIA E OS DESAFIOS DA LEGALIDADE..... | 189 |

| | |
|---|------------|
| PARTE II | |
| CHINA OU DECIFRANDO O DRAGÃO | 201 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 9 | |
| CHINA E SEU MODELO DE DESENVOLVIMENTO. | |
| <i>O EXPERIMENTO DE DENG XIAOPING</i> | 203 |
| Introdução | 203 |
| A estabilidade política como um elemento fundamental do modelo chinês. | 205 |
| O desenvolvimento econômico como uma prioridade do Estado | 210 |
| Deng Xiaoping e seu pensamento econômico | 211 |
| Linhas gerais do modelo econômico | 215 |
| Instrumentação de uma política de abertura seletiva | 217 |
| Criação de zonas econômicas especiais..... | 219 |
| O longo prazo como elemento estratégico..... | 226 |
| O Estado empreendedor como alavanca do êxito econômico | 228 |
| A Política industrial, prioridade de Estado | 230 |
| A Pesquisa e o desenvolvimento, também uma política de Estado | 235 |
| Resultados do modelo de desenvolvimento | 237 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 10 | |
| O SISTEMA JURÍDICO NA CHINA. UMA APOSTA ENTRE | |
| O PRAGMATISMO E O ESTADO DE DIREITO..... | |
| Introdução | 243 |
| Revolução e direito (1949-1978)..... | 245 |
| Abertura e direito (1978-2010) | 247 |
| Linhas gerais do desenvolvimento do direito econômico | 254 |

PARTE III
AMÉRICA DO NORTE EM SEU LABIRINTO..... 259

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 11 | |
| AMÉRICA DO NORTE E O FIM DAS CERTEZAS | |
| Da supressão das certezas..... | 261 |
| Crise temporal ou crise estrutural?..... | 264 |
| Estados Unidos ou hegemonia ultrapassada..... | 270 |
| China-Estados Unidos, ou a dança dos elefantes..... | 280 |
| Estados Unidos, Canadá e México: três atores em busca de um autor..... | 289 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 12 | |
| NAFTA E O LESTE ASIÁTICO | |
| Crônica de uma competição anunciada..... | 297 |

| | |
|---------------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA | 309 |
|---------------------------|-----|

INTRODUÇÃO

I

Em 1916, depois de mais de 10 milhões de mortos e outras atrocidades da Primeira Guerra Mundial, almejava-se, entre outros objetivos, as novas definições hegemônicas do século XX. Foi iniciado um modo beligerante de solução que só teria fim em 1945, quase na metade do século, com o triunfo militar, econômico e político dos Estados Unidos da América. Em 1815, ante a contundente vitória da Grã-Bretanha sobre a França, juntamente com o impulso de uma nova forma de geração de riquezas que foi a Revolução Industrial iniciada em 1750, entre outros fatores, os ingleses foram levados à liderança do século XIX.

Na segunda década do século XXI, já ultrapassada a fatídica linha dos três primeiros quinquênios dos dois séculos anteriores, uma sociedade global mais comunicativa e ativa observa preocupada o processo de construção de uma nova ordem global em que se debate a ratificação do conhecido, através de uma reiterada liderança ocidental encabeçada pelos Estados Unidos e a irrupção de algo novo, por meio do posicionamento econômico da atual realidade asiática, consubstanciada nas últimas quatro décadas pelo fortalecimento econômico, político e militar da China.

Seguramente, são muitas circunstâncias e múltiplos vetores que mediam a evolução da preeminência geopolítica nesses últimos séculos.

Como um exemplo do que fora dito anteriormente, a ordem global do século XIX foi debatida diante de um conglomerado social desinformado e desarticulado, que contabilizava um bilhão de seres humanos apenas após dez mil anos de história moderna. A sociedade do século XX, que já superava os dois bilhões de pessoas, embora contasse com o telégrafo e o telefone,

bem como com uma comunicação marítima e terrestre mais ampla em seu novo ambiente de comunicação tecnológica, de nenhum modo se compara com a população *superinformada* do século XXI, que agora soma mais de 7,6 bilhões de pessoas.

Ocidente *versus* Oriente, pela hegemonia mundial, foi uma constante na luta pela liderança econômica e política dos últimos 500 anos, em que, depois da revolução pré-industrial (século XV, Era das grandes navegações) e com ela as novas potências marítimas, as lideranças asiáticas que haviam prevalecido nos últimos 1.500 anos foram substituídas. Desde os primeiros descobrimentos de 1492 (Cristóvão Colombo), 1498 (Vasco da Gama) etc., o Ocidente, através das novas hegemonias marítimas como a espanhola, portuguesa, holandesa, inglesa, francesa etc., pouco a pouco foram substituindo, economicamente, politicamente e territorialmente as potências asiáticas que dominaram o mundo antigo, principalmente, a Índia e a China.

A partir da segunda metade do segundo milênio, o “ocidental” tornou-se uma constante no mundo econômico e político da sua época. Do mesmo modo, valendo-se de seu movimento renascentista e seu período iluminista, a cultura ocidental foi recriando uma cosmogonia que desde o século V d.C. se encontrava inacabada, em razão da queda do Império Romano do Ocidente. Posteriormente, com surgimento da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, esse domínio ocidental do segundo milênio se consolidou, tanto pelo rígido controle econômico da época (80% do PIB mundial, FERGUSON, 2014), como por uma interpretação de mundo e de vida que, como civilização, deu origem e destinou um período de aproximadamente cinco séculos até o mundo global contemporâneo.

Notavelmente, essa contenda pela liderança global, em sua última versão no século XX, se diferenciou das versões anteriores pelo que agregou após o período do pós-guerra: a criação de novas instituições de caráter global como o Banco Mundial (1944), o Fundo Monetário Internacional (1945), o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (1947) e a Organização das Nações Unidas (1945), as quais, em conjunto, geraram uma estrutura de solução global de diferentes conflitos surgidos dentro de uma comunidade cada vez mais inter-relacionada em todos seus aspectos; e que logrou o êxito de reduzir de maneira contundente a antiga forma de *solução* armada e violenta dos conflitos.

À institucionalização anteriormente citada se somam uma infinita gama de novas formas de convivência e comunicação, que fazem o termo *sociedade global* se despir de seu subjetivo conceito acadêmico, introduzindo-o em uma série de inumeráveis intercâmbios econômicos, de comunicação, comércio, turismo etc., entre, praticamente, 200 nações do mundo. Desta-

cam-se dentre essas novas formas de relações comerciais dos países o comércio mundial de produtos agrícolas e bens industrializados, que representam, em conjunto, 28% da economia mundial. Assim mesmo, as novas formas de comunicação tecnológica possibilitam que a sociedade moderna de hoje possa se comunicar a qualquer momento e em qualquer lugar, 24 horas por dia. Os fluxos de transações financeiras que cruzam os países diariamente evidenciam a existência de uma população global que se comunica, que faz negócios em um mundo cada vez menor.

Derivada do exposto, da profunda interrelação da sociedade atual, a luta pela liderança deste século torna-se sem precedentes. Novas relações, novas tecnologias e intrincados *crossovers* econômicos não permitem mais a repetição automática das lideranças historicamente consolidadas.

II

A Era das hegemonias únicas terminou desde os anos noventa do século passado, justamente quando se fala da perpetuação do líder da razão ocidental. Apenas 29 anos após o final da história, uma narrativa que começa exige uma nova modalidade de direção global. Cerca de 10 bilhões de pessoas em 2050, quase quatro vezes mais do que 150 anos atrás, das quais cerca de 85% corresponderão a países não desenvolvidos, viverão na pobreza; reivindicarão com uma só voz, através dos novos meios à sua disposição, um teto decente e roupas e alimentos suficientes; e também água, energia, segurança etc., no contexto de uma escassez de matérias-primas e recursos naturais que colocarão à prova tanto os novos líderes como uma sociedade global altamente exigente.

Nas próximas décadas, a Revolução Industrial que causou o nascimento dos *países industrializados* verá diminuir sua importância enquanto setor da economia que se distinguia como o maior gerador de empregos. Nesse sentido, a Oxfam alerta que 50% dos empregos atuais no setor desaparecerão nos próximos 30 anos (Oxfam, 2015), derivados da sofisticação do setor, que dará as costas à mão de obra tradicional por meio de uma substituição tecnológica do trabalho humano.

O fim da era carbônica, entendido como o esgotamento dos hidrocarbonetos convencionais (óleo barato) juntamente com a poluição insustentável que geram, também causarão uma pressão não registrada anteriormente na conformação das hegemonias e na sobrevivência do ser humano. Inevavelmente, o esgotamento dos hidrocarbonetos convencionais é um dos responsáveis diretos, o qual já foi chamado de *Terceira Guerra Mundial*, referindo-se ao conflito armado que envolve várias nações ocidentais e asiáticas

na região da Ásia Menor, que já causou mais de 400 mil mortos e cerca de onze milhões de imigrantes ou deslocados.

Os 2, 3 ou 4 graus Celsius de temperatura que representam a maior ameaça à sobrevivência do ecossistema global é uma questão que, embora já faça parte de uma agenda global, o avanço diário dos problemas ambientais somados à falta de um vínculo direto com os compromissos adotados em Paris em 2015 (COP-21), farão retomar reiteradamente à revisão de uma agenda inacabada. A negação do presidente Trump aos danos causados pela poluição aos ecossistemas junto com a ameaça de não ratificar os acordos de Paris são mais uma prova da indolência das hegemônias com sua responsabilidade pelo futuro da Terra.

III

O processo de transferência do eixo econômico do Atlântico para o Pacífico, à luz dos números, discursos e estratégias, é evidente em relação ao enfraquecimento do Ocidente contra o fortalecimento do Leste Asiático e dos Estados Unidos em relação à China. Embora não seja um tópico concluído, no grau de seu importante avanço, não pode ser visto de maneira alguma sob a ótica dos séculos anteriores ou como a simples competição econômica e política de duas nações ou regiões que, ao final de seu debate ou luta hegemônica, sentarão para negociar como antes sua visão particular e seus interesses de grupo em relação a uma sociedade global dividida.

Como previsto, a Era das lideranças históricas ilimitadas terminou e qualquer que seja o resultado dessa disputa entre o Atlântico e o Pacífico, ou qualquer outra alternativa que surja da orfandade do colapso da *ordem global* do século XX, os desafios e deficiências de oito ou dez bilhões de seres humanos informados e atentos, já marcados pela desigualdade econômica, não permitirão, de diferentes maneiras, a repetição de edições imperiais anteriores.

IV

A nova realidade econômica e política que se abre progressivamente para o Leste Asiático e para a Ásia-Pacífico, sem esquecer o valor estratégico da Ásia Menor e da Ásia Central, não deixa dúvidas sobre a realocação de ativos em questões centrais, como crescimento econômico, crescimento per capita, fabricação de manufaturas, exportação de mercadorias, acúmulo de reservas mundiais, contribuição para o crescimento mundial, etc., que antigamente dominavam os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos e

agora são liderados pelo Leste Asiático e pela China. Essas mudanças estão gerando uma nova realidade econômica, bem como uma nova miscigenação econômica, comercial, política e social difícil de prever, envolvendo não apenas bens e serviços econômicos em sua transformação, mas também incluindo em sua troca civilizações poderosas que compartilham e competem todos os dias em um cenário mundial de grandes desafios e deficiências.

Para o México e a América Latina, hoje ausentes desse fenômeno histórico de transferência econômica e política entre países e entre regiões, cria-se a responsabilidade imediata de se tornar ator e não testemunha dessa mudança: de recorrer à experiência acumulada e afastar-se do recurso fácil de fascínio pelo outro; do falso consolo político da mudança de hegemonia; de provar sua idade exercendo com maturidade a defesa e a promoção de suas posições nacionais e regionais, transcendendo a prática ancestral de 500 anos de vender apenas matérias-primas, para entrar completamente na única porta bem-sucedida e econômica do século XXI, que é a dos serviços de inteligência (globalização 4.0).

O Leste Asiático, juntamente com a China, e o Ocidente, com os Estados Unidos, estão enfrentando intensamente uma luta geopolítica que já traça posições estratégicas de longo prazo. O BRICS e *One Belt One Road* (OBOR) (Nova Rota da Seda) são as políticas atuais de um Leste Asiático e de uma China audaciosa e inclusiva. O Acordo de Associação Transpacífico (TPP) e o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento (*TTIP*), por sua vez, foram, desde o início, velhas soluções do passado para os novos problemas do século XXI, mostrando assim que os Estados Unidos e os outros países ocidentais não construíram uma nova perspectiva em relação ao futuro.

No entanto, apesar de sua importância, nenhuma dessas estratégias é latino-americana, nem visa melhorar ou fortalecer uma região de commodities e empresas maquiladoras como é a América Latina.

Resta, portanto, propor uma agenda para as opções geopolíticas que favoreçam seus interesses, com base em seus pontos de força demográfica, geográfica, econômica, natural e de energia. Nessa perspectiva, a América Latina e o México têm ampla oportunidade de influenciar o centro geográfico e político entre o Atlântico e o Pacífico.

V

A transferência político-econômica do Atlântico para o Pacífico é um evento de enorme importância, que afeta diretamente a agenda pública e privada de todas as nações dessa nova sociedade global.

Em qualquer um de seus cenários, seus efeitos continuarão sendo sentidos diretamente na vida econômica, política e social dos vários países, como é o caso hoje.

Esperamos que a edição deste livro, realizada por meio da integração de vários ensaios sobre o tema, de 2008 até o momento, integre a esta publicação sob uma visão geral e cumpra a tarefa de se unir às primeiras expressões que estão sendo realizadas por vários autores, com o objetivo de desvelar uma nova Era *euroasiática* que prevalecerá na primeira metade deste século.

PARTE I

A INEVITABILIDADE ASIÁTICA OU O TRÂNSITO GLOBAL DO ATLÂNTICO PARA O PACÍFICO

CAPÍTULO 1

A INEVITABILIDADE ASIÁTICA

A presença asiática, como a umidade, abraça o mundo ocidental todos os dias sem que este saiba muito bem o que está acontecendo. Vê-se isso em sua política, em sua economia, em suas roupas, nos cantos de sua casa, no cotidiano de suas ruas, de suas cidades e de sua vida.

No entanto, a partir do fácil recurso à negação, o Ocidente continua a justificar o que não entendeu da crise de 2008-2009, como um consolo a explicar que sua enfermidade é temporária, e é sua. Como se bastasse colocar a casa em ordem para que tudo volte ao normal e a vida recomece numa segunda-feira.

Da ignorância ao espanto e do espanto ao pavor, o mundo ocidental optou pelo apelo ao espectador, no qual, por um lado, permanece pálido com cada um dos sucessos asiáticos, enquanto, por outro, assume-se ultrajado por uma realidade que o transforma todos os dias de várias maneiras de formas com as quais não concorda, mas que faz muito pouco para evitar.

Sem ter uma consciência clara dos novos fenômenos, o século, o milênio e a Era mudaram para o mundo ocidental, passando do que era conhecido como “Era ocidental” para uma nova Era do Pacífico, que pouco a pouco, mas inexoravelmente, vem se instalando nos primeiros lugares da política, economia e comércio da nova sociedade global, validando as palavras de Huntington quando, desde a última década dos anos 90, já anunciava o fim dos duzentos anos de “primazias ocidentais” na economia global, quando imaginou que a China estava novamente assumindo seu lugar como potência hegemônica regional e que o Oriente estava se apossando de si próprio (Huntington, 2001).

Sem ter ouvido, a sociedade ocidental agora se indigna com o surgimento de uma nova realidade que afeta sua zona de conforto e diminui

seu estado de bem-estar. Nessa dinâmica de não compreensão, o Presidente Trump perde a cabeça e escala a *solução* de seu declínio para níveis militares. A Inglaterra agoniza e, no meio de seu aborrecimento, nega o presente, em uma fuga para o passado em busca de soluções antigas que não funcionarão mais. Em geral, os cidadãos europeus e norte-americanos devastam políticos, de todos os tipos, que não cumprem em devolver-lhes o bem-estar perdido, da mesma forma que encobrem com grande facilidade os dissimuladores de seu mal-estar. Os políticos ocidentais arriscam remédios caseiros antigos, lucrando com o medo de uma sociedade de consumo e entretenimento que exige a substituição, a qualquer preço, do estado de coisas que prevalecia na era ocidental e que ameaça não mais voltar.

A sociedade e a política, em busca do tempo perdido, abraçam uma suposta aliança onde nem o curso nem o ritmo para um futuro melhor se avizinha. Contudo, retroalimentando-se de sua orfandade, elas aprofundam ainda mais seu desencanto orbitando ao redor dessas ultrapassadas questões.

O rompimento de acordos comunitários (Brexit), o cancelamento de novos esquemas de integração (TPP), as ameaças comerciais (NAFTA), os gritos que não terminam, o fechamento de portas, as grandes rachas nacionais, a reivindicação de privilégios insustentáveis e o som dos tambores de guerra (Síria, Afeganistão, Coreia do Norte, etc.) são os sinais de uma época em que o Ocidente falha em delinear as respostas estruturais que um novo mundo exige. Sua política, cansada do dogmatismo e ausente de uma meritocracia que resgata o curso de seu futuro, está exposta a um *status quo*, da esquerda ou da direita, que de tanta convivência aprendeu a burlá-lo. Tudo isso diante de um eleitor *civilizado* capaz de depor os valores duramente conquistados nos séculos anteriores com as lutas populares. Seus dogmas econômicos do pós-guerra, renunciados e substituídos inúmeras vezes pelo domínio de seus interesses, em um conluio pela mais-valia, são os menos surpreendidos diante de uma nova realidade asiática da qual foram coautores de seu *milagre econômico*.

A inevitabilidade do Pacífico já é um fato dentro dos novos paradigmas do século XXI. Longe vão os velhos debates sobre a luta entre as hegemônias ocidentais, dando lugar a um novo cenário de confrontos entre o Leste Asiático e o Ocidente. O que se consegue é vislumbrar o rearranjo desses dois novos blocos econômico-políticos, que em sua ascensão e declínio construirão o roteiro de uma nova sociedade global dentro de um tempo que não será fácil para ninguém.

Recorrer à *armadilha de Tucídides*, ao escolher a opção militar como uma solução para o seu declínio, como faz o governo do presidente Trump, faz acelerar o desgaste econômico de um poder endividado, ao mesmo tempo

em que leva a uma exposição, sua e do mundo, a uma jornada labiríntica de cenários inesperados que, ao final, não serão bons para ninguém.

O Ocidente esqueceu o Leste Asiático e isso se mostrou caro. Mais importante, o Ocidente esquece de si, luta consigo mesmo e se distrai ao ouvir as vozes avançadas que já alertaram para seu enfraquecimento geopolítico. Suas dúvidas, seu esquecimento, a perda de direção que sofreu desde a última parte do século passado, juntamente com o fim de uma inércia do pós-guerra que o acompanhou em seus maiores sucessos contrastam com uma certeza oriental apoiada em resultados econômicos e políticos, que declara sem ambiguidade que o século XXI será o século da China com o retorno das hegemonias asiáticas.

A história das civilizações, assim como a das hegemonias nunca foram lineares. Há muitas razões que explicam as causas da fraqueza ocidental e do ressurgimento asiático, assim como muitas posições que analisam uma questão em aberto que está longe de ser discutida. A sociedade global do século XXI terá que continuar muito atenta para ver como um mundo sobrecarregado por razões sem precedentes resolve de maneira *razoável* a governança da primeira metade desse novo tempo.

CAPÍTULO 2

EURÁSIA OU A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM GLOBAL

A NOVA ROTA DA SEDA?

A Ásia em geral, incluindo o Leste Asiático¹, era algo esquecido no tempo, produto de um sucesso ocidental que, desde o final do século XV, juntamente com as descobertas marítimas da época (a descoberta da América em 1492, a chegada de Vasco de Gama à Índia em 1498, etc.) foram abundantes no adiamento fácil de uma região que durante os 90% de nossa Era manteve de forma sustentada a liderança econômica do mundo.² As grandes fomes do século XIX e XX, que tiveram lugar no Leste Asiático, especialmente na China e na Índia, juntamente com o avanço de uma sociedade ocidental que 500 anos antes mal tinha começado a sua Renascença (e 250 anos depois, sua Revolução Industrial) contribuíram para a ideia de um mundo ocidental onipresente, onde tudo começou e tudo terminou, e no qual todo o restante era secundário ou descartável.

O fim da guerra fria em 1989, com a queda do Muro de Berlim e com a dissolução da então União Soviética em 1991, aumentou a ideia de um domínio do Ocidente que celebrava econômica e politicamente o *fim da história*, ao

¹ Para os fins deste trabalho, Ásia-Pacífico significa a composição dos países que compõem as 10 economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a saber: Mianmar, Laos, Tailândia, Vietnã, Camboja, Malásia, Indonésia, Cingapura, Filipinas e Brunei. Todavia, por Leste Asiático se compreenderá tanto os países pertencentes à ASEAN, como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, China, Índia e Rússia, num total de 16 países. A divisão da Ásia pelo Ocidente sempre se prestou ao uso arbitrário de conceitos. Oriente Médio, Extremo Oriente, Leste Asiático e agora Ásia-Pacífico são termos nunca acordados por especialistas. Daí essa seleção arbitrária de integração do Leste Asiático e da Ásia-Pacífico, devido à sua sinergia econômica e comercial.

² Do ano 1 ao 1800 de nossa era, a Índia e a China representaram alternadamente o poder econômico mundial mais importante da época.

ratificar uma era ou predominância em que foi traçada a continuação de uma hegemonia ocidental de longo prazo liderada pelos Estados Unidos.

Pouco mais de 25 anos após esses fatos, os habitantes de um mundo globalizado ainda afeitos aos *costumes* ocidentais encontram-se na necessidade de reconhecer que essa *realidade* mudou e aceitando que não se vive, apenas, do modo ocidental, e que o mundo vem se transformado frente à nova geopolítica da forte irrupção da região do Leste Asiático, que já tem uma influência importante na vida econômica da maior parte do 7,6 bilhões de seres humanos que compartilham a segunda década deste século.

Quando perguntado a Hobsbawm sobre algumas das visíveis linhas do declínio do Ocidente, em um tom hesitante, ele aponta: “Essa tendência - *sucesso ocidental* - parece parar. Não sei se foi revertida, mas o certo é que o impulso que a moveu se esgotou” (Hobsbawm, 2012, p. 50). Glucksmann, por outro lado, sobre a deterioração ocidental, afirma: “Quando na intimidade de uma consciência, o Ocidente se choca com o Ocidente, tudo está em jogo, a música fúnebre para o fim da história é suspensa, o carrilhão de um novo começo contém seu alento” (Glucksmann, 2004, p. 189).

Um novo começo, o fim da história, o Ocidente derrotado pelo Oriente a perda da imposição hegemônica etc. são apenas algumas das primeiras interpretações do enfraquecimento de uma predominância ocidental, que resultou no fortalecimento da região do Leste Asiático, onde existem 16 nações e vivem cinco bilhões de pessoas, com a coexistência de cinco civilizações (a chinesa, a russa, a indiana, a japonesa e a muçulmana) que sobreviveram ao tempo até os dias atuais.

A economia global, a geopolítica ocidental e o mundo à sua volta, como no caso do México e da América Latina, acham difícil aceitar que eles habitam uma nova era euroasiática³ que exige a mudança e a adaptação dos paradigmas que deram direção e significado ao seu trabalho público e privado, tanto por uma completa ignorância do novo, quanto pelo mecanismo fácil de sua negação.

O Ocidente esquece o Leste Asiático e o esquecimento se mostrou caro. Porém, mais importante, como Glucksmann aponta, o Ocidente se esquece, luta consigo mesmo e se distrai ao ouvir as vozes que já alertavam para uma fadiga geral, reflexo de um afinamento econômico e de instabilidades política e social.

³ Denominação arbitrária para demonstrar a miscigenação que, desde a última década dos anos sessenta, encena o comércio, a economia e a política das 16 nações do Leste Asiático com os principais atores econômicos da Europa e dos Estados Unidos, bem como o mundo em geral.

Sobre esses sintomas, Ferguson comenta: “A civilização ocidental parece ter perdido a confiança em si mesma” ... “Começando com Stanford em 1963, toda uma série de grandes universidades parou de oferecer o curso clássico da história da civilização ocidental a seus alunos”. Acrescentando de forma conclusiva, depois de entrar em contato com o sucesso chinês, “Acho que talvez só então tenha entendido o que definiu a primeira década do século 21...” “... o fato de estarmos vivendo o fim de quinhentos anos de supremacia ocidental” (Ferguson, 2012, p. 59 e 19).

Vozes mais avançadas, como as de Huntington, desde a década de 1990, já haviam denunciado o dinamismo asiático diante do enfraquecimento ocidental: “Sociedades não ocidentais”, disse Huntington, “particularmente no Leste Asiático, estão desenvolvendo sua riqueza econômica e lançando as bases de uma sociedade com grande poder militar e influência política.” À qual ele acrescentou de maneira premonitória: “A era que começou com a intromissão ocidental em 1840 e 1850 está chegando ao fim, a China está novamente assumindo seu lugar como uma potência hegemônica regional e o Oriente está se apoderando de si” (Huntington, 2001, p. 22 e 285).

As dúvidas do Ocidente, seu esquecimento, a perda de direção que vem sofrendo desde a última parte do século passado, o fim de uma inércia do pós-guerra que acompanhou seus melhores sucessos econômicos e políticos contrastam com uma certeza oriental que declara, sem ambiguidade, que o século XXI será o século da China e do retorno das hegemonias asiáticas. Mahbubani baseia o que precede quando pensa que “Entre as novas mentes asiáticas há a genuína convicção de que o dia do Leste Asiático chegou, mesmo que a região enfrente algumas dificuldades em determinados pontos antes de atingir o topo”. Acrescenta ainda com convicção que, “Tendo acordado, a inteligência asiática não está disposta a dormir no futuro próximo. A ressuscitação bem-sucedida do desenvolvimento das sociedades asiáticas dará origem a um novo discurso entre o Oriente e o Ocidente” (Mahbubani, 2002, p. 18).

O contraste de posições reflete, por um lado, o cansaço e o desinteresse de um Ocidente composto pela Europa e pelos Estados Unidos⁴, que, por mais de três décadas, sofreu um declínio econômico progressivo, coabitando com uma confusão política que, de um modo geral, já mostra como resultado a erosão de suas políticas de bem-estar social, cada uma no âmbito de sua circunstância. Por outro lado, o discurso vitalista asiático, alimentado pela

⁴ Hobsbawm comenta que “existem razões internas pelas quais o império americano não pode durar, e a mais imediata é que a maioria dos americanos não está interessada no imperialismo ou na dominação mundial no sentido de governar o mundo”. (Hobsbawm, 2007, p. 82).

força do crescimento econômico da maioria dos países do Leste Asiático, gera uma inércia que vem crescendo ao longo do tempo e que, ao mesmo tempo, conferiu credibilidade ao projeto, gerando as bases de uma nova ordem entre o Atlântico e o Pacífico.

A síntese dessas posições é reafirmada quando Tony Judt diagnostica que “Algo está errado” na Europa, que o Ocidente em sua falta de direção perdeu sua capacidade discursiva; que simplesmente não sabe mais falar sobre tudo *isso*, de modo honesto, para provocar a discussão de um futuro (Judt, 2013, p. 45). Por outro lado, Mahbubani e a região do oriente asiático comunicam ao mundo que “o século (XXI) será distinguido pelo fato de que a Ásia Oriental surgirá como um centro mundial de poder” (Mahbubani, 2002, p. 143).

A história das civilizações, assim como a das hegemonias nunca foram lineares. Não pode ser porque a rota de seu sucesso ou fracasso se deve a múltiplos fatores que dependem, por sua vez, de inúmeras circunstâncias. No entanto, o antigo debate discursivo sobre a possibilidade de a China ocupar uma posição hegemônica no século XXI, ou sobre se os países do Leste Asiático consolidam uma tendência que nos permite falar sobre uma nova era do Pacífico, se mostrou concreto, deixou o mundo das ideias para apresentar os resultados econômicos e seus números, a partir dos quais fica claro que o absolutismo do mundo ocidental foi alterado.

Desde o século passado, o Ocidente tem sido uma testemunha do fortalecimento progressivo do Leste Asiático, de como esse impulso levou ao deslocamento da riqueza mundial e do centro de gravidade da economia. Como exemplo, pode-se mencionar que, mesmo no período de 1991 a 1995, os países desenvolvidos geraram 50% do crescimento global, enquanto de 2011 a 2015 eles influenciaram apenas 28%, com queda de 22 pontos no período.

Por outro lado, a China e a Índia, como dois representantes relevantes do Leste Asiático, no período de 1991 a 1995, contribuíram apenas com 11% e 5%, respectivamente, do crescimento global. No segundo período de 2011 a 2015, a China contribuiu com 30% do crescimento global, ou dois pontos a mais que o total dos países desenvolvidos, e a Índia subiu para 10%, totalizando 40% do crescimento global somente nos dois países (CEPAL, 2015).

Essa transferência de riqueza do oeste para o Leste Asiático também aparece claramente quando se observa que, de 2015 a 2030, o aumento da classe média no mundo será de 90% devido aos países asiáticos. Em 2030, dois terços da classe média mundial estará na região da Ásia-Pacífico; en-

quanto a Europa e os Estados Unidos verão sua participação nesses índices diminuir de 24% para 14% e de 11% para 7%, respectivamente.

A CLASSE MÉDIA NO MUNDO (2015-2030)

| | 2015 | | 2020 | | 2025 | | 2030 | |
|---------------------------------|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-----|
| | # | % | # | % | # | % | # | % |
| Norte América | 335 | 11 | 344 | 9 | 350 | 8 | 354 | 7 |
| Europa | 724 | 24 | 736 | 20 | 738 | 16 | 733 | 14 |
| Centro América y Sudamérica | 285 | 9 | 303 | 8 | 321 | 7 | 335 | 6 |
| Ásia Pacífico | 1,380 | 46 | 2,023 | 54 | 2,784 | 60 | 3,492 | 65 |
| África Subsahariana | 114 | 4 | 132 | 4 | 166 | 4 | 212 | 4 |
| Medio Oriente y Norte de África | 192 | 6 | 228 | 6 | 258 | 6 | 285 | 5 |
| Mundo | 3,030 | 100 | 3,766 | 100 | 4,617 | 100 | 5,412 | 100 |

Fonte: Kharas, 2017.

Mais dados sobre o assunto indicam que, no período de 1992 a 2015, o G7 formado pelos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Japão perdeu 20 pontos de participação no PIB global, enquanto China, Índia, Rússia e Brasil, no mesmo período, obtiveram 20 pontos a mais de participação nesse índice.

Com base nessas tendências, alguns autores, como Huntington, Ferguson, Sachs, Summers etc., apontam que o Ocidente, como uma hegemonia relevante, está voltando no tempo para os níveis econômico, demográfico e territorial que há meio milênio atrás, ou seja, no ano de 1500, onde detinha 43% do PIB mundial, 16% de sua população e 10% de seu território, desde que atingiram seu pico em 1913 com 79% do PIB mundial, 57% da população e 58% do território mundial, preveem que até 2020 o Ocidente terá apenas 35% da riqueza mundial, 25% da população e 12% do território mundial (Oropeza, 2013, p. 176), enquanto em 2050 60% do PIB global será asiático (Sachs, 2013, p. 44).

Huntington, de uma maneira mais simples, sobre o renascimento asiático em relação à sentença de enfraquecimento ocidental: “Os duzentos anos de “primazias ocidentais” na economia mundial terminaram” (Huntington, 2001, p. 103).

ÁSIA E OCIDENTE, OU O DEBATE PELO DESENVOLVIMENTO

Existem muitas razões que explicam as causas do enfraquecimento ocidental e do ressurgimento asiático. Como também existem muitas posições que analisam este tópico aberto, que está longe de ser concluído. A sociedade global do século XXI terá que continuar muito atenta para ver como um mundo oprimido por razões sem precedentes resolve, razoavelmente, a governança da primeira metade do século.

No entanto, dentre as razões que se destacam nas primeiras interpretações do confronto, encontro, competição, luta etc. entre o Ocidente e o Leste Asiático, devido à sua profundidade e suas consequências, destaca-se o tema dos modelos de desenvolvimento. Por um lado, e falando em termos gerais, sem poder atender às particularidades de cada caso, aparece um modelo asiático vertical, estatista, heterodoxo e de *baixo custo* ou *socialismo de mercado* e, por outro, um democrático e *ortodoxo* capitalismo neoliberal.

O modelo econômico asiático não é novo, ele começou a ser construído durante o século XIX, antes da chegada das primeiras hegemonias marítimas na região do Pacífico, ao Leste Asiático, tendo como marco a invasão inglesa da China em 1839 durante as Guerras do Ópio e as primeiras lutas americanas com o Japão em 1853 (a Índia estava desde o século XVII sob o domínio inglês, até sua independência em 1947). Diante da presença desses poderes, como observado, a Índia se rende desde o início à hegemonia inglesa, a China nunca desiste, apesar das múltiplas intrusões multinacionais, e o Japão recorre à estratégia de assimilação ocidental sem perder sua identidade. Como parte dessa assimilação, emergem as primeiras linhas econômicas de um modelo que hoje, em sua versão mais finalizada, conhecemos como o socialismo de mercado, implementado pela China.

Sobre a transformação do Japão de 1870 a 1884 e as primeiras linhas do *modelo asiático*, Anguiano comenta: “A restauração de Meiji foi um período na história do Japão em que foram realizadas grandes reformas sociais, econômicas e políticas, e em pouco mais que quatro décadas transformam esse país em uma nação capitalista-industrial sob o patrocínio e controle do Estado, que passou de dependente das potências coloniais para um Estado com controle total sobre sua soberania nacional, a gozar de igualdade legal

com os outros países do mundo e despertando como uma potência regional” (Anguiano, Cechimex, 2014, p. 9). Tendo a indústria e o conhecimento tecnológico como vetor da transformação econômica e do controle estatal, com o compromisso de fazer o desenvolvimento econômico *acontecer*, como diz Mazzucato, foram as principais ferramentas pelas quais o Japão se tornou uma potência mundial na primeira metade do século XX e implementou sua recuperação econômica após a derrota militar de 1945.

A ausência ou a redução de custos sociais na primeira etapa do projeto, a participação direta do Estado no planejamento econômico, e de maneira mais importante, na sua execução, por meio de medidas monetárias (controle de moeda), mercadológicas (subsídios, subvenções, preços controlados etc.), comerciais (apoio e subsídios às exportação, barreiras de importação, etc.), fiscais (isenções, reintegrações, etc.), tecnológicas (prioridade, subsídios e elevado orçamento para a ciência e tecnologia, etc.) e a conformidade com modelos de regulamentos comerciais do momento (guardadas as *características asiáticas*) constituem os três pilares mais importantes pelos quais o projeto de exportação asiático se delineia na maioria das economias do Leste Asiático, as quais o desenvolveram progressivamente de acordo com suas próprias peculiaridades.

Após 1950, durante a segunda ascensão japonesa, antes de o Japão se tornar a segunda economia do mundo (agora a terceira depois da China), alguns atores já evidenciavam informalidade asiático-japonesa e a tolerância ocidental-americana. Sobre as políticas japonesas de apoio estatal, em 1955, Frieden reconhece que “o governo japonês apoiou os fabricantes com cortes de impostos, subsídios, créditos baratos e outros auxílios” (Frieden, 2007, p. 369). Por outro lado, Huntington contribuiu com o assunto: “... os repetidos conflitos entre os Estados Unidos e o Japão em questões comerciais correspondiam à modalidade em que os Estados Unidos faziam exigências ao Japão e ameaçavam com sanções caso não fossem cumpridas. Negociações prolongadas se seguiam e, no último momento antes da entrada em vigor das sanções, um acordo era anunciado. Em geral, os acordos foram elaborados de forma tão ambígua que os Estados Unidos poderiam cantar a vitória de maneira genérica e os japoneses poderiam cumprir ou não o acordo como desejarem, e tudo seguia como estava antes.” (Huntington, 2001, p. 272).

Esses breves exemplos da natureza informal do modelo asiático de hoje seriam reproduzíveis no caso da China, Vietnã, Bangladesh, Camboja etc., mesmo em menor grau, na Coreia, Japão e Taiwan, em termos de participação estatal na defesa de suas empresas e interesses nacionais.

A China, por sua vez, hoje a segunda economia do mundo, por intermédio da integração de centenas de zonas especiais, primeiro no Pacífico

e depois ao longo de todo seu território, levou o modelo asiático ao seu clímax, alcançando crescimento econômico médio de 10%, por mais de 30 anos, tornando-se o principal país exportador e manufatureiro do mundo. Sobre seu modelo de desenvolvimento, Deng Xiaoping – seu idealizador – opinava que era um experimento sujeito a uma revisão permanente. Da mesma forma, quando precisou defini-lo, sem preocupações intelectuais, dizia claramente: “Atualmente existem dois modelos de desenvolvimento produtivo. Na medida em que cada um deles atenda aos nossos propósitos, nós o usaremos. Se o socialismo é útil para nós, as medidas serão socialistas; se o capitalismo nos for útil, as medidas serão capitalistas.” Entretanto, acrescentou, sem dúvida, ao contrário do Ocidente, que “não há contradições entre o socialismo e a economia de mercado” (Oropeza, 2008, p. 450).

Os dois modelos, sob sua própria lógica de desenvolvimento, seguem competindo desde a segunda parte do século passado. Sua coexistência passou por diferentes estágios de difícil explicação, que oscilaram entre a competição frontal pela liderança econômica do mundo, para uma *associação por precarização* da mais-valia da força de trabalho asiática, em um entrelaçamento de competências e interesses onde não é possível distinguir com clareza onde a distribuição da renda industrial se situa entre um Ocidente que renunciou à sua fabricação e um Leste Asiático que hoje se destaca como a fábrica do mundo.

No entanto, a geografia dos números nos diz que, nas últimas décadas, um maior crescimento econômico foi percebido nos países do Leste Asiático, isto é, no modelo de desenvolvimento asiático. Por exemplo, nos últimos dez anos (2004-2014), a União Europeia teve um crescimento econômico anual médio de 0,5% e os Estados Unidos de 1%; no mesmo período, o Leste Asiático cresceu em uma média anual de 6% e a China, principalmente, uma média anual de 8%. De 2007 a 2014, houve declínio para Grécia (-22%), Itália (-11%), Espanha (-7%), Portugal (-5%), Grã-Bretanha (-4%) e França (-1%), enquanto que a China, no mesmo período, cresceu 175%.

Em uma perspectiva dos últimos 18 anos (1995-2013), os Estados Unidos conseguiram aumentar seu PIB *per capita* em 36%, enquanto a China o elevou para mais de 400% (CEPAL, 2015).

Enquanto o Ocidente, e com ele a maior parte da América Latina, continua vivendo um problema econômico existencial – como Judt se refere quando pergunta: estamos fadados a dar laços eternos entre um *mercado livre* disfuncional e os horrores mais divulgados do *socialismo*? (Judt, 2013, p. 45), – um modelo asiático sem dúvida (vertical, estatista, heterodoxo) define, por meio do aumento de seus índices econômicos, as economias vencedoras da primeira metade do século XXI.

A LUTA PELA NOVA ORDEM GLOBAL

Se a controvérsia de outrora sobre o possível surgimento de uma China hegemônica e de um Leste Asiático relevante perdeu a oportunidade diante das evidências dos números, a questão predominante, diante desse novo empoderamento asiático e do enfraquecimento ocidental, é saber profundamente o caminho dessas tendências de modo aprofundado e como elas se relacionam. O que é revelado através das ações e discursos dos participantes é que ambas as partes, de maneira esforçada, lutam pela recomposição ou expansão de seus bens, em um embate sem trégua para a hegemonia do século XXI.

Como pequenos exemplos do exposto, temos a integração informal iniciada em 2009 com relação ao grupo BRICS, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em que pese não se apresentem como uma associação formal de países nos termos da Organização Mundial do Comércio (OMC), o qual até o momento já tem mais conquistas do que outros esquemas de integração global. O esquema BRICS, atualmente, opera um Banco de Desenvolvimento e um Fundo de Garantia de 100 bilhões de dólares cada um, ao qual são agregados acordos para fins de fornecimento de energia (China, Rússia, 2013), pesquisa e desenvolvimento, comércio, ciência e tecnologia, ecologia, energia renovável etc.

Significativamente, juntamente com essa estratégia, a China implantou em toda a Ásia (2013) um projeto de integração muito ambicioso, inspirado na Rota da Seda chamada “One Belt, One Road” (OBOR), por meio do qual se propõe reposicionar sua liderança geoeconômica e política em toda a Ásia, ou seja, Ásia-Pacífico, Ásia Central e Oriente Médio, em uma região que abrange 55% do PIB mundial, 70% da população mundial e, especialmente, 75% das reservas de energia conhecidas. “O objetivo declarado desta grande iniciativa é patrocinar a continuidade e o comércio entre a China e mais de 60 países abarcados pela iniciativa OBOR.” (Vanguardia, 2016, p. 8).

De outro lado, embora desde 2009 os Estados Unidos tenham iniciado o projeto formal de integração do Acordo de Associação Transpacífico (TPP), com a participação de sete países do Leste Asiático (Japão, Cingapura, Malásia, Brunei, Vietnã, Austrália e Nova Zelândia) e 4 países americanos (Canadá, México, Peru e Chile), com os quais assinou em 2016 um Acordo de Livre Comércio, ratificando sua incompetência em interpretar corretamente os novos tempos, na pessoa de seu novo presidente Donald Trump, que em 2017 cancelou a participação do país americano no referido Tratado, sendo essa a sua aposta mais ousada no século XXI, ao mesmo tempo, a

expansão da sua estratégia geopolítica, que também incluiu a assinatura de outro Tratado de Livre Comércio (TTIP) com os 27 países da União Europeia, parece congelada, sem progressos e sem data para conclusão.

Ante o exposto, a China e o Leste Asiático reaparecem com direção, com integrações consistentes em tamanho e conteúdo para os desafios de um novo século, e com ritmo, com crescimentos acima da média de 5%. Diante dessa situação, se encontra um Ocidente diminuído e em processo de desintegração (Brexit), com um líder, os Estados Unidos, que ao negar a si mesmo e a seus interesses (TPP/NAFTA, TTIP) vagueia em seu labirinto sem visão do futuro.

Por outro lado, como outro exemplo desse novo debate, aparece a questão relevante da energia, da luta por hidrocarbonetos, que marcará os países vencedores e perdedores dessa primeira metade do século por razões de suprimento, esgotamento e preço. Enquanto isso, a China assinou em 2013 um acordo com a Rússia no valor de 270 bilhões de dólares para o fornecimento de petróleo e gás nos próximos 25 anos. Da mesma forma, os dois países aderiram expressa e tacitamente à contenda das reservas de hidrocarbonetos do Oriente Médio (50%): por exemplo, através do seu apoio à Síria e ao governo de Assad, na ideia de controlar o suprimento de reservas mundiais, bem como no envio de gás para a Europa pela Rússia.

Por outro lado, os atores relevantes da União Europeia e os Estados Unidos juntam apoio contra a permanência de Al Assad na Síria, bem como projetam o fornecimento de hidrocarbonetos para a Europa sem ter que passar pela zona de controle russa, com apoio de vários regionais, tais como Arábia Saudita e Qatar, numa área em que a presença do Estado Islâmico é um claro sinal do potencial de escalada que ambas as partes podem alcançar. Outro exemplo desse debate no nível geopolítico são as tensões predominantes no mar da China Meridional, tanto em relação à posse das Ilhas Diayou, pela China, quanto a Senkaku, pelo Japão, bem como a questão das fronteiras marítimas que a China exige do Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei, entre outros, no âmbito do potencial da região na questão de hidrocarbonetos, além do controle geopolítico do transporte marítimo, que envolve diretamente interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

Não há dúvida de que vivemos uma nova realidade em gestação, cujo fim ainda é indecifrável. O que também é verdade é que o estágio geopolítico ocidental como concebemos acabou e, independentemente do resultado que o confronto de dois países e regiões relevantes pode render, hoje já habitamos um novo espaço geoeconômico, político e *euroasiático*, que força os diferentes países a reverem suas estratégias intentadas até agora.

MÉXICO E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS (SEUS VALORES, QUALIDADES)

Para o México, na questão geopolítica, o antagonismo China-Estados Unidos e Ocidente-Leste Asiático irá apresentar sérios desafios na gestão de um papel que por definição geográfica o coloca como um vizinho de um dos protagonistas. Todavia, a partir desse destino geográfico, derivam-se as melhores oportunidades para reposicionar um papel que não foi valorizado e apoiado em sua dimensão por seu *parceiro* do norte.

Na questão econômica, a nova realidade sino-asiática afeta diretamente a matriz de negócios que o México sempre teve com os Estados Unidos, devido à sua proximidade geográfica, derivada da qual os Estados Unidos têm sido seu principal cliente e o maior destino de suas exportações. Essa matriz, devido à transferência econômica do Atlântico para o Pacífico, foi sofisticada como resultado da confrontação-associação que vive a relação sino-americana, com alguns custos para o México. Contudo, no segundo caso, sobre a questão da associação China-Estados Unidos, em razão da precariedade da mais-valia asiática, o México acumula algumas perdas em várias áreas, porque a dita associação transcomercial o afeta diretamente em sua oferta de exportação e na sua linha de custo.

Da mesma forma, o país e a região da América Latina são seriamente prejudicados ao enfrentar todos os dias, comercial e economicamente, um modelo asiático que opera estratégias informais ou heterodoxas, que não são total ou parcialmente limitadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual funciona com o apoio ou associação de atores ocidentais relevantes. Talvez esse seja o maior desafio de alinhar o México e a América Latina com a nova realidade geoeconômica.

O modelo asiático está longe de ser a resposta ideal para um mundo que precisa de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para todos. Seus déficits em conformidade com os regulamentos econômicos e comerciais globais, suas sérias negligências ecológicas e omissões na política social não o tornam um exemplo global a seguir. No entanto, a participação comprometida e bem-sucedida do Estado asiático com seus interesses e atores nacionais, que é outra das principais características do modelo, representa uma oportunidade para o que foi feito até agora pelo México e pela maior parte da América Latina.

Portanto, deve-se lembrar alguns dos especialistas asiáticos (Deng Xiaoping, Lee Kuan Yew, Chi Fulin, Gao Shangyuan, etc.) sobre o assunto, como estão fazendo na Europa e nos Estados Unidos, assim a região teria de revisar, com seriedade, autores atuais como Mazzucato, quando lembram

que “Um Estado empreendedor não apenas *elimina o risco* do setor privado, mas também visualiza o espaço de risco e opera com ousadia e eficácia dentro dele para que as coisas aconteçam. De fato, quando o Estado não está convencido de sua função, é mais provável que seja *capturado* e sujeito a interesses privados. Quando não assume um papel de liderança, o Estado se torna um imitador deficiente dos comportamentos do setor privado, no lugar de uma alternativa real. E é mais provável que as críticas habituais sobre sua natureza lenta e burocrática sejam verdadeiras nos países onde o Estado tem um papel puramente *administrativo*. Assim, tratar o Estado como uma entidade complicada que só é capaz de conseguir *falhas de mercado* é uma profecia que acaba sendo cumprida.” (Mazzucato, 2014, p. 34). Sobre esse assunto, não é necessário esclarecer o que a região latino-americana deve observar no Leste Asiático: o compromisso dos estados asiáticos com seu desenvolvimento econômico, de igual modo à sua visão com o sucesso econômico do século XXI.

Nas nações emergentes, não há poder para influenciar a conformação dos novos blocos hegemônicos, esgotando a ordem econômica e política do século XX. No entanto, na oportunidade e com o talento de seus principais atores econômicos e políticos, sempre haverá a possibilidade de transformar desafios em oportunidades.

Os fenômenos de desintegração da União Europeia, como o Brexit, ou a inquietação política de seus vários países para se separarem do projeto conjunto que tanto lhes rendeu, ou as explosões de Trump antes de sua recente chegada ao poder, mostram o nervosismo e a ausência de um rumo para o Ocidente insatisfeito com seu declínio, mas que segue sem acertar os caminhos de seu futuro. Diante desses fatos, que geram os mesmos desafios e oportunidades para a América Latina, o México e a região devem operar com ousadia e visão para aproveitar uma situação histórica que se abre para todos.

Finalmente, na nova era do Pacífico, com todo o seu brilho, bagagem e narrativas, deve-se tomar cuidado para não cair na síndrome de Vasco Núñez de Balboa, que, por querer ser o primeiro ocidental a ver o Pacífico, incidiu em uma transgressão que lhe custou a cabeça.

CAPÍTULO 3

PACÍFICO OU ATLÂNTICO? ASSIMILAÇÃO OU CONFRONTO?

PACÍFICO OU ATLÂNTICO? UM DILEMA

Anunciamos há algum tempo que estamos em um estágio de mudança político-econômica que é lenta, mas inexoravelmente, da Era do Atlântico à Era do Pacífico, com todas as consequências que isso implica. Não é exagero ressaltar que, desde o final do século XX e o progresso do século XXI, estamos testemunhando uma mudança histórica em que todos os dias não apenas a supremacia econômica de vários países ocidentais é resolvida diante de inúmeras economias asiáticas, mas, de maneira relevante, estamos testemunhando a competição entre várias nações que confrontam a liderança da sociedade global do século XXI.

Há pouco tempo, ainda estava claro para o mundo que vivia dentro de uma sociedade global onde nos últimos 500 anos havia prevalecido uma cultura e uma civilização ocidental, que durante cinco séculos se impôs progressivamente nas áreas militar, econômica e política, para o resto dos países e civilizações do mundo, na medida em que, mesmo em 1989, acreditava-se que, antes do final de uma história das civilizações, o resto do mundo tinha que se preparar para padronizar a cultura política (democracia) e econômica (livre mercado) da época, para fazer parte de uma história final que não teria mudanças. Mais de 25 anos após essa proposta, hoje ninguém tem certeza se este século será dos Estados Unidos ou da China, do Ocidente ou do Leste Asiático, ou de uma nova proposta que emerge da profunda dinâmica que vive um mundo em permanente mudança.

Ver o constante fortalecimento do Leste Asiático como uma questão puramente econômica é fechar os olhos para os próprios países asiáticos, que apontam claramente que o que está em jogo nessa competição não é apenas a supremacia econômica, mas uma reivindicação histórica de quem

busca recuperar um papel de liderança, há muito perdido no tempo, – pior ainda, tomado pelo Ocidente – e tenta retomar através do seu sucesso econômico-político do presente e da força de sua biografia.

A esse respeito, Mahbubani nos diz: “As novas mentes asiáticas se privam da genuína convicção e certeza de que o dia do Leste Asiático chegou, mesmo que a região precise tropeçar uma ou duas vezes mais antes de se levantar...” “Depois de despertar, a inteligência asiática não está disposta a dormir no futuro próximo. A retomada bem-sucedida do desenvolvimento das sociedades asiáticas dará origem a um novo discurso entre o Oriente e o Ocidente.” (Mahbubani, 2002). Mahbubani é um acadêmico respeitado pela comunidade internacional, cingapuriano de origem hindu, e seu discurso de reivindicação não nos fala sobre Cingapura, Índia ou China, nos fala claramente sobre a “inteligência asiática”, e que “chegou o dia do Leste Asiático”. Quando abordamos a questão do TPP, precisamos apenas acreditar nesse importante porta-voz asiático sobre os termos da intenção da área, se houver alguma dúvida sobre essa visão, Mahbubani leciona:

“O século XXI testemunhará o confronto entre o “momento do Atlântico” e o “momento do Pacífico”. O primeiro determinou o curso da história do mundo nos últimos séculos. Se minhas suposições estão corretas, e o ímpeto do Pacífico desloca o do Atlântico, os analistas estratégicos eurocêntricos terão que repensar seus conceitos e respostas para entender o fluxo futuro da história.

O século XXI será distinguido pelo fato de o Leste Asiático se elevar como um centro mundial de poder, juntamente com a Europa (que já tem sido há vários séculos) e a América do Norte (desde o século XX). A Europa estabeleceu o curso da história séculos atrás: colonizou a maior parte do mundo, suplantou outros impérios e sociedades (como China, Japão e o mundo islâmico) e, através da imigração, ocupou espaços relativamente vazios (América do Norte e Austrália). As duas guerras mundiais do século XX, e até a guerra fria que as seguiram, foram essencialmente lutas pan-europeias. O Leste Asiático, por outro lado, teve pouco impacto no resto do mundo.

Seria arriscado para a Europa e para toda a humanidade que os analistas não conseguissem se libertar das concepções eurocêntricas do mundo. Como as outras partes do mundo que desfrutaram do esplendor em outros momentos, a Europa está exausta. Chegou a hora de outras regiões contribuírem, tanto quanto ela, para o progresso mundial” (Mahbubani, 2002, p. 143).

Huntington, do ponto de vista ocidental, descreve secamente: “As sociedades não ocidentais, particularmente no Leste Asiático, estão se desenvolvendo, ampliando sua riqueza econômica e lançando as bases para terem maior poder militar e influência política.” (Huntington P., 2001, p. 22). “A

era que começou com as invasões ocidentais em 1840 e 1850 está terminando, a China está novamente assumindo seu lugar como uma potência hegemônica regional, e o Oriente está retomando a posse de si.” (Huntington P., 2001, p. 285).

Tanto na Ásia quanto no Ocidente, cresce a ideia de uma transferência de civilizações que envolve, por um lado, o enfraquecimento progressivo e o desgaste da civilização ocidental, e, por outro lado, em contrafluxo, um contínuo fortalecimento econômico e político do Leste Asiático. Nesse novo quadro global, há dúvidas no Ocidente, bem como a ansiedade de que essa tendência continue sendo ratificada à medida que seus problemas econômicos progridem: sua falta de orientação política é prolongada e sua erosão social se aprofunda. Quanto ao Leste Asiático, majoritariamente habitado por 5 civilizações (japonesa, russa, chinesa, indiana e muçulmana) nos 16 países que o compõem, já estão comemorando um triunfo que ainda não está consolidado, mas que já o consideram como o retorno para um passado brilhante do qual Huntington aponta: “Os duzentos anos do fugaz parêntese ocidental na economia mundial vão terminar” (Huntington P., 2001, p. 103).

Realmente assistimos a uma transferência histórica de civilizações e hegemônias de países entre o Ocidente e o Leste Asiático? É relevante que o conheçamos? Em termos políticos, econômicos e comerciais, há um impacto gerado na América Latina e, no nosso caso, no México? Além das respostas possíveis, nunca será útil e agradável ser uma peça de xadrez e não saber em que tabuleiro você está jogando.

O que é inegável à luz do sucesso político-econômico alcançado pelo Leste Asiático nos últimos cinquenta anos e o correspondente desgaste sofrido pela maioria dos países ocidentais no mesmo período é que estamos de frente a uma importante mudança global, com inúmeras consequências, que os vários líderes e acadêmicos asiáticos (Mahbubani, Mishra, Risa, Yan Fu, Tagore etc.) interpretam com ressentimento, como o retorno de um estágio de ouro que foi retirado daquela região pelo sucesso ocidental, pelas forças beligerantes das múltiplas hegemônias ocidentais desde o século XV, que foram gradualmente tomando a abundância da Ásia para si. Questiona-se, entretanto, se existe um estágio de ouro para se recuperar? O passado é uma visão que pertence à esfera da percepção de cada país, no entanto o que é demonstrável é que a Índia foi o líder econômico do mundo moderno durante os primeiros mil anos da nova era e que a China a substituiu na liderança nos 820 anos seguintes. Os dois países tiveram uma hegemonia econômica (asiática) no mundo por quase dois milênios, daí a ideia do “fugaz parêntese” de que Huntington nos fala.

PIB Mundial (Miles de Millones de Dlls*)

| PAIS | 1 | 1000 | 1500 | 1820 | 1850 | 1870 | 1913 | 1950 | 2008 | |
|-----------------------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| INDIA | 33.8 | 33.8 | 60.5 | 111.4 | 125.7 | 134.9 | 204.2 | 222.2 | 3415 | |
| CHINA | * | 26.8 | 27.5 | 61.8 | 228.6 | 247.2 | 189.7 | 241.4 | 245.0 | 8908 |
| OCCIDENTE | 14.4 | 10.9 | 44.2 | 158.9 | 260.3 | 366.2 | 902.1 | 1396 | 8698 | |
| ESTADOS UNIDOS | --- | --- | --- | 12.5 | 42.6 | 98.4 | 517.4 | 1455 | 9485 | |

* El cálculo se realiza en dólares constantes de 199

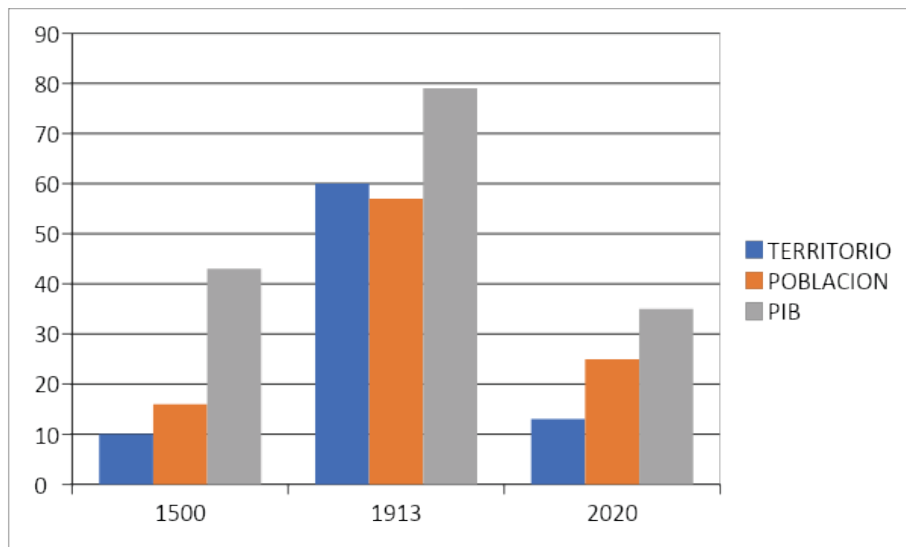
Fuente: Ontiveros/Guillen; Una nueva época, 2012

O declínio do ocidentalismo clássico na Grécia e o colapso do Império Romano no século V d.C. contrastam com o florescimento das civilizações chinesa e indiana no primeiro século, as quais dominaram o avanço econômico político, cultural, demográfico, científica e político dos primeiros 18 séculos de nossa Era. Através de um desenvolvimento com múltiplos encontros e desencontros, a China, por meio de suas dinastias, e a Índia, com um sucesso econômico marcado pela luta de hegemonias internas e religiões, ao contrário dos atores europeus dizimados e empobrecidos, conseguiram encontrar espaços de desenvolvimento que os levaram a liderar o progresso e a civilização da humanidade de seu tempo. Desde o primeiro século, a população indiana, que era então a maior (75 milhões de pessoas), juntamente com a China (60 milhões) somavam 110 milhões de pessoas a mais que a população europeia, que na época chegava a 25 milhões de seres humanos. O fator demográfico do Leste Asiático sempre foi superior ao europeu e, no futuro, será maior, quando em 2050 a população da Europa estiver em torno de 15% da população mundial, em comparação com aproximadamente 55% do Leste Asiático. Em questões econômicas, a comparação é semelhante, já que no primeiro século a economia da Europa mal cobria um quarto da economia sino-indiana, porcentagem que diminuiu na Idade Média para 10% e depois cresceu no Renascimento para 30% e em 1820 para 60%, e depois as ultrapassou, até os dias hoje, embora diante do dinamismo asiático a maioria das previsões indique que a economia chinesa excederá a dos Estados Unidos antes de 2020 e a economia do Leste Asiático superará a do ocidente (União Europeia e Estados Unidos) no mesmo ano (FMI; Jeffrey Sachs, 2012; Ontiveros Guillén, 2012).

O Leste Asiático tem um grande passado de sucessos econômicos, políticos e sociais que, a partir dos séculos XV e XVI, começaram a mostrar uma fadiga progressiva diante do fortalecimento pré-industrial da Europa, que gradualmente reestruturou o equilíbrio geopolítico a partir desse momento. Ferguson diz: “Se em 1411 o leitor pudesse percorrer o mundo, ele provavelmente ficaria impressionado com a qualidade de vida das civilizações orientais. A cidade proibida estava em construção na Beijing Ming, enquanto os trabalhos de reabertura e melhoria no Grande Canal haviam começado. No Oriente Médio, os otomanos se aproximaram de Constantinopla, que finalmente conquistariam em 1453. O Império Bizantino exalava seu último suspiro. A morte do líder Tinur Lang (Tamerlane) em 1405 havia eliminado a ameaça repetida das cruéis hordas invasoras da Ásia Central, a antítese da civilização. Para o imperador chinês Yon-Gle e o sultão otomano Murad II, o futuro era brilhante”. “Em vez disso, o leitor ficaria surpreso com a Europa Ocidental em 1411, miserável e atrasada, que estava se recuperando dos estragos da Peste Negra – que teria estirpado a população pela metade entre 1347 e 1351 – que permanece afetada por más condições sanitárias e por uma guerra aparentemente incessante.

Na Inglaterra, o rei leproso Henrique IV, que havia derrubado e assassinado Ricardo II, ocupava o trono. A França foi vítima de uma guerra interna entre os seguidores do duque de Borgonha e os do duque assassinado de Orleans. A guerra dos cem anos entre Inglaterra e França estava prestes a recomeçar. Os outros reinos conflitantes da Europa Ocidental – Aragão, Castela, Navarra, Portugal e Escócia – não pareciam se sair muito melhor. Em Granada, um muçulmano ainda governava. O rei escocês, James I, estava como prisioneiro na Inglaterra depois de ser capturado por piratas ingleses. As áreas mais prósperas da Europa eram, de fato, as cidades-estados do norte da Itália: Florença, Gênova, Pisa, Siena e Veneza. Quanto à América do Norte do século XV, não passava de um deserto anárquico em comparação com os reinos dos astecas, maias e incas da América Central e do Sul, com seus altos templos e elevadas estradas. No final dessa turnê mundial, a ideia de que o Ocidente poderia dominar o resto do mundo por quase metade do próximo milênio teria parecido extraordinariamente insana”, “E ainda assim foi o que aconteceu” (Ferguson, 2012, p. 42-43).

OCIDENTE E SUA PARTICIPAÇÃO GLOBAL



Fonte: Ferguson Niall, 2012; Jeffrey Sachs, 2011; F.M.I.

O controle ocidental, em 1500, inicia de forma precária, quando representava 16% da população mundial, 10% da superfície terrestre do mundo e 44% da economia de seu tempo. Já em 1913, a civilização ocidental controlava 60% da superfície territorial, quase 60% da população e 80% da economia do planeta. Como essa mudança histórica aconteceu sem a oposição da Ásia? As civilizações asiáticas, como as precedentes, cumpriram inexoravelmente a dialética de seu ciclo de acordo com suas próprias circunstâncias, as quais, segundo Carrol Quigley, incluem os estágios de concepção, gestação, expansão, tempo de conflito, império universal, decadência e invasão, e as culturas asiáticas (China e Índia), além de suas oscilações políticas e militares, durante quinze séculos, souberam manter o fino fio de sua sustentabilidade civilizacional, até que, em 1498, Vasco da Gama chegou à Índia para quebrar esse ciclo virtuoso como parte da nova força pré-industrial que deu à Europa a oportunidade de ingressar, militar e economicamente, nos impérios asiáticos, que, à distância, conseguiram preservar sua força.

A chegada dos portugueses foi seguida, em 1564, pela conquista espanhola das Filipinas. Em 1601, ocorreu a primeira incursão inglesa na região da Sumatra, que daria início ao começo de um amplo estágio de conquista e interferência na Índia e na China. Em 1602, a primeira Companhia Holandesa das Índias Orientais foi instalada na Índia. Em 1628, nessa redescoberta

asiática, a Rússia arrisca invadir a China e, em 1688, os franceses montaram sua primeira fábrica em Surat, na Índia.

Filipinas, Camboja, Vietnã, Índia, China, Japão etc., os diferentes países asiáticos, um a um, outrora civilizações poderosas do Leste Asiático, estavam sucumbindo de várias maneiras à força de um poder militar superior que, como todas as hegemonias, sejam europeias, asiáticas, americanas ou de outra origem, cumpria a sua vocação de apropriação das mais-valias estrangeiras.

A tomada da região da Ásia Oriental pelo Ocidente não foi pior nem melhor do que as conquistas históricas que as precederam em outras partes do mundo, ou aquelas que os próprios países asiáticos perpetraram entre si nos últimos dois mil anos. A queda da Índia nas mãos dos ingleses, holandeses e franceses não é diferente da queda dos gregos nas mãos dos romanos. A invasão da China no século XIX por ingleses, franceses, russos, americanos, japoneses etc. também se assemelha ao cerco sofrido pelo Império Romano em seu estágio de declínio. No caso da China, a partir de 1838, ela sofre sua primeira grande interferência do Ocidente durante a guerra do ópio, orquestrada pela Inglaterra, e de 1842 a 1943 aparece o período que foi chamado de “século dos tratados” (Grã-Bretanha em 1842, Estados Unidos e França em 1844, Rússia em 1858 etc.), durante o qual as potências marítimas do momento forçaram a China a conceder vários direitos de ordem econômica e comercial, que perturbaram a ordem jurídica estabelecida e o conceito central do império, para exercer seu poder e plena soberania dentro de seus muros, uma vez que, com base nessa pressão hegemônica e na assinatura desses tratados, a China teve que aceitar a igualdade com esses países (Grã-Bretanha, Rússia, França etc.), o que atingiu severamente o princípio de superioridade do imperador sobre os outros governantes, impedindo seu direito de exigir tributo e obediência (Oropeza García, México-China: culturas e sistemas jurídicos comparativos, 2008, p. 481).

Esses fatos que, em seu aspecto asiático, fazem parte do compêndio da história da humanidade têm um lugar especial na memória dos diferentes atores asiáticos, em que, com base nas raízes culturais profundas de suas civilizações, a conquista e a perda da hegemonia de seus territórios, sucedidas do século XV ao século XX a cargo do Ocidente, são consideradas por esses atores como uma grande humilhação.

Portanto, dentro da estrutura de seus novos sucessos econômicos, o embate que eles têm com o Ocidente não se coloca apenas em nível de PIB ou de comércio, mas, como Mahbubani claramente aponta, eleva-o a um confronto no qual o objetivo é realocar civilizações e culturas asiáticas para um plano superior ao ocidental. A esse respeito, o historiador chinês C.Y Hsu comenta: “Sem dúvida, em 1860, a grande civilização que havia

sido a China foi totalmente derrotada e humilhada pelo Ocidente.” (Crespo MacLennan, 2012, p. 194). Chris Patten, por sua vez, como governador britânico em Hong Kong, sinaliza que a China “é um povo consciente de sua grandeza passada, de sua humilhação recente, de suas realizações atuais e da sua supremacia futura” (Ontiveros e Guillen F., 2012, p. 158). Como pode ser visto, a memória da humilhação histórica, como mecanismo de mudança, está embutida na maioria dos discursos de reivindicações, mas também como um objetivo central em seu renascimento do século XXI. Toda cidade que é deslocada de seu território ou de seus interesses tem queixas ou sentimentos negativos diferentes em relação a seu opressor. No entanto, no caso da Ásia em geral, as diferentes civilizações mantêm uma posição de ressentimento que vai além de outros exemplos históricos, que desempenha um papel importante no rearranjo do novo esquema global.

Os sentimentos e ações de vindicação na Ásia não são novos, eles nascem junto com a primeira subjugação asiática. No entanto, em sua última etapa, nos princípios do século XX, iniciaram uma gradativa desagregação, em 1905, quando a frota japonesa comandada pelo almirante Togo Heihachiro derrotou a força naval russa no Estreito de Tsushima, que representou para a Ásia um triunfo paradigmático de um país não europeu sobre uma potência que, na época, era considerada “ocidental” pelos países asiáticos.

Esse importante triunfo, que na época definiu o destino da Coreia e da Manchúria, foi considerado pelos vários atores asiáticos como uma reivindicação do Leste Asiático sobre a Europa, como o início do fim da hegemonia ocidental na área. A despeito dessa vitória, o então jornalista Mahatma Gandhi apontou: “as raízes da vitória japonesa se espalharam tão longe e tão amplamente que ainda não podemos visualizar todos os frutos que ela dará no futuro” (Mishra, 2012, p. 2). Atatürk, jovem reformador da Turquia, levaria a vitória e o modelo japonês como inspiração. O jovem Jawaharlal Nehru também aceitaria, mais tarde, que a vitória japonesa o motivou para “a independência da Índia e da Ásia do domínio europeu” (Mishra, 2012). Juntamente com os personagens asiáticos anteriores, outros atores relevantes, como Rabindranath Tagore (Índia), Abdurreshid Ibrahim (intelectual pan-islâmico), Mustafa Kemal (Tessalônica, Grécia), Halide Edip (Turquia) etc., faziam parte da primeira geração que impulsionou a reivindicação da civilização asiática sob diferentes perspectivas. Como Mishra aponta, a vitória japonesa deu à Ásia a lição de que homens “brancos”, os conquistadores do mundo, não eram invencíveis, o que levou ao surgimento de inúmeros sentimentos de liberdade pela região. Essa mesma visão que prevaleceu até o momento é enfatizada na declaração de Tokutomi Soho, que pontuou: “Destruímos o mito da inferioridade das raças não brancas. Com nosso

poder, estamos impondo nossa aceitação como membros das grandes potências mundiais” (Mishra, 2012, p. 3). Denota-se um forte sentimento de inferioridade e humilhação nas declarações de independência e reivindicação dos diferentes precursores asiáticos, que, com suas nuances, seguem permeando as narrativas de hoje.

Em contraste com esse sentimento transeconômico pelo Leste Asiático, que permanece depois de mais de 500 anos de alteração civilizacional, de mais de 400 anos de invasões constantes pelas várias hegemonias ocidentais, inclusive no século XX, de 200 anos de perda da liderança econômica mundial pela China, de 400 anos dos vários movimentos de independência e 50 anos de sucesso econômico e político, a posição do Ocidente parece incerta, duvidosa, órfã da direção que sustenta a sua liderança econômica enfraquecida.

Isso demonstra que o Ocidente não se deu conta da atual realidade asiática, especialmente do que não previu, que a desprezou primeiro, como uma questão não prioritária, passando do desprezo à surpresa de uma nova realidade econômica que não apenas a desafia, mas que acaba com o seu mundo baseado em previsibilidade.

Segundo a teoria das civilizações de Quigley, parece que o Ocidente estacionou no estágio “confortável” de seu declínio, passando de ator para coadjuvante da perda de sua própria hegemonia. A esse respeito, Glucksmann ressalta: “A civilização é uma aposta dupla contra quem nega e ameaça aniquilá-la, contra si mesma, muitas vezes cúmplice ou aventureira de seu desaparecimento”. “Quando na intimidade de uma consciência, o Ocidente se choca com o Ocidente, o tudo e o nada estão em jogo, a música fúnebre para o fim da história é suspensa, o carrilhão de um novo começo contém seu alento” (Glucksmann, 2004, p. 59). Ferguson aponta que “a civilização ocidental parece ter perdido a confiança em si mesma. A partir de Stanford, em 1963, uma série de grandes universidades parou de oferecer o curso de história clássica “da civilização ocidental” aos seus alunos” (Ferguson, 2012, p. 59), acrescentando sem rodeios: “Acho que só então eu tinha entendido o que definiu a primeira década do século XXI...” ... “o fato de estarmos vivendo o fim de quinhentos anos de supremacia ocidental” (Ferguson, 2012, p. 19). De uma maneira ou de outra, as várias correntes do pensamento ocidental, longe de impedir ou fortalecer um futuro incerto, prisioneiras de um sentimento que começa a ser generalizado e inevitável, marcam o deslocamento de placas civilizadoras que, aparentemente, consideram inevitáveis, fortalecendo assim o pensamento asiático que já comemora sua chegada.

Nessa “competição” de desenvolvimento e hegemonia civilizacional em que o lado asiático estabeleceu suas metas para o século XXI, o Oci-

dente, além de afirmar não ter ouvido as várias vozes napoleônicas, que o advertiam do despertar da China e de suas consequências; quanto ao debate interno do Ocidente versus o Ocidente, não são poucos os autores europeus que falam da “cumplicidade” desses detentores de poder na região, que foram peças relevantes do milagre asiático. Sobre esse ponto, Mandelbaum e Haber afirmam: “Um dia algum sociólogo terá que analisar as razões pelas quais no Ocidente – incluindo as elites das democracias ocidentais – há muita dificuldade em ver e ouvir a realidade emergente. Afinal, é possível que os ocidentais “não queiram” ver ou ouvir isso, então fecham os olhos e os ouvidos” (Mandelbaum e Harber, 2005, p. 17). Martin Hans-Peter e Harald Shumman acrescentam, em relação à transferência tecnológica, industrial e financeira do Ocidente para o Leste Asiático: “Apenas teóricos ingênuos ou políticos míopes acreditarão que é possível, como está acontecendo atualmente na Europa, privar milhões de pessoas, ano após, de trabalho e seguridade social sem pagar o preço político disso. É algo que não funciona.” (Martin Hans e Shumman, 2005, p. 17).

O sucesso do Leste Asiático, em muitos aspectos, é explicado pelo enfraquecimento do Ocidente, dentro do qual dois fatores se destacam de maneira relevante: a industrialização geométrica do Leste Asiático versus a desindustrialização ocidental e o pragmatismo econômico asiático em relação à “ortodoxia” neoliberal.

Quanto ao primeiro, vale lembrar que, no final dos anos 1970, guiada pela liderança de Deng Xiaoping, a China iniciou uma aventura, um “experimento” em que pela primeira vez na sua história se abriu para um mundo global em busca de um futuro econômico, dado o fracasso de suas estratégias internas que levaram à grande fome chinesa (30 milhões de mortos em 1960) e a um sofrimento extremo. Ao mesmo tempo, o mundo “pós-industrial” de Daniel Bell surge em 1973 (O Advento da Sociedade Pós-Industrial), apenas cinco anos antes de Deng Xiaoping oferecer ao mundo 900 milhões de trabalhadores chineses, que enfrentavam sua necessidade urgente de alimentação, vestimenta e moradia, e estavam dispostos a trabalhar por 30 centavos por hora, sem nenhum benefício social, e, de outro lado, concedendo todo tipo de vantagens ao capital externo em termos de infraestrutura e benefícios fiscais.

Para o mundo ocidental, já “localizado” no mundo pós-industrial dos serviços de inteligência, a manufatura tornou-se um “subsetor” que poderia muito bem ser servido pelas nações em desenvolvimento e, abandonado o modelo bretão e a responsabilidade do Estado de Bem-Estar Social, a maioria dos países ocidentais não resistiu à tentação de mais-valia asiática precária, pensando que, assim como na era do liberalismo desenfreado da 1ª

Revolução Industrial, “isso não teria consequências” e, como a China, a Ásia e o restante dos países da região eram precários, que se tornaria apenas uma grande manufatura global, que poderia ser desmontada a qualquer momento, ou ser manejada a partir do mundo pós-industrial da inteligência.

Não foi esse o caso e, embora a China nas décadas de 1980 e 1990 tenha sustentado sua oferta de mão de obra barata ao mundo ocidental, desde o primeiro momento, ficou claro que essa oferta seria apenas um ponto de partida para a geração de recursos que financiariam seu próprio desenvolvimento. Desde a assinatura do primeiro contrato de *Joint Venture* em 1979, a China condicionou a entrada de capital estrangeiro à transferência de tecnologia e, a partir desse momento, a China iniciou o maior projeto do qual há memória de “expropriação tecnológica” por todos os meios e instâncias, até alcançar, na atualidade, um patamar tecnológico de primeiro mundo, encontrando-se hoje em um estágio de inovação em que já desenvolve tecnologias originais.

A liderança da Inglaterra, no século XIX, nasceu sob uma explosão de invenções industriais, em que a dos Estados Unidos, no século XX, se consolida em um processo de assimilação e inovação de produtos tecnológicos industriais. A hegemonia e a industrialização chinesa e do Leste Asiático, diferentemente dos dois exemplos anteriores, decorre da cópia informal e formal da tecnologia industrial do Ocidente, em um processo de transferência sem paralelo na história. O “desperdício” industrial do ocidente coincidiu com as necessidades da China.

O descuido e a tolerância do Ocidente em relação à apreensão e apropriação informais de seu patrimônio tecnológico pelo Leste Asiático em geral e pela China, em particular, apenas rivalizavam com a usura e a precariedade dos ativos trabalhistas asiáticos. O novo mapa da manufatura mundial, gerado nesta importante etapa do século XX, é construído com a visão formal e informal que a China e o Leste Asiático fazem do conhecimento tecnológico industrial do Ocidente, da mesma maneira que a perda industrial registrada pelos países ocidentais devido a essa mudança (Oropéza García, México em face da Terceira Revolução Industrial: Como relançar o projeto industrial do México no século XXI, 2013, p. 223-224).

Quanto ao “pragmatismo” asiático, que é outro elemento essencial do “milagre” econômico da Ásia Oriental, esse foi realizado com base no cumprimento dos compromissos comerciais pós-guerra estabelecidos no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, 1947) e na Organização Mundial do Comércio (OMC, 1994). O Japão, por exemplo, desde 1950, manteve uma política pública permanente de controle de sua moeda para apoiar suas exportações, promovendo restrições tarifárias formais e informais para

impedir a compra de produtos fabricados no exterior, da mesma maneira que a implementação de um apoio estatal de subsídios à indústria nacional causou inúmeros problemas políticos e econômicos entre a Europa e os Estados Unidos, estratégia que elevou o crescimento europeu a taxas superiores à média de 10% de 1950 a 1973 e a ser hoje a terceira economia mundial.

A Coreia seguiu esse caminho japonês de apropriação industrial e compromisso com os regulamentos de comércio internacional. Sua decolagem se deu por intermédio de contratos de participação estatal na forma de empréstimos para as empresas nacionais; imposição de altas tarifas sobre importações competitivas; subavaliação da sua moeda; barreiras técnicas à importação; salários baixos; ausência de benefícios sociais; subsídios para empresas exportadoras nacionais; fornecimento preferencial de matérias-primas e equipamentos para a produção de suas empresas nacionais; desconto nas taxas de transporte, portos e custos de serviços básicos e etc. tudo isso levou a Coreia a crescer em média 8% ao ano nos anos 1970 e 9% nos anos 1980.

A China, como já indicado, seguindo o mesmo modelo econômico “pragmático”, combinado com o socialismo de mercado, de 1979 a 2011, cresceu a uma taxa média anual de 10%. Entretanto, o mesmo poderia ser dito de Taiwan e Cingapura, do Vietnã ou Bangladesh e de uma grande maioria dos países do Leste Asiático que, através de investimentos estrangeiros, expropriação tecnológica, participação direta do Estado e conformação aos regulamentos comerciais internacionais, nas últimas cinco décadas conseguiram se tornar a nova fábrica do mundo, com 70% do valor de fabricação dos países em desenvolvimento, onde China (20%), Japão (11%) e Coreia (2,6%) ocupam o primeiro, terceiro e sétimo lugar, respectivamente, da produção manufatureira mundial (Marsh, 2012).

O choque, encontro, competição, fusão etc. das civilizações é um tópico denso que envolve vários fatores, todos relevantes neste momento de debate entre duas ordens globais de grande importância. No entanto, o seu aspecto econômico, que é uma de suas principais competências, não pode ser ignorado para destacar o fenômeno atípico da transferência de riqueza que mediou os acontecimentos aqui tratados. No deslocamento da Ásia Oriental para o Ocidente, há cinco séculos, a Europa realizou suas conquistas marítimas e militares graças ao seu avanço pré-industrial e industrial, que lhe conferiu superioridade tecnológica para subjugar cada uma das nações asiáticas conquistadas.

Diferentemente do exposto, desde a “partida” do Japão para o Ocidente durante a dinastia Meiji (1868), até a abertura da China, em termos de economia e comércio, em 1979, o Leste Asiático envidou todos os seus esforços para gerar desenvolvimento através de uma imitação por meio do modelo econômico ocidental. Diante do exposto, deve-se acrescentar que a

apropriação do modelo e de tecnologia desde a década de 1950 até 2013 foi representada pela gestão de uma estratégia que, em diferentes velocidades e modalidades, se caracteriza pela participação direta do Estado asiático em relação à conduta de seus diferentes atores econômicos, o que lhes proporcionou uma vantagem permanente durante o período em relação às empresas ocidentais e não ocidentais, como as empresas latino-americanas, que aderiram às regras de uma troca internacional regulamentada pelo GATT-OMC.

O debate Leste Asiático-Occidente continuará intensamente na primeira metade do século XXI e o Occidente não pode, de forma alguma, sentir-se surpreendido pelos importantes resultados econômicos que os países asiáticos comemoram hoje e que, de certa forma, preocupa grande parte dos países ocidentais.

Essa visão não subestima em nenhum momento a meritocracia asiática, cujos líderes se empenharam para que esse importante *boom* econômico na região acontecesse.

Está claro que até hoje os estrategistas asiáticos Yukichi Fukuzawa (Japão), Deng Xiaoping (China), Lee Kuan Yew (Cingapura), Park Chung-Hee (Coreia), Zu Ronghi (China), Jian Zeming (China) etc., em geral, superaram os governantes ocidentais da época em talento e estratégia. No entanto, apesar desse reconhecimento, a alegação de que “os Estados asiáticos atribuem seu espetacular desenvolvimento econômico não à importação de Cultura ocidental, mas sim à adesão à sua própria cultura e que estão tendo sucesso porque são diferentes do Occidente” (Huntington P., 2001, p. 109) está posta fora de uma realidade em que, pelo menos no plano econômico, o renascimento que vive o Leste Asiático, em maior medida, é um produto da desindustrialização que os países ocidentais empreenderam com “grande entusiasmo” desde o último terço do século passado.

Para o México e para a América Latina, que não são tecnicamente considerados países ocidentais (Huntington), os termos econômicos e comerciais relevantes dessa competição entre “civilizações” decorre da “cumplicidade” que os grupos de poder econômico mantiveram.

Ambas as regiões praticaram e permitiram a existência de uma economia comercial abertamente tolerante a subavaliações cambiais, subsídios, participações e intervenções estatais, altos níveis de poluição, proteção extrema dos mercados domésticos etc., embora todos os países latino-americanos tenham sido obrigados, no mesmo período, a cumprir rigorosamente os regulamentos do GATT-OMC, e ainda mais no caso do México, que se comprometeu com um regulamento da OMC-Plus, resultando em uma vantagem permanente do Leste Asiático, com práticas comerciais desleais em relação ao México e à América Latina.

Sob o interesse comprometido da precariedade asiática e o lucro máximo por parte do Ocidente, que prevalece até hoje, Europa e Estados Unidos precipitaram um choque econômico de civilizações sem nenhuma modéstia e também cercearam o desenvolvimento econômico da América Latina, limitando-a a competir globalmente em um campo comercial “igual” que só existe nos documentos oficiais da OMC.

Nesse quadro de forte competição de civilizações, que vive um processo de inúmeras perguntas e poucas respostas, entre um estágio de franca expansão asiática e questionado progresso ocidental, a participação do México e de outros países da América Latina não pode ser inconscientemente arrastada para uma aventura americana de destino incerto, sob o pretexto de um convite “simples” para participar em um Acordo de Livre Comércio, assim como a assinatura do Acordo de Associação Transpacífica ou TPP na época. A conveniência técnica ou não de cada avaliação nacional deve ser acompanhada pela estrutura referencial e possíveis consequências que serão geradas para cada país com relação ao compromisso geopolítico decorrente de uma nova era Eurasiática, na qual a América Latina deve trabalhar com imaginação e ousadia.

Finalmente, apesar da grande importância dessa competição entre civilizações, vale a pena não esquecer as palavras de Huntington quando ele ressalta que o declínio do Ocidente pode continuar no futuro, por décadas, talvez séculos. Também é possível ao Ocidente experimentar um período de renascimento e reverter a tendência declinante de sua influência nos assuntos mundiais e confirmar novamente sua posição como líder que outras civilizações seguem e imitam (Huntington P., 2001, p. 362), porque... “a lição principal na história da civilização é que muitas coisas são prováveis, mas nada é inevitável” (Huntington P., 2001, p. 363).

Para o México e a América Latina, em meio a esse debate histórico, abre-se uma oportunidade para reposicionar suas respectivas posições sob uma nova perspectiva regional.

A ÁGUIA OU O DRAGÃO: UM NOVO DILEMA

Embora o debate Atlântico-Pacífico envolva diretamente a maioria dos países que compõem as respectivas regiões, não passa despercebido a ninguém que, apesar do grande número de civilizações envolvidas no assunto (Ocidental, Chinesa, Indiana Japonesa, Russa e Islâmica), o debate central até o momento está focado na luta China-Estados Unidos pela liderança político-econômica do século XXI, onde, segundo as tendências, os Estados Unidos registram um estágio de decadência, aceito por um bom número

de especialistas (Sachs, Huntington, Rifkin, Hobsbawm, etc.), enquanto a China está passando por um estágio de expansão, confrontado os interesses americanos todos os dias.

No caso dos Estados Unidos, além da montanha de figuras que testemunham seu enfraquecimento, há um estreitamento do poder americano desde o final dos anos 70, com a apreciação da vida atual da nação americana sendo apresentada como um país com problemas econômicos graves, com um desgaste de sua vida social e com uma perda de liderança política que o prende, trancado em um labirinto e com um problema de identidade que não deixa claro qual é seu papel no novo contexto global e como ele se recuperará da perda da liderança global.

Hobsbawm nos fala sobre isso: “Existem razões internas pelas quais o império americano não pode durar, e a mais imediata é que a maioria dos americanos não está interessada no imperialismo ou na dominação mundial, no sentido de governar o mundo. O que lhes interessa é o que acontece em seu próprio país. A economia dos Estados Unidos está tão deteriorada que, em algum momento, o governo e os eleitores decidirão que é muito mais importante se concentrar na economia do que empreender aventuras militares no exterior, principalmente se levarmos em conta que essas intervenções militares no exterior estarão no comando, em boa parte dos próprios americanos, algo que não aconteceu no caso da Primeira Guerra do Golfo, nem, em grande parte, durante a Guerra Fria.” (Hobsbawm, 2006, p. 82).

A dificuldade de comentar sobre hegemonias robustas, ou como neste caso verdadeiras civilizações (os Estados Unidos são o líder ocidental desde o século XX), é que seus ciclos não são lineares nem de curto prazo, são processos históricos lentos, com múltiplas variantes, mas que ao final dos cinco anos ou décadas, como no caso dos Estados Unidos, se somam a uma deterioração e a uma diminuição inegável de seu poder.

No que diz respeito aos Estados Unidos, do topo de seu poder econômico e manufatureiro, que o levou a deter quase metade do valor econômico e da produção manufatureira mundial em meados do século XX, atualmente registra um saldo de aproximadamente 20% do PIB e 18% da produção mundial, com uma perda aproximada de 30 pontos em cada caso, em comparação com seus ativos anteriores. Quanto ao valor econômico, a União Europeia mantém uma porcentagem ligeiramente mais alta (21%) e a China é muito rápida, com 15%, e em termos de produção industrial, a partir de 2010, a China se tornou o principal poder industrial, com 20% da produção mundial de bens.

Por muitos anos, antecipando a “tempestade perfeita” de Thomas Friedman, autores como Arthur MacEwan, James M. Cypher e Elaine Levine, para citar apenas alguns, já documentavam o declínio dos Estados

Unidos. MacEwan declarou, por exemplo, no início dos anos 90, que “os Estados Unidos são, de muitas maneiras, a nação mais poderosa do mundo..., no entanto, dentro dos Estados Unidos, descobrimos que as coisas estão se desintegrando. A falta de moradia, o problema das drogas e um alto nível de mortalidade infantil lideram as notícias, enquanto os serviços sociais locais parecem deteriorar-se em todo o país” (MacEwan, 1992, p. 42).

Isso foi reforçado ao documentar que entre 1973 e 1987 a erosão do padrão de vida das famílias americanas começou diminuindo a renda familiar média de um quinto das famílias mais pobres em 7,3% no período, enquanto a renda do um quinto dos mais ricos aumentou 14%. Do mesmo modo, mostrou que, entre 1966 e 1985, as alíquotas efetivas de 1% dos contribuintes mais ricos caíram entre 27% e 36%, da mesma maneira que para os 10% das classes mais ricas elas diminuíram entre 10% e 16%, o que foi combinado com aumentos fiscais substanciais para os mais pobres.

Ao mesmo tempo, evidenciou-se o alto custo da força militar (7% em 1986) e, principalmente, sua inutilidade para manter sua hegemonia econômica. Por seu turno, Cypher também alertou, desde o final dos anos 80, sobre enfraquecimento dos Estados Unidos, baseado principalmente em uma perda de produtividade, que argumentou que de 1950 a 1973 (incluindo a “idade de ouro” do ciclo econômico do pós-guerra dos Estados Unidos) aumentou 2,44% ao ano, enquanto que de 1973 a 1990 alcançou apenas 0,825%. Ele também denunciou, desde então, algo que hoje é motivo de grande preocupação entre analistas e funcionários dos Estados Unidos, o chamado “déficit triplo”, que em 1990, em relação ao déficit orçamentário, já representava 6% do PIB, o comércio registrava um passivo anual de 100 bilhões de dólares, e, a partir de 1989, os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar da nação mais endividada do mundo, com 650 bilhões de dólares em falta, uma situação da qual ainda não saiu. Além disso, Cypher comentou sobre o crescimento da dívida doméstica, que em 1950 representava um comprometimento de 35% da renda e em 1989 já estava em 80%.

É importante ressaltar que esse autor também denunciou o enfraquecimento do setor industrial norte-americano, sublinhando, junto com Cantwell, que as empresas transnacionais norte-americanas, no período 1974-1982, perderam 20% de seu grau de internacionalização em doze setores manufatureiros e que, mesmo no setor de alta tecnologia, sua má evolução também foi registrada quando 21% caíram no mercado global de fibra ótica no período de 1980 a 1988, em semicondutores 24%, em supercomputadores 13%, e em máquinas e ferramentas 23%.

Significativamente, Cypher colocou em debate os baixos salários globais de manufatura (baixo custo) como uma das causas centrais do declínio

da força econômica dos Estados Unidos. O autor disse: “Alimentos, algumas roupas e serviços podem ser prestados aos trabalhadores industriais de um vasto exército de reservas de agricultores em transição (às vezes referido como o setor tradicional) que agora subsistem no interstício da sociedade na maioria dos NICs (*new industrialized countries*). Uma vantagem adicional pode ser encontrada na ausência virtual de restrições e limitações ambientais que permitem tanto às corporações transnacionais, quanto aos grupos nacionais domésticos evitarem a internacionalização de muitos de seus custos (Cypher, 1992, p. 62-65). Ou seja, anteriormente, alguns autores já estavam falando sobre a armadilha global, isto é, a política de enraizar o interesse nacional no consumo “barato” das classes médias, ao custo de tolerar e patrocinar todos os tipos de *dumpings* (sociais, financeiros, monetários, ecológicos etc.), acreditando que isso não afetaria suas economias, nem afetaria os climas ambientais de seus países, premissas que, como sabemos hoje, foram e continuam a estar erradas e acabaram sendo falseadas de uma forma ou de outra em todas as nações.” (Oropeza Garcia, 2010, p. 150-152).

Após ressaltarem esses temas, autores como Paul Kennedy nos anos 90, além de se preocuparem com a “excessiva extensão imperial” dos Estados Unidos, já tinham grandes dúvidas sobre a fortaleza norte-americana. Em que pese ele enfatizasse a existência de um declínio, relativizava na medida em que “...a única ameaça séria aos verdadeiros interesses dos Estados Unidos só pode advir do fracasso em se adaptar sensatamente à nova ordem mundial” (Kennedy, Ascensão e Queda das grandes potências, 1994, p. 830), acrescentando que “...resta saber se as abordagens tradicionais levarão o povo americano do século XXI ao sucesso ou se pagarão um preço alto por considerar que as coisas podem permanecer as mesmas em casa, enquanto o mundo exterior muda mais rápido do que nunca” (Kennedy, rumo ao século XXI, 1993, p. 412).

Mais recentemente, no início da segunda década do século XXI, Sachs comenta: “É fácil ver que a América está em crise, especialmente de fora do país. A nação que foi recentemente chamada de superpotência, a “Nova Roma” e a nação indispensável, tornou-se o epicentro da instabilidade financeira, paralisia política e imoralidade nos negócios. As guerras americanas ficaram tediosa e dolorosamente presas no Afeganistão, Iraque e Iêmen (embora secretamente) e em outros lugares. O belo filho da cidade é agora a China, a nova potência em ascensão, não os Estados Unidos” (Sachs, 2012, p. VII).

Por tudo isso, Rifkin denota: “O resultado de 18 anos de extensão artificial de crédito é que os Estados Unidos, agora, são uma economia falida. O passivo bruto do setor financeiro dos Estados Unidos, que totalizou 21% do PIB em 1980, vem aumentando a um ritmo constante nos últimos

27 anos, atingindo incríveis 116% do PIB em 2007.” “Mais preocupantes são os alertas como os do Fundo Monetário Internacional, quando previu que a dívida pública do governo federal dos Estados Unidos pudesse atingir níveis de 100% do PIB até 2015, o mais tardar, o que colocaria em dúvida as possibilidades futuras dos próprios Estados Unidos da América como tal.” (Rifkin, 2011, p. 42-43).

Especialistas nos Estados Unidos e fora dele, do final dos anos 1970 até os dias atuais, mantiveram uma narração de fatos sobre como o poder econômico da primeira potência mundial tem declinado gradualmente, a ponto de levar Rifkin a denunciar sua possível falência financeira, ao qual teríamos de acrescentar sua fraqueza social e seus problemas políticos. Obviamente, no lado oposto da rua também há um importante grupo de apologistas que nos dizem que os Estados Unidos estão bem e que, se houver um declínio, refere-se a uma fraqueza “relativa” ou mesmo à “liderança do renascimento”. Alguns dos novos critérios para o renascimento econômico dos Estados Unidos estão sendo sustentados de maneira interessante nas novas tecnologias de produção de gás e petróleo (Shell), por meio das quais os Estados Unidos conseguiram aumentar sua produção de gás de 2007 para 2012 em 25%, na qual a maior parte correspondeu à nova produção de gás de xisto.

Quanto ao petróleo e outros hidrocarbonetos líquidos, em 2012, a produção aumentou em média 7% ao ano, número não alcançado desde 1951. Mais importante, a Agência Internacional de Energia dos Estados Unidos previu que o país superaria a Arábia Saudita como principal produtor mundial de petróleo antes de 2017, o que aumentaria o PIB dos Estados Unidos em 3% nas próximas décadas. “Um setor imobiliário revivido, uma revolução na produção de energia, um setor bancário remodelado e uma indústria manufatureira mais eficiente...” (Allman, 2013, p. 99-101) são quatro dos pilares que especialistas, como Allman, se baseiam para o novo *boom* da indústria norte-americana.

Ao contrário do número significativo de analistas que dão fê do enfraquecimento dos Estados Unidos, há menos especialistas que falam sobre a queda do sucesso chinês e apontam que o círculo virtuoso pode interromper ou interromper seu ritmo de desenvolvimento por mais de três décadas. Embora reconheçam que a taxa de crescimento deve ser ajustada, os vários especialistas têm competido bastante nos últimos anos, como em um cassino econômico, para ver quem está certo na data em que o PIB chinês excederá o PIB dos Estados Unidos (Goldman Sachs, BM etc.).

O exposto acima, certamente, não significa que o caminho à frente da China esteja livre de obstáculos, que deverão ser resolvidos se ela quiser confirmar a hipótese de sua liderança econômica. Alguns especialistas, como

Ontiveros e Guillén, apontam que, “Em vista da competição de países com salários mais baixos, da confiança excessiva nas exportações, da inflação nos preços dos ativos, especialmente no setor imobiliário, da poluição galopante, do envelhecimento da população, do congestionamento urbano, do aumento da desigualdade na distribuição de renda e da instabilidade política interna”..., “existe uma discordância considerável entre especialistas, políticos e até funcionários do Partido Comunista sobre a sustentabilidade do crescimento econômico da China” (Ontiveros & Guillen F., 2012, p. 170-171).

Outros especialistas, como Ferguson, que também questiona o futuro econômico da China, basearam-se em pelo menos três hipóteses sobre a possibilidade dos obstáculos ao país asiático. O primeiro indica que o caso da China já foi vivido com a experiência do Japão, que foi dito na época que excederia a economia dos Estados Unidos no século XX e, pelo contrário, devido a várias contingências internas, as últimas duas décadas cresceram para uma taxa anual escassa de 0,8%, caindo para o 24º lugar no mundo em renda per capita. A segunda hipótese refere-se ao grande atraso social que a China ainda possui, que registra o 86º lugar no ranking mundial de renda per capita, com 150 milhões de pessoas pobres com renda inferior a um dólar e meio por dia, por outro lado, parece que 0,4% das famílias chinesas possuem cerca de 70% da riqueza do país.

Para além disso, ele acrescenta o problema demográfico, em que a porcentagem da população de 65 anos ou mais poderá ser de 16% em 2030, enquanto que em 1980 era de 5%. O terceiro fator é que, em 1990, três em cada quatro chineses viviam no campo e hoje 45% vivem em cidades, e em 2030 esse número pode subir para 70%, ou seja, 900 milhões de pessoas, o que constitui a mais ambiciosa estratégia de desenvolvimento da China, a fim de colocar o mercado interno, e não as exportações, como o grande motor de seu desenvolvimento. Essa transferência envolve mover uma população rural semelhante à população total dos Estados Unidos (250 milhões de pessoas) para morar nas cidades, com todo o desafio e despesas envolvidos em infraestrutura, gastos sociais, geração de emprego etc. (Ferguson, 2012, p. 419-420).

Como pode ser visto, o que resta hoje são motivos ou razões para que apologistas ou detratores da China ou dos Estados Unidos construam suas respectivas teorias ou hipóteses. No entanto, o que não se pode negar é que estamos diante de um claro debate sobre a supremacia econômica e política entre esses dois países, que certamente continuarão a nos surpreender durante a primeira metade do século XXI.

Nesse baile cadencioso, iniciado após a ascensão de Deng Xiaoping em 1978 e a abertura chinesa de 1979, não há dúvida de que quem impôs o ritmo da dança foi a China, apesar de seu nível econômico, militar e

tecnológico inferior ao poder acumulado pelos Estados Unidos, que desde 1945 até hoje mantém o maior poder militar e econômico do mundo.

A China, baseada em uma experiência antiga, sempre dominou seu relacionamento diplomático com os Estados Unidos. Valendo-se de símbolos, sinais, batidas na mesa, ameaças, discursos etc., exceto em casos excepcionais, a China conseguiu aproveitar ao máximo esse encontro. Como os próprios chineses apontam, no início, quando “queriam ser amigos do lobo”, o discurso era ténue, modesto, gentil, sem medo, sem avisar ao lobo que a China, sob uma destinação histórica, aspirava ser o lobo.

Nesse sentido, Deng Xiaoping disse em sua estratégia dos 28 caracteres que a política chinesa da época concentrava-se em “observar e analisar com calma, garantindo nossa posição, lidar com a questão com calma, ocultar nossas capacidades e esperar o momento certo, ser bom em manter um perfil baixo, nunca conduzir a reivindicação, realizar operações modestas” (Cardenal Juan Pablo, 2012, p. 9). Por outro lado, para ser o lobo, a China sempre teve uma estratégia clara, sabendo que precisava dos investimentos do Ocidente, de sua tecnologia e da transferência de suas empresas. Então, ficou muito claro que sua prioridade era gerar exportações e enviá-las ao grande mercado do Ocidente, que possuía o alto consumo necessário.

No entanto, suas remessas tiveram que chegar sem abrir seu mercado interno para o Ocidente, por isso precisou obter dos Estados Unidos a autorização para negociar sob o benefício da cláusula de “nação mais favorecida”. Em 1994, por exemplo, quando os Estados Unidos tentaram restringir esse benefício à China, quando a última tinha crescido, por 14 anos, a uma taxa média anual de 10%, recuaram diante de uma reação de solidariedade do Japão e de Cingapura, para que essas restrições não fossem aplicadas, inclusive recebendo ameaças do primeiro-ministro de Cingapura, Lee Kuan Yew, segundo o qual, se a China fosse pressionada, “os Estados Unidos estariam totalmente sozinhos no Pacífico” (Huntington P., 2001, p. 272), o que resultou em uma repetida tolerância dos Estados Unidos em relação ao pragmatismo e à informalidade da China.

No que corresponde à gestão “histórica” da desvalorização da moeda chinesa, uma de suas violações mais notórias em relação aos compromissos comerciais internacionais, antes dos pálidos “apelos” da maioria dos presidentes dos Estados Unidos para que essa prática mude, um discurso ainda lacônico do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao respondeu: “Não adianta pressionar o renmimbi. Muitas de nossas empresas de exportação teriam que fechar, os trabalhadores imigrantes teriam que retornar às suas aldeias. Se a China sofresse turbulência social e econômica, seria um desastre para o mundo.” (Ferguson, 2012, p. 413).

Sobre o assunto, o classicismo diplomático dos Estados Unidos na pessoa de Henry Kissinger declarou: “Quando a China recebeu um papel secundário na economia mundial, a taxa de câmbio de sua moeda não teve mais importância; nas décadas de 1980 e 1990, não teria ocorrido a ninguém que o valor do yuan pudesse se tornar um tópico de discussão no debate político americano...” (Kissinger, 2012, p. 508). Sob a visão “tolerante” de Kissinger, os 20 anos de crescimento chinês, em uma média anual de 10% de 1980 a 2000, ou seja, 240% a mais do valor bruto do crescimento econômico da China, não era o assunto dos Estados Unidos. Sob essa visão, também não era relevante que, como resultado desse crescimento, a China deixasse de ocupar a trigésima quinta posição de exportação internacional em 1980, para ser a sexta nação exportadora do mundo antes de entrar na OMC em 2001, e agora ser a primeira.

A China sempre teve uma agenda clara sobre o que queria dos Estados Unidos, a qual foi seguida com êxito até os dias de hoje. Contrariamente a essa posição, os Estados Unidos não entendem a China, não sabem o que querem dela, e agora encontra-se diante de um poder crescente que ameaça excedê-lo em termos de PIB em quatro ou oito anos. Os Estados Unidos ainda não estruturaram uma estratégia suficiente que permita sustentar sua hegemonia, exceto a nova aposta que já foi comentada sobre seu novo potencial de hidrocarboneto, que, mais do que uma estratégia, é a esperança de que essas novas reservas de hidrocarbonetos venham a resolver um problema para o qual não tenham uma resposta adequada.

Quando os especialistas chineses foram questionados, na 1ª década do século XXI, qual fora seu melhor presidente, eles responderam com um pouco de escárnio que era George W. Bush. Nessa última fase de Hu Jintao-Obama, Xi Jinping-Obama, a China teve a vantagem de lidar, até hoje, com um presidente americano que não sabe claramente quem é a China, não a entende. Ele não sabe o que quer dela. Nesse sentido, Loretta Napoleoni destaca: “No final de 2009, Barack Obama visitou a China”, “A reunião dos dois presidentes foi cheia de ambiguidades; a descrição dos principais termos do relacionamento foi a mesma que prevaleceu entre Washington D.C. e Pequim”. “Ao longo da breve visita, tivemos a impressão de que Obama estava negociando “pisando em ovos”. Ele mediu suas palavras e, embora estivesse armado com sua jovialidade clássica, sempre manteve um distanciamento de seu interlocutor, Hu Jintao” (Napoleoni, 2011, p. 179).

A anedota se tornou história, e o que aparece hoje é a realidade de duas nações economicamente poderosas, líderes de duas grandes civilizações, que têm diante delas o desafio de se validarem; mais importante, porém, liderar o futuro de um mundo global que, diferentemente dos séculos XIX e XX, não tem muita margem de manobra para a manutenção de sua sustentabilidade.

Dez bilhões de pessoas em 2050 esperarão que, nessas quatro décadas que faltam, que o que prevaleça seja o bom senso dos dois líderes globais que entendam que este século, diferentemente daqueles que o precederam, não pode pertencer a uma única potência ou civilização, o que exige novas formas de entendimento internacional para que a raça humana sobreviva. O exposto acima é relevante porque no âmbito dessa competição político-econômica de seus rearranjos e deslocamentos, no lado ocidental, tanto Huntington quanto Kissinger, baseados nos fios da história, nos contam sobre a possibilidade de um conflito bélico causado pelo “choque de civilizações”, ou pela falta de maturidade das hegemônias para gerenciar o espaço do domínio comum. Por outro lado, do ponto de vista chinês, Sang Xiaojun e Liu Mingfu, de ressentimento, humilhação e espírito de vingança, já falam que “O país deve se preparar, militar e psicologicamente, para lutar e conquistar em uma disputa pela preeminência estratégica” (Kissinger, 2012, p. 521).

A questão China-Estados Unidos é a de maior importância para a comunidade internacional, que deve reivindicar seu direito, nesta aldeia global, de mediar esse rearranjo que não terá descanso nas próximas décadas, decorrente de uma hegemonia norte-americana insegura que representa o Ocidente e uma hegemonia asiática impulsiva e ressentida, como líder da reivindicação do Leste Asiático, uma vez que, como Mishra ressalta, ninguém vencerá se estivermos errados: “Condenar o meio ambiente à sua destruição precoce, ou criar reservas de nihilistas irritados e desapontados entre centenas de milhões que não têm nada, seria um resultado amargo tanto da vitória da modernidade ocidental, como de uma ambígua e obscura revanche asiática, todas essas seriam vitórias pírricas.” (Mishra, 2012, p. 310).

OS PONTOS FORTES DA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO

A proposta do Acordo de Parceria Transpacífica, em sua integração asiática, era composta por quatro países da região Ásia-Pacífica (Brunei, Malásia, Cingapura e Vietnã), aos quais foi adicionado mais um do Leste Asiático, que é o Japão, bem como duas nações da Oceania que eram Austrália e Nova Zelândia¹. No entanto, de acordo com sua própria geografia, a área é um arquipélago de culturas e nações que, desde sua origem, gerou múltiplas expressões que envolvem o maior número de civilizações em uma única área geográfica, como a Chinesa, a Indiana, a Japonesa, a Muçulmana e a Russa.

A região foi guiada, por vários milênios, pelas culturas indiana e chinesa, mas os japoneses, muçulmanos e russos, em seu lado asiático, também

¹ Alguns autores, por razões de interação econômica, também os colocam no Leste Asiático.

contribuíram para o caldeirão de línguas, religiões, culturas e hegemonias que prevaleceram até hoje. Como já mencionado, o surgimento dessas civilizações que influenciaram e controlaram a maioria das diferentes expressões culturais da região, a partir do século XV, iniciou um período de declínio que os levou a serem gradualmente subjugados pelas hegemonias marítimas da época, como Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra, França, Rússia, etc., o que resultou em uma mistura de culturas, quanto ao fato de a economia ocidental ter prevalecido na região por meio milênio, até meados do século XX, que iniciou um processo de emancipação que, de várias maneiras, permitiu a recuperação política e econômica das nações do Leste Asiático.

Durante muito tempo, a importância asiática se perdeu na inauguração de um mundo global que, por um lado, se instalou à luz da visão do vencedor e, por outro lado, o esplendor da sociedade ocidental em seu apogeu fez com que os diferentes países não se preocupassem muito em saber o que se passava do outro lado do pacífico, salvo aquela erudição que recordava as raízes culturais profundas da Ásia. Por muito tempo, o Ocidente se esqueceu que a Ásia existia.

O Leste Asiático não é um tema novo, é tão antigo quanto o ser humano, que no meio cultural, como já mencionado, por 500 anos perdeu a liderança para o Ocidente e economicamente, por quase dois séculos, foi superado pela geração de riqueza de uma Revolução Industrial da qual não fazia parte. Portanto, diante do ressurgimento da região com base em seu novo *boom* econômico, vale a pena não esquecer que o novo diálogo não é apenas com as exportações, importações ou investimentos de 17 países do Leste Asiático, ou 10 nações do Pacífico Asiático. Deve-se ter em mente que, juntamente com os aumentos do PIB, estão os novos usos e costumes, visões e demandas de cinco civilizações que querem recuperar um posicionamento transeconômico.

Em meados do século XIX, o Leste Asiático já vivia a subsidência ocidental através de suas incursões militares, invenções, instituições, ordem jurídica internacional, cultura etc. Não obstante o exposto, é precisamente a partir dessa época que são dados os primeiros passos do processo de recuperação econômica, mediante uma miscigenação de estratégias que hoje prevalecem de diferentes maneiras. Sob o impulso do primeiro movimento de reforma bem-sucedida da Ásia, o da dinastia Meiji, em 1868, a grande transformação do Japão começou no contexto da opressão de suas contradições internas e da interferência ocidental, que de muitas maneiras o cercaram para impor condições, como o caso do comodoro americano Matthew Perry, que em 1852-54 forçou o Japão a se abrir para o Ocidente por meio do Tratado de Kanagawa, rompendo o tradicional fechamento japonês, também praticado pela China.

Dada a realidade do momento, diferentemente da Índia que se submete ao Ocidente e da China que enfrenta o Ocidente, o Japão decide assimilar-se ao Ocidente, copiá-lo à sua maneira e desenvolver as qualidades do adversário. Nas palavras de seu grande reformador Yukichi Fukuzawa, a mudança no Japão poderia ser entendida como “escapar da Ásia e integrar-se à Europa” (Mahbubani, 2002, p. 134).

Sob essa abordagem, o Japão está engajado em um longo processo de assimilação ocidental, mudando sua ordem jurídica e suas instituições para assemelhar-se às europeias, o que causou inveja a seus vizinhos, como o caso da China, que, ao mesmo tempo e antes do declínio de seu império, passou a discutir a possibilidade de seguir o exemplo de Meiji. Dadas mudanças no Japão, duas decisões que prevaleceram até o momento se destacam: a primeira, que era detectar, em tempo hábil, qual era o fator tecnológico industrial que diferenciava o resultado das duas civilizações; e a segunda, manter e integrar o poderoso papel do Estado asiático no processo econômico ocidental, a fim de melhorar os resultados econômicos.

O primeiro deles continua a manter o Japão como a terceira potência industrial do mundo e o segundo se espalhou por todo o Leste Asiático como um modelo nos diferentes estágios do encontro econômico e da concorrência, que ocorrem com o Ocidente desde o século XIX. Nesse sentido, pode-se dizer que os asiáticos leram Adam Smith “à sua maneira” e que eles o interpretaram para a conveniência de seus respectivos interesses.

Sobre o notável sucesso do Japão, comenta Frieden: “A restauração de Meiji em 1868 pôs fim ao poder militar dos senhores feudais do xogunato. O novo governo imperial buscou a modernização econômica pela participação plena na economia mundial. Ele incorporou avidamente a tecnologia e o capital estrangeiro e, após alguns anos, o país estava exportando com sucesso para os mercados europeus.” (Frieden, 2007, p. 90).

A assimilação japonesa à economia ocidental foi tão bem-sucedida que, já no final do século XIX e até 1945, em um primeiro estágio, e dos anos cinquenta até hoje, no segundo, o país asiático se tornou uma das potências industriais do mundo, mas, de maneira relevante, seu “know how” permeava nos vários países do Leste Asiático, em um efeito dominó, de osmose industrial, levando a região a ser considerada a nova “fábrica do mundo”.

Em sua primeira fase, os bons resultados do processo japonês o levaram a tornar-se não apenas uma potência econômica mundial (enquanto a China não conseguia encontrar o rearranjo de seu caminho em uma nova sociedade global e a Índia estava sujeita à hegemonia inglesa), mas também uma potência militar regional, que a levou a invadir a China, Formosa (Taiwan) e Coreia e a enfrentar a Rússia. Ademais, como é sabido, desafiou

os Estados Unidos e bombardearam Pearl Harbor até finalmente sucumbir à sua derrota militar em 1945. Em seu segundo período (1950-2013), o governo japonês, com a ajuda dos Estados Unidos (500 milhões de dólares no plano Marshall asiático), se dedicou a reproduzir um modelo industrial que foi seguido depois por China, Taiwan, Coreia do Sul e pela maioria dos países do Leste Asiático, priorizando o desenvolvimento tecnológico industrial sob um modelo econômico pragmático e heterodoxo, com participação permanente do Estado.

Frieden nos diz novamente: “Os industriais japoneses agiram rapidamente na adoção de tecnologias desenvolvidas durante os trinta anos anteriores, pulando as fases intermediárias para iniciar diretamente a fabricação das últimas inovações e fazendo uso intensivo de uma força de trabalho muito bem treinada e barata. Durante as décadas de 1950 e 1960, as empresas japonesas gastaram entre um quarto e metade de seu orçamento de pesquisa e desenvolvimento na compra de tecnologia estrangeira. A Sony, por exemplo, nasceu em 1946 como uma oficina e a primeira coisa que fez foi uma panela elétrica para cozinhar arroz que não funcionou bem. Nos anos seguintes, ele fez cópias baratas dos gravadores que os ocupantes americanos trouxeram com eles para o Japão. Em 1953, ele obteve uma licença da Western Electric para produzir os transistores recém-inventados nos laboratórios da Bell. Com eles, ele montou seu primeiro rádio transistorizado – o segundo do mundo – em 1955 e, dois anos depois, lançou um “rádio de bolso” miniaturizado. Enquanto isso, empresas como Honda – em motocicletas – e Toyota – em carros – imitavam completamente as técnicas de produção americanas para abastecer o mercado japonês.” “O governo japonês apoiou os fabricantes com cortes de impostos, subsídios, créditos baratos e outros auxílios”. (Frieden, 2007, p. 369).

O modelo japonês é destacado desde o século XIX por sua franca assimilação ao exemplo ocidental e, na euforia de destacar a “conversão” desse importante país asiático à cultura do Ocidente, esquece-se frequentemente que, com base na participação milenar do Estado e ordem vertical na vida integral do país, o Japão nunca desistiu de usar essa força em sua competição econômica com os vários países ocidentais.

Como MacFarquhar aponta com relação à China, mas que se aplica ao Japão e à grande maioria dos países asiáticos, “A visão de mundo tradicional chinesa era um reflexo da visão confucionista de uma sociedade hierárquica cuidadosamente articulada” (Huntington P., 2001, p. 280). Essa questão, no caso do Leste Asiático e da Ásia-Pacífico, é da maior importância, porque o Ocidente a “esqueceu” tanto na análise quanto na negociação, especialmente após o nascimento dos regulamentos de comércio internacional de

1947 e 1994, em relação aos quais o Leste Asiático, em geral, manteve uma interpretação unilateral e uma prática vantajosa iniciada desde a primeira implementação do modelo japonês, perpetuada de diferentes maneiras e sob diversas intensidades até a presente data.

Sobre essa tolerância ou importância do Ocidente em relação a fazer prevalecer uma normativa internacional em seu intercâmbio econômico com o Leste Asiático, a título de exemplo detalha Huntington: “...os repetidos conflitos entre os Estados Unidos e o Japão em questões comerciais respondiam a uma modalidade na qual os Estados Unidos levantavam exigências do Japão e ameaçavam com sanções se não fossem atendidas. À continuação, seguiam negociações prolongadas e, no último momento antes da entrada em vigor das sanções, um acordo era anunciado. Em geral, os acordos foram elaborados de forma tão ambígua que os Estados Unidos puderam cantar a vitória de maneira genérica, e os japoneses puderam cumprir ou não o acordo como desejassem, e tudo continuava como antes.” Quando, em alguns casos, houve mais pressão dos Estados Unidos, que tentou impor quotas de mercado aos produtos japoneses, Huntington aponta: “...praticamente todos os países asiáticos, da Austrália à Malásia e Coreia do Sul, simpatizavam com o Japão em sua resistência ao requisito americano de metas numéricas para importações.” (Huntington P., 2001, p. 272).

O Japão nos últimos 145 anos (com importantes interrupções), bem como Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura, e de maneira relevante por causa das consequências de seu processo, a China, assim como a maioria dos países do Leste Asiático, desde a segunda parte do século XX, reproduzem à sua maneira, com grande sucesso, a experiência japonesa, que teve uma influência importante no demérito econômico do Ocidente dos últimos 60 anos. A América Latina, por outro lado, nos últimos vinte anos, perdeu mais de 20 pontos em termos de participação no valor agregado da manufatura global, que foram conquistados pelo Leste Asiático.

O caso da China é um assunto discutido em termos de suas práticas heterodoxas. O pragmatismo chinês nunca tentou enganar ninguém, foi definido publicamente desde a sua criação e o Ocidente “se aproveitou” dele, acreditando que seus resultados não teriam a repercussão que agora é sentida. A heterodoxia chinesa, como mencionado, nasceu desde 1979, com a visão de um novo projeto econômico cujo objetivo principal era a busca de um desenvolvimento que pudesse atender às enormes necessidades sociais de mais de 900 milhões de seres humanos.

Deng Xiaoping, no início dos anos 1980, deixou muito claro que os objetivos do novo modelo eram atender às necessidades elementares do povo chinês. A urgência da China na década de oitenta era a de não voltar a uma

época em que milhões de chineses morreram de fome, então Deng instou seu povo a dizer: “temos que ser mais ousados do que antes, para realizar a reforma e ter coragem de experimentar uma abertura ao exterior.”

Para esse fim, desde o início dos anos 1980, fui claro sobre o caminho a seguir: “Atualmente, existem dois modelos de desenvolvimento produtivo. Na medida em que cada um deles atenda aos nossos propósitos, nós o usaremos. Se o socialismo é útil para nós, as medidas serão socialistas, se o capitalismo é útil para nós, as medidas serão capitalistas”, e no meio dessa nova heterodoxia, ele declarou não deixar espaço para dúvidas: “não há contradições fundamentais entre o socialismo e a economia de mercado” (Oropeza García, México-China: culturas e sistemas jurídicos comparativos, 2008, p. 447-450).

A transferência de riqueza do Ocidente para a Ásia, e em particular para a China, fez parte de um mecanismo de conhecimento do público. A China declarou publicamente sua oferta de produzir bens de baixo custo (com base em uma política trabalhista precária, sem cobertura social e sem proteção ambiental) desde o início dos anos 1980, recorrendo a um modelo heterodoxo, para resolver problemas alimentares do povo chinês, uma oferta que, como já foi dito, o Ocidente aceitou como uma “oportunidade”, gerando assim uma guerra de produção desenfreada em busca do menor custo, em que o mundo econômico perdeu sua sanidade e sabedoria e o caminho em que avançara nos últimos 60 anos, em relação às bases econômicas do novo mundo global.

Quando o “futuro da população mundial” foi colocado no bolso dos consumidores globais, o mundo econômico perdeu o bom senso e a responsabilidade social. Quando os países colocaram o “interesse nacional” na compra mais barata de sua classe média, independentemente de “como”, os países perderam o controle e a estabilidade de seu desenvolvimento. Aproximadamente 10 mil projetos de investimento foram aprovados na China de 1979 a 1987, com uma participação estrangeira de aproximadamente 2 bilhões de dólares. De 1988 a 1991, os juros se intensificaram e aproximadamente 30 mil projetos de investimento foram autorizados, com investimento de cerca de 3 bilhões de dólares.

No final de 1991, ambos os indicadores foram aplicados em 42 mil projetos de investimento, contando com mais de 5 bilhões de dólares. Em 2000, 200 das 500 empresas multinacionais mais importantes do mundo, com capitais norte-americanos, japoneses, alemães, franceses, taiwaneses etc., estavam na China (Oropeza, China, entre o desafio e a oportunidade, 2005, p. 102). Esse capital estava fluindo através da estrutura econômica montada nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que dentro de sua estratégia de

atração de capital gerenciavam uma política fiscal heterodoxa (dumping fiscal), e manejava estrategicamente seu desenvolvimento de exportações ou alta tecnologia, incluindo estímulos que iam desde a isenção total do pagamento do imposto de renda (ISR) até reduções e preferências tarifárias de 10% do ISR, bem como restituições de impostos de 40% a 100% e taxa zero para importações tecnológicas (Oropeza, China, entre o desafio e a oportunidade, 2005, p. 300).

Da mesma forma, na questão monetária (dumping monetário), a China partiu, de 1º de janeiro de 1994 a 22 de junho de 2005, de uma paridade fixa de 8,28 yuan, como apoio heterodoxo às políticas públicas para facilitar e expandir suas exportações. Essa política, apesar dos desafios de alguns países desenvolvidos como os Estados Unidos, foi administrada por mais de onze anos e, embora em 2005 tenha iniciado um período de ajuste (aproximadamente 20% em 2010), por insistência de “pressões Ocidentais, a China continua mantendo uma política monetária (subvalorização de 40%, CEPAL, 2011) como estratégia para apoiar suas exportações em todo o mundo. Com relação ao seu “dumping comercial”, Odded diz que, além do progresso considerável registrado em algumas áreas, as violações são abundantes e que não podem mais ser atribuídas a problemas de implementação.” (Odded, 2005, p. 167-168).

Ademais, denuncia-se que a transferência de tecnologia é continuamente utilizada como condição para a aprovação de investimentos ou a concessão de incentivos, porém lamenta que a cláusula que negou à China todo tipo de pressão desse tipo tenha sido retirada do rascunho original da adesão à OMC, no entanto é a questão da propriedade intelectual em que as principais críticas ao comércio chinês continuam sendo feitas, relativamente aos compromissos firmados com a OMC.

Aqui, vale ressaltar que a “expropriação tecnológica”, como Fishman a chama, é uma política consubstancial do modelo de desenvolvimento chinês e faz parte de suas estratégias de crescimento desde o seu início. Desde a cópia do modelo maquilador que conheci no México no final dos anos 1970 até a apropriação e desenvolvimento da nova tecnologia chinesa dos anos 1980, 1990 e início deste século, sobre violações de propriedade intelectual, eles continuam apresentando inúmeros casos que passam pelos setores farmacêutico, eletrônico, de vestuário e automotivo. Por fim, nessa área da heterodoxia econômica, a importante questão da deterioração ecológica, o Dumping Ecológico não pode ser ignorado. Autores como Pang Zhonying falam da enorme “dívida ecológica” da China, causada por algumas facetas de seu sucesso econômico (Oropeza, BRICS: O caminho difícil entre ceticismo e espanto, 2011, p. 156-160).

Assim como no Japão, os Estados Unidos e a Europa, desde a década de 1990, vêm pressionando a China a cumprir as regulamentações internacionais sobre questões como subvalorização de sua moeda, direitos de propriedade intelectual, intervenção estatal etc., mas esse diálogo, como no Japão no passado, nunca produziu resultados que correspondam adequadamente às regulamentações comerciais internacionais. Países não ocidentais como os latino-americanos, nesse sentido, tiveram que lidar não apenas com o “pragmatismo” ou mercantilismo seguido pelos Estados Unidos e Europa na questão agrícola. Eles também tiveram que admitir a participação dos diferentes países asiáticos com uma política comercial internacional heterodoxa, enquanto a maior parte da América Latina lutou para se adequar aos padrões internacionais, destacando neste último grupo a posição ortodoxa do México.

A “adaptação” ao modelo econômico ocidental pelo Leste Asiático não se limitou a impor uma visão estatista, vertical e pragmática no centro de seu desenvolvimento. Juntamente com essas políticas, desde 1950 foi programada uma estratégia de *industrialização de substituição de importações (ISI)* que levou a região a gerar um número maior de pontos fortes econômico-comerciais. O processo de substituição de importações seguido por alguns países do Leste Asiático, como Índia, Coreia do Sul, Taiwan etc., juntamente com países da América Latina e algumas outras nações, aproveitou a oportunidade gerada pelo conflito de guerra na Segunda Guerra Mundial em relação à questão da produção industrial, para iniciar um processo de transformação que ajudaria a reduzir suas fortes compras do exterior e a sua dependência histórica da Europa e nos Estados Unidos, a fim de iniciar um caminho de desenvolvimento econômico próprio.

Esse processo, em uma primeira etapa, conseguiu a decolagem da produção industrial desses países, bem como sua inserção em uma cultura de industrialização iniciada no século XVIII, com o surgimento da Primeira Revolução Industrial, da qual não haviam participado devido à dependência das hegemonias ocidentais. No entanto, diferentemente do processo ISI seguido pela América Latina, os países asiáticos deram uma virada estratégica nesse processo, orientando a maior parte de sua produção para o mercado externo, passando do ISI para uma *industrialização orientada para a exportação (IOE)*, que foi um grande sucesso na estrutura do pós-guerra, dada a preferência de compra que os Estados Unidos mantiveram, após 1945, de produtos da Coreia do Sul, Taiwan, Japão etc., devido a circunstâncias políticas.

Como exemplo do exposto, pode-se mencionar que em 1973 a Coreia do Sul já exportava 41% de sua produção industrial e Taiwan 50%, em comparação com as escassas exportações de 2% e 3% da América Latina no mesmo período. Apesar dessa importante mudança de estratégia econômica

seguida pelo Leste Asiático, a participação do Estado permaneceu sempre na vanguarda, da mesma forma que os estímulos comerciais heterodoxos e as políticas comerciais que mantinham competitivos seus produtos para exportação continuavam sendo aplicados. A esse respeito, Frieden ressalta: “Os exportadores do Leste Asiático não desenvolveram economias duplas com altos salários no setor moderno e baixos salários no setor informal, mas foram forçados a manter “todos os salários” baixos, geralmente reprimindo os trabalhadores, para que suas exportações ainda fossem baratas. Suas moedas foram subvalorizadas para manter a competitividade, limitando o poder de compra da classe trabalhadora e da classe média. A política macroeconômica conservadora permitia inflação baixa, mas também significava que os governos forneciam pouca segurança social” (Frieden, 2007, p. 466). Outro dos componentes que foram decisivos para o Leste Asiático/Ásia-Pacífico se apresentar hoje como “a fábrica do mundo” e como uma região cada vez mais economicamente integrada foi o sucesso japonês no pós-guerra, devido ao seu tamanho, o país dependia de outros países da região, dada a incapacidade do Japão de cobrir os insumos e as necessidades de produção de um mercado ocidental que exigia uma quantidade maior de mercadorias pelo menor preço, independentemente de como elas fossem obtidas. Como Zavala aponta sobre o Japão em 1974: “O aumento do iene e o melhor acesso aos recursos naturais na região levaram a indústria japonesa, que havia atingido um rápido crescimento há uma década, a transferir suas operações para outros países. Juntamente com a ajuda externa oficial do governo japonês, o investimento privado japonês participou da promoção da exportação de plantas em grande escala para os países da ASEAN” (Haro Navejas e Zavala Roman, 2012, p. 239). Esse processo, que em sua última etapa já abrange mais de 60 anos de absorção de uma maior produção mundial de bens, ante a desindustrialização ocidental e a precarização asiática do fator trabalho, atuou como um navio de comunicação, como um “vazio de desenvolvimento” que os países motores do crescimento asiático, como o Japão e agora a China, têm derramado sobre os países da região, sob um padrão comum adotado por todos os seus participantes, que derivados de uma arquitetura comercial robusta e sofisticada avança com sucesso. Rosales e Kuwayama comentam: “Esse aumento do comércio intra-asiático foi motivado, em parte, pelo crescimento robusto do comércio intracorporativo e intraindustrial, graças à construção de uma complexa rede de cadeias de suprimentos de integração vertical por empresas transnacionais, nas quais a China desempenha um papel fundamental como origem e destino.” (Rosales & Kuyuwama, 2012, p. 130).

Na dinâmica desse processo, o comércio intrarregional dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) fica perto de 25%, mas

quando é adicionado à China, Japão e Coreia do Sul (Asean + 3, + Hong Kong, Macau e Taiwan) é escalada em até 50%, superando o restante dos esquemas de integração, exceto a União Europeia (65%), que demonstra o alto grau de coesão que a região tem na importante tarefa de produzir bens industriais, na qual, embora a China represente 21% das exportações intrarregionais, absorve 44% das importações intrazonas, o que marca a alta dependência que a região está obtendo do sucesso chinês (CEPAL, 2012). Dentro dessa abordagem e dentro deste grupo (Asean + 3 + RAE)), a dependência comercial intrarregional dos países asiáticos participantes do TPP passa de 71% por Brunei, até 33% para a Nova Zelândia; 52% na Malásia, 51% no Vietnã, 49% em Cingapura, 51% na Austrália e 37% no Japão (CEPAL, 2012).

Toda essa sinergia gerou a situação em que China, Japão e Coreia do Sul, desde 2010, são a primeira, terceira e sétima nações manufatureiras do mundo, respectivamente, representando 90% das exportações totais da região, sendo que o Leste Asiático cobre mais de 70% do valor agregado industrial dos países em desenvolvimento, fazendo com que a China seja líder mundial em 9 dos 16 setores industriais relevantes e sub-líder em outros seis (CEPAL, 2012). “Dessa forma, com a China em seu cerne, a região Ásia-Pacífico tornou-se um dos principais eixos do comércio intrarregional em todo o mundo.” (Rosales e Kuyuwama, 2012, p. 132).

Frente a esse processo asiático de intraintegração industrial, há mais de cinquenta anos em construção, vale a pena perguntar se os países americanos, especialmente os latino-americanos, se prepararam da mesma maneira para esse desafio.

PACÍFICO OU ATLÂNTICO? ASSIMILAÇÃO OU CONFRONTO?

O que os Estados Unidos querem do Leste Asiático? Como enfrentará a concorrência contra a China na região? Como liderará a posição ocidental contra cinco civilizações regionais? Qual é a sua força para lograr êxito nisso? Perguntas semelhantes às do século XX, onde discutiram a luta de hegemonias entre a Inglaterra e a Estados Unidos, ou no século XIX, entre a Grã-Bretanha e a França, com a diferença de que nos séculos anteriores o debate era entre hegemonias ocidentais e, neste caso, a competição se refere às potências ocidentais e às hegemonias crescentes do Leste Asiático.

Os Estados Unidos deixaram claro seu interesse no Leste Asiático desde o século XIX, quando, apesar da distância, seus rearranjos internos e a implantação da estratégia “América para os americanos” (pela qual apontou sua hegemonia na América Latina) implementou uma política de “portas

abertas”, por meio da qual enviou a mensagem às várias hegemonias ocidentais que disputaram a Ásia. Apesar das limitações anteriores, os Estados Unidos mantinham um interesse hegemônico na área e estavam dispostos a arcar com as consequências. Com base nessa estratégia no século XIX, os Estados Unidos participaram de intervenções militares multinacionais contra a China e, em 1900, enviou um contingente de 2.500 soldados para se juntar às potências europeias (Grã-Bretanha, França, Holanda, Rússia, Áustria, Hungria, Itália e Japão) que “lutaram” no Levante dos Boxers (Crespo MacLennan, 2012, p. 193-201), da mesma maneira dirigiu e alcançou a abertura comercial do Japão em 1852-1854 por meio de instâncias militares e, antes do triunfo contra a Espanha em 1898, os Estados Unidos assumiram o controle das Filipinas no mesmo ano. Não obstante o exposto, sua presença no Leste Asiático durante o século XX foi cheia de choques, onde muitas das consequências das decisões geopolíticas tomadas ainda hoje definem a relação dos Estados Unidos com a região.

Consideravelmente, como já mencionado, destaca-se, em primeiro lugar, um infeliz relacionamento com a China que, no contexto de seu rearranjo social de 1911 a 1949, não conseguiu diagnosticar adequadamente, tanto porque nesse período houve os maiores conflitos de guerra da história no centro do mundo ocidental, quanto por sua interpretação limitada da idiossincrasia do povo chinês e sua abordagem equivocada aos movimentos (comunistas e nacionalistas) que foram confrontados pela supremacia política do país.

Essa atitude levou os Estados Unidos, por um lado, a se distanciar dos anfitriões de Mao e, em 1941, a formalizar um acordo com Chiang Kai-shek como aliado no quadro da Segunda Guerra Mundial. Fairbank comenta o assunto: “A ignorância e o sentimentalismo dos Estados Unidos chegaram a tal ponto que o presidente Roosevelt imaginou o governo nacionalista preenchendo o vácuo de poder que seria criado no Leste Asiático após a queda do Japão”. Acrescentando mais tarde: “O irrealismo desastroso da política americana foi muito bem ilustrado pelo emissário especial do presidente Roosevelt, general Patrick J. Hurley, de Oklahoma, um remanescente americano extravagante e simples de Ronald Reagan. Seus esforços desajeitados para evitar a guerra civil por meio da mediação deram lugar à influência que Chiang Kai-shek exerceu sobre ele. O general Hurley se opôs a todo o pessoal da embaixada, na defesa da ajuda americana a Chiang contra o vento e a maré. Quando chegou, é claro, Hurley havia desaparecido dessa cena, mas sua política ainda era seguida em Washington e fazia com que os americanos estivessem longe da China.” (Fairbank King, 1996, p. 394-396).

Quando, no século XX, os Estados Unidos quiseram tomar uma posição de liderança frente à China, não souberam decifrar a frondosa árvore de sua identidade, a fim de orientar a relação para uma posição harmonizada com os interesses americanos. No entanto, se houve uma oportunidade de controle político e econômico dos Estados Unidos em relação à China nos últimos 70 anos, foi na década de 1940 que, em uma posição de força decorrente de seu triunfo militar e econômico na Segunda Guerra Mundial, tiveram a opção de exercer um papel mais bem-sucedido. É claro que com a China, dada sua dimensão geográfica, histórica e demográfica, como de costume, os absolutismos não se encaixam. A esse respeito, o mesmo observa Fairbank: “A ilusão de que os Estados Unidos poderiam ter forjado o destino da China sugere que nós, americanos, podemos realmente tocar o sol, se quisermos, mesmo entre 475 milhões de pessoas nos campos de arroz inacessíveis, de um subcontinente localizado a 16 mil quilômetros de distância.” (Morison Eliot, Commager Steele & Leuchtenburg E., 1993, p. 806).

Para os Estados Unidos, a China sempre foi um país denso, difícil de decifrar. Tanto o presidente Roosevelt quanto Truman falharam na tarefa de diagnóstico, negociação e resultados nos momentos anteriores ao conflito militar de 1939, durante ele e após seu término, quando os Estados Unidos eram a grande hegemonia militar e econômica do mundo e a China, além de seus pontos fortes históricos, passava por um estágio de enfraquecimento econômico e social que não seria resolvido, em princípio, até os anos 1980, ou seja, quarenta anos depois.

Esse infeliz encontro no século XX para os Estados Unidos, com uma das principais civilizações do Leste Asiático, longe de terminar com o triunfo da corrente comunista de Mao Zedong em 1949, teve uma escalada no conflito da divisão da Coreia no final da guerra, que mais uma vez confrontou os dois países em uma luta pelo controle da área. Antes da invasão da Coreia do Norte à Coreia do Sul em 1950, os Estados Unidos e um exército da Organização das Nações Unidas (ONU) já estabelecida contra-atacaram e recuaram os exércitos inimigos para a fronteira norte com a China, onde novamente diante da questão do que fazer com o gigante asiático, enquanto o presidente Truman e o general Mc Arthur concordaram com o escopo da transferência do 38º paralelo: “Massas de soldados da China vermelha estavam penetrando através de “Yalú” na Coreia. Na noite de 25 de novembro, os “voluntários” de Mao desencadearam um ataque feroz. Três dias depois, Mc Arthur escreveu uma declaração aterradora: “Estamos enfrentando uma guerra totalmente nova”. Um exército de mais de um quarto de milhão de chineses tirou as tropas de Mc Arthur do território que haviam conquistado

na Coreia do Norte e as levou de volta para o paralelo 38.” (Morison Eliot, Commager Steele & Leuchtenburg E., 1993, p. 810).

Com a maior tecnologia militar e quase 50% do PIB mundial, os Estados Unidos não conseguiram administrar ou negociar com a China nos momentos cruciais de meados do século XX, perdendo o jogo tanto no território chinês (em 1945, os Estados Unidos tinham 53.000 soldados na China) como em seu confronto contra a Coreia do Norte. A esse respeito, deve-se lembrar que apenas cinco anos antes, em 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos haviam explodido a primeira bomba atômica em Hiroshima, precipitando a rendição incondicional do Japão e desmantelando todos os seus ativos militares, dentro dos quais liberaram as posições assumidas desde 1895 para a China, entre os quais grande parte do nordeste da China, que foi rapidamente recuperado pelo exército de Mao.

As decisões tomadas pelos Estados Unidos no Leste Asiático, naquele momento histórico de meados do século passado, que envolveu o Japão, China, Taiwan, Coreia e Rússia, são fundamentais para entender uma realidade geopolítica que ainda está sendo traçada até hoje, à luz das consequências de tais decisões. Aos trabalhos fracassados no Leste Asiático pelos Estados Unidos no século passado, deve-se acrescentar de maneira relevante sua guerra desastrosa com o Vietnã, na qual também se pode dizer que girava em torno de seu mal-entendido sobre a região. A partir de uma “herança” francesa (1954) ou de um erro de apoiar a França com os guerrilheiros comunistas na região da Indochina, os Estados Unidos permaneceram como os principais responsáveis por “interromper” o avanço comunista na região, dentro de uma conflagração que ainda não esclareceu os benefícios pretendidos, mas que todos os atores, diretos e indiretos na região, deixaram marca profunda na pior face do império americano.

A guerra de – suposta – baixa intensidade aumentou e se prolongou dolorosamente com o tempo, onde, como diz Howard Zinn, “de 1964 a 1972, a nação mais poderosa da história do mundo fez seu maior esforço militar, incluindo todos os tipos de armas, com exceção de bombas atômicas, para derrotar o movimento nacionalista revolucionário de um pequeno país de camponeses e fracassou” (Zinn, 2003, p. 469). O incêndio cessou 19 anos após sua primeira história (1954-1973), quando em março de 1973 as últimas tropas dos Estados Unidos deixaram o Vietnã, deixando um enorme custo para trás. “A guerra custou 57 mil vidas americanas e mais de 300 mil feridos, causou mais de um milhão de baixas a asiáticos, absorveu bilhões de dólares e causou danos incalculáveis à sociedade americana e à eficácia dos Estados Unidos nos assuntos mundiais.” (Morison Eliot, Commager Steele & Leuchtenburg E., 1993, p. 889).

Os Estados Unidos não foram capazes de reverter, até o momento, as tendências marcadas no século XX. Embora tenha sido a hegemonia predominante na região nas últimas décadas, os atores asiáticos aproveitaram a “pax americana” na região como um insumo sem custo para sua emergência econômica e comercial. Desde que houve um princípio de conflito na região após a síndrome do Vietnã, os “dentes” asiáticos do Japão, ou agora da China, prevaleceram sobre as pressões americanas. É por isso que Mahbubani não hesita em afirmar que “os Estados Unidos também são um poder excepcional, talvez o maior poder benevolente da história. Além de suas tentativas colonialistas nas Filipinas e em Cuba, ele geralmente não tinha propósitos expansionistas” (Mahbubani, 2002, p. 167).

Os Estados Unidos mantêm um relacionamento distante e cauteloso com a China, o de um domador que toda vez que toca no tigre este reage com um rosnado e o devolve, sem nunca saber como se relacionar com o tigre. O exposto acima contrasta com uma posição de reivindicação permanente da China, que passou de uma posição “cautelosa” durante sua abertura econômica de 1979 a 2000, como já observado, a uma concorrência franca de seu “renascimento econômico” (2000-2013). Como parte dessa relação, a China passou de um PIB, em 1980, de apenas 303 bilhões dólares, para registrar em 2012 a figura extraordinária de 8 trilhões de dólares. No mesmo período, os Estados Unidos passaram de US\$ 2,8 trilhões para US\$ 16 trilhões (FMI, 2012). Os números falam por si mesmos dos dividendos que cada país gerou durante o período, dentro do qual a distância econômica entre os Estados Unidos e a China foi reduzida de 10 vezes para uma vez, em favor do país asiático.

Quanto a Taiwan, também uma questão inacabada da participação americana em meados do século XX se move em uma posição cada vez mais desconfortável para cada um de seus participantes: para Taiwan em si, porque sabe que o PIB chinês é onze vezes maior, além de ser uma barreira intransponível, podem ser motivos para se aproximar de uma integração mais vantajosa; para a China, porque seu poder adverte que o retorno da ilha é apenas uma questão de tempo e que, dia após dia, ele avança na apreensão da economia e do comércio de Taiwan; para os Estados Unidos, porque a defesa da antiga Formosa se tornou uma questão cada vez mais desconfortável e cara para os interesses americanos, embora, é claro, a ilha continue sendo um cartão de trocas no tabuleiro de xadrez em que foi transformado o Leste Asiático.

No caso da Coreia, os Estados Unidos ainda sentem os efeitos de uma estratégia errada adotada nos anos cinquenta, dada a ameaça pública e permanente de uma Coreia do Norte que só fala com a China e que mantém uma posição permanente de controle que incomoda os Estados Unidos, deixando-o

com poucas alternativas. A Coreia do Sul, embora ainda esteja protegida pelo manto oferecido pelos Estados Unidos em seu confronto com o norte, tem gradualmente seus interesses voltados para a China, que se tornou seu parceiro comercial mais importante, em que a Coreia é o quinto investidor mediante a instalação de mais de 10 mil empresas coreanas no território mandarim e com o maior número de estudantes estrangeiros no país asiático.

Quanto ao Japão, o decisivo relacionamento tríplice Pequim, Tóquio, Washington escalou para o seu ponto mais relevante. Na geopolítica regional e além dela, mantém sua maior atenção na divisão que se seguirá a cada uma das partes, que marcará a rota da primeira parte do século XXI na região e no mundo. O Japão, como sabemos, “fugiu” da Ásia desde o século XIX e assimilou o modelo vencedor do Ocidente em seus diferentes aspectos, com tanto sucesso que em pouco tempo se tornou uma potência industrial que o levou a ser uma potência militar e, juntamente com a Alemanha e a Itália em 1939, experimentou a aventura de redistribuir o mundo.

No período pós-guerra, nos últimos 60 anos, o Japão orbitou os Estados Unidos como parte dos custos de sua derrota e de seus compromissos pós-guerra, bem como a conveniência de não ter despesas militares que, com base no Tratado de Segurança Mútua (TSM) assinado com os Estados Unidos, fez com que o país americano mantivesse uma base militar estratégica no Japão. Também o faz porque, no âmbito dos acordos de sua capitulação, os Estados Unidos decidiram que o Japão se comprometesse constitucionalmente: “o povo japonês renunciará para sempre à guerra como o direito soberano da nação” (Morison Eliot, Commager Steele e Leuchtenburg E., 1993, p. 808).

No entanto, dado o vertiginoso avanço chinês, o Japão deixou de ser o poder econômico da região, com o fato agravante de que, desde 1945, deixou de ser o poder militar, o que prejudica sua posição no centro da estrutura regional, porque nem o Japão e nem os Estados Unidos se prepararam para chegar a esse momento, no qual o Japão, passando para o terceiro lugar na economia mundial e a China, em alguns anos, provavelmente para o primeiro, o país japonês terá que redesenhar sua estratégia de posicionamento, para responder de que maneira ele articularia sua posição econômica regional no século XXI. Como estruturará seu relacionamento geopolítico com a China e, conseqüentemente, como renegociará seu relacionamento de mais de meio século com os Estados Unidos.

Todos esses dilemas não possuem respostas fáceis, porque a China e a nação norte-americana pressionarão o Japão para que se alinhe às suas próprias posições. A China, desde 2004, pressiona o Japão a formalizar um acordo de livre comércio com os 10 países da Asean e Coreia do Sul, para formar o bloco econômico chamado Asean +3, o que representaria 21% do PIB de todo o

mundo e 30% da população mundial (CEPAL, 2009). No entanto, embora o Japão já tenha formalizado seu esquema de aliança comercial Asean +1, até o momento, sem recusar, ele continua atribuindo o status de projeto em “estado de viabilidade”, que vem atrasando sua integração formal com a China. Os Estados Unidos, por seu lado, também pressionam fortemente o Japão a aderir ao Acordo de Parceria Transpacífico, contra a oferta da Asean +3, a fim de fortalecer seu bloco regional no Leste Asiático, conseguido com a integração do Japão, em primeira instância, às reuniões preparatórias de TPP na Malásia, realizadas em julho de 2013. O Japão se torna a joia da coroa e, com sua decisão, ajudará a definir o vencedor da primeira rodada desse concurso.

Rosales comenta: “A assinatura do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a República da Coreia incentiva o Japão a retomar as negociações suspensas sobre um tratado semelhante com a República da Coreia e avançar para um eventual acordo no âmbito do Acordo de Parceria Transpacífico. Se fosse feito um progresso substancial para a realização dessas iniciativas transpacíficas entre os principais atores, o equilíbrio do poder econômico e comercial seria alterado não apenas entre a China e o Japão na esfera Ásia-Pacífico, mas também entre a China e os Estados Unidos, pois alteraria substancialmente o cenário de integração da Ásia e do Pacífico. Se o Japão optasse por participar das negociações do Acordo de Parceria Transpacífico, a possibilidade de chegar a um acordo comercial entre os três principais países da Ásia seria muito afetada.” (Rosales & Kuyuwama, 2012, p. 199).

Com a adesão do Japão ao TPP, ao ajudar a Malásia, está sendo construído pelos Estados Unidos, após uma longa deriva, um princípio de estratégia para competir com a China no campo econômico-comercial. Apesar da importância de integrar o Japão nas negociações sobre TPP, vale a pena acompanhar de perto o resultado dessa reunião e não perder de vista o comentário de Huntington, que adverte que, “Idealmente, os líderes e o povo japonês preferem, indubitavelmente, o regime das últimas décadas, permanecendo sob o braço protetor dos Estados Unidos. No entanto, à medida que o envolvimento dos Estados Unidos na Ásia diminui, as forças no Japão que instam a “re-realização” do Japão ganharão força e os japoneses passarão a aceitar como inevitável o domínio renovado da China no cenário oriental asiático” (Huntington P., 2001, p. 283). Como se vê, a relação do Atlântico com o Pacífico é apresentada no século XXI como um processo não aveludado, no qual, até o momento, suas diferenças prevalecem em relação às suas coincidências. A relação EUA-China, por mais que tente um discurso civilizado, denota a diferença de seus interesses políticos e econômicos, não podendo mais ser ocultada da visão da comunidade internacional.

De 1999 até hoje, a balança comercial dos Estados Unidos tem sido deficitária com a China, a gravação de 13 anos de perdas contínuas com saldos anuais negativos somou, a partir de 2005, mais de 200 bilhões de dólares. De 2005 a 2010, a perda acumulada de comércio dos Estados Unidos foi de 740 bilhões de dólares, no entanto, nessa acentuada tendência de perdas, não apenas os Estados Unidos, mas todo o Ocidente, onde a União Europeia no mesmo período registrou um déficit comercial com a China de US\$ 575 bilhões. No entanto, as perdas comerciais do Ocidente com a China (nas quais o México participa de uma medida importante com US\$ 56 bilhões em 2012) não obedecem a um princípio clássico de competitividade com o qual a China superou a Europa e os Estados Unidos. De fato, no ranking mundial de competitividade, a China continua a aparecer significativamente acima das posições alcançadas pela Europa e pelos Estados Unidos (6º lugar na Alemanha, 10º lugar na Inglaterra, 15º lugar nos Estados Unidos e 26º lugar na China, *The Global Competitiveness Report (2012-2013)*), de modo que as vantagens com as quais a China vem dominando o mercado mundial de bens não estão sob o parâmetro das “virtudes” competitivas estabelecidas pela OCDE, no FMI ou no Banco Mundial, nem com as regras de medidas de facilitação do comércio mundial do Economic Forum (2012), onde os países ocidentais continuam a ter melhores posições do que a China (13º na Alemanha, 19º nos Estados Unidos, 48º na China etc.), muito menos na rede “estratégica” de acordos de livre comércio que a China havia feito com o mundo, na qual também descobrimos que em 2011 a China registrou uma taxa de cobertura de apenas 11% (CEPAL, 2012), ou seja, 89% de suas exportações careciam das vantagens tarifárias e comerciais oferecidas pelos países com os quais esses acordos são assinados.

Derivada do exposto, a questão obrigatória é se a China não é tão “competitiva” quanto o Ocidente, nem fornece as melhores instalações para o comércio exterior como o Ocidente, nem possui tantos tratados de livre comércio assinados quanto o Ocidente, pior ainda, se é a parte que mais se sente atraída pela OMC por violar as regras do comércio internacional (nos últimos 15 anos, mais de 825 casos de investigação de dumping foram iniciados contra a China, sendo o país mais denunciado pela OMC, 2011), porque seu comércio sobrecarrega o Ocidente há mais de 30 anos? A resposta é conhecida muito bem no Ocidente e sabe que, tanto no sucesso da China, como agora na região do Leste Asiático e antes do Japão, o Ocidente foi “parceiro” de uma realocação industrial da Europa e dos Estados Unidos para o Leste Asiático, em uma estratégia liderada principalmente por uma exacerbação do lucro (baixo custo) ao custo dos salários e da seguridade social dos trabalhadores asiáticos e agora do mundo.

A desindustrialização ocidental e a industrialização do Leste Asiático são fenômenos “espelhados”, que não ocorreram com base na competitividade ou

na inovação. Até o momento, sua razão fundamental tem sido a transferência tecnológica, financeira e industrial que ocorreu a partir da segunda metade do século XX e perdura até os dias de hoje, em que ainda até 2006 empresas de capital estrangeiro dos Estados Unidos na China representavam 26% e os europeus 18%, com um investimento estrangeiro (IED) de 13% dos Estados Unidos (CEPAL, 2012).

Hoje a realidade foi transformada e a astúcia, o talento e a capacidade de trabalhar na Ásia levaram a maior maquiladora do mundo a ser a maior fábrica do mundo, uma transformação que o Ocidente não teve e então ele não sabe o que fazer com isso. Se o compromisso dos Estados Unidos de reverter essa realidade é o Acordo de Associação Transpacífica, isso seria como querer matar um dragão com uma mola.

Uma das principais razões para o problema econômico entre os Estados Unidos e a China, entre o Ocidente e o Leste Asiático, é estrutural e sua solução passa por um nivelamento do piso regulatório que “governa” as trocas comerciais do mundo, que não podem continuar sendo uma simulação para alguns (uma importante maioria dos países do Ocidente e do Leste Asiático) e uma camisa de força para outros (nos quais estão o México e boa parte dos países da América Latina).

A rude diferenciação comercial que priva a questão agrícola do Ocidente não pode mais ser sustentada e a violação repetida dos regulamentos da OMC pela China e pelo Leste Asiático também não deve continuar. Pretender expandir seus privilégios no campo de serviços (alta tecnologia, indústria farmacêutica, patentes, marcas etc.) pelos Estados Unidos, por intermédio de novos acordos comerciais, é uma falta de sensibilidade e senso de futuro em direção à conquista de um intercâmbio comercial mais harmonioso e justo no século XXI.

Enquanto os Estados Unidos, juntamente com a Europa ainda não canalizam uma proposta substantiva que recomponha esses desvios estruturais do comércio internacional, a China e o Leste Asiático continuarão dissimulando surdeza um chamado que, por estar viciado, sentem que não os obriga e, pelo contrário, justifica sua ação “pragmática” de implantar a estratégia econômica do “gato”, na qual, segundo o provérbio chinês, não importa se é preto ou branco (socialista ou capitalista), o que importa é que ele caça camundongos.

Por outro lado, como mencionado, os Estados Unidos sempre tiveram interesses na região Leste Asiático e, apesar de seus grandes fracassos, sua presença na região desde a segunda parte do século XX tem sido hegemônica às grandes fraquezas sociais e econômicas de China, Índia e Rússia e seu acordo político com o Japão. No entanto, diante do ressurgimento econômico da região e do notável sucesso da China, os países da região ficaram nervosos e

hoje estão lutando para tentar ver qual país tem futuro e em quem depositarão sua confiança e interesses. É por meio de novos acordos comerciais que os Estados Unidos tentam colocar um cavalo de Troia na região, a fim de diminuir o poder crescente da China? Ou os Estados Unidos realmente acreditam que, através dessa oferta ultrapassada de livre comércio, se pode construir uma articulação entre as regiões ou conquistar a simpatia e aliança das economias da região e manter seu papel hegemônico? Por enquanto, Oksenberg comenta: “Os líderes asiáticos estão preocupados que o equilíbrio de poder possa mudar a favor da China, mas, com uma inquieta antecipação do futuro, eles não querem encarar Pequim agora” e “Eles não se unirão aos Estados Unidos em uma eventual cruzada antichina.” (Huntington P., 2001, p. 282).

Em 1993, em um mundo ainda pré-chinês e no âmbito do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), o presidente Clinton declarou que havia chegado o momento de os Estados Unidos e o Japão criarem uma comunidade do Pacífico. Quatro anos após o final da história (1989-1993) e em um mundo ainda com incertezas, os Estados Unidos estimaram que a região do Leste Asiático poderia continuar sendo administrada com a ajuda do poder econômico regional do momento, o Japão, e através de uma proposta de integração econômica que, em 1989, havia iniciado o movimento com a Austrália (APEC).

A proposta de cooperação para se tornar uma grande zona de livre comércio composta por 21 países, dos quais 16 correspondiam à região do Leste Asiático, era um compromisso amplo que abrangia cerca de 90% dos países da região, com o objetivo de comprometer as partes com os regulamentos internacionais atuais. Após mais de 20 anos, a visão de uma APEC de sucesso liderada pelos Estados Unidos foi diluída, ano após ano, antes do aumento médio anual de 10% no PIB chinês, o que não facilitou as coisas para a institucionalização de uma figura geocomercial comandada pelos Estados Unidos. Enquanto isso, a China caminhava lentamente para a integração na OMC em 2001, navegando com os maiores privilégios do mercado internacional com a cláusula da nação mais favorecida.

Naquela época, a China não precisava de uma APEC e os Estados Unidos não investiam capital político suficiente para fazer isso acontecer. Novamente, a falta de atenção dos Estados Unidos na área e seu repetido erro na identificação da natureza e dos interesses chineses levaram a esquemas informais da APEC que se comunicam moderadamente com seus membros. Diante desse fracasso em avançar na institucionalização normativa da APEC, com um novo presidente americano, Obama, e vinte anos depois (1989-2009), os Estados Unidos mudaram seu centro de negociação “estratégico” no Leste Asiático de uma proposta ambiciosa da APEC para uma proposta “modesta”

do TPP², que cobria aproximadamente 35% dos países do Leste Asiático (7) e que, em termos de valor asiático, é muito menor que a APEC.

APEC-TPP (Valores asiáticos, 2011) Quadro comparativo

| | APEC | TPP |
|--|-------|-----|
| Países asiáticos * | 16 | 7 |
| População (milhões de pessoas) | 2.243 | 280 |
| PIB (trilhões de dólares) | 20 | 8.0 |
| Comércio total (trilhões dólares) | 11 | 3.6 |

Fonte: World Bank, Comtrade, World Fact Book

* Inclue Austrália e Nova Zelândia

A posição dos Estados Unidos agora é do tamanho do TPP? Não é suficiente para o seu poder político enfraquecido? Ou será que somente por meio de sete países da região que os Estados Unidos poderiam manobrar sua estratégia contra a China?

Quanto aos países asiáticos do TPP com maior valor econômico, fora da Austrália e do Japão, estão Malásia (287 bilhões de dólares) e Singapura (239 bilhões de dólares), o primeiro tem uma população de 25% de origem chinesa e o segundo com 76%, o que lhes dá uma orientação motivada por origem e história. Em relação à Malásia, a China em 2010 foi seu segundo parceiro comercial, com 29% de suas exportações e 15% de suas importações. Singapura, por outro lado, era seu terceiro parceiro de negócios (10%), embora Hong Kong tenha ficado em segundo lugar com 12%, totalizando 22%.

No que diz respeito ao Vietnã, é o país asiático mais desconfortável para a China por causa de seu conflito militar de 1979. Brunei, o menor país das seis nações asiáticas do TPP, tem apenas 500 mil habitantes e comércio de onze bilhões dólares (Banco Mundial, Comtrade, World Factbook, 2011), além de ser totalmente orientado para a China. Finalmente, no que corresponde aos dois países asiáticos de origem ocidental, Austrália e Nova

² Como se sabe, o presidente Trump retirou os Estados Unidos do TPP em janeiro de 2017.

Zelândia, a geopolítica do século XXI os deixou encapsulados em um limbo em que seu comércio e economia estão sendo determinados pela região do Leste Asiático (no que corresponde à Austrália, suas exportações em 2009 foram para China (25%), Japão (19%), Coreia (9%), Estados Unidos (4%) e suas importações, China (19%), Estados Unidos (11%), Japão (9%), Tailândia (5%) etc.), e desde 2002, quando os Estados Unidos pediram seu apoio à Austrália em sua disputa com a China por Taiwan, o primeiro-ministro Malcolm Fraser defendeu a neutralidade do país, apesar do Tratado de Defesa que assinaram com os Estados Unidos (Shambaugh, 2005, p. 321).

Enfrentar ou parar o *boom* econômico chinês por meio de um acordo de livre comércio é esquecer Kissinger quando ele diz que “Não é provável que um projeto explícito dos Estados Unidos tenha sucesso com o objetivo de organizar a Ásia com base na restrição à China ou criar um bloco de estados democráticos para uma campanha ideológica, e em parte porque a China se tornou um parceiro comercial indispensável para a maioria de seus vizinhos” (Kissinger, 2012, p. 539).

A China não foi convidada para a proposta de TPP, mas não há dúvida de que a China sempre esteve dentro dele demograficamente, historicamente, economicamente e comercialmente. Além disso, valendo-se de uma campanha de promoção geopolítica, a China vem implantando acordos com a maioria dos países da Ásia, a fim de conceder bolsas de estudos para estrangeiros, empréstimos, bem como por meio do poder importante de suas novas importações, e vem buscando reconstruir, permanentemente, o Sino-centrismo que prevalecia antes do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confronto dos Estados Unidos com a China, no campo econômico, começa tarde e uma longa cadeia de ações e omissões coloca a nova potência asiática no nível dos Estados Unidos, onde não importa mais se o PIB chinês vai exceder o PIB dos Estados Unidos antes de 2020 ou não, já que é fato que a transformação mais importante da China foi concluída, que deixou de ser um país maquilador para um país transformador com seu próprio motor e os outros atores terão que refazer suas estratégias para gerenciar uma nova realidade para a qual ninguém se preparava, exceto a China. “A experiência histórica demonstra, sem dúvida, que – observa Huntington –, na década de 1990, cada país do Leste Asiático já tinha a sensação de que, em assuntos relacionados ao Pacífico como um todo, tinha muito mais em comum com outros países da mesma região do que com os Estados Unidos.” (Huntington P., 2001, p. 272-273).

No campo comercial, a assinatura de novos acordos comerciais será inútil, a menos que o nível de concorrência seja nivelado para todos os participantes. No âmbito dessa desigualdade comercial praticada pelo Ocidente no setor agrícola e de serviços e no Leste Asiático no mercado de bens (no qual o México e a América Latina estão no meio), os Estados Unidos e a Europa tiveram a pior parte, pelo menos nas últimas três décadas, nas quais a economia asiática foi reconstruída e a economia ocidental enfraquecida. Portanto, repetir as antigas receitas para novos problemas é apenas continuar um caminho que segue o destino do provérbio chinês que afirma que “se continuarmos no caminho para onde vamos, certamente chegaremos aonde nos dirigimos”, que é a predominância do sinocentrismo no mundo econômico e geopolítico em relação ao qual a única coisa que pode ser reivindicada é que, a caminho do desenvolvimento, os compromissos multilaterais estabelecidos não estão sendo cumpridos ou são repassados aos interesses comerciais de outros países, como o Ocidente certamente fez nos últimos 500 anos.

Países como México, Chile, Peru e toda América Latina que com tanto entusiasmo aceitaram o convite para essa aventura comercial no Pacífico devem revisar as letras miúdas de um compromisso que se recusa a recompor as “prerrogativas comerciais” que o Ocidente e o Leste Asiático vêm se exercitando nos últimos anos e isso, pelo contrário, os deixa no meio de um confronto geopolítico no qual expressamente ou tacitamente tomariam partido. Se esses pontos de partida não forem alterados, a “aventura” terminará com saldos mais negativos do que positivos.

Para os Estados Unidos, ainda há espaço para reconstruir sua estratégia abrangente na Ásia. Os problemas do futuro econômico e as sensibilidades históricas com a região não pertencem exclusivamente aos Estados Unidos. Com o tempo, a China também tem o desafio de validar o sucesso econômico que alcançou até agora e as preocupações na área sobre seu novo papel hegemônico estarão no topo de suas prioridades pelo menos com a Índia, Rússia, Japão, Vietnã etc., com os quais ele já teve problemas de guerra no passado. Dentro da possível recomposição da estratégia norte-americana, poderia ser revisto o que alcançou para sustentar um confronto direto com a China por meio de novos acordos comerciais ou, em um nível mais objetivo, ponderar o possível convite à China para participar desses tratados, uma vez que o gigante asiático já manifestou seu interesse em fazer parte deles. Regulamentos de comércio justos, uma conformidade mais compatível da China (Leste Asiático) e Estados Unidos (Ocidente) com a regulamentação da troca global de bens e serviços seria uma boa notícia para um mundo econômico que lutará por seu rearranjo e sobrevivência por todo o século XXI.

CAPÍTULO 4

OS PAÍSES DO BRICS OU O INEVITÁVEL DEBATE ENTRE CÉTICISMO E ESPANTO

ESCLARECIMENTO OBRIGATÓRIO

Falar sobre os BRICS é falar sobre o futuro daí a complexidade de abordar uma questão na estrutura do começo de um século que começa, como os dois séculos anteriores, nos desafiando, não para vislumbrar o que se segue, mas para entender o que está acontecendo hoje. Vivemos a síndrome de uma globalização sem descanso que nos deixou sem respostas para a maioria das perguntas necessárias hoje para uma coexistência harmoniosa do ser humano. Chegamos ao fim das certezas políticas e econômicas de um mundo global que, através de múltiplas expressões, atestam uma transformação não resolvida que se traduz em uma sociedade mundial insatisfeita, que é solicitada diariamente por suas respectivas soluções. De alguma forma, e de algum modo, nos tornamos reféns de nosso próprio sucesso.

Por isso, falar sobre os BRICS, ou seja, o grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul¹, para além da posição que se assume, o tema convida a tomar cuidado para não cair na facilidade do passado, ou na especulação global do presente, para conhecer apenas as pessoas deslocadas e os vencedores. A profunda integração de todos os países que atualmente fazem parte da comunidade global, sejam eles aceitos ou impostos, não nos permite ir hoje como meros espectadores ao cenário de uma mudança transformacional cujos resultados dependem muito das possibilidades de sucesso de uma sociedade mundial comprometida.

Saber se este é o século da China ou não, se assistimos ao declínio dos Estados Unidos, se a Índia, a Rússia ou o Brasil deslocaram o Japão, a

¹ A África do Sul se une ao bloco em abril de 2011, portanto não é incluída na análise deste trabalho por razões editoriais.

Alemanha ou a França durante a primeira metade do século XXI, como sociedade global não é a mais relevante. É importante, pelo contrário, saber o porquê e como esses rearranjos e como isso afetará ou beneficiará a herança comum de ativos finitos que pertencem, agora mais do que nunca, a uma sociedade global que só pode avançar coletivamente em direção a um futuro de médio e longo prazo. Nesse sentido, o sucesso dos países do BRICS no século XXI, como em qualquer outra nação, só pode ser entendido dentro da estrutura do futuro de uma sociedade global que leva em consideração e respeita a sustentabilidade de todos os seus participantes.

Obviamente, essa abordagem não foi adotada no século XVIII, no início da era industrial, quando Watts e Cartwright inventaram o motor a vapor e a máquina de tecer e, assim, marcaram o início de uma sociedade global sem descanso, que em uma carreira incontrolável, deu início ao período mais lúcido e bem-sucedido de sua existência e o ponto de partida de sua possível autodestruição. Tampouco fez a Grã-Bretanha quando, com base nessas novas tecnologias, reafirmadas na guerra em 1815, com a Batalha de Waterloo, ao longo do século XIX, impôs ao novo mundo global uma forma de coexistência e exploração econômica que o levou a deter 25% das terras e a população de seu tempo. A Grã-Bretanha e os primeiros países industrializados não sabiam, nem perguntaram, se essa forma de “desenvolvimento” e exploração nos levaria hoje, em apenas 250 anos, a registrar concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera da Terra, superior àqueles que eram oitocentos mil anos atrás, e que se aproximam rápida e geometricamente daqueles que se supunha haver quinze milhões de anos atrás (Smith, 2011). A era industrial liderada pela Grã-Bretanha, inevitável, mas irresponsavelmente imposta, nasceu e se desenvolveu diante de uma comunidade global que assistiu impassível e surpreendeu o “Século da Grã-Bretanha”, no qual 2% da participação “industrial” ocorreu em 1750, aumentou para 23% em 1880, ao mesmo tempo que a Europa, neste último ano, acumulou 62% do desenvolvimento da nova exploração do mundo industrial (Kennedy, 1994). Da mesma forma, no início do século XX, uma sociedade global menos satisfeita e cheia de demandas, mas com a mesma morbidade do início do século XIX, se perguntava se o século XX seria o século dos Estados Unidos e o declínio da Grande Bretanha e se estávamos indo para a “americanização do mundo” (W.T. Stead) ou se o mundo deveria se unir ou se defender contra o “colosso comercial americano” (Kennedy, 1994).

Paradoxalmente, no início do século XXI, a mesma sociedade global, mais angustiada do que nunca, mas com a renovada morbidade de sempre, hoje questiona, ante o evidente declínio dos Estados Unidos, se este é o século da China ou se esse será o século dos BRICS? Da mesma forma, questiona

sobre quem ganha ou quem perde, em um exercício precoce de alianças e interesses. Infelizmente, para essa mesma sociedade global, o estágio da simples especulação já passou e, dado o peso de alguns números que nos falam com fundamentos sérios, podemos facilmente nos tornar a sexta extinção em massa na história da Terra e “a primeira desde a extinção ocorrida no Cretáceo-Terciário, que encerrou os dinossauros há cerca de 65 milhões de anos atrás” (Smith, 2011, p. 186). Tanto o declínio de velhas hegemonias, como os Estados Unidos ou a Inglaterra, como o surgimento de novos atores econômicos, como Brasil, Rússia, Índia e China, devem ser vistos com a preocupação de que tudo o que acontece hoje em assuntos econômicos e comerciais na sociedade global tem ou gera repercussões diretas em todos os países que a habitam, afetando seu bem-estar social e político.

Hoje, não basta aplaudir a chegada de novos atores do sucesso econômico, sob um esquema simples de vencedores e perdedores. Embora de 1750 a 2011 o que tenha prevalecido das hegemonias anteriores tenha sido sua irresponsabilidade em relação ao futuro, seu consumo irracional dos recursos naturais do patrimônio comum, hoje isso nunca pode se tornar uma justificativa para que as economias novas e antigas façam o mesmo em detrimento da sustentabilidade coletiva. Ao exposto, deve-se acrescentar que, dentro da sociedade global, existe uma crescente conscientização dos recursos finitos que ela possui. Há 100 ou 200 anos, não esteve claro o quão escasso são os insumos necessários para o desenvolvimento dos próximos anos: de que existe petróleo apenas para os próximos 41 anos; cobre por 35 anos; gás natural por 60 anos; ferro por 72 anos; prata por 14 anos etc. Também não se sabia que os níveis de concentração de CO_2 (280 partes por milhão) da era pré-industrial aumentaram 40% (387 ppm, 2009), o que está produzindo o efeito estufa na Terra, e que dois terços desse aumento foram documentados cientificamente apenas desde 1958 (Smith, 2011).

Quando a Inglaterra viveu nos estágios iniciais da era industrial (1800), “a preocupação” da sociedade global da época, esta incluía “apenas” 1 bilhão de habitantes, que se acumularam após aproximadamente 10 mil anos de história antiga e moderna. No caso da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no século XX (1930), o mundo expectante que a testemunhou, depois de 130 anos, dobrou para 2 bilhões de seres humanos. Atualmente, no caso dos BRICS (2011), estamos falando de um futuro comprometido para 7 bilhões de seres humanos que integram e compartilham uma sociedade global 6 vezes maior do que a que prevaleceu durante a hegemonia inglesa e 2,5 vezes maior do que a que permaneceu com os Estados Unidos. Diante do exposto, não se pode deixar de dizer que em 2050 a sociedade global excederá 9,2 bilhões de seres humanos que, como as populações de

hoje, estarão em busca de seu desenvolvimento e bem-estar. A esse respeito, L. Smith comenta que, se esse “desenvolvimento e bem-estar” que todos os países do mundo buscam igualmente se der na mesma medida daquilo que os países desenvolvidos têm até 2011, em termos de necessidade reais de recursos naturais se poderia falar que não seriam para 7 bilhões de pessoas, mas para 72 bilhões de pessoas, e que, em 2050, esse número seria escalado para um número de 105 bilhões de seres humanos (Smith, 2011, p. 36), o que, claramente, é um futuro que seria impossível de alcançar, porque nosso planeta hoje não possui recursos naturais suficientes para oferecer esse nível de satisfação a todos os seus habitantes.

Portanto, ao discutir o tópico BRICS, isto é, quando se vislumbra o futuro, não é o mais conveniente, pelo menos pelas críticas da academia, fazê-lo apenas na abordagem comparativa de vencedores e perdedores, já que, como nunca antes, o futuro de médio e longo prazo da sociedade global está altamente comprometido. Podemos não fazer agora, mas no início de 2100 faremos um balanço não dos novos vencedores do século XXI, mas do gerenciamento de danos de uma civilização quebrada e fracassada.

OS BRICS NO ÂMBITO DE UMA ECONOMIA GLOBAL EM CONSTRUÇÃO

A ascensão da China e dos países do BRICS ocorre apenas nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI e seu resultado não pode ser separado das linhas de transformação e crise que caracterizaram essa época. Do mesmo modo, dado o paralelismo traçado com os fenômenos econômicos apresentados no início do século passado, sua revisão no quadro desses antecedentes é forçada.

No início do século XX, antes da Grande Depressão de 1929, o mundo celebrou a década dos anos 20. Com alegria, a classe responsável pelo painel de controle das primeiras décadas do século XX, “herdeira” do período pós-guerra da Primeira Guerra Mundial, comemorou o desenvolvimento de suas insuficiências e contradições econômicas que levariam o mundo a um período de ajustes que duraram mais de 20 anos (1929-1950) e que tinham um saldo de 60 milhões de mortos (Segunda Guerra Mundial), ou, como outros autores apontam (Friedman 2007; Hosbawn, 2007), durou mais de 35 anos (1914-1950), com um número de 100 milhões de vítimas (G. Steiner). Além das diferentes visões, uma das questões centrais em questões econômicas era que a nova sociedade global do momento, que havia passado de um comércio mundial no século XVIII de 1% para 5% em 1870. A 10% do PIB mundial em 1929, não notou que o novo mundo que inaugurou a

Revolução Industrial não aceitava mais respostas individuais, porque a ação de alguns dos países participantes do novo concerto mundial afetou automaticamente a estabilidade de outras nações.

Da mesma forma, também ignoraram que a inauguração de um novo setor da economia, que era industrial, teve um impacto direto na transformação de uma sociedade mundial, agrícola nos últimos 7000 anos, à qual custou um enorme trabalho para reordenar sua sustentabilidade da noite para o dia, a fim de orquestrar um novo setor industrial de sucesso e desmantelar um setor agrícola com o qual havia vivido e gerado sua riqueza nos últimos sete milênios.

A economia e o comércio internacional passaram de negócios de bens agropecuários para um mundo de negócios industriais, quando em 1825, 1869 e 1875 os setores industriais inglês, norte-americano e francês, respectivamente, tiveram um peso maior do que o setor agrícola em seu produto econômico (Attali, 2006). A sociedade rural foi transformada em urbana e o nascimento de novas fontes de trabalho foi dado na medida em que se construíam as novas fábricas que a inovação industrial permanente estava gerando. O que o mundo viveu nos séculos XIX e XX não foi uma simples mudança de paradigmas, foi o nascimento de uma nova era, de uma sociedade industrial que exigia uma compreensão totalmente nova na administração da vida econômica do mundo “ocidental” que liderou a nova produção de bens, que exigia um princípio de entendimento que tornasse sustentável esse novo ciclo econômico, que envolveu e comprometeu os países participantes, que, para preservar a ordem econômica nacional, era necessário gerar um entendimento global mínimo que tornasse possível uma nova coexistência mundial, que nunca poderia ser gerenciada exclusivamente por trás dos muros nacionais.

No entanto, esse não foi o caso e, apesar do *boom* econômico gerado pelo novo ciclo e pela expansão do comércio mundial (a economia mundial passou de 695 bilhões de dólares em 1800 para 27,995 milhões de dólares em 1900 (Frieden, 2007)), a desarticulação de setores e atores econômicos, movendo-se em total falta de sincronia global, causou uma “desordem” que era evidente nas primeiras décadas do século XX, que eclodiu e entrou em colapso abruptamente em 1929.

Quando a Grande Depressão começou nos anos 20, o comércio mundial de mercadorias caiu 70%, o desemprego disparou 25%, a indústria se desintegrou 30% durante cinco anos, a produção mundial caiu 20%, 18 bancos centrais quebraram financeiramente em seis meses, e em cinco anos desapareceu 50% dos bancos dos Estados Unidos (Frieden, 2007), entre outros indícios. No entanto, assim como hoje, a sociedade global de sua época

identificou o problema pela primeira vez como uma emissão de ações (a Bolsa de Valores de Nova Iorque caiu na terça-feira negra, 29 de outubro de 1929, 12,8% e em três semanas perdeu tudo o que havia ganhado um ano e meio antes. *Bierman, Harold. "The 1929 Stock Market Crash." EH.Net Encyclopedia*), para depois tratá-lo como um problema hipotecário em 1934, nos Estados Unidos, foi gerado um atraso com o pagamento da hipoteca de 30% (Frieden, 2007), da mesma maneira que não faltavam as correntes liquidacionistas de sua época (Andrew Mellon), que pediram que os governos ficassem de fora do problema (Frieden, 2007, p. 241, 305). Entretanto, o que ficou evidente a partir de tudo isso é que a sociedade econômica de 1929, tanto por interesses quanto por sua falta de capacidade de interpretar os novos tempos, condenou as gerações da primeira metade do século XX a enfrentar uma insuficiência econômica e uma contradição que não podiam mais ser resolvidas de maneira local e tradicional. Exigiam, diante do novo mundo industrial e, conseqüentemente, global, uma nova maneira de abordar a geopolítica, a economia e o comércio do mundo, o que, após décadas de dificuldades, só foi alcançado até que dois episódios globais de maior relevância foram realizados: o primeiro, por meio de acordos coletivos assinados por atores econômicos do pós-guerra em Bretton Woods em 1944; e o segundo, através do reconhecimento, pelo mundo econômico ocidental, dos direitos sociais ou de bem-estar dos mais desprovidos. Com base na estrutura desses dois grandes eventos, começam a ser gerados resultados econômicos positivos para a maioria dos países que participaram dessa nova "economia ocidental", que durou até os anos de 1970, quando novamente o contrato global começou a se deteriorar devido à falta de harmonia de um setor agrícola global que estava ultrapassado desde o mercantilismo, um setor industrial anárquico e predatório, próximo a uma nascente sociedade do conhecimento que deu seus primeiros passos.

É claro que, junto com o exposto, um número infinito de vetores político-econômicos e sociais que influenciam o desenvolvimento do fenômeno se cruzam, mas, para os propósitos do presente trabalho, o que se tenta destacar é que, no início do século XX, assim como está acontecendo no século XXI, o que prevalece, por sua vez, é a falta de capacidade da sociedade da época de identificar a mudança estrutural histórica que se vive e sua impotência, interessada ou autista, em resolvê-la.

Quanto ao século XX, despontada a crise, a renovação do pensamento econômico global teve que vir com Keynes e os precursores do Estado de Bem-Estar na Suécia e em outros países bálticos, entre outros, para repensar e humanizar um capitalismo e um modelo econômico em que, como Keynes disse em 1933: "O capitalismo decadente internacional, mas individualista,

em cujas mãos nos encontramos depois da guerra, não é um sucesso. Não é inteligente. Não é bonito. Não é justo. Não é virtuoso. E não atende às necessidades”, acrescentando mais tarde como síntese a respeito da Grande Depressão de 1929: “As principais desvantagens da sociedade econômica em que vivemos são sua incapacidade de garantir ocupação plena e sua distribuição arbitrária e desigual de riqueza e renda”². Isso é relevante porque, 100 anos depois e no início do século XXI, no contexto dos problemas econômicos e dos novos atores econômicos que surgem, as causas mencionadas por Keynes permanecem as mesmas, ou seja, as altas taxas de desemprego e uma desigualdade repetida na distribuição da riqueza global.

Sobre a insuficiência econômica do século XXI, apesar dos múltiplos sintomas que se apresentam desde os anos setenta, as primeiras posições foram de negação ao dimensionamento da crise e de minimização de seus possíveis resultados. Desde 2005, por exemplo, em relação aos Estados Unidos, Thomas Friedman já havia alertado sobre uma enorme crise econômica e sugerido que naquele momento a mudança de direção ainda era oportuna, e “não quando o tufão está prestes a engolir você”. A esse respeito, ele também afirmou que, antes do aviso de mudanças dramáticas como as ocorridas em 11 de setembro, onde havia sido apresentada uma grande oportunidade para a convocação ao sacrifício nacional dos Estados Unidos para resolver os problemas financeiros, energéticos, científicos e educacionais urgentes, o Presidente Bush, em vez de exortá-los a se sacrificar, os convidou para ir às compras (Friedman, 2006, p. 270). A partir de 2011, como é sabido, a questão econômica dos Estados Unidos esteve longe de ser resolvida, embora agora sua escalada o tenha levado da simples preocupação para o debate interno sobre a possível “moratória” de sua dívida volumosa, com as inimagináveis consequências internacionais que esse fato poderia causar.

A percepção do fenômeno econômico global não tem sido fácil. Krugman, por exemplo, se pergunta sobre o motivo pelo qual os economistas estavam errados sobre a natureza e a dimensão da crise atual (New York Times 22-11-09). Na mesma linha, Anatoly Kaletsky, em seu artigo “Adeus, Homo Economicus”, pergunta “quantos economistas acadêmicos tiveram algo útil a dizer sobre a maior revolta em 70 anos?”, e sentencia afirmando que “a realidade é ainda pior do que sugere essa pergunta retórica: os economistas não apenas falharam, como profissão, em tirar o mundo da crise, mas foram fundamentalmente responsáveis por nos arrastar para dentro

² Os pobres do mundo aumentaram mais de 50% entre 1820 e 1950, passando de 1000 milhões para mais de 1600 milhões de pessoas (Goldin Ian; Reinert Kenneth, 2007, p. 59).

dela” (Revista Este País, 2009, p. 4). Hikensath e Dougherty denunciam novamente em 2011 que “dois anos após o fim oficial da pior recessão desde a Grande Depressão, a recuperação dos Estados Unidos se mostra uma das mais decepcionantes desde o final da Segunda Guerra Mundial” (Reforma, julho 2011). Quanto à Europa, o Manifesto de Economistas Aterrorizados destaca que “A crise econômica e financeira que abalou o mundo em 2007 e 2008 não parece ter enfraquecido o domínio dos padrões de pensamento que orientam as políticas econômicas há trinta anos. Os fundamentos do poder das finanças não foram questionados de forma alguma. Na Europa, pelo contrário, os Estados, sob pressão das instituições internacionais e das agências de classificação, aplicam com renovado vigor alguns programas de reformas e ajustes estruturais que já demonstraram no passado sua capacidade de aumentar a instabilidade e desigualdades. Essas medidas, preveem, agravarão ainda mais a crise europeia, e acrescentam de maneira importante: “Estamos cientes de que a crise atual é muito mais que uma crise econômica. É também uma crise social, que se destaca no contexto das crises ecológicas e geopolíticas e que, sem dúvida, vem confirmar uma ruptura histórica” (Askenazy, 2011, p. 7-10).

Dentro da estrutura de toda essa transformação econômica, aparece um grupo de quatro países (BRICS) que, diferentemente da maioria dos países ocidentais e não ocidentais, tem marcado tendências de crescimento, especialmente a China, que parece estar ausente desse problema e orbita em uma economia diferente. Isso é assim? Como o problema econômico ocidental está ligado ao sucesso dos BRICS? Existe um novo modelo econômico que transcende os problemas econômicos do século XXI? O sucesso dos BRICS é reproduzível? A China é o novo modelo econômico do século XXI a seguir? As estratégias de desenvolvimento implementadas pelos BRICS são sustentáveis? Na fronteira do fim das certezas econômicas e diante da busca forçada por respostas globais para o século XXI, a ascensão econômica de um grupo de países, inicialmente encorajador, não pode ser isolada do conflito que uma sociedade mundial está enfrentando em busca de um desenvolvimento sustentável.

A RUPTURA DO MODELO BRETTONIANO E O SURGIMENTO DOS BRICS

Como já indicado, com Bretton Woods nasceu uma nova etapa econômica (neoliberalismo), que por intermédio das políticas adotadas e de suas novas instituições teve como objetivo central dar ordem e sustentabilidade a um novo modelo econômico que, embora baseado no livre mercado, não

cometeu os erros que entraram em colapso novamente. Sem dúvida, tanto os acordos financeiros quanto as novas medidas econômicas foram a base pela qual o novo mundo econômico do Ocidente foi reconstruído.

Não obstante o exposto, e sem diminuir a importância do restante das medidas aprovadas, a principal diferença entre o período pré-guerra de livre comércio e o neoliberalismo do pós-guerra foi a adoção de uma consciência social, pela maioria dos atores econômicos que foram impactados pelas profundas consequências dos erros da economia de livre comércio do início do século XX. Greenspan diz que, "...após a Segunda Guerra Mundial, a confiança no capitalismo estava no momento mais baixo desde a sua criação no século XVIII. Nos círculos acadêmicos, o capitalismo era considerado antiquado. A maior parte da Europa foi cativada por uma ou mais das várias variedades do socialismo. Socialistas e comunistas tiveram uma presença significativa nos parlamentos europeus. Em 1945, os comunistas colheram um quarto dos votos franceses. A Grã-Bretanha se voltou para uma economia planejada sob o governo trabalhista do pós-guerra e não se pode dizer que era o único..." "...O governo trabalhista recém-instalado nacionalizou um segmento significativo da indústria britânica. Na Alemanha, o sistema de segurança social iniciado sob Bismarck na década foi estendido para 1880" (Greenspan, 2008, p. 316).

Uma das lições mais visíveis para a maioria das economias ocidentais era que o capitalismo extremo não podia mais operar à custa da superexploração dos trabalhadores, que trabalho e capital exigiam um novo diálogo para manter os benefícios e o poder de compra dos salários em troca da paz social, e nisto a maioria dos atores econômicos geralmente concordava: aqueles, expressamente como os países da Europa Ocidental; e os outros, tacitamente como os Estados Unidos e o Japão. No entanto, todos juntos criaram o moderno Estado de Bem-Estar Social, a fim de melhorar as condições sociais e de trabalho da maioria dos trabalhadores nos países que atualmente participam da nova economia e comércio mundial. Ao aceitar a melhoria de salários e benefícios em cada um de seus países, esses atores internacionais, públicos e privados, homologaram as condições da competição, desativando o chamado "dumping social". Até os Estados Unidos, os mais relutantes a esse respeito, aumentaram os benefícios sociais de seu governo de 3,4% em 1947 para 8% em 1975. Ainda assim, "Embora se reconheça com frequência que essas iniciativas de rede de segurança adicionam custos substanciais aos mercados trabalho e produção, reduzindo assim sua flexibilidade, os políticos não os julgavam como impedimentos significativos ao crescimento econômico" (Greenspan, 2008, p. 315). Nesse sentido, Frieden comenta de maneira importante:

“A combinação do Estado de Bem-Estar com a ordem de Bretton Woods parecia mostrar que liberais, fascistas e comunistas clássicos estavam todos igualmente errados: as sociedades industriais modernas poderiam se comprometer simultaneamente com políticas sociais generosas, capitalismo de mercado e integração econômica global” (Frieden, 2007, p. 395).

O que aconteceu com esses acordos? Quando essa consciência do capitalismo social se perdeu? O que está acontecendo com políticas sociais generosas, com o capitalismo e a integração econômica global? O que acontece com as teorias de Keynes e o New Deal norte-americano? O que está acontecendo com a política econômica comprometida com a seguridade social e os direitos trabalhistas? Com a previdência social que se preocupava com o desemprego, seguro de doença, assistência à maternidade, infância, velhice etc. O espírito de Bretton Woods gerou novas instituições e novas políticas internacionais e o mais sensível deles foi o reconhecimento dos direitos sociais como parte de uma nova ordem econômica internacional (Oropeza, 2009, p. 131-140). Esse acordo, talvez o mais relevante do período pós-guerra, é o que está rompendo no século XXI e está sendo uma das principais causas da crise e da instabilidade mundial de nossos dias. Da mesma forma, sua ruptura foi uma das razões mais importantes para o surgimento econômico da China e, indiretamente, do fenômeno BRICS.

O CANSAÇO DO OCIDENTE E O SURGIMENTO DA CHINA

O sucesso e o desenvolvimento da China, e indiretamente dos BRICS, nascem e são alimentados, fundamentalmente, pela mudança sofrida pela “ordem econômica” estabelecida da economia global na parte final do século XX, especialmente o colapso do acordo de Bretton Woods, bem como o cansaço e a perda de direção do “Ocidente”.

Sobre o cansaço do Ocidente, André Glucksmann, em termos de civilização, aponta: “A civilização é uma aposta dupla contra quem nega e ameaça aniquilá-la, contra si mesma, muitas vezes cúmplice ou aventureira de seu desaparecimento. O passado se afasta tanto em Bangkok quanto em Roma, o futuro vacila tanto em Paris quanto em Nova Iorque. Nosso planeta errante se torna um todo, uma comunidade incomum de vertigem, unificada pela angústia de uma responsabilidade compartilhada ao máximo. De Parmênides, Hamlet e Hiroshima, a civilização desperta e se revela na encruzilhada do ser ou não ser. Nós somos para cada um seu campo de batalha. Quando, na intimidade de uma consciência, o Ocidente se choca com o Ocidente, o tudo e o nada estão em jogo, a melodia fúnebre para o fim da história é

suspensa, o carrilhão de um novo começo contém seu fôlego” (Glucksmann, 2004, p. 188-189). Mais objetivamente, Mandelbaum e Haber, tomando como exemplo a ascensão econômica da China, denunciam: “Um dia algum sociólogo terá que analisar as razões pelas quais no Ocidente – incluindo as elites das democracias ocidentais – há tanta dificuldade. Ver e ouvir a realidade emergente. Afinal, é possível que os ocidentais “não queiram” ver ou ouvir, e que fechem os olhos e se façam de surdos” (Mandelbaum, 2005, p. 17). Martin e Schumann explicam da seguinte maneira: “o novo globalismo tenta fazer de conta que tudo isso é, por assim dizer, um processo natural, resultado de um processo técnico e econômico incessante. Isso é um absurdo. A interdependência econômica global não é de modo algum um evento natural, mas foi conscientemente produzida por uma política orientada a objetivos” (Martin Hans-Peter, 2005, p. 15).

Em geral ou em particular, o que podemos apreciar é que, dados os resultados que começam a se acumular desde o colapso de Bretton Woods até os dias atuais, especialmente devido à deterioração sofrida pelo Ocidente em face do sucesso demonstrado pelos países do BRICS, e especialmente pela China, os analistas ocidentais não têm concordância na interpretação do processo que empobreceu gradualmente seu modo de vida, ou “estado de bem-estar”, da mesma maneira que não terminam de esclarecer o “sucesso econômico” dos BRICS.

A revolução industrial-tecnológica veio mudar a natureza dos impérios ou das hegemonias que a precederam. Os impérios surgidos antes do advento da era industrial, em termos gerais, eram o produto da fortaleza bélica, o resultado da guerra das diferentes hegemonias. Da Grã-Bretanha, como o primeiro império que produz a industrialização nos séculos XVIII e XIX, o domínio econômico não era mais derivado do tamanho dos mais fortes, mas daquele que possuía capacidade e “conhecimento” para transformar os diferentes insumos em bens industriais. É claro que a Grã-Bretanha era um império militar e que em 1815 consolidou sua hegemonia bélica diante dos poderes de seu tempo, mas foram inovações industriais (máquina a vapor, tecelagem, ferrovia etc.) e não tributos de guerra aqueles que consolidaram sua força econômica até o início do século XX. Para os Estados Unidos, embora a conflagração da primeira e da segunda guerra do século XX os fortaleçam e os definam como hegemonia, o que os levou a deter 50% do comércio mundial em 1950, é a gama inumerável de produtos industriais, como pneus, carros, geladeiras, televisões etc., que os colocaram como o principal fornecedor de produtos manufaturados durante a maior parte do século XX. É a industrialização e não a guerra que confere às hegemonias dos séculos XIX e XX seu verdadeiro sucesso econômico e sustentabilidade

por mais de 200 anos. Também é o desenvolvimento e a inovação industrial que causam a transferência bem-sucedida de suas economias agrícolas para modelos industriais de alta geração de empregos, que levam a uma multiplicidade de serviços urbanos.

No caso da China, como líder absoluto dos BRICS, com mais de 50% do PIB do grupo e 66% do total do comércio conjunto, nem o antecedente de guerra nem a inovação industrial foram as causas que geraram até o momento a explicação essencial para seu sucesso, como já é a segunda potência econômica no mundo, somente depois dos Estados Unidos, com um crescimento médio anual de mais de três décadas de 10% e com uma participação agressiva no crescente comércio mundial de aproximadamente 10% (CEPAL, 2010). No caso da China, não houve fortuna, nem Waterloos, nem primeira nem segunda guerra mundial, no entanto é importante notar que sua decolagem também não começou com uma terceira inovação de bens industriais. Como então a China, de 1978 até o presente, alcança a qualidade de líder mundial em crescimento? Por que é afirmado por inúmeros especialistas que estamos enfrentando o século da China? Como um país com extrema pobreza em 1978, de 67%, um PIB de 44 bilhões de dólares, um PIB per capita de US\$ 190, localizado na posição 28 do comércio mundial, financeiramente falido, sem reservas monetárias e com problemas de uma população faminta e analfabeta de 956 milhões de pessoas (Dusell, 2004) pode ascender com sucesso ao lugar que ocupa hoje? Sem o demérito do talento e esforço que tanto o povo quanto os grandes estrategistas chineses vêm realizando, não seria possível sem o colapso do modelo de Bretton Woods e sem a decisão das principais economias ocidentais de avançar em direção a uma economia de serviços tecnológicos e uma agressiva desindustrialização.

Como exemplo do exposto, sobre a mudança de rumo da economia dos Estados Unidos para uma economia do conhecimento, T. Friedman, antes da primeira crise do século XXI, declarou com grande “fê” que, “...embora muitas vezes milhares dos funcionários de grandes empresas específicas fiquem sem trabalho (porque isso é terceirizado ou transferido) e, embora essa perda tenda a ocupar as manchetes das notícias, algumas poucas ou dezenas de pontes de trabalho também são geradas em pequenas empresas que não são tão visíveis. Muitas vezes é preciso *muita fê* para acreditar que isso está acontecendo. Contudo, está acontecendo, se não hoje a taxa de desemprego nos Estados Unidos seria muito superior a 5%” (Friedman, 2006, p. 242). Como sabemos hoje, em 2011, essa hipótese é confirmada inversamente, ao registrar desemprego nos Estados Unidos, desde 2008, com uma taxa média de 10%.

O deslocamento Industrial do Ocidente para o continente asiático, em busca do maior lucro, pode ser visto ao longo da segunda metade do século XX, da mesma maneira que sua orientação para uma sociedade de inteligência. O último fato pode ser registrado simbolicamente em 1956, quando pela primeira vez os funcionários e empregados dos Estados Unidos superaram em número todos os trabalhadores do país (Toffler, 2006). Com relação à migração industrial, esses dados podem ser verificados estatisticamente pela diminuição gradual dos países industrializados nas exportações mundiais de manufaturas, onde, por exemplo, no setor têxtil, com 80% de participação global em 1955 diminuiu para 47% em 2006. No setor de equipamentos de escritório e telecomunicações, passou de 95% para 48% no mesmo período. A indústria siderúrgica, de 86% caiu para 59% no mesmo ano de 2006 e as manufaturas em geral, de 86% em 1955 caíram para aproximadamente 65% no mesmo período (OMC, 2007). Esse fenômeno fez com que, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, de 1970 a 1990, apesar de sua economia crescer 70%, sua geração de empregos no setor industrial no período fosse zero (Cypher, 1992).

Como já indicado, a economia global, no quadro de um liberalismo desenfreado e de um desenvolvimento industrial transbordante, levou várias gerações de seres humanos à severa exploração econômica. Os conflitos de guerra, a grande depressão de 1929 e milhões de mortos, foram os custos que a nova sociedade global pagou para estabelecer as linhas gerais de um desenvolvimento mais compartilhado, que não era suportado pela exploração econômica do ser humano. Infelizmente, a ascensão econômica da China, especialmente a correspondente ao período 1978-2000, baseia-se precisamente no retorno às políticas sociais e trabalhistas de exploração do trabalho econômico que já haviam sido abandonadas pela grande maioria dos países que compartilhavam o modelo brettoniano.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento da China começa com um enorme dumping social e, conseqüentemente, com a exploração de milhões de trabalhadores chineses, que sob o argumento de “necessidade” foi proposto pelo país asiático e aprovado pelo Ocidente, gerando uma cumplicidade que, sob vários argumentos e razões, marcou um forte revés no avanço do desenvolvimento coletivo do trabalhador global, colocando o capitalismo de volta à frente de um de seus fantasmas mais denunciados por Karl Marx, que é “pressionar o valor do trabalho ao seu limite mínimo”, que, por meio de acordos do pós-guerra, já havia sido controlado de maneira razoável. Estamos assistindo, então, a uma transferência de produção de bens industriais baseada na exploração de uma força de trabalho barata de milhões e milhões de pessoas que, tanto da China quanto de

outros países pobres, chamados países de baixo custo, violaram as regras da “coexistência” comercial e econômica, geralmente aceita pelos países ocidentais desde 1950. Entretanto, nesse novo quadro de desenvolvimento, a sociedade global de nossa época não se importa se o século XXI será o século da China ou dos Estados Unidos, o que importa para todos é que, na linha da expectativa de vencedores e perdedores e de uma nova exploração econômica disfarçada de globalização, os benefícios sociais universalmente aceitos de uma classe trabalhadora não quebram ou retornam aos seus níveis do início do século XX, em meio a uma depredação irracional dos recursos naturais.

É importante definir, como causa do exposto, a facilitação tecnológica (offshoring, outsourcing etc.), a facilitação política (a queda do Muro de Berlim) e outras condições que tornaram possível o mundo plano de Friedman, e que permitiram o avanço de uma globalização positiva que atravessa regiões, países, suas sociedades e pessoas, da mesma maneira que devemos denunciar as teses que usam a globalização como pano de fundo onde a nova exploração do trabalho está oculta. Esse fenômeno transbordante, cheio de perguntas, chamado globalização, costuma ser a justificativa para validar um novo modelo econômico de exploração implementado por empresas e países que acreditam que a produção barata é baseada na ausência de benefícios sociais e cuidados ambientais, portanto seria apenas uma nova sofisticação do capitalismo e que não afetaria diretamente suas sociedades, as quais, dada a dinâmica incontrolável de seus processos de desindustrialização, desemprego, crise financeira e deterioração ambiental, provaram que esse não é o caso.

A quebra do modelo brettoniano em relação ao surgimento do *modelo asiático* de baixo custo é gerada quando a China recebe os primeiros milhões de dólares de empresas transnacionais em 1980, a fim de fabricar bens ocidentais em troca de apoio governamental sem fim (isenções impostos, subsídios, insumos, terrenos, infraestrutura etc.) e com o pagamento de salários de US\$ 0,10 ou US\$ 0,30 por hora de trabalho e, é claro, sem nenhum benefício social. Dado o “sucesso” em reduzir os custos dos bens produzidos, mais e mais empresas transnacionais começaram no rito transbordante de “exploração” industrial, competindo para ver qual empresa era a mais desajeitada, que continuava a cumprir o pagamento de salários remunerados e seus respectivos benefícios sociais, ou o mais vantajoso, pagando os menores benefícios sociais possíveis. No final, “globalização” e precarização fizeram uma bomba-relógio que se tornou o núcleo central do modelo econômico global, que hoje afeta tanto os exploradores quanto os explorados, e que ninguém sabe como voltar aos trilhos.

Na China, demandas permanentes por reivindicações sociais (de maio a junho de 2010, em empresas como Hon Hai, Fox Conn³ e Honda, por exemplo, apresentaram uma “moda” de suicídios diários, a fim de exigir melhores benefícios, que não parou, a seguridade social mal se aplica a aproximadamente 12% da população chinesa, etc.) estão registradas em todo o país em busca de melhorar as condições de trabalho. Nos países ocidentais, da Espanha à Grécia ou da França aos Estados Unidos, altos índices de desemprego (média de 10%) e cancelamento progressivo de melhorias salariais e benefícios sociais estipulam um modelo de “Estado de Bem-Estar”, com base na geração de milhões de “indignados” que aumentam seu protesto pelo trabalho decente. Na América Latina, enquanto isso, um mercado informal (50% em média) aumenta a cada dia, assim como a precariedade dos empregos, como uma resposta regional à “desordem” da economia global e ao crescimento de modelo de desenvolvimento “asiático”.

O processo acima, dizem alguns autores, com bastante sarcasmo, é reduzido a um confronto entre “A Sociedade Ocidental da Exigência” versus “As Ambiciosas Sociedades Asiáticas da Renúncia” (Martin e Schumann, 2005, p. 12). O oprimido bem-estar dos países desenvolvidos, enfrentando a pobreza e a marginalização de milhões de seres humanos, tem o fato agravante de que, no imediatismo e proximidade a que somos “condenados” pela inovação tecnológica de uma sociedade global, as enormes diferenças de renda estão se tornando um desconforto preocupante no bairro.

Sabemos que, em meados da década de 1970, a sustentabilidade das sociedades do pós-guerra começou a enfraquecer e que a irresponsabilidade das nações desenvolvidas, liderada pelos Estados Unidos, em vez de trabalhar novamente na busca de soluções globais, foi dedicada a desperdiçar gastos, os quais têm a maioria dos países desenvolvidos com as enormes dívidas externas (média de 80% de seu PIB, FMI, 2010) e as despesas públicas deficitárias (média de 6%, FMI, 2010). Também sabemos que, com o excesso de lucro, recomeçou uma exploração excessiva no altar do livre mercado, sob o pretexto da globalização, aproveitando a fome e a miséria de milhões de pessoas (atualmente no mundo existem aproximadamente 2,5 bilhões de pobres, dos quais 1,1 bilhão de pessoas vivem em extrema pobreza (PNUD, 2010). Sabemos, da mesma forma, que um aumento populacional de aproximadamente 2,2 bilhões de seres humanos é estimado até 2050. Em um exercício aritmético simples, se os diferentes atores globais (exploradores e

³ A Fox Con é uma empresa de Taiwan que, dada a sua “incapacidade” de resolver o problema dos suicídios, planeja substituir meio milhão de funcionários por um milhão de robôs nos próximos três anos (Reform, agosto de 2011).

explorados, em coordenação com instituições como a Organização Mundial do Comércio) continuarem em sua posição de tolerar e apoiar uma nova modalidade do pior capitalismo, à economia global acontecerá o mesmo que diz o provérbio chinês: “Se não mudarmos a direção, provavelmente terminaremos aonde nos dirigimos”, o que já aconteceu com o sociedade global de 1929.

O RELEVANTE PAPEL DA CHINA NO GRUPO BRICS

Não é exagero ressaltar que o grupo BRICS nasce quando a China, juntamente com o Ocidente, abre suas primeiras zonas econômicas especiais (ZEEs) durante o período 1978-1985, nas províncias de Guangdong (Shenzhen, Zhuhai e Shantou), Fujian (Xiamen) e Hainan, e, em seguida, continua na construção infinita de um projeto de capital estrangeiro, em que apareceram Zonas de Desenvolvimento Econômico-Tecnológico (ZDTE), Zonas Financeiras (ZF), Zonas de Desenvolvimento da Indústria de Alta e Nova Tecnologia (Touch), Zonas Fronteiras de Cooperação Econômica (ZFCE), Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) etc. Nesse sentido, Chi Fu-lin confirma: “O nascimento das Zonas Econômicas Especiais é o evento mais importante na política de abertura e reforma da China e o sinal mais óbvio de sua mudança perante o mundo exterior.

Nos últimos brilhantes quinze anos, acumulou-se uma enorme informação derivada das ZEEs, consideradas um milagre por muitos observadores (Oropeza, 2007, p. 455). As ZEEs são o instrumento engenhoso desenvolvido por Deng Xiaoping para atrair o investimento estrangeiro necessário para empregar uma população economicamente ativa de mais de 400 milhões de pessoas, que estavam principalmente no campo, famintas e desesperadas, sobrevivendo ao fracasso econômico do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural (1959-1976). Com base no apoio dado por essa estratégia, durante o período de 1995 a 2009, por exemplo, a China recebeu mais de 850 bilhões de dólares em Investimento Estrangeiro Direto (UNCTAD, 2010), tornando-se o segundo destino de IED no mundo, atrás dos Estados Unidos. Seu setor industrial, que em 1990 já representava 41% de seu PIB, registrou em 2009 um aumento para 46%. Em 1980, a China exportou menos de 10 bilhões de dólares, atualmente, é o maior exportador do mundo, com mais de 1,1 trilhão de dólares em 2009, superando a Alemanha e os Estados Unidos. Desde 1980, por meio do modelo de desenvolvimento das ZEEs e da política do “gato” (ou seja, seguindo o provérbio chinês de que não importa o que a cor do gato (capitalista ou comunista), o que importa é que caça dos camundongos (que a medida gera desenvolvimento)), a

China se tornou o centro vinculativo da transferência industrial do mundo ocidental para o mundo asiático. Em contrapartida ao exposto, os Estados Unidos, por exemplo, viram seu PIB industrial cair de 35% para 22% de 1995 a 2010, da mesma forma que a União Europeia testemunhou sua queda de 29% para 25% no mesmo período (W.F.B. 2011).

O sucesso do modelo de desenvolvimento chinês, montado em um esquema de facilitação para atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED) industrial, pode ser visto claramente por meio do aumento do PIB/Per Capita que a China apresentou, bem como do resto dos países que operam dentro do que estamos chamando de “modelo asiático” ou de “baixo custo”, onde parece que essa categoria de países, de 1980 a 2000, viu sua renda por pessoa aumentar em 160%, o que representou 120 pontos a mais do que os países desenvolvidos, que receberam um aumento no mesmo período de 40%, deixando ainda mais países em desenvolvimento que não se enquadram nas duas categorias, com uma média de 20% (Garret, 2005).

Sob essa inércia de aceitação industrial, estima-se que a China possa cobrir mais de 50% da indústria mundial até 2030 (Mandelbaunn, Haber, 2005), como uma validação da hipótese que coloca o país asiático como “fábrica do mundo”, adjetivo que há 100 e 200 anos foi direcionado aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, respectivamente. Nessa nova dinâmica, a China já é o maior produtor mundial em 9 dos 16 setores industriais mais relevantes: por exemplo, em produtos têxteis, vestuário, couro e produtos de couro, a China representou 37%, 29% e 39% do valor agregado global do respectivo setor em 2007. Em relação aos metais básicos, máquinas elétricas e transporte, representou 27%, 31% e 35% do valor agregado global no mesmo ano. Nessa linha de nova hegemonia e predominância de produtos chineses, há também calçados (34%); produtos plásticos (18%); produtos de tabaco (51%); produtos minerais não metálicos (16%); metais básicos (36%) etc., sendo o segundo produtor mundial de alimentos e bebidas, produtos químicos, entre outros (CEPAL, 2011).

Como uma das consequências relevantes do exposto, a balança comercial da China teve um comportamento positivo ininterrupto desde 1995 até hoje. Somente no período de 2000 a 2009, a China acumulou um lucro comercial com a União Europeia de US\$ 2,2 trilhões e com o Japão de US\$ 1,6 trilhão. Da mesma forma, durante o mesmo período, o país asiático adicionou cerca de 2 trilhões de dólares como resultado de seu bom desempenho comercial com os Estados Unidos. Nos números anteriores, há um componente de reexportação de produtos pertencentes a matrizes ocidentais (Estados Unidos 24%, União Europeia 18%, Japão 4% e outros 4% do total das exportações chinesas (CEPAL, 2011), fenômeno que provoca um debate

permanente, não sobre o modelo de exploração, mas sobre o país que mais se beneficia dele.

O processo acima é uma importante linha de explicação para o enorme crescimento da China (PIB médio anual de 10%) por mais de 30 anos (1980-2010), que aumentou mais de 14 vezes no período, fenômeno econômico que não tem antecedente na história moderna. Também ajuda a entender o motivo da riqueza concentrada em suas reservas internacionais, que no final de 2010 totalizavam US\$ 2,6 trilhões, o que representava 27% das Reservas Mundiais (CEPAL, 2011).

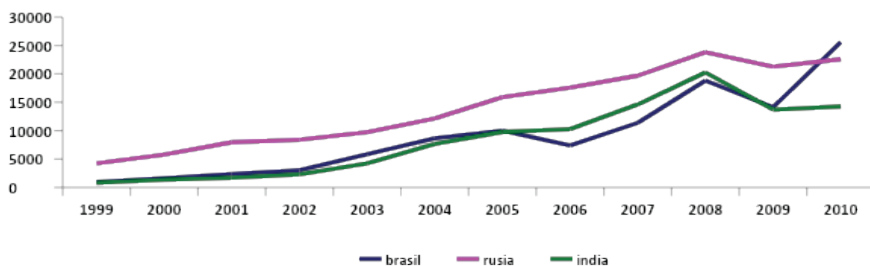
Como pode ser visto, a ideia inicial de facilitar a entrada de Investimento Direto Estrangeiro na China em 1980, com o objetivo de gerar um processo de linha de produção apoiado em uma oferta de mão de obra barata de quase 1 bilhão de pessoas, carentes do básico social, excedeu todas as previsões, tanto de quem a lançou quanto dos observadores externos.

Nessa linha de abordagem, pode-se indicar que o sucesso econômico da China chegou a transformar o mundo da economia e do comércio global que existia em 1980, e suas consequências fazem parte do debate que se segue hoje sobre as implicações entre um modelo brettoniano e um modelo asiático de “baixo custo”. No entanto, além das posições que podem ser assumidas a esse respeito, a verdade é que o mesmo processo de concentração industrial do modelo chinês transbordou nas últimas três décadas, tanto suas previsões quanto as matérias-primas e recursos naturais que possuía para produzi-los, gerando assim uma inércia que o levou a influenciar, direta ou indiretamente, a vida econômica e comercial da maioria dos países do mundo. É nessa consequência do excesso de previsões que aparecem uma série de países que se beneficiaram significativamente do sucesso chinês, dentro dos quais estão o grupo de nações que compõem o projeto BRICS, que possuem ambas as matérias-primas necessárias para sustentar seu crescimento imparável, como acontece com os alimentos demandados por uma população chinesa que viu seu poder de compra aumentar.

Atualmente, a China é o comprador mais relevante em todo o mundo de alumínio (42%), estanho (45%), zinco (43%), chumbo (42%), níquel (41%), cobre (38%), aço primário (35%) etc., e, em termos de alimentos, representam 28% do consumo mundial de óleo de soja, 23% da soja em grãos, entre outros (CEPAL, 2011), e é nessa necessidade transbordante de matérias-primas e alimentos da China que o grupo BRICS encontrou sua principal origem e sinergia: sua origem, porque a demanda explosiva da China beneficiou significativamente as economias dos BRICS, contribuindo para o sucesso econômico coletivo que as identificam hoje; e sua sinergia, porque a necessidade recíproca e o benefício comercial operam como uma

força vinculativa que estará presente enquanto a dinâmica de crescimento chinesa for sustentada.

IMPORTAÇÕES DA CHINA NOS PAÍSES BRICS (2000-2010) Milhões de USD



Fonte: Comtrade, ONU.

No gráfico anterior, pode-se destacar como o crescimento chinês resultou em um forte aumento de suas importações em relação a cada um dos países do BRICS, onde, por exemplo, no caso do Brasil, de 1999 a 2010, as compras chinesas aumentaram 24 vezes. Quanto à Índia, essa explosão nas importações aumentou 25 vezes e, em relação à Rússia, esse número foi ampliado em 400%. Da mesma forma, no mesmo período, a China consumiu matérias-primas do Brasil no valor de 133 bilhões de dólares, da Rússia, por 180 bilhões de dólares, e da Índia, por 103 bilhões de dólares, o que levou o país asiático a se tornar um parceiro estratégico na atividade comercial dos países do BRICS. Juntamente com o exposto, podemos perceber que a compra chinesa se concentrou em duas ou três frações que correspondem aos produtos primários. No caso do Brasil, soja e ferro representaram 55%, da Rússia, o petróleo e seus derivados representaram 52%, e da Índia, ferro, algodão e cobre representaram 55% (Comtrade, 2010).

Nessa sinergia de lucro, o Brasil, por exemplo, em sua capacidade de “fábrica de alimentos no mundo”, tem sido um dos BRICS mais beneficiados pelo sucesso chinês. Quando um analista brasileiro é questionado sobre o bom desempenho do Brasil, “ele respira fundo e com um sorriso levemente teatral diz: China” (Expansão, janeiro de 2010). Em 1998, o Brasil vendeu ao país asiático pouco mais de 1 bilhão de dólares, em 2010 esse número ultrapassou 25 bilhões de dólares, tornando a China o parceiro comercial mais importante do país sul-americano. Em 2010, a China representou 16% das exportações do Rio, com um crescimento anual de 47% em relação a

2009 e superando o segundo importador de produtos brasileiros que são os Estados Unidos. A China, juntamente com a Ásia, já representa 28% do total de remessas do Brasil para o exterior (Secex/MDIC). Quanto à Rússia, atualmente 80% de suas exportações para o mundo se baseiam na venda de produtos primários, em que o petróleo e o gás participam com 55%, o que lhe confere uma média de 37% de seus recursos orçamentários (Gutiérrez Teresa, 2011), e significam o maior motor com o qual recupera sua estabilidade desde 2000. Atualmente, a Rússia é a quinta potência de petróleo com reservas de aproximadamente 80 bilhões de barris, tendo uma exportação diária de 11 milhões de barris. Por seu lado, a China, com escassos recursos energéticos, exceto carvão, está gradualmente se tornando o maior comprador de petróleo do mundo, com uma demanda atual de 8 milhões de barris por dia, necessária para sustentar seus 10% anual. Nesse sentido, a Rússia, assim como o Brasil, se beneficia diretamente do “modelo asiático” de desenvolvimento empreendido pela China. No caso da Índia, embora não seja um país exportador de commodities, quando se destaca na venda de serviços técnicos e produtos industriais, também se beneficia do modelo chinês por meio do aumento da exportação de bens de derivados de petróleo, joias e pedras preciosas, alimentos, medicamentos etc., o que levou à participação de 1,7% como destino das exportações indianas no período 1996-2000, para o período de 2001 a 2010, o mercado chinês aumentou para 14% (UN/Comtrade). Ao mesmo tempo em que, dado o paralelismo dos dois países asiáticos em termos de população transbordante e pobreza, o “modelo asiático” de produção industrial que a China propõe desde 1980 valendo-se das ZEEs como forma de levar trabalho e comida para sua população rural empobrecida, a Índia vem acompanhando de perto por intermédio da autorização de mais de 400 Zonas Econômicas Especiais, das quais um número importante já opera no país, seguindo o modelo de apoio integral proposto pela China.

ADEUS NEOLIBERALISMO? BEM-VINDO SOCIALISMO DE MERCADO?

No vácuo deixado pela enfraquecida “ordem” multilateral, especialmente em questões econômicas, o que emergiu é um princípio de caos econômico, no qual prevalece a política mais lucrativa, em que se destaca a mais ousada ou astuciosa. Nesse momento, não é mais relevante quem foi o primeiro a quebrar esse acordo, se foram países desenvolvidos, especialmente líderes como Estados Unidos, Japão e Alemanha etc., que deixaram de promover a atualização de uma nova institucionalização econômica global

mais justa e eficiente, ou a reação dos países praticantes do “modelo asiático” de baixo custo, que, no âmbito de suas necessidades sociais e uso individual, pouco a pouco se afastaram da regulamentação geral das organizações internacionais, tratando de um discurso da conformidade que funciona como uma tela para cobrir ações econômicas irregulares.

O exposto acima foi altamente prejudicial para a enfraquecida “ordem econômica” de uma sociedade global que hoje vive uma desordem para a qual todos contribuem e na qual ninguém dá o primeiro passo em direção a seu arranjo. Eles vivem nesse distanciamento do estabelecido, por exemplo, um país líder como os Estados Unidos, que com perda de ritmo e direção falha em decifrar e resolver menos as linhas de seu grave problema econômico (90% de dívida externa, 10% desemprego, 10% do déficit público, mais de 100% da dívida privada etc., BM e FMI), que se encontra hipotecado e que deixa de ser eficiente há algumas décadas.

Da mesma forma, aparece um importante grupo de economias europeias (a maioria dos países da União Europeia) que, no meio de seus níveis preocupantes de dívida (90% do PIB médio, FMI, 2010), apresenta altos déficits públicos (5% do PIB médio, *The Economist*, 2011) e as faixas desestabilizadoras de desemprego (10% em média, *The Economist*, 2011) estão perdendo tanto as linhas de seu privilégio e como o seu Estado de Bem-Estar. Juntamente com esse grupo de nações, uma irmandade de países coexiste como paroquianos, que ainda acreditam no evangelho econômico que foram incutidos nos anos 90 e se tornaram os atores econômicos mais ciumentos da liturgia e do rito do mercado livre, mas, sem um alto desenvolvimento tecnológico, permaneceram no meio da desordem sem poder competir, por um lado, com os países menos desenvolvidos que estão localizados no baixo custo, nem com os mais avançados que monopolizam o novo crescimento tecnológico. Sobre essas nações, Garret Geoffrey aponta: “Amigos e inimigos da globalização negligenciam um de seus efeitos críticos: embora tenha servido os países ricos e melhor os pobres, a globalização deixou os países de renda média a lutarem para encontrar um nicho nos mercados mundiais. Como esses países não podem competir no conhecimento ou na economia de baixos salários, sem ajuda, eles permanecerão fora do caminho.” (Garret, 2005, p. 99).

No âmbito dessa “desordem” econômica, encontramos novamente os países do BRICS, como um grupo de nações que, dentro da estrutura da confusão e incerteza de uma economia global, em maior ou menor grau, sabe como implementar uma política heterodoxa e pragmática que gerou resultados importantes hoje e os colocou, por muitos analistas econômicos (Goldman Sachs, Price Waterhouse, Coopers, FMI etc.), como os novos lí-

deres do século XXI, validando assim um desempenho econômico que, por causa de seus resultados, convida a ser imitado por outras nações.

O caso da China é um tópico muito comentado em termos de políticas heterodoxas, como uma proposta órfã para a aplicação de medidas de homologação. O pragmatismo chinês nunca tentou enganar ninguém, foi definido publicamente desde a sua criação e o Ocidente “se aproveitou” dele, acreditando que seus resultados não teriam o impacto que agora é vivido. A heterodoxia chinesa nasceu desde 1978, com a visão de um novo projeto econômico cujo objetivo principal era a busca de um desenvolvimento que pudesse atender às enormes necessidades sociais de mais de 900 milhões de seres humanos. Deng Xiaoping, no início dos anos 80, deixou bem claro que os objetivos do novo modelo eram atender as necessidades básicas do povo chinês. Deng disse: “Neste século, daremos dois passos que representam a solução dos problemas de alimentos e roupas adequadas para o nosso povo. No próximo século, passaremos outros trinta ou cinquenta anos para atingir a meta do outro passo, que é atingir o nível dos países moderadamente desenvolvidos no mundo.” A urgência da China na década de 1980 não era voltar a uma época em que milhões de chineses morreram de fome, então Deng instou seu povo a dizer: “temos que ser mais ousados do que antes para realizar a reforma, a abertura para o exterior e coragem de experimentar”, a que ele acrescentou: “não devemos agir como mulheres com os pés amarrados. Uma vez que tenhamos certeza de que algo deve ser feito, devemos ousar experimentar, quebrar e traçar novos caminhos. Essa é a lição importante que devemos aprender com Shenzhen. Se não temos um espírito pioneiro, se temos medo de correr riscos, se não temos energia e direção, não podemos quebrar e traçar um novo caminho, um bom caminho ou realizar algo novo...” Para esse fim, desde o início dos anos 1980, foi claro sobre o caminho a seguir: “Atualmente, existem dois modelos de desenvolvimento produtivo. Na medida em que cada um deles atenda aos nossos propósitos, nós o usaremos. Se o socialismo é útil para nós, as medidas serão socialistas, se o capitalismo é útil para nós, as medidas serão capitalistas”, e no meio dessa nova heterodoxia ele declarou não deixar espaço para dúvidas: “não há contradições fundamentais entre o socialismo e a economia de mercado” (Oropeza, 2007, p. 447-450).

Como podemos ver, a transferência de riqueza do Ocidente para a Ásia, e em particular para a China, fez parte de um mecanismo no qual não houve ignorância. A China declarou publicamente sua oferta de produzir bens de baixo custo (com base em uma política trabalhista precária, sem cobertura social e sem proteção ambiental) desde o início dos anos 1980, recorrendo a um modelo heterodoxo, para resolver problemas alimentares do

povo chinês, oferta que o Ocidente aceitou como tema da “oportunidade”, gerando assim uma guerra desenfreada na produção em busca do menor custo, em que o mundo econômico perdeu sua sanidade e sabedoria e o caminho que avançou nos últimos 100 anos no que diz respeito ao andaime econômico do novo mundo global. Quando o “interesse da população mundial” foi colocado no bolso dos consumidores globais, o mundo econômico perdeu o bom senso e a responsabilidade social. Quando os países colocaram “interesse nacional” na compra mais barata de sua classe média, independentemente de “como”, os países perderam o controle e a estabilidade de seu desenvolvimento.

Aproximadamente 10 mil projetos de investimento foram aprovados na China de 1979 a 1987, com uma participação estrangeira de aproximadamente 2 bilhões de dólares. De 1988 a 1991, os juros se intensificaram e aproximadamente 30 mil projetos de investimento foram autorizados com cerca de 3 bilhões de dólares. No final de 1991, ambos os indicadores foram aplicados em 42 mil projetos de investimento, com mais de 5 bilhões de dólares. Em 2000, na China estavam 200 das 500 maiores empresas multinacionais do mundo com capital norte-americano, japonês, alemão, francês, taiwanês etc. (Oropeza, 2006, p. 102). Esse capital estava fluindo através da estrutura econômica montada nas ZEEs, que dentro de sua estratégia de atração de capital lidavam com uma política fiscal heterodoxa (dumping fiscal), que, estrategicamente gerenciada para seu desenvolvimento exportador ou de alta tecnologia, incluía estímulos que variavam desde a isenção total do pagamento do imposto de renda (ISR) até reduções e preferências tarifárias de 10% do ISR, bem como restituições de impostos de 40% a 100% e taxa zero para importações tecnológicas (Oropeza, China entre el reto y la oportunidad, 2005, p. 300). Da mesma forma, na questão monetária (dumping monetário), a China conseguiu de 1 de janeiro de 1994 até 22 de junho de 2005 uma paridade fixa de 8,28 yuans, como um apoio heterodoxo das políticas públicas para facilitação e expansão das suas exportações. Essa política, apesar dos desafios de alguns países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão, foi administrada de maneira sustentada por mais de onze anos e, embora em 2005 tenha iniciado um pequeno período de ajuste (aproximadamente 20% a 2010), por insistência de “pressões” ocidentais, a China continua mantendo um modo de política monetária (subvalorização de 40%, CEPAL, 2011) como estratégia para apoiar suas exportações em todo o mundo.

Em relação ao “dumping comercial”, Oded Shenkar e Ted Fishman, entre outros autores, se encarregam de detalhar as irregularidades encontradas no âmbito da OMC. Shenkar diz que, além do considerável progresso

registrado em algumas áreas, as violações são abundantes e que não podem mais ser atribuídas a problemas de implementação (Oded, 2005, p. 167-168). Para isso, ele acrescenta que, com base no relatório do Congresso Americano sobre a relação China-OMC de 2003, é derivada de uma política de discriminação contra concorrentes estrangeiros, além de continuar a fornecer subsídios aos produtores domésticos, que os utilizam para baixar os preços na China e nos mercados globais, em produtos que variam de máquinas a petroquímicos e biomedicina. Em outras áreas, como semicondutores e fertilizantes, os descontos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) são preferencialmente aplicados a empresas domésticas, mas não a empresas estrangeiras. Do mesmo modo, no que diz respeito às tarifas, muitos dos produtores chineses pagam menos do que o valor declarado, o que serve de base à redução de impostos ou mesmo ao seu cancelamento. Isso é atribuído a um ambiente protecionista e competitivo entre as regiões da China, que luta por capital e fontes de emprego. Note-se também que os produtores domésticos recebem preferências não apenas nas alíquotas de impostos, mas também nos direitos de comércio e distribuição, que os compromissos da OMC relativos a serviços atacatistas e agentes de comissões, oferecidos por empresas estrangeiras, foram cumpridos em produtos fabricados na China, mas não naqueles que chegam para importação. Acrescenta-se que uma variedade de barreiras não tarifárias (como as guias administrativas), que limita os concorrentes estrangeiros, continua a prevalecer, enquanto a exportação de matérias-primas e produtos intermediários dos produtores domésticos é mantida.

Por outro lado, destaca-se a formação de novos padrões em áreas onde já existem padrões internacionais (embora se reconheça que a China não é o único país a desenvolver tais medidas). Também é mostrado que as empresas estrangeiras que desejam entrar no setor de varejo enfrentam uma rede de aprovações regulatórias, da qual os produtores nacionais estão isentos (Oded, 2005, p. 168). Da mesma forma, denuncia-se que a transferência de tecnologia é continuamente utilizada como condição para a aprovação de investimentos ou a concessão de incentivos, e lamenta que a cláusula que negou à China todo tipo de pressão desse tipo tenha sido cancelada no rascunho original da adesão à OMC.

No entanto, essa é uma questão da propriedade intelectual na qual se concentram as principais críticas ao comércio chinês em relação aos compromissos firmados com a Organização Comercial. Aqui, vale ressaltar que a “expropriação tecnológica”, como Fishman a chama, é uma política substancial do modelo de desenvolvimento asiático e faz parte das estratégias de crescimento desde seu início em 1978. Desde a cópia do modelo de

produção que eu conhecia no México no final dos anos setenta até a apropriação e desenvolvimento da nova tecnologia chinesa das décadas de 1980, 1990 e inícios deste século, seguem aparecendo inúmeros casos sobre violações de propriedade intelectual, que passam pelo setor farmacêutico, eletrônico, de vestuário e automotivo. Em relação ao primeiro caso, destaca-se que a violação de patentes no campo de medicamentos e fármacos (falsificação e pirataria) ocasiona aproximadamente 80 bilhões de dólares em perdas. O caso da indústria farmacêutica, de natureza sensível, por estar relacionado à questão da saúde, vida e bem-estar entre países ricos e pobres, tem sido um dos mais afetados pela informalidade chinesa, pois, por um lado, há a violação de patente e, por outro lado, é adicionada uma enorme diferença de custos, o que resulta em uma diferença de preço abismal, em que o custo do país asiático é um décimo, ou até menos, do país desenvolvido em questão. Sob essa equação da informalidade, os suprimentos são substituídos, distribuem-se remédios de qualidades diferentes ou simplesmente produtos mais baratos são fabricados com as mesmas fórmulas (Oropeza, 2006, p. 217-220).

Finalmente, nessa área da heterodoxia econômica, a importante questão da deterioração ecológica ou Dumping Ecológico não pode ser ignorada, na qual autores como Pang Zhonying falam sobre a enorme “dívida ecológica” da China, causada por algumas facetas de seu sucesso econômico. Apesar de sua grande área (9,5 milhões de km²), a China está abaixo da média dos recursos naturais essenciais para o desenvolvimento. Por exemplo, possui apenas 0,094 hectares per capita de terras agrícolas, o que a coloca 40% abaixo da média mundial, 2,25 metros cúbicos de água doce per capita, 30% abaixo da média mundial, situação que se repete nas florestas, recursos minerais e petróleo, dos quais detém 20%, 60% e 11% dos níveis abaixo da média mundial per capita.

Ao mesmo tempo, seu crescimento econômico acelerado levou ao consumo de 48%, 40%, 32% e 25% da produção mundial de cimento, carvão bruto, aço e óxido de alumínio no mundo, o que gerou desequilíbrio de oferta, demanda e poluição. Segundo dados estatísticos, o volume de emissão dos principais poluentes da China já excedeu a capacidade de autopurificação do meio ambiente. De seus sete sistemas de água, mais da metade sofre de poluição grave (os rios Huang He, Huasihe e Liaohe estão a 60% da linha internacional de alarme ambiental, e o rio Haihe, 90%). A chuva ácida afeta um terço da superfície nacional. Cerca de 360 milhões de hectares apresentam perdas de água e erosão do solo (38% da área terrestre do país), número que aumenta em 15 mil km² a cada ano. A desertificação já ocupa cerca de 20% do território nacional, portanto o problema da deterioração

ambiental na China representa um grande desafio para seu desenvolvimento e um custo anual de até 8% de seu PIB (Desenvolvimento da China na globalização, 2007, p. 59-68).

O exposto acima é apenas um breve resumo de algumas das linhas implementadas pela China na construção de seu modelo econômico, que não minimiza seu talento ou trabalho realizado para alcançá-lo, mas tenta sublinhar, claramente, que grande parte desse sucesso nasce e se desenvolve no quadro de uma heterodoxia que não respeita as normas geralmente aceitas pela comunidade internacional, que, deve ser dito, em vez de tolerá-lo, o patrocina e, hoje, pelo Goldman Sachs, o coloca como um exemplo do que prevalecerá ao longo do século XXI, o que é uma mensagem preocupante para o resto dos países que têm observado, passivo e absorto, em um campo desigual, o “sucesso” do outro.

Essa “modalidade” de desenvolvimento não é estranha aos demais países do BRICS, que, no seu próprio ritmo e modo, adotaram políticas econômicas semelhantes. A Índia, por exemplo, dado o sucesso do “modelo asiático” estabelecido pela China por meio das ZEEs, até o momento autorizou mais de 400 zonas econômicas especiais, das quais 178 foram implementadas em 2005 com um investimento de mais de 9 bilhões de euros em Kandla e Surat (Gujarat), Cochin (Kerala), Santa Cruz (Mumbai-Maharashtra), Foul (Bengala Ocidental), Chennai (Tamil Nadu), Visakhapatnam (Andhra Pradesh), Noida (Uttar Pradesh), Llamdaikulam Madurai (Tamil Nadu) etc., agrupando, como a China fez, a produção manufatureira de maneira setorial, como é o caso da indústria de calçados localizada na zona sul da Índia, nos estados de Karnataka e Tamil Nadu e em torno de Nova Délhi, na Índia, nos estados de Haryana e Uttar Pradesh, a indústria têxtil que, na maioria das vezes, está localizada na sua zona sul, nas cidades de Chennai e Tirupur, etc., o setor farmacêutico, no estado de Maharashtra etc.

Ao mesmo tempo, a Índia, assim como a China, mantém uma política de proteção de seus mercados internos, evidenciada em vários setores, como o mercado de varejo, onde, embora recentemente tenha começado a implementar maior abertura, os investidores estrangeiros precisam se comprometer a comercializar cotas mínimas para produtos fabricados na Índia. Em outros setores, como a tecnologia da informação, o governo desempenhou um papel decisivo em seu desenvolvimento, apoiando seu *boom* de exportações mediante a criação de unidades econômicas especiais, projetadas para atender a todos os requisitos e insumos necessários para seu sucesso, como Parques de Hardware Eletrônico (EHTP) e Parques de Tecnologia de Software (STPI), implantar junto com eles uma infinidade de incentivos: 100% da liberação do imposto em caso de exportação de produtos de Tecnologia da

Informação; a liberação de pagamentos de impostos a fornecedores de software; exceção do pagamento de impostos em caso de doações, depreciação acelerada de produtos de TI; a isenção tarifária de bens de capital, matérias-primas, componentes e acessórios, para unidades econômicas orientadas para a exportação; depreciação de 60% no caso de computadores etc.

Em questões agrícolas, um setor do qual dependem os alimentos de mais de um bilhão de pessoas, o Estado indiano emprega uma ampla gama de apoio estatal que vai do subsídio aos fertilizantes, concessão gratuita de eletricidade, um Sistema Nacional de Preços Mínimos, anunciado antes de cada estação de plantio e determinado pela Comissão de Custos e Preços Agrícolas do Ministério da Agricultura. Esse sistema de proteção ao produtor, diante das flutuações do mercado, coexiste com um Sistema de Distribuição Pública criado para proteger os consumidores de aumentos excessivos de preços, fornecendo trigo, arroz e açúcar, que são as culturas vitais da dieta indiana. Da mesma forma, essas políticas de proteção são reforçadas com a Lei do Comitê de Comercialização de Produtos Agrícolas, que permite, em nome da proteção do suprimento interno, impor restrições à exportação e transferências de produtos entre as várias províncias do país. O exposto, que nada mais é do que um pequeno exemplo de política pública heterodoxa da Índia, é reforçado pelo gerenciamento de outras estratégias econômicas, como a monetária, em que o governo, a fim de manter a competitividade das exportações do país, desenvolve uma participação “esterilizada” (compra de moeda estrangeira em combinação com uma venda compensatória de títulos públicos do Reserve Bank of India) (Nigam, Nayak, Iqbal, 2011).

A comparação na gestão de políticas heterodoxas entre a China e a Índia, dentro do curto quadro anterior, deve ocorrer no contexto da dinâmica particular que cada uma de suas economias vem apresentando. No caso da China, por exemplo, desde 1978, a partir de sua plataforma socialista, declarou publicamente sua decisão de abrir ao exterior e fazer parte da comunidade econômica internacional, posição que endossou em 1982, com a promulgação de sua Constituição Política, na qual pela primeira vez, por meio de seu artigo 18, “autoriza empresas e outras organizações econômicas ou indivíduos estrangeiros a fazer investimentos na China”, da mesma maneira que em 11 de julho de 1986 apresentou seu pedido formal para entrar no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). No entanto, apesar da mudança constitucional, até 2008, trinta anos depois, a China promulgou a Lei de Direitos Reais ou Propriedade Privada e, até 2001, foi aprovada a entrada no GATT-OMC. Portanto, dos anos 1980 até o dia de hoje, de maneiras diferentes, articulou uma política heterodoxa que coexistiu ao mesmo tempo com uma institucionalização internacional do comércio.

No caso da Índia, desde 1947, ano de sua independência, assim como no da China, opta por uma economia socialista que, baseada no planejamento central, nos planos quinquenais e na propriedade estatal, buscava o desenvolvimento de sua indústria e seu campo. De 1947 a 1990 (com Jawaharlal Nehru (1947-1964), Indira Gandhi (1966-77, 1980-84) e Rajiv Gandhi (1984-1989), por meio do Partido do Congresso, a Índia desenvolveu um programa econômico de corte estatista que teve problemas para atender às necessidades sociais do “novo” país. Em 1990 e 1991, através de uma mudança política e um projeto de liberalização econômica implementado nos últimos anos, a Índia, tal como a China, convive atualmente tanto com uma política de Estado que prevalece há mais de quatro décadas, como com um grupo de medidas de livre mercado que a leva à prática do modelo econômico de “gato”, explicado anteriormente, pelo qual continua a administrar uma política pública heterodoxa e pragmática que busca sustentar um crescimento médio anual de 9% do PIB, alcançado no período de 2004 a 2008, e, se possível, escalá-lo para 10% ou mais, a fim de superar a China.

A Rússia, assim como a China e a Índia, e mesmo muito antes desses dois países, inicia sua história econômica com uma política de ampla participação do Estado. Desde a revolução dos soviéticos em 1917 e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922, a atual Rússia se desenvolveu no passado no âmbito de um projeto socialista caracterizado pelos planos quinquenais voltados para a industrialização do país e a coletivização do campo, que falha em sua tentativa de contemporizar-se com a hegemonia ocidental liderada pelos Estados Unidos e cai vertiginosamente junto com o Muro de Berlim em 1989. Nesse sentido, o modelo econômico totalitário da ex-URSS, após cerca de 70 anos, sucumbe à insuficiência de seus resultados, como é o caso do modelo chinês de Mao Tsé-Tung, que termina junto com sua morte em 1976 pelas mesmas razões. A esses fatos valeria a pena acrescentar a proposta socialista indiana de 1947 a 1990 (denominada 3,5%, porque seus projetos no período não poderiam exceder essa média do PIB do país), porque, assim como a Rússia e a China, ela não pôde responder, como dito, de maneira suficiente às necessidades econômicas de sua enorme população.

A origem econômica socialista desses três países é muito importante como princípio da compreensão de sua nova natureza econômica e da gestão de suas linhas heterodoxas e pragmáticas que estão sendo implementadas atualmente na construção de seus novos modelos de desenvolvimento, que, de acordo com a denominação que a China faz de sua estratégia, podemos classificá-los como projetos que correspondem a um novo “socialismo de mercado”. A mudança para qualquer uma das três nações foi fácil, porque

elas tiveram que operar em plataformas diferentes com base no fracasso de seus resultados. No caso da Rússia, antes da queda do URRS, ela imprudentemente optou por uma estratégia de *terapia de choque*, que, segundo o modelo do FMI, estabeleceu um esquema aberto de privatização (*laissez-faire*) que foi operado abruptamente em um programa que foi chamado dos 500 dias, o que gerou um fechamento maciço de empresas e uma perda de um número significativo de ativos estratégicos do Estado. Esse modelo implementou uma abertura total de seu mercado e uma troca livre de moeda, o que levou a um endividamento enorme e a uma crise financeira que significou a perda de 4,2 vezes seu Produto Nacional Bruto, de 1992 a 1996, o que representou 2,5 vezes o valor econômico total perdido pela Rússia durante a Segunda Guerra Mundial. Essa estratégia também fez com que 60% da população sofresse uma queda em sua renda, que gerou 40% da pobreza extrema, que apenas 10% da população teve acesso a níveis de riqueza e que a economia russa retrocedeu em seu desenvolvimento em cerca de 20 anos (W. Mengkui, 2003, p. 19).

Se o modelo socialista não fosse suficiente, seguir dogmaticamente o modelo neoliberal, sem prudência e gradualidade como a China, levou a Rússia a um caos econômico-político do qual, apenas nos últimos anos, começou a se recuperar. A década de 1990 para a Rússia, em termos econômicos, representa um dos estágios mais traumáticos que foram registrados por qualquer país fora de um conflito bélico. O PIB da Rússia em 1991, depois de rivalizar com os Estados Unidos por mais de quatro décadas, era apenas um terço do país americano e, em 1999, havia sido reduzido para um décimo. Da mesma forma, o PIB russo, comparado ao chinês, nas mesmas datas representava um sexto, um quarto dos japoneses, um terço do alemão e metade do indiano, inglês e italiano. Mesmo naquela época, o PIB russo ficou menor que o espanhol, o brasileiro e o mexicano (Sánchez Ramírez, 2011). Uma das duas grandes potências do pós-guerra sucumbiu a níveis de países subdesenvolvidos, dada sua falta de capacidade de entender as mudanças de uma economia global descontrolada.

Talvez o caso da Rússia seja o mais emblemático dos países do BRICS, pois durante sete décadas foi uma das principais economias do século XX e, no pós-guerra, durante quase 40 anos, competiu estreitamente com os Estados Unidos para alcançar a supremacia político-econômica de um novo mundo em formação. Nem a China, nem a Índia, exceto o Brasil ou a África do Sul, tiveram a mesma situação privilegiada, daí o enorme impacto de um país (integração de países) que no início do século XXI teve que ocupar um lugar intermediário no ranking do trabalho econômico do mundo. A diferença da Rússia, no que diz respeito à China e à Índia, é que, dada a

mesma situação de fracasso do modelo socialista predominante, a China, no seu caso, optou com muito cuidado por tocar gradualmente “as pedras de um rio desconhecido”, o que evitou que ela caísse nas mãos do FMI e do Banco Mundial e tivesse que aplicar receitas *choque e fast track* na sua economia. Pelo contrário, a China sempre decidiu a hora, a forma e o local do processo de inserção de sua economia no concerto global. Da mesma forma, a Índia, tendo registrado a tentação do “fim da história”, está progredindo pouco a pouco em um processo de inserção que a coloca em um território de economia mista. A Rússia não decidiu, e queimando os navios se lançou, sob a liderança de Boris Yeltsin e Egor Gaidar, em um projeto induzido pela pior ortodoxia do mercado livre, no qual estabeleceu sem nenhum pudor medidas de austeridade fiscal, aumento de preços, aumento de impostos, redução de crédito, privatização da terra, privatização na produção e distribuição de alimentos, privatização da indústria do Estado, etc., gerando uma poção amarga e terrível que em 1999 já havia “produzido” 65 milhões de pessoas pobres cujo PIB era de apenas 55% 10 anos antes (Sánchez, 2011; Gutiérrez, 2011).

Esse antecedente da economia russa é importante nessa abordagem sobre os países do BRICS, porque, por um lado, permite apreciar a forma de inserção seguida por cada uma das economias – China, Índia e Rússia – de origem socialista ao mundo do neoliberalismo. Por outro lado, o caso russo nos permite apreciar que seu enorme fracasso de 10 anos de neoliberalismo supera o de mais de sete décadas de socialismo, que causou tanto a chegada de Vladimir Putin ao poder (1999-2000) como o retorno da Rússia a um novo tipo de “socialismo de mercado” no qual está instalada desde o início do século, o que a converteu de maneira importante em um país do BRICS. Nesse sentido, Ana Teresa Gutiérrez comenta: “...se a Rússia é atualmente projetada como uma provável potência até 2050, é precisamente porque a classe política hoje no poder da Rússia rejeitou a aplicação ortodoxa de políticas neoliberais patrocinadas pelo chamado Consenso de Washington”. E acrescenta sobre a nova visão da Rússia. “O Estado russo ... tem claro que os russos que vivem na pobreza não poderiam sobreviver às demandas do mercado livre, portanto, para Putin, a recuperação da economia russa tem como sua maior estratégia o controle das empresas conjuntas russo-ocidentais sobre recursos e economia e, ao mesmo tempo, espera que o número de empresários nacionalistas russos cresça.” (“O Papel da Rússia na Estrutura dos Países do BRICS”, 2011).

O acompanhamento de um modelo econômico neossocialista da Rússia, no âmbito de um neoliberalismo global, não requer interpretações, o que foi claramente reconhecido várias vezes por Vladimir Putin. Desde a sua

“Mensagem à Nação” em 2000, e por intermédio de inúmeras participações públicas, Putin deixou claro seu interesse em reordenar as políticas públicas mediante o retorno de uma maior participação do Estado. Putin lembra ao Ocidente que “a Rússia sempre se desenvolveu como um estado supercentralizado, o que faz parte do código genético, tradição e mentalidade de seu povo”, ao qual Telman Sánchez acrescenta: “O Estado e a sociedade russa mantiveram características semelhantes ao longo dos séculos. O controle total do Estado sobre os interesses da sociedade e dos indivíduos, o fraco papel dos partidos políticos no curso das reformas econômicas, a ausência de classes sociais independentes do poder central do Kremlin, a inexistência de liberdades individuais são apenas algumas das características que variaram muito pouco em mais de 500 anos da história da Rússia”. Portanto, a partir de 2000, “a nova ideologia nacionalista consolidada estabelece um consenso em torno da chamada ideia russa, baseada nos pilares tradicionais de sua cultura, a saber, patriotismo, confiança na grandeza da Rússia, estatismo e solidariedade social” (El Modelo Económico de Rusia durante la última década. Sus Modificaciones y Adaptaciones, 2011).

A Rússia olha para o “inferno econômico” de um neoliberalismo mal instrumentado, que rompe com a inércia da sustentabilidade de uma nova corrente de pensamento nacional que buscava uma reforma política e econômica para o país, no marco de sua inserção no mundo global, que não viveu há 500 anos, e esse mesmo fracasso a retorna ao território do conhecido, de onde fora expulsa em 1989, também por uma profunda derrota econômica e política. A partir desse duplo erro, a Rússia iniciou uma nova etapa de construção sob a liderança de Putin, mas, acima de tudo, com a influência de um modelo chinês de socialismo de mercado que combina a aplicação de medidas capitalistas e socialistas (o modelo de “Gato”) de acordo com o interesse nacional e a conveniência do Estado russo, o que, como China e Índia, lhes confere uma vantagem diferencial econômica muito significativa em detrimento daquelas economias que seguem os ensinamentos do Consenso de Washington com ortodoxia. Nessa nova dinâmica da Rússia, as mesmas condições para o investimento estrangeiro são aprimoradas, o que constrói um sistema de regulamentação estatal por via, os sistemas financeiro e fiscal do país são modernizados, ao mesmo tempo em que é registrada uma intervenção do Estado para regular os preços, a integração da economia em direção à sua inserção global está sendo intensificada, assim como os setores econômicos (petróleo) são revitalizados e as agendas estaduais são estabelecidas para os produtores nacionais etc.

O caso do Brasil, nesta seção, que busca destacar as coincidências dos modelos econômicos orquestrados pelos países do BRICS, principalmente

no que diz respeito à participação significativa do Estado em seu desenvolvimento econômico, mantém uma diferenciação relevante, tanto na origem como no conteúdo. Todavia, enquanto o Brasil é o menos estatista dos países do BRICS, por outro lado é apresentado como um dos estatistas dos países da América Latina continental. O Brasil não vem de uma longa história como China, Índia ou Rússia, nem em seu passado recente aparece nenhum estágio político que o levou a um socialismo de estado, no entanto, em questões econômicas, a participação do Estado brasileiro tem sido uma constante de sua atividade econômica desde a época colonial, em que todas as atividades realizadas foram sancionadas pelo império português, até o período de maior sucesso de sua economia, que foi de 1930 a 1980, quando o PIB médio anual cresceu 6% (de 1968 a 1973, existe o chamado “milagre econômico brasileiro, quando o PIB cresceu 11% da média anual). Ao longo desses 50 anos de industrialização, quando é praticada uma estratégia de substituição de importações, o Estado brasileiro teve participação direta no apoio e desenvolvimento de seus diferentes setores econômicos que buscava, no contexto da crise global de 1929 e Segunda Guerra Mundial, um lugar na integração de um novo mundo global que se reordenava de maneira violenta entre seus diferentes atores. Nesse sentido, a participação do Estado é desenvolvida a fim de apoiar a criação de uma indústria nacional que possa satisfazer seu mercado doméstico em primeiro lugar, para a qual implanta uma série de políticas de proteção e defesa para seus empreendedores nacionais, da mesma forma, em um segundo impulso, esse apoio é dirigido aos seus empreendedores até ao mercado externo. Nesse último ponto, o caso do café é emblemático, no qual o Brasil foi líder comercial por muitos anos, e a estratégia e as medidas adotadas pelo governo (de 1931 a 1944, o Brasil destruiu 4.699 milhões de toneladas de café como políticas de regularização – Peláez, 1973) foram seguidas por outras nações produtoras em defesa do mercado e de seu preço. Nessa era de “bonança” econômica brasileira, encontramos um Estado Condutor, que utiliza todos os tipos de políticas cambiais, tarifárias, de crédito etc. para promover a industrialização do país; um Estado Regulador, que, a fim de motivar o desenvolvimento industrial, regula e contém relações de gestão do trabalho, para que não constituam um obstáculo ao objetivo econômico central; um Estado Produtor, que, na visão de um país bem-sucedido e ordenado, começou a produzir boa parte dos serviços públicos, como transporte ferroviário, transporte marítimo, água, eletricidade, serviços de comunicação, bem como outras áreas mais específicas, como mineração, aço, petróleo, química e outras (no estágio mais bem-sucedido dessa política pública, 1968-1973, foram criadas cerca de 231 grandes empresas estatais, como Petrobras, Vale Do Rio Doce, Embraer

etc.); e um Estado Financiador, em que, além do Banco do Brasil, foi criado o importante Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), que praticamente se tornou uma entidade nacional de crédito produtivo de longo prazo, o qual, vale ressaltar, atualmente administra uma carteira de investimento superior ao Banco Mundial (BM) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conjunto (Gremaud, 2010, p. 572-573). O Brasil, como a maioria das economias latino-americanas, está passando pelo pós-guerra e pela construção de uma nova industrialização regional, apoiada em uma política de Estado que, junto com o México, Argentina, Colômbia etc., chegou a ser relevante no quadro da nova economia global, especialmente para a atenção de um mercado interno, criação de empregos e melhoria social. Ao mesmo tempo, como o resto das economias da região, desde os anos 1970 não consegue reorientar o modelo em linhas mais sustentáveis, cuidar de sua produtividade e orientação, dando lugar à “década perdida” dos anos 1980, que levou o Brasil a recuperar um crescimento significativo de 5% até 2004, data em que reinicia um novo início de sustentabilidade, que é a base, entre outras razões, pela qual o Brasil é considerado um país do BRICS. Da mesma forma que o restante das nações latino-americanas e diante dos problemas não resolvidos da década de 1980, o país sul-americano sob influência do Consenso de Washington começou a implementar uma série de mudanças econômicas por meio de vários líderes políticos. Com o fracasso do Plano Cruz (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989) Collor I (1990), Collor II (1991), em 1994 e 1995, o Plano Real começou sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, que, entre outras medidas, continuou com o desmantelamento da economia mista brasileira por meio da privatização de ativos estatais, que exigiam o cânone neoliberal. Criou-se um Plano Nacional de Desestatização que prevaleceu dos anos 1980 ao ano 2000, e através do qual foram desincorporadas dos ativos do Estado um número de 105 empresas públicas (Gremaud, 2010).

Embora o Brasil hoje não possa ser colocado com o mesmo grau de participação do Estado que a China, a Rússia e a Índia, pode ser apontado como um selo de identificação, uma participação ativa e compromisso do Estado com seu desenvolvimento econômico, que, embora atualmente seja inferior à média dos BRICS, é superior ao *laissez faire-laissez passer* que “presumem” outras nações regionais como México, Chile etc. Alicia Puyana diz a esse respeito: “o Brasil liberalizou sua economia, com um ritmo e um grau inferiores ao da maioria dos países latino-americanos”; (Brasil: mito ou realidade, 2011), que é facilmente verificado tanto pelas políticas públicas implementadas quanto pelas declarações dos últimos presidentes brasileiros que foram reintegrados pela economia brasileira no desenvolvimento global

(2003-2010). O presidente Lula da Silva exaltou o “modelo social de desenvolvimento brasileiro”, e sua atual presidente, Dilma Rousseff, sem nenhum sentimento de culpa neoliberal, aponta que seu desejo, dentro do modelo socialista brasileiro, será restringir o Estado para torná-lo mais eficaz, “mas não menor” (Economist, novembro de 2009). Sob essa visão, é a participação do Estado brasileiro a principal responsável pela ascensão social dos 14 milhões de pessoas de 2000 a 2010, é o Estado que enfrenta diretamente a crise financeira de 2008, permitindo que os bancos estatais comprem ações e carteiras de instituições problemáticas, é o que autoriza 3 trilhões de reais para construção civil, é aquele que, por meio de sua formidável alavanca de desenvolvimento que é o BNDES, disponibilizou 10 trilhões de capital real para exportação, que, por meio do Banco do Brasil, colocou 4 trilhões de reais na compra de carros, o que gerou extraordinário apoio à agricultura por 5 trilhões de reais, que incentivou as exportações de 2 trilhões de reais, que criou incentivos fiscais para reduzir custos de empresas brasileiras, que desenvolveu uma indústria petroquímica de classe mundial (Petrobras); uma empresa aeronáutica líder mundial em seu campo (Embraer); aquele com 14 bancos públicos, 82 bancos privados com capital nacional (2004), aquele com 25% de participação direta nas operações de crédito (2004), aquele que detém aproximadamente 50% das operações de crédito de seus Bancos Privados de Capital Nacional, que possui a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma das mais importantes do mundo e principal centro de desenvolvimento e pesquisa agrícola, que está sendo o motor do Brasil para ser a “fábrica de alimentos” do mundo; que protege seus industriais com fronteiras tarifárias variando de 12% a 35%, o maior percentual dos BRICS etc. (Gremaud, Vasconcellos, 2010; Baumann, 2010; Barbosa, 2011).

Pelo exposto, observa-se que 41% da população mundial (2.800 milhões de pessoas), 15% do PIB mundial, 15% do comércio mundial, mas, acima de tudo, os países com as melhores taxas de crescimento econômico (alternadamente) das últimas três décadas, China, Índia, Rússia e Brasil, estão localizados em uma nova zona econômica de desenvolvimento global que ainda não foi suficientemente definida e até aceita pela maioria dos especialistas que, com o eufemismo do “Socialismo de mercado” (China), “Nacionalismo econômico” (Rússia), “Desenvolvimentismo social” (Brasil) etc., começam a identificar as linhas de uma nova tarefa econômica pós-neoliberal, pragmática e heterodoxa, que afeta, por um lado, um alinhamento às normas e instituições internacionais de economia e comércio, mas, por outro, afeta o trabalho da maioria dos países, principalmente no processo de desenvolvimento que, alinhado ao concerto global de maneira ortodoxa,

joga com uma desvantagem na luta que ocorre todos os dias pelo crescimento. Rubin diz, referindo-se ao esgotamento dos países desenvolvidos no contexto da crise de 2007-2009: “A recessão e o colapso dos mercados financeiros já testaram nossa fé no livre comércio e na liberdade de mercado. Falar em “intervenção do Estado” sempre soou muito ruim, mas hoje é um modelo de nova política de Washington para Bruxelas”. O que houve? Os BRICS estão em default? Ou eles simplesmente avançaram para uma estratégia que se tornará necessária? Saber em que campo se encontra hoje é uma condição *sine qua non* para qualquer economia que se preocupa com seu crescimento. Saber quais regras serão aplicadas à competição se torna um ponto de partida para qualquer modelo de desenvolvimento. Martin e Schuman dizem sobre a questão do rearranjo anárquico dos fatores de produção, que sua falta de controle e profundidade estão nos levando a uma situação de “Salve-se quem puder”, mas acrescenta com terrível ironia “Apenas isso: Quem pode?” Nesse sentido, os BRICS (como se viu, cada país à sua maneira) são apenas a ponta de lança de uma anarquia econômica que, por um lado, sacrifica bezerros todos os dias no altar do “menor custo” e, por outro lado, recorre a uma intervenção direta do Estado no desenvolvimento de sua economia e comércio internacional.

O MUNDO SEGUNDO GOLDMAN SACHS

Niels Bohr disse que “Prever é muito difícil. Sobretudo o futuro”. No entanto, Goldman Sachs, no marco deste início antiparadigmático do século XXI, já anuncia os novos “vencedores” econômicos que são os países do BRICS, compostos por Brasil, Rússia, Índia e China, para os quais os coloca em 2050 como as potências mundiais em 5º, 6º, 3º e 1º, respectivamente, mudando o panorama atual do chamado G-6, no qual permaneceriam apenas, pela metade do século, os Estados Unidos em 2º lugar e o Japão em 4º (Goldman Sachs 2001, 2003 e 2005).

A tentação de imaginar o que se segue, especialmente no quadro de um ciclo que termina (século XX) e um ciclo que começa (século XXI), sempre foi irresistível para todas as gerações, especialmente agora que, no mundo do “fim das certezas” que habitamos, uma pequena especulação que ilumina o futuro é sempre bem-vinda. No entanto, Goldman Sachs, embora represente um grupo econômico experiente, não é o único a arriscar a projeção de cenários no mundo econômico do futuro. Várias vezes, incentivadas pelos problemas econômicos vivenciados pela sociedade global e pelo orfanato ideológico que eles enfrentam na esfera política, especulam de vários territórios sobre o assunto a seguir: como a vida pode ser no final do século XXI e

se a sociedade global de hoje pode manter a sustentabilidade para que haja um século XXI e muitos outros séculos. Da maneira eminentemente especulativa como faz Goldman Sachs até a maneira sustentável e preocupada de outros autores como Laurence Smith, as previsões são executadas e levadas à consideração de uma sociedade global que observa um pouco preocupada, medrosa, cínica e expectante.

Bounan, com maior comprometimento com o futuro, pergunta: “Onde estamos hoje? Centenas de milhões de homens, mulheres e crianças estão concentrados em imensa megalópole miserável, cercada por campos devastados. As indústrias químicas ou nucleares, cada vez mais numerosas e onipresentes, emanações tóxicas de origem petrolífera, prejudicam o ar, o solo, a água e os alimentos. Culturas industriais, desmatamento, reservatórios hidrelétricos causam alimentação endêmica deficiente e aumento da morbidade. Entretanto, essas condições de vida são impostas e mantidas *manu militari* pelas organizações transnacionais que garantem a liberdade do tráfego de mercadorias” (Bounan, 2007, p. 193-194). No mercado de tendências e números, essas preocupações não são levadas em consideração no futuro econômico desenhado por Goldman Sachs, embora Bounan, sobre o desenvolvimento que está por vir, denuncie que “os atuais gerentes não têm interesse em modificar um sistema social, político e tecnológico que lhes seja muito lucrativo”, no qual aparece um público global “que é a argila modelada pelos atores oficiais do poder moderno, a qual já não dispõe mais do instrumento que lhe permitiria se reconhecer pelo que é e julgar com validade esse modelo de representação que lhe é oferecido como critério absoluto da verdade” (Bounan, 2007, p. 181). Em meio a essas críticas ao “desenvolvimento” do futuro, Bounan arrisca também uma possível solução que venha da própria vergonha e pudor da sociedade atual, que, diante de condições de vida difíceis, contribui para a reconstrução da religião do “progresso” e sua atual organização comercial-industrial (Bounan, 2007, p. 198).

Da mesma forma de uma preocupação ecológica do desenvolvimento compartilhado do século XXI, talvez o único possível, Rif Kin adverte: “Ironicamente, as mudanças climáticas nos obrigam mais do que nunca a reconhecer nossa humanidade compartilhada e nossa condição comum de uma maneira essencial, não apenas superficial. Estamos juntos nesta vida e neste planeta: simplesmente não há lugar onde possamos escapar ou onde possamos nos esconder, pois a conta entrópica que nossa espécie gerou já afeta toda a terra e ameaça extinguir-nos em massa.” (Rifkin, 2010, p. 605). Rifkin acrescenta, pensando no desenvolvimento do século XXI: “Talvez a questão mais importante que a humanidade enfrente seja se conseguire-

mos empatia global a tempo de salvar a terra e evitar o colapso da civilização.” (Rifkin, 2010, p. 14). Talvez, no quadro dessas preocupações essenciais do século XXI, saber quem será o primeiro PIB em 2050, ou o segundo ou terceiro, vá para segundo plano, priorizando o conhecimento do “quê” e do “como” desses possíveis resultados na estrutura sensível de uma sociedade global ameaçada em sua sustentabilidade coletiva. Laurence Smith, também na linha de preocupação com a viabilidade do século XXI, comenta: “Ao imaginar 2050, eu já avancei que até então uma distribuição injusta de sorte mundial será evidente, com algumas espécies vencedoras e muitas perderão. Já nesse momento, as plantas e animais do mundo enfrentarão o maior risco de extinção que eles conhecem em sessenta e cinco milhões de anos.” (Smith, p. 187). Como você pode ver, uma visão do futuro da economia global, sem um princípio de preocupação com o planeta, além de sua óbvia falta de senso ético, também comete um erro prático, uma vez que as projeções futuras serão determinadas pelos imponderáveis de um ecossistema ameaçado, uma demografia transbordante e uma globalização econômica descontrolada.

O exposto acima não visa qualificar ou desqualificar a proposta dos BRICS a priori, tenta, sim, afastá-la de uma superficialidade que, a partir de números simples, nos levará a uma “carreira” da mídia de vencedores e perdedores que descontextualizam sua enorme estrutura referencial e desvinculam-na de seu compromisso com uma sociedade global que tem o direito de saber hoje o que entendemos ou o que devemos entender por “sucesso econômico”.

As tendências de desenvolvimento econômico positivo que distinguem os países do BRICS não são exclusivas para esse grupo. Jaques Attali, juntando-se à visão da história do futuro, afirma que “outras onze potências econômicas (como assinala Goldman Sachs em 2005) e políticas surgirão: Japão, China, Índia, Rússia, Indonésia, Coreia, Austrália, Canadá, África do Sul, Brasil e México”... ..“Em vinte ou vinte e cinco anos, todos eles serão chamados de mercado ou estarão em processo de se tornar. Abaixo deles, outros vinte países com forte crescimento continuarão a sofrer de deficiências institucionais, incluindo Argentina, Irã, Vietnã, Malásia, Filipinas, Venezuela, Cazaquistão, Turquia, Paquistão, Arábia, Argélia, Marrocos, Nigéria e Egito. Outros, de tamanho mais modesto, como Irlanda, Noruega, Dubai, Cingapura e Israel, desempenharão um papel particular” (Attali, 2006, p. 110). Há também posições que igualmente não compartilham o futuro previsto por Goldman Sachs, nem George Friedman, que declara abertamente que a China é um tigre de papel e, portanto, não acredita na ideia de que o país asiático se tornará o maior poder mundial no século XXI (Friedman,

2009, p. 88), ou posições mistas como a de Shapiro, que argumenta que “a força única das economias dos Estados Unidos e da China, combinada com seu tamanho, definirá amplamente o curso da globalização nos próximos dez ou quinze anos e, com ela, a direção que a economia de muitos outros países seguirá” (Shapiro, 2009, p. 213).

Como mencionado anteriormente, prever é um exercício difícil, por mais que diferentes opiniões se coadunem, especialmente quando os tempos de vida são desafiados por inúmeros fatores descontrolados e sérios avisos sobre o futuro da civilização. Portanto, falar sobre a tendência econômica dos BRICS a partir do estudo que o originou também é insuficiente, por decolar de uma análise que omite a origem e a natureza do desenvolvimento dos diferentes países analisados, o ambiente em que eles se desenvolvem e o futuro que cada um deles enfrentará. O futuro, segundo Goldman Sachs, é restrito a prever o sucesso de seus resultados “desde que”: 1) os países se sustentem em uma estabilidade macroeconômica que atinja, por exemplo, a redução de seu déficit fiscal, o que não tem sido problema para esses países nos últimos anos, com exceção da Índia (- 4,8% do PIB em 2011; mesmo que não se compare com o -9% do PIB dos Estados Unidos ou -8% do Japão no mesmo ano); 2) mantenham uma política monetária rigorosa (quando precisamente a “flexibilidade” que a China demonstrou nesta matéria tenha sido um dos principais fatores para o sucesso de sua grande exportação e tenha causado choques internacionais com os Estados Unidos); 3) mantenham a construção de instituições políticas, como o sistema jurídico, o sistema de saúde etc., essenciais para promover a eficiência da economia (quando muito do sucesso do modelo econômico da China e da Rússia, por exemplo, tenha sido a verticalidade de suas instituições, juntamente com um inacabado Estado de Direito); 4) avancem na abertura de seus mercados e sua liberalização comercial, a fim de alcançar maior desenvolvimento e crescimento (quando a principal característica do modelo chinês e, em menor grau, a dos demais países do BRICS, como já salientou, tenha sido precisamente sua política de abertura seletiva e protetiva, com ampla participação do Estado, com a qual obtiveram importantes taxas de crescimento); 5) melhorem seus sistemas de ensino.

Exceto pelo último requisito educacional, o que o estudo de Goldman Sachs faz é justamente recomendar aos países do BRICS o oposto do que estão fazendo para alcançar seu sucesso econômico, observando que, se eles não atenderem a esses parâmetros da estratégia de desenvolvimento, certamente eles não alcançarão as esmagadoras taxas de crescimento que planejaram para as próximas décadas. De qual economia estamos falando? Quem são os BRICS? A quem celebramos? Qual é o mundo que Goldman Sachs propõe?

Os BRICS são uma invenção exógena, institucionalizada sob a conveniência de uma estratégia geopolítica de mercado que, em maior ou menor grau, favoreceu cada um dos cinco países que hoje o integram. Como tal, hoje é um grupo político desprovido de raízes profundas, cujo futuro estará condicionado aos dividendos que lhes possam dar nos próximos anos o resultado de suas coincidências e divergências políticas, econômicas e sociais.

A China, por exemplo, é o principal país dos cinco países, o que menos ganha com sua associação e o que menospreza seu enorme sucesso econômico ao restante dos países aderentes. Como observado acima, sem o triunfo transbordante da China, hoje não estaríamos falando sobre o grupo BRICS. O sucesso chinês, em contraste com o de seus parceiros, começou há mais de três décadas, diferentemente dos 11 anos da Rússia, 9 da Índia e 8 do Brasil, e a força de sua sustentabilidade (média anual de 10% nesse período) não é comparável com o restante dos membros do grupo, que, além de ter apenas um terço na média do tempo dos bons resultados chineses, seu grau de crescimento foi significativamente menor (média brasileira de 4%, média da Índia 8,4% e média da Rússia 6,2% em seus respectivos períodos). Portanto, o PIB chinês representa mais de 50% do grupo (2009), mais de 70% de suas reservas monetárias (US \$ 2,62 trilhões em 2010), mais de 50% da arrecadação de IDE durante o período de 2000 a 2009 (629 bilhões de dólares), na 27ª posição de competitividade mundial em 2010, 24 posições à frente da Índia, que é o país que se segue (51ª posição), 31 do Brasil (58ª posição) e 36 da Rússia (63ª posição).

A força da China está atualmente fora de dúvida. Desde os dias em que Deng Xiaoping, Zhu Rongji, Jiang Zemin etc., diante da enorme necessidade de sua abertura no exterior, elucidaram o modelo a seguir, até hoje, três longas décadas se passaram pelas quais a China acumulou a enorme experiência na gestão de sua estratégia econômica, da qual o “experimento que dizia Deng agora o tornou o modelo econômico de maior sucesso no mundo. O fenômeno da desindustrialização ocidental motivado pelo lucro, que, como já mencionado acima, tem sido o principal motor do “milagre chinês”, não significa que nele o talento chinês não tenha ficado satisfeito em ser a maior “maquiladora” do mundo (que era a ideia principal do Ocidente e, portanto, sua incapacidade de entender e impedir o estouro econômico da China) e, a partir dessa plataforma, decidiu assumir um enorme desafio em todos os seus setores, através de todos os meios à sua disposição, para se tornar o que já é hoje, a segunda maior economia do mundo, e o que deseja ser: o maior poder do século XXI.

No entanto, mais do que os sucessos no crescimento e desenvolvimento, a China vai ter de enfrentar, junto com os outros países do mundo, a

mudança da fórmula do seu crescimento econômico, que, embora tenha dado uma taxa de aumento da média anual de 10% há mais de 30 anos, atualmente não pode mais sustentar-se. O sucesso econômico montado na destruição de seu ecossistema e do planeta, os salários miseráveis, ou a ausência de uma política universal sobre o pagamento de benefícios sociais, bem como um mal-estar mundial cada vez mais generalizado estão fazendo com que a China enfrente queixa crescente de seus “parceiros comerciais”, que por meio da rota institucional da OMC, de 1995 a 2010, a tornou o país mais investigado do mundo, com 784 reclamações, da mesma forma que o mais demandado com 563 denúncias no mesmo período. Em relação a esse tipo de crescimento, o Ocidente é denunciado há muito tempo: “Apenas teóricos ingênuos ou políticos míopes acreditarão que é possível, como está acontecendo atualmente na Europa, privar milhões de pessoas de trabalho e seguridade social ano após ano sem pagar em algum momento o preço político. É algo que não pode funcionar.” (Shuman, 2005, p. 17). Enquanto isso, na própria China, Pan Zhongwang, polidor de aço de 55 anos que trabalha em Zhenhua, que chega às 7 horas e sai às 23 horas, e com muita frequência trabalha os sete dias da semana, mora em um dormitório da empresa e ganha aproximadamente 12 dólares por dia, afirma: “tudo está ficando mais caro. Deveriam aumentar nosso salário.” (Reforma, julho de 2011).

Da mesma forma, a China terá que resolver nas próximas décadas a questão central de sua estrutura demográfica, que, atualmente composta por 1.336 milhões de pessoas, apenas 44% vivem em áreas urbanas, com o conseqüente problema de manter as 56% restantes no campo, o que afeta diretamente suas necessidades de emprego, renda e pobreza, situação que se tornará mais delicada se considerarmos que atualmente a China possui uma média populacional de 35 anos, que em 2050 aumentará para 45 anos, com o conseqüente conflito na mão de obra jovem e nas aposentadorias para idosos. Até 2050, a China terá 75% de sua população nas áreas urbanas, com todos os desafios que essa mudança implica em ter mais de um bilhão de pessoas nas novas cidades (Smith, 2011). Thomas Friedman diz que a China é a quinta parte da humanidade, o maior emissor de carvão do mundo, o segundo importador de petróleo, depois dos Estados Unidos, o maior importador de níquel, cobre, alumínio, aço, ferro etc., e é por isso que não é arriscado dizer que o que acontecer com China irá acontecer com o planeta, que se a China conseguir fazer uma mudança na energia renovável, haverá maiores possibilidades de mitigar o problema climático (Friedman, 2008, p. 344). Essa é uma questão essencial no futuro da China, que os próprios chineses têm em mente. Pan Yue, ministro da Agência de Proteção Ambiental, desde 2005 apontava, entre os desafios da China, que o país não

possuía matérias-primas suficientes, que não tinha terra necessária, que sua população estava aumentando e que em 2050 chegaria a 1.500 milhões de pessoas, que as cidades continuaram a crescer, mas que as áreas desertas se expandiam igualmente, que a contaminação não tinha descanso, que a chuva ácida caía em um terço do território chinês, que metade da água nos sete rios mais importantes estava contaminada, enquanto um quarto das cidades não tem acesso à água limpa, que um terço da população urbana respira ar poluído e que menos de 20% do lixo nas cidades era tratado e processado de maneira sustentável. Finalmente, acrescentava que cinco das cidades mais poluídas do planeta estavam na China (Friedman, 2008, p. 348).

A inserção da China na economia global é um fato irreversível que merece nossa maior atenção. A China não é mais apenas o país “maquilador” dos anos 80. Hoje, juntamente com a economia de baixo custo, coexiste outra economia de inovação e alta tecnologia. No entanto, enquanto a China mantiver sua reserva inesgotável de mão de obra barata (aproximadamente 800 milhões de pessoas), continuará tentando operar, em diferentes níveis e velocidades, sua política integral de Zonas Econômicas Especiais, como atualmente em seu território central e ocidental. Portanto, além dos números alegres do “handicap” dos PIBs, o país asiático, juntamente com a sociedade global, tem a obrigação de realizar uma reflexão e um compromisso com o que foi alcançado até o momento em questões econômicas, mais ainda, com a estratégia de desenvolvimento coletivo das próximas décadas, que deverá ser orientada de maneira sustentável tanto para os BRICS quanto por outras economias dominantes. A esse respeito, os Toffler apontam: “E a menos que os Estados Unidos, a Europa e o resto do mundo entendam o que realmente está ocorrendo na China – a China escondida sob uma avalanche de estatísticas econômicas e financeiras não confiáveis –, será difícil entender o que está por acontecer, pois o que acontece, de uma maneira ou de outra, redistribuirá radicalmente a riqueza e convulsionará o planeta” (Toffler, 2006, p. 433-434).

A Rússia, por outro lado, mais do que pensar no futuro, recompõe diariamente as linhas de sua estabilidade e desenvolvimento que dez anos de “experiências” neoliberais lhe deixaram. Não obstante o exposto, com base em seus imensos recursos naturais, a Rússia aparece como um dos países do BRICS com maior potencial para o futuro. Conforme já indicado, de acordo com o British Geological Survey, petróleo e gás natural têm uma vida útil provável de 41 e 60 anos, respectivamente, e nos dois insumos a Rússia aparece como o quinto e primeiro país em termos de reservas. Falando no futuro, até 2030, estima-se que exista uma demanda 30% maior de petróleo no mundo (106 milhões de barris por dia), no qual a Rússia, com seus

80.000 milhões de barris de hidrocarbonetos, terá um crescimento garantido para sustentar seu desenvolvimento e saldo financeiro. Graças ao oeste da Sibéria, diz Smith, a federação russa é hoje o maior produtor mundial de gás natural e o segundo maior produtor de petróleo. Da mesma forma, a Rússia possui a costa mais longa e a plataforma continental mais ampla do Oceano Ártico, que fornecerão soberania sobre grandes porções do fundo do mar e a maior parte do gás natural estimado no Polo Norte. A Rússia, talvez seja o país com os maiores recursos naturais para o futuro: terra, comida, água, energia, minerais etc. No entanto, neste futuro promissor, um dos seus principais desafios será enfrentar, ao contrário da China, o problema de sua demografia decrescente: “A Federação Russa enfrenta a perspectiva mais sombria. Sua demografia está em queda livre: dezesseis pessoas morrem a cada dez nascidos. Sua população total está perdendo quase oitocentas mil pessoas por ano” (Smith, 2011, p. 257). Juntamente com o problema de sua população, a Rússia terá que trabalhar na construção de um Estado de Direito confiável no quadro de uma nova vida democrática que, após o colapso econômico dos anos 1990, viverá o desafio de sua restituição sustentável ou o risco de sua troca por uma tirania baseada no poder do petróleo. Nesse sentido, Telman Sánchez comenta: “A Rússia precisa superar seu estado atual de fraqueza e crise interna, fortalecer o Estado e restaurar seu papel político e econômico no sistema internacional. Todas essas tarefas são essenciais e complexas para o Estado russo, mas devem ser realizadas por meio de esforços e fundamentalmente com a ajuda de recursos internos.”, e acrescenta, não sobre seu futuro para 2050, mas para 2020: “O povo russo não podia esperar mais uma década e depois ver suas ilusões desaparecerem novamente.” (Sánchez, 2005, p. 263).

A Índia, apesar de seu crescimento médio anual de 8,4% nos últimos nove anos (dados do Banco Mundial, FMI e OMC), a partir do seu projeto de abertura econômica, aparece como um dos BRICS mais fracos por causa de sua enorme população, atraso econômico e pobreza. Apesar desse pequeno e ainda incerto *boom* econômico da primeira década do século XXI, o PIB per capita indiano é o mais baixo dos países do BRICS (US\$ 1.192 em 2009) e a porcentagem de sua população rural ainda apresenta tendências muito altas em todo o mundo (71%, mais de oitocentos milhões de pessoas), o que dificulta muito suas possibilidades de gerar maior desenvolvimento e de distribuí-lo adequadamente. Por causa do exposto, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o mais baixo dos países do BRICS (0,519 em 2010), assim como seu número médio de anos de escolaridade (4,4 em 2010), seus gastos com saúde (4,1% do PIB, 2010) e seus gastos com educação (3,1% do PIB, 2010). A questão da pobreza na Índia é ancestral. Segundo

dados de Maddison, a Índia não teve crescimento per capita entre 1600 e 1870 e deste último ano para 1947 teve um aumento anual de apenas 0,2% (Sachs, 2006, p. 255). Em 1960, 33% da população rural e 49% da população urbana viviam abaixo da linha da pobreza, com 324 e 489 rúpias, respectivamente (Guha, 2007, p. 467). Após as reformas do início dos anos 90, a Índia alcançou uma redução significativa em suas taxas de pobreza, no entanto, em 2001, 35% da população total vivia com menos de 1 dólar por dia (Chai, 2006, p. 467). Em 2009, existiam mais de 300 milhões de pessoas pobres na Índia, das quais 25% vivem em extrema pobreza, o que continua sendo um dos principais desafios futuros do país. Da mesma forma, a Índia tem uma longa história de resultados econômicos negativos nas últimas décadas, que gravitam significativamente em seu futuro projeto econômico. Por exemplo, em sua Conta Corrente, de 1990 a 2010, o país registra perdas ao longo de 17 anos e no último período de seu lançamento os BRICS (2000-2010) já sofreu 6 saldos negativos, da mesma forma que seu saldo fiscal é negativo (-108 bilhões de dólares em 2010). A Índia, assim como a China, precisa criar 8 milhões de empregos anualmente e, para isso, precisa aumentar seu PIB anual em pelo menos 8%. Como esse número foi alcançado nos últimos 9 anos, enfrenta a urgência de resultados maiores e sustentados no futuro. As duas Índias são frequentemente mencionadas: a profunda pobreza e atraso da Índia, que não conseguiu resolver seus problemas de educação primária e alimentação, e os serviços tecnológicos da Índia, que na linha de Biotecnologia, por exemplo, nos próximos anos, poderá gerar 5 bilhões de dólares e até um milhão de fontes de trabalho (Ernest e Young). No entanto, como os Toffler indicam: "... a Índia sabe que não pode adiar um novo ataque à pobreza e que não vencerá o ataque apenas com chaminés. Tampouco vencerá se a maioria de sua população permanecer condenada a uma existência camponesa de baixa produtividade, independente de quanta "tecnologia apropriada" se introduza em pequena escala, sequer serão suficientes uma estratégia de segunda onda, nem uma estratégia de primeira onda" (Toffler, 2006, p. 409).

O Brasil (números do BM, FMI e OMC), que é o único país não asiático dos BRICS (a Rússia tem 70% de sua superfície na Ásia), tem uma relação não homogênea (Baumann, 2010, p. 46) com o grupo e, como a Índia, tem um desempenho econômico excepcional muito recente (8 anos, 2004-2009) e, menor que a Índia, seu crescimento médio no período é o menor dos países do BRICS (4%). Assim como a Índia, de 1990 a 2010, o Brasil teve resultados negativos em sua conta corrente em 15 dos 21 anos do exercício (71%), e, com base no período de 2000 a 2010, registrou saldos negativos em 6 dos 11 anos. No entanto, no caso do Brasil, diferentemente

dos demais países do BRICS cuja história de sucesso é resultado de um corte de caixa registrado após um projeto socialista sem resultados positivos, sua economia vem e se alimenta, como já indicou, a partir de uma mais-valia que durante 50 anos (1930-1980) gerou um crescimento médio anual de 6% (Barbosa, 2011), o que o coloca como o segundo país do BRICS com o mais alto nível de desenvolvimento humano (0,699, 2010 PNUD), da mesma forma que o país com os maiores gastos em saúde (9% do PIB, 2009) e gastos com educação (4,5% do PIB, 2005) dos países do BRICS. O Brasil é o menos aberto dos países do BRICS (26% no período de 2000 a 2008), com foco estratégico em seu mercado doméstico. No entanto, a recuperação de seu crescimento nos últimos anos é alcançada pelo *boom* de exportações enviado para a Ásia e, especialmente, para a China, onde 58% de seus embarques estão focados em 45% de commodities e 13% de produtos agroindustriais (2006). Quando falamos sobre o futuro, falamos sobre recursos naturais como petróleo, água, terra, comida etc., e o Brasil, em seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, abriga um enorme potencial para esse tipo de insumo, onde terra, água e alimentos têm sua maior riqueza. A magnitude que o país sul-americano tem desses recursos pode transformá-lo na “fábrica de alimentos do século XXI”, que estaria em sintonia com o aumento da necessidade mundial, que deverá aumentar em 70% até 2050 (FAO). Dos 65 milhões de hectares explorados atualmente no Brasil, há um potencial de mais de 300 milhões de hectares, o que o coloca, juntamente com a Rússia, como um dos poucos países que poderiam ter a facilidade de expandir sua fronteira agrícola nessa magnitude, o que contrasta com a situação apresentada pela China e pela Índia, que hoje têm fronteiras agrícolas saturadas e sem potencial de crescimento, com as maiores populações do mundo e crescente poder de compra. Da mesma forma, o Brasil é o país com o maior número de Recursos Hídricos Renováveis Totais com 8.233 quilômetros quadrados/ano, o que também o torna o primeiro país com essa medição per capita (Rodrigues, Diniz, 2011). Os desafios do futuro para o Brasil, apesar de seus ativos valiosos, são semelhantes a outros países em desenvolvimento. Sua aspiração “imperial”, sua geografia e seus recursos estão à sua disposição nos últimos 200 anos e, por várias razões internas, seu projeto não conseguiu se consolidar na região sul-americana. Enormes problemas de pobreza e distribuição injusta, principalmente no campo, e de organização social e política continuarão fazendo parte de sua agenda, sua “dependência” em grande parte do modelo e sucesso chinês será um desafio e uma oportunidade que o determinará nas próximas décadas. No entanto, no caso do Brasil, como nos demais BRICS, um de seus principais desafios será padronizar as linhas de seu crescimento a um ponto em que favoreçam todas as suas atividades

e a maioria de seus habitantes, a fim de evitar a síndrome do desenvolvimento que os Toffler alertam, em que “as ondas podem ser encontradas sobrepostas e se movendo em uníssono: vestígios de caçadores e coletores que desaparecem quando os camponeses da primeira onda tomam suas terras, agricultores que se mudam para as cidades para trabalhar em fábricas da segunda onda, e cybercafés e iniciativas no campo do software emergente à medida que a terceira onda chega” (Toffler, 2006, p. 52).

Falar sobre o BRICS é falar sobre o futuro e, nessa dimensão e desejo, todo país deve ser os BRICS, ou seja, aspirar e ter um bom futuro.

As formas de coexistência de pessoas e países, nos limites da Terceira Revolução Industrial anunciada por Rifkin, não podem ser iguais às ascensões econômicas irresponsáveis do século XIX ou XX.; Precisamente essa aldeia global em que nos tornamos nos obriga a respeitar tanto o sucesso dos outros, quanto que o vizinho bem-sucedido o alcance às custas de um esforço e de uma criatividade que não surjam do empobrecimento do entorno. Jacques Attali diz que “é hoje que se decide o mundo que teremos em 2050 e que se assenta as bases de 2100. Nas nossas mãos é que nossos filhos e netos podem viver em um mundo habitável ou ter que suportar o inferno, nos odiando por isso. Para deixá-los com um planeta onde eles possam viver – ele aponta sensatamente –, devemos nos esforçar para pensar no futuro, entender de onde vem e como agir sobre ele, e fazer isso é possível” (Attali, 2006, p. 13). Matt Ridley, com seu otimismo racional, diz que “... a espécie humana se tornou uma máquina coletiva de resolução de problemas – o que não duvidamos – e que resolve problemas por meio da mudança” (Ridley, 2010, p. 271). No entanto, sobre o que limita a questão do modelo do BRICS em relação ao futuro, L. Smith ressalta que “A questão não é comparar quantas pessoas existem ou quantos barris de petróleo restam, ou hectares de terras agrícolas ou gotas de água em o ciclo hidrológico, a questão não é que o consumo de recursos possa ou não ser absorvido pelo ecossistema global”, ao que ele acrescenta imediatamente: “Na minha opinião, a questão mais importante não é a que se refere à capacidade, mas a que questiona o desejo: que tipo de mundo queremos?” (Smith, 2011, p. 336), e, no final, voltamos ao começo: o modelo de lucro máximo, deterioração ambiental e irresponsabilidade social que a Goldman Sachs pondera? Ele é o que queremos?

CAPÍTULO 5

A ÍNDIA E SEU ENCONTRO COM O DESTINO

*La India es un museo etnográfico e histórico.
Pero es un museo vivo y en él que coinciden
la modernidad más moderna con
arcaísmos que han sobrevivido milenios.
Por esto es una realidad que es más fácil enumerar y
describir que definir. Ante esta diversidad, es legítimo
preguntarse: ¿la India es realmente una nación?*

Octavio Paz

A ÍNDIA E O SÉCULO XXI

O século XXI amanheceu com a notícia do rearranjo do mundo global, em que aparecia, entre outras notas, que quatro economias emergentes do chamado grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China)¹ colapsariam os paradigmas do século XX e se colocariam em 2050 entre as nações mais importantes da economia mundial, onde a Índia ocuparia o terceiro lugar, depois da China e dos Estados Unidos, e Rússia e Brasil corresponderiam ao quinto e sexto lugar, depois do Japão.

Juntamente com a agitação causada por esse tipo de previsão (2001, Jim O'Neill Chefe de Análise Econômica Global da Goldman Sachs), que iniciou um acalorado debate sobre a hegemonia do século XXI, do qual parece que nos ocuparemos durante a primeira metade desses cem anos, foi gerada a necessidade de o mundo conhecer não apenas o produto interno

¹ A África do Sul está excluída porque não faz parte da proposta inicial.

bruto (PIB) e a balança comercial desses países, mas também entender no âmbito de seus pontos fortes e fracos o que era que fazia que se publicasse o anúncio de seu assombro ou, pelo contrário, o ceticismo de seu sucesso. Perguntas que não foram fáceis de responder porque o mundo ocidental, em consonância com as conquistas do século XX, que consolidaram uma etapa de sucesso econômico e civilizacional nos últimos quinhentos anos, esqueceu da Ásia em geral e de países como a Índia e a China em particular, que no radar de suas percepções os deixaram localizados à imagem dos problemas sociais, econômicos e políticos que eles patentearam no século passado e mesmo em períodos anteriores.

A Rússia, antiga União Soviética, antes de sua queda em 1991 e da perda de 4,5 vezes seu PIB nos anos 90, gerou no mundo ocidental a ideia errada, como agora é comprovado em 2015, de que sua recuperação levaria mais tempo. A China, com sua fome histórica dos anos 1970, que causou a morte de milhões de pessoas, também pagou pela ideia de uma China subdesenvolvida que levaria muito tempo para não ser, como é hoje, a primeira economia do mundo em poder de compra, mas para atingir o nível da nação desenvolvida. A Índia, em suas próprias circunstâncias, durante o século XX e até hoje, evoca a ideia de uma nação pobre de enormes problemas sociais e econômicos, composta por 1.250 milhões de habitantes, sobre os quais é difícil destacar a ideia que em cerca de três décadas será a terceira economia do mundo. Na Índia, assim como nos demais países do BRIC (o Brasil é excluído por razões históricas e geopolíticas), exceto pelo observador acadêmico que nunca perdeu de vista a importância histórica e o valor civilizacional dessas nações, sua imagem antes e depois de sua independência em 1947, dois anos antes do triunfo da Revolução Chinesa, torna-se distante e difusa e não é possível entender quais serão os pontos fortes que tornarão possíveis as previsões de O'Neill.

Dos quatro países iniciais do BRIC, a Índia pode ser, por sua natureza exuberante, o país mais difícil de capturar pelo observador ocidental, seu passado histórico cheio de meandros, a força poderosa de suas religiões, seu sistema de castas ainda ininteligível e atual, sua pobreza dilacerante, a operação de uma democracia de mais de 700 milhões de eleitores, seu crescimento econômico bem-sucedido de 6,4% da média do PIB de 1991 a 2013 etc. são novos problemas para o Ocidente e para a vida cotidiana do México e da América Latina. A Índia, apesar de seus quatro milênios de história, é apresentada ao mundo hoje como um país nebuloso que causa todo tipo de imagem que varia desde a idealização de sua espiritualidade até a descoberta de suas contradições.

Saber que a Índia já havia entrado no século atual na Era do Pacífico, com a mudança do Ocidente em direção a um novo mundo geopolítico que se afastou do eurocentrismo em que viveu confortavelmente por meio milênio e também por fazer parte de um novo esquema de parceria (BRIC) que desde 2009 vem mostrando sua vocação de liderança global para o presente século é um exercício que deixou de ser uma opção para se tornar uma obrigação para qualquer pessoa interessada na narrativa do início deste milênio.

ÍNDIA, A INDECIFRÁVEL

Em seu livro “Vislumbres da Índia”, escrito por Octavio Paz na segunda metade do século passado, nos é dada uma visão do país asiático que não ficaria muito longe do que um observador comum descobriria ao chegar à Índia nesta segunda década do século XXI. A esse respeito, Paz nos diz: “Desci correndo as escadas e me joguei na cidade. Lá fora uma realidade incomum me esperava: ondas de calor, vastos prédios cinzentos e quebrados como os de uma Londres vitoriana crescida entre palmeiras e figueiras-de-bengala como um pesadelo persistente, paredes de leprosos, avenidas largas e bonitas, grandes árvores desconhecidas, becos fedorentos, fileiras de carros, idas e vindas de pessoas, vacas esqueléticas sem donos, mendigos, carros barulhentos puxados por bois, rios de bicicletas, algum sobrevivente do Raj britânico de terno branco rigoroso e surrado e guarda-chuva preto, novamente um mendigo, quatro santuários seminus manchas de betel vermelhas e brancas pintadas na calçada, batalhas de moluscos entre um táxi e um ônibus empoeirado, mais bicicletas, outras vacas e outro profeta seminu, ao atravessar uma esquina, a aparência de uma garota como uma flor entreaberta, lufadas de fedores, matéria em decomposição, respirações de perfumes frescos e puros, barracas de vendedores que vendem cocos e fatias de abacaxi, vagabundos esfarrapados sem emprego ou benefício, uma gangue de adolescentes como um bando de veados, mulheres em sáris vermelhos, azuis, amarelos, cores vorazes e algumas mulheres noturnas e morenas de tornozelas e sandálias para não andar no asfalto queimando, mas em um Prado, jardins públicos carregados pelo calor, macacos nas cornijas de edifícios, merdas e jardins, crianças vagantes...” No final dessa descrição detalhada da paisagem indiana, e a uma paz exausta dessa realidade, ele acrescenta: “Sentei-me ao pé de uma grande árvore, uma estátua da noite, e tentei resumir o que tinha visto, ouvido, cheirado e sentido: tontura, horror, estupor, espanto, alegria, entusiasmo, náusea, atração invencível. O que eu desenhei? Era difícil responder: a espécie humana não pode suportar muita realidade. Sim, o excesso de realidade se torna irrealidade, mas essa

irrealidade se tornou para mim uma sacada repentina da qual eu espiei em direção a quê? Em direção ao que está além e ainda não tem nome...” (Paz, 1995, p. 13-16).

A Índia, caldeirão de contradições, hoje não mudou muito. Em sua parte central, sua descrição não estaria muito distante do quadro hiper-realista que Octavio Paz desenhou na última década dos anos 1960. Hoje, qualquer viajante iniciante que passeie pelas ruas da velha Delhi, por Agra, suas diversas províncias como Jaipur, Punjab e até suas “novas” cidades tecnológicas como Bangalore, respira os mesmos cheiros e compartilha as mesmas emoções de um país ancorado no tempo de suas tradições, em uma combinação perversa com suas limitações econômicas, que impacta o observador ocidental nos longos capítulos de sua história, nos braços frondosos de sua cultura, da riqueza e exacerbação de suas religiões, da forte evidência de seu erotismo, do choque de sua miséria e falta de saúde etc., em um sincretismo que cativa alguns, surpreende outros e assusta outros.

Paradoxalmente, a realidade anterior coexiste ao mesmo tempo com a Índia BRIC, com a Índia tecnológica, com a nação líder no campo de serviços de inteligência e programação de computadores. Se, em vez de Peace, perguntássemos a Thomas Friedman sobre sua impressão atual da Índia, ele comentaria: “Eu estava no trecho inicial do KGA Golf Club, no centro de Bangalore, no sul da Índia, e meu parceiro de jogo apontava para dois prédios reluzentes de vidro e aço que podiam ser vistos à distância, logo atrás do primeiro *green*. Ainda não haviam construído o prédio do Goldman Sachs, caso contrário meu colega poderia o ter apontado também e transformado o golpe em um *threesome*. Os escritórios da HP e Texas Instruments davam a segunda metade do percurso de 18 buracos no percurso do buraco 10, e ali a coisa não terminava. As bandeiras nos pontos de saída exibiam o logotipo da Epson, a empresa de impressoras, e um de nossos *caddies* usava um chapéu da 3M.” “Não, certamente não era o Kansas. Nem parecia a Índia. Era o Novo Mundo, o Velho Mundo ou o Próximo Mundo?” (Friedman, 2006, p. 13). É por isso que o mundo ocidental e os próprios indianos não entendem claramente com o que a Índia parece: com o país onde aproximadamente 50% de sua população carece de serviços de drenagem e saúde? ou com a nação que exporta 12 bilhões de dólares por ano em serviços de alta tecnologia? (Banco Mundial, 2012).

A ÍNDIA E SEUS ARGUMENTOS

Desde 1984 com Rajiv Gandhi como primeiro ministro da Índia, e mais claramente desde 1991 com Narashima Rao, mas especialmente desde

Manmohan Singh durante o período de 2004- a 2014, é que a Índia constrói uma plataforma de saída econômica crível (6,4% do crescimento médio anual do PIB) que a inseriu nas previsões vencedoras da primeira metade do século. Após 68 anos de vida independente (1947-2015), a Índia começa a se afastar do fantasma da incerteza econômica que a habitou durante os períodos mais representativos de sua vida moderna: o primeiro, dirigido por Jawaharlal Nehru (1947-1964), com crescimento médio de 3,8%, o segundo, identificado pela administração de sua filha Indira Gandhi (1966-1977/1980-1984), com média de 4,2%, o terceiro liderado pelo mandato do filho de Indira, Rajiv Gandhi (1984-1989), com um aumento de 5,9% no PIB médio, e o quarto indicado neste ensaio como abertura, como já indicado, de 1991 a 2014, que teve um crescimento econômico anual médio de 6,4%.

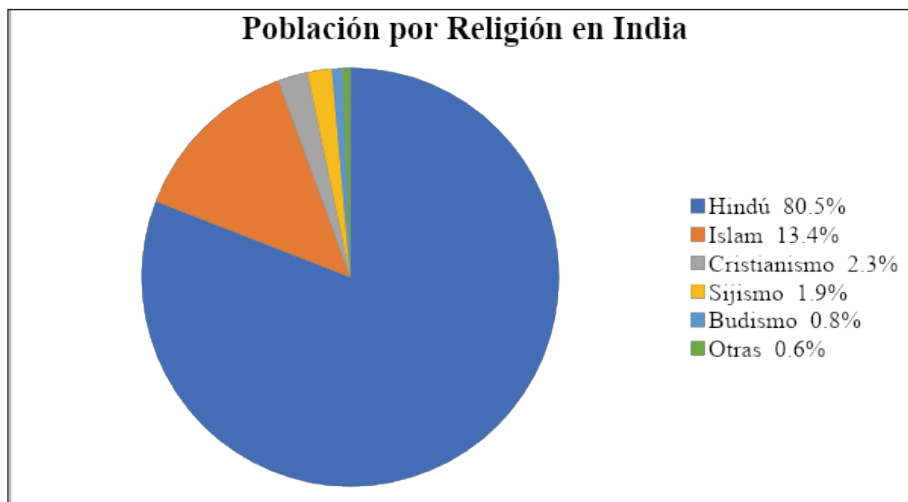
Os números deste último período de abertura, embora ainda estejam longe do aumento médio anual de 10% que a China registrou de 1979 a 2013, começam a estabelecer um projeto de confiança, interno e externo, que deve ser confirmado no âmbito do que a Índia é e pode ser. Uma Índia que responde a um mundo global ainda cético, como assinala Paz, se é realmente uma nação moderna ou se ainda é um país com incontáveis arcaísmos.

A questão não é menor ante a chegada ao poder de Narendra Modi em 26 de maio de 2014, que é conhecido por ser um dos membros radicais do partido hinduísta Bharatiya Janata Party (BJP) atualmente no poder, que a partir de seu início teve como principal objetivo transformar a Índia em uma “nação hindu” contra a realidade multiétnica e multirreligiosa do país, posição que continua a ser apresentada como uma questão central não resolvida, que, ao longo de sua história, causou à Índia incontáveis problemas e conflitos, como o das revoltas que antecederam sua independência em 1947, em que se estima que morreram aproximadamente um milhão de pessoas entre hindus e muçulmanos.

Sobre o assunto, também vale lembrar que o assassino de Gandhi (N. Godse, 1948) era um militante hindu colaborador de V.D. Savarkar, um distinto promotor brâmane de um nacionalismo hindu ardente e violento, cujas ideias foram a pedra angular da doutrina do BJP desde a data de sua última versão política em 1980, movimento que esteve envolvido em vários ataques, como a demolição de uma mesquita em 1992 na cidade de Ayodhya, no estado de Uttar Pradesh, por razões de natureza político-religiosa, que causaram vários tumultos nos quais morreram mais de 1.500 pessoas, a maioria muçulmanas, ou em 2001 e 2002, quando foram feitas recriminações diretas ao agora primeiro-ministro Modi por não ter impedido, como chefe do executivo do estado de Gujarat, que os tumultos contra a população muçulmana deixassem um saldo de mais de mil mortos, que em sua maioria também eram muçulmanos.

Tudo o que foi exposto nada mais é do que uma pequena amostra da validade de um confronto milenar, muitas vezes violento, que foi encenado pelos diferentes atores político-religiosos da Índia, especialmente, por um lado, a população majoritária (80%) que enaltece a filiação hinduísta e, pelo outro, o grupo pertencente ao Islã, que, apesar de minoritário (13%), representa cerca de 170 milhões de pessoas. Com relação ao exposto, é importante lembrar também, sob essa perspectiva, que em 1984 o primeiro-ministro Indira Gandhi sofreu um assassinato político-religioso pelas mãos de sua própria escolta formada por membros do movimento Sijh e, em 1991, seu filho Rajiv Gandhi, em uma campanha política, foi morto por um grupo político-religioso pertencente aos Tigres de Libertação do Tamil Eelam (LTTE).

Quadro 1
População por religião



Fonte: Índia, Censo de 2011

A questão religiosa é um dos principais desafios a serem resolvidos pela Índia no século XXI, que se arrasta há cerca de quatro milênios, o que, ao mesmo tempo em que enriqueceu sua formação cultural, também impediu sua integração como nação única com identidade própria. A religião na Índia continua sendo um assunto pendente e um de seus problemas sociais e políticos mais importantes.

Desde a sua origem, a Índia pretende registrar inúmeros pensamentos religiosos que permanecem parte de sua realidade atual. As ondas indo-europeias (aryas) que a habitaram em 1500 a.C. já traziam consigo as

influências escritas que dariam vida aos livros sagrados dos Vedas, que constituem o substrato filosófico mais importante do que hoje é conhecido como hinduísmo. Todavia, também junto com essas crenças, a Índia foi o berço de uma das correntes mais fortes do pensamento espiritual que é o budismo, que nasceu na Índia antiga (hoje Nepal) no século VI a.C. e continua por aproximadamente 1.000 anos até sua quase extinção em território hindu, embora atualmente essa corrente seja totalmente saudável no Japão, Coreia, Tailândia, China e em geral no Leste Asiático. Da mesma forma, a religião jainista ainda é praticada hoje na Índia, que é um ramo derivado do budismo, com mais de 2.000 anos, embora também tenha registrado importantes assentamentos do judaísmo (175 a.C.), cristianismo (IV d.C.), Parsis (VI d.C.), ceticismo (III a.C.), agnóstico (I a.C.) ateus etc. Especialmente, desde o século VIII d.C., a Índia também recebe as primeiras influências da religião muçulmana, que se intensificam com as primeiras invasões no século XI e depois crescem e se espalham durante a hegemonia do domínio mongol, então especialmente durante o reinado de Babur em 1526, até a queda de Aurangzeb em 1707, embora sua influência direta se estenda por quase 1.000 anos (VIII a.C. XVIII), com todas as consequências até o momento, onde cerca de 170 milhões de indianos professam essa religião, um número maior do que qualquer outro país árabe, exceto a Indonésia, que tem 210 milhões de seguidores.

Hoje, a Índia é um país multifacetado, composto de múltiplas faces desenhadas pelo contorno de diferentes pensamentos religiosos, que no espiritual não se toleram e no político, apesar de múltiplos esforços para alcançar o secularismo público, resta evidente que não alcançou, tendo em vista o objetivo do BJP, no século XXI, de estabelecer uma “nação hindu” e não uma nação indiana, excluindo desse nacionalismo a visão, os sentimentos e as crenças da população muçulmana em particular e das demais religiões em geral.

A religião hindu, diz Paz, “é um conglomerado de crenças e mitos. Embora não tenha missionários, seus poderes de assimilação são imensos. Ela não conhece a conversão, no sentido cristão e muçulmano, mas pratica com sucesso a absorção. Como imensa jiboia metafísica, a religião hindu digere lenta e incansavelmente culturas, deuses, idiomas e crenças estrangeiras” (Paz, 1995, p. 65). Por seu lado, Amartya Sen acrescenta: “Na verdade, a visão do hinduísmo como religião unificada é um fato relativamente recente. Por tradição, o termo “hindu” era usado principalmente como um significante de lugar e país, e não de uma crença religiosa homogênea. A palavra deriva do rio Indo ou “Shindu” (o berço da civilização do vale do Indo que floresceu aproximadamente de 3000 a.C.), e o nome desse rio também é a fonte da própria palavra “Índia”. (Sen, 2007, p. 368). No entanto,

na expropriação que o BJP fez do termo desde seus primeiros antecedentes políticos em 1925, que nasceu como uma força ultranacionalista, apreende a palavra e redesenha a história do país, a fim de monopolizar a herança de todos e construir uma semântica para fins religiosos e políticos além de uma Índia secular e argumentativa, onde o povo original é o “hinduísta”, a religião única emanava dos Vedas e sua “escolástica”, e sua língua o hindi.

No debate de hoje sobre o ultranacionalismo védico como berço original da Índia, quando perguntados quem foram os primeiros colonos do país, Lorenzen e Preciado apontam: “Em meados do segundo milênio antes de nossa era, chegaram ao noroeste da Índia, no território do atual Paquistão, várias tribos de pastores nômades que se autodenominavam arianos (arya). Eles chegaram à Índia do Afeganistão e do norte do Irã, mas acredita-se que muitos séculos antes de seus ancestrais tivessem começado sua longa peregrinação de algum lugar entre a Ásia Central e a Europa Oriental”, acrescentando ao que foi dito acima: “Ao chegar na Índia, os indo-europeus trazem consigo uma religião formada cujas características não é possível conhecer completamente. É provável que fosse uma religião onde as forças e os fenômenos da natureza eram divinizados. Eles também trazem alguns hinos religiosos que, com o tempo, chegarão a formar a base do *corpus* de literatura sagrada dos indo-arianos: o Veda.” (Lorenzen e Preciado, p. 23-24). Do exposto depreende-se que (Embree, Wilhem, Preciado, Lorenzen etc.) a imigração indo-europeia sempre desempenhou um papel de liderança na matriz védica-hindu do país, composta por correntes exógenas que levavam uma carta de naturalização através dos séculos.

Dentro dessa linha de exaltar uma origem pura e nativa como uma pedra filosofal da nova nação “hindu, com um componente religioso e cultural de exclusão do resto dos grupos religiosos do país, a posição do movimento hindu ignora os importantes antecedentes de secularismo e tolerância que o próprio argumento da Índia construiu como um avanço para o desenvolvimento da humanidade, como o rei budista Asoká, na era Maurya (320-185 a.C.), e o rei muçulmano Akbar, da dinastia Mongol (1556-1605 d.C.), que antes de seu tempo e no âmbito de duas das três integrações mais avançadas que a Índia alcançou como nação ao longo de sua história (a terceira foi o reinado de Grupted de 300-500 d.C.): o primeiro fala da necessidade de tolerância e das vantagens da heterodoxia do pensamento religioso; e o segundo, Akbar, mesmo indo além do estabelecido durante seu reinado, beneficia não apenas a tolerância religiosa, mas também a necessidade de separação do Estado com diferentes crenças religiosas, conforme regulamentado pela própria Constituição da Índia.

Diante do possível posicionamento do país como ator relevante na primeira metade do século XXI, sua unidade política como nação moderna

onde todos os cidadãos vivem, com um Estado de Direito secular em que as várias formas de pensamento religioso são respeitadas, será uma condição *sine qua non* para lograr êxito. Forçar uma ideia do poder da política ou da demografia que vai contra sua composição histórica será um motivo poderoso que pode derrubar ou interromper as previsões simplistas de O'Neill. Não há dúvida de que os antecedentes importantes do secularismo religioso de Asoká e Akbar foram argumentos relevantes na construção do atual Estado de Direito da Índia. No entanto, também é verdade que, apesar dos dois milênios decorridos no caso do primeiro e dos cinco séculos no caso do segundo, seus postulados não se traduziram em um cotidiano social que retirou a questão da agenda política da Índia. É claro que há um progresso notável nesse sentido, mas o partido e o primeiro-ministro no poder ainda serem considerados “Nação Hindu” nos mostra uma questão não resolvida nem na liderança política nem para a maioria da população, seja hindu ou muçulmana, até sikh ou jainista etc.

No âmbito dos países do BRIC, em seu componente asiático, nem a Rússia nem a China enfrentam atualmente esse desafio de integração cultural e religiosa. No caso da Rússia, apesar de também manter uma conformação multiétnica como país articulado entre regiões e culturas, desde seu encontro em 988 d.C. com a cultura bizantina e a Igreja Ortodoxa, o antigo país soviético definiu tanto sua identidade como as crenças religiosas que principalmente explicam seu nacionalismo até agora, sem que seus 70 anos de comunismo tenham sido uma refulgência que perturba até hoje o sentimento coletivo de unidade da “Mãe Rússia”. Quanto à China, o secularismo da filosofia nativa de Confúcio, Lao Tsé e Mencio (600 a 300 a.C.), juntamente com o budismo agnóstico procedente da Índia há mais de dois mil anos, definiu uma nação de maioria laica desde o início e do grupo de etnia Han, centrado no poder político e econômico, que o pensamento maoísta veio apenas para ratificar. Portanto, apesar do fato de a Rússia, a China e a Índia serem civilizações asiáticas, apenas a Índia apresenta um forte debate sobre Nacionalismo, Estado e Religião, como uma fraqueza estrutural que aguarda melhores argumentos do país das maçãs e das rosas (nome original da Índia, Embree, Wilhelm, 2004).

CASTA E POBREZA: UM NÓ GÓRDIO

Sobre a atual pobreza da Índia, Nayak comenta: “Apesar de mais de seis décadas de crescimento econômico planejado, mais de um terço da população da Índia permanece absolutamente pobre, com uma renda per capita de menos de 1,25 dólares por dia. O nível de aprendizado educacional na

Índia ainda está abaixo da média. Os gastos em saúde pública representam apenas 1,2% do PIB, quando a média mundial foi de 6,5%.” “Aproximadamente metade da quantidade de crianças entre 0 e 5 anos está desnutrida. As condições sanitárias são terríveis. Aproximadamente 50% da população da Índia defeca ao ar livre.” “Em 2012, o lugar da Índia na lista do índice de desenvolvimento humano era o 136º entre 186 países.” Com relação ao exposto, o próprio professor Nayak se aprofunda com base em um relatório de 2008 emitido pela Comissão Nacional de Empresas do Setor Não Organizado (NCEUS), segundo o qual 92% da população economicamente ativa da Índia está empregada no setor informal e que, ao estabelecer um parâmetro de 40 centavos de dólar por dia como limite, abaixo do qual uma pessoa seria reconhecida como pobre, 76% da população da Índia estaria nesse nível, o que seria “...substancialmente mais alto do que o índice de pobreza calculado pela Comissão de Planejamento, que colocou a porcentagem em aproximadamente 36% da população” (Nayak, 2015). Em qualquer um dos cenários fornecidos por esse autor, os índices de pobreza na Índia são enormes, devido às centenas de milhões de habitantes envolvidos.

A pobreza no país asiático, especialmente desde os últimos três séculos, é uma questão que se tornou um mal endêmico cujo aprofundamento vem minando a viabilidade do próprio sistema e, é claro, questiona as tendências da análise macroeconômica do BRIC, que a desenha como uma nação vencedora do século XXI. A enorme pobreza da Índia não é um fato novo. Juntamente com a miséria da China nos séculos XIX e XX, eles fazem parte da memória mais próxima que o Ocidente manteve dessas duas nações, que foi seu maior obstáculo para fazer uma análise oportuna de seus novos atributos do século XXI. No entanto, assim como ainda há uma memória das fomes chinesas dos anos 1970 que causaram cerca de 30 milhões de mortes, o Ocidente também não esqueceu as fomes e epidemias da Índia na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, ou a fome de Bengala em 1943, que deixou como consequência a morte de milhões de indianos. Como um exemplo claro do exposto acima, usando dados de Madison, Sachs aponta que “...a Índia não teve crescimento per capita entre 1600 e 1870” (Sachs, 2006, p. 255), isto é, que durante cerca de três séculos a situação econômica do povo indiano sofreu uma terrível degradação.

Como já foi observado, a pobreza não é uma característica atribuível apenas à Índia. A China no século XX também enfrentou períodos de severa escassez de alimentos que derrubaram sua demografia. A Rússia, mesmo nos anos 1990, viu seus níveis de pobreza aumentarem para cerca de 60%, apesar de ter sido uma hegemonia até 1991. Contudo, a diferença entre a Índia e os outros países do BRIC é que sua miséria está intimamente ligada a uma

fórmula perversa do país, entendida pela classe e pela casta, onde pertencer a uma classe inferior ou a uma casta inferior é ser condenado desde o nascimento a uma vida miserável, com quase nenhuma chance de transformar esse destino, pior ainda quando se é mulher.

A casta é uma figura particular da Índia que remonta às suas origens védicas e cuja trama e operação são difíceis de entender não apenas para o observador ocidental, mas também para os próprios indianos. Sobre o assunto, afirma Pániker: “Não há dúvida sobre a Índia mais complexa e polêmica do que o chamado “sistema de castas”. O “sistema” foi criticado pela sociedade e exaltado – embora menos – até o paroxismo. Entretanto, apesar da importância que todos atribuem a ele, o tópico é pouco conhecido, e eu diria que é mal compreendido pelo público em geral, mesmo por muitos indianos.” (Pániker, 2014, p. 7). O ponto é que, na Índia de hoje, na Índia do BRICS, uma organização nascida há mais de três milênios e meio atrás e que poderia ser a causa de estudos históricos, religiosos ou antropológicos, devido ao seu impacto na realidade que prevalece hoje no país, torna-se uma categoria determinante para resolver seu desenvolvimento econômico e seus níveis dilacerantes de pobreza e desigualdade.

Com base na opinião dos próprios especialistas indianos, Nayak pensa no sistema de castas que, “Na sociedade hindu, a casta é determinada no nascimento e é imutável. Este é o maior impedimento para qualquer noção de verdadeira igualdade que aspira alcançar qualquer república democrática moderna. Com uma cuidadosa intervenção pública, pode-se promover uma substancial igualdade de renda, mas não é possível que o filho de um pai shudrá seja outra coisa senão um shudrá” (Nayak, 2015). Para Banerjee, “...a casta é discriminação social baseada em casta continua sendo o principal critério” (Banerjee, 2011, p. 257) da pobreza e atraso social da Índia.

Até a presente data, no século XXI, a Índia apresenta uma estrutura social determinada pelos últimos quatro milênios, cuja operação explica muitos de seus valores diferenciais ao mesmo tempo que a maioria de suas defasagens sociais. Pániker explica que “durante a era védica, entre -1500 e -500, o sistema de classes rituais (varnas) foi configurado com o apoio ideológico de Purusa-sukta, que pode ser datado de -1000. É provável que esse esquema religioso tenha sobreposto uma estrutura social segmentada em grupos consanguíneos (Jatis), talvez decorrente de linhagens tribais. Para Irawati Karve, o sistema de castas seria o resultado da “fusão de dois sistemas, de duas culturas”, a das Jatis pré-arianas e a dos Varnas dos indo-europeus” (Pániker, 2014, p. 389).

O sistema de castas, diferentemente de outros esquemas sociais do mundo, leva-nos inexoravelmente a uma origem religiosa, a uma ordem cósmica que sustenta todo um edifício social que permaneceu quase imutável

ao longo do tempo. Assim, como diz Ghurye, qualquer tentativa de definir a casta é “...destinada a falhar devido à complexidade do fenômeno” (Pániker, 2014). É claro que este não é o lugar para aprofundar uma questão tão complexa, mas, para o observador ocidental que tenta entender os pontos fortes e fracos da Índia-BRIC, é essencial olhar para esse tecido social composto de 4.000 a 5.000 castas (2011), que, como um grande favo de mel, está cheio de entradas e saídas de difícil entendimento. Descobrir sua origem divino-cósmica ancestral deu um argumento suficiente a milhões de milhões de indianos para suportar um determinismo da vida, a depender do destino que os tocou no nascimento, privilegiadamente se Brahama ou Brahama nacer, de ampla suficiência, se deu sorte em nascer chatria (guerreiro), de acomodação, se for vaia (comerciante), de sofrimento econômico, social e político se se torna sudra (fazendeiro, motorista etc.), ou, pior, se tem a péssima sorte de nascer dalit, isto é, intocável.

Essa classificação, baseada em uma ideia de sanção religiosa, gozou de uma solidez surpreendente, com pequenas mudanças e ajustes, graças ao substrato “divino-cósmico” sobre o qual repousa, que é o da reencarnação, o que justifica uma lógica da fé, privilégio de brahama, chatria e vaia, por ter nascido várias vezes, como o determinismo da classe baixa de sudra ou dalit ao longo de sua vida terrena por nascer apenas uma vez, situação que só pode mudar na vida por meio do bom comportamento e com sua morte, na sua próxima reencarnação. “O nascimento (*jāti*) – diz Pániker – é a primeira e mais óbvia característica da casta. Nasce em uma certa casta porque é filho ou filha de pai e mãe da mesma casta ou muito parecida.” “Nasce em um e apenas uma *jāti*. A *jāti* é hereditária e é por toda vida, não se pode escolher, nem se pode medir – como a classe social – por escalas econômicas.” (Pániker, 2014, p. 33).

Esse determinismo ou destino social, que é inaceitável pelo menos em um imaginário do mundo ocidental, hoje ainda tem grande validade na Índia moderna, derivada essencialmente de sua semente religiosa que opera como justificativa suficiente para aceitar uma miséria por toda a vida sem temer. Na Índia argumentativa, essa premissa religiosa deve ser colocada em segundo plano, em que o poder econômico ou político o deslocaria como o ponto central da pobreza e da desigualdade. No entanto, embora a opressão seja e tenha sido um elemento relevante na lógica da exploração humana, é claro, à luz da realidade social da Índia, que suas crenças religiosas foram multiplicadas até o infinito em termos de deuses, idiomas, ritos, dietas, hierarquia, geografia, costumes, ética, ocupação, família, etc., que criaram um habitat pessoal socialmente aceito (casta), que só pode ser aprimorado com a morte. Daí porque as principais lutas e revoltas na Índia no século passado,

em que milhares de pessoas morreram, o que ocorreu principalmente por razões religiosas e não por demandas sociais.

A casta, para Manor, é “a instituição social mais durável e resistente da Ásia e talvez do mundo”. Para Max Weber, “é a instituição fundamental do hinduísmo, sem casta, não há hindu. Para Myrdal, a casta é a razão pela qual a Índia “permanece estática, prolongando até agora uma existência natural e vegetativa”. Karl Marx, também ocupado com o assunto, disse que as castas eram “impedimentos decisivos para o progresso da Índia”. (Pániker, 2015, p. 8-12). Para Octavio Paz, durante os quase sete anos que teve a oportunidade de viver na Índia por meio de suas missões diplomáticas, um dos tópicos que mais chamou sua atenção foi a figura da casta, da qual ele indicou que “o sinal distintivo da casta era uma noção religiosa, não econômica ou política”, diferentemente do argumento hindu moderno que prioriza sua natureza política, econômica ou social, que naturalmente é relevante na explicação da sustentabilidade e do futuro da própria casta no diálogo global do século XXI entre o Oriente e o Ocidente. Nesse sentido, Paz insiste, apontando que “as castas também são elementos do sistema hierárquico hindu, mas a operação dessa ordem não é poder ou dinheiro, mas uma noção religiosa: pureza e impureza”. Daí o seu determinismo e a dificuldade de incorporá-la a um esquema nacional moderno de esforço comum. Portanto, Paz acrescenta: “Casta é o oposto de nossas classes e associações, formadas por indivíduos. Nela, a realidade primária é a coletiva. Não é um conglomerado de indivíduos, mas um círculo de famílias, ou seja, um círculo que envolve o indivíduo: alguém nasce, vive e morre em uma casta.” Derivado do exposto, Paz encerra sua observação afirmando que “as castas não foram inventadas para mudar, mas para durar, e elas perduraram. É um modelo de organização social projetado para uma sociedade estática. As mudanças sociais a desnaturam” (Paz, 1995, p. 69-72).

A exuberante cultura hindu, com seu ramo frondoso de religiões, concomitantemente com seu sistema de castas são dois dos eixos mais importantes que explicam a realidade da Índia hoje e ontem, mas ao mesmo tempo, para o observador ocidental, são dois dos principais obstáculos à compreensão da Índia no presente milênio. No entanto, o que é importante destacar para os propósitos deste trabalho é que, quando se fala em 30% da pobreza na Índia (375 milhões), seu número oficial ou 70% (875 milhões), como Nayak sugere com base em estudos de campo empírico, não estamos falando apenas de populações que vivem com menos de 1,50 dólar ou 0,40 centavos de dólar por dia, mas também principalmente de “dalits” e “sudras”, ou seja, as castas mais baixas da Índia, cuja miséria considera um destino cármico que só será resolvido antes de seu segundo nascimento e

não antes de uma ação pessoal, familiar ou de uma política pública que melhore sua opressão econômica. Seu destino é cósmico e seu status econômico e social é baseado na pureza e impureza de seu karma, de modo que eles carregam sua realidade econômica pela posição de sua família, do trabalho que têm que exercer e no local onde estão destinados a viver. Sua nação é sua família, seu país é sua casta, seu universo é seu “sistema de castas”, daí sua falta de empatia com o individualismo e o moderno conceito ocidental de sociedade e nação.

É claro que as castas de hoje sofreram mutações e o elemento urbano e ocidental, entre outros, bombardeiam sistematicamente sua natureza original. Apesar disso, há mais de quatro milênios, as castas provaram sua força ao não assimilarem ou se misturarem com quase mil anos de convivência e domínio muçulmano, bem como com mais de três séculos de influência e hegemonia cristão-britânica. O desafio da Índia BRIC, dentro da estrutura de suas profundas linhas de pobreza, será transformar a força comprovada de suas castas em um elemento de força e não de fraqueza. Desde o início de sua independência, a Índia se esforça para alcançá-lo por meio de medidas legais, sociais e da chamada «discriminação positiva», por meio da qual são mantidas posições privilegiadas para as castas inferiores nas áreas educacional e política. A Índia BRIC deve trabalhar mais nesse esforço, porque “As castas ainda estão presentes, a intocabilidade – embora ilegal – permanece eficaz, existem partidos políticos que defendem os interesses de certas castas e assim por diante. A sociedade de castas é uma realidade da Índia contemporânea e muito mais inatingível e adaptável do que se supunha” (Pániker, 2014, p. 8).

ÍNDIA-CHINA, OU O RETORNO DOS GIGANTES

A relação entre China e Índia é uma questão de longa data que remonta à origem das duas nações. Sua localização geográfica e sua vizinhança fizeram com que se conhecessem desde sempre, vivendo juntas, aprendendo uma com a outra, competindo e até tendo encontros beligerantes. Juntamente com as civilizações muçulmana, japonesa e russa, as civilizações chinesa e indiana integram no continente asiático cinco das sete civilizações reconhecidas no mundo (Huntington, 2001), destacando a força de seu número e exuberância de suas culturas, e o significado que o continente asiático teve na história da humanidade. Dentro desse leque de ofertas civilizacionais, a China e a Índia se destacam desde os tempos antigos por seus vastos territórios, pelo peso de sua demografia e por suas vastas ofertas culturais.

A Índia, por outro lado, tem uma longa história de encontros e desacordos em que um subcontinente rico luta em todos os momentos para

encontrar uma identidade e integração geográfica comuns que dariam força contra os outros povos que sempre tentaram conquistá-lo: a primeira, a identidade comum, é um problema pendente que não pode ser consolidado até o momento; e a segunda, a integração geográfica, após cerca de quatro milênios, finalmente se cristalizou até 1947, quando o país se tornou independente do Império Britânico, com o grande custo de perder o território e a população do Paquistão, que mais tarde foi dividido com o Bangladesh em 1971.

A Índia juntamente com o Ocidente ainda lutam para resgatar suas origens, porque, de acordo com sua natureza e sua percepção do tempo, a historiografia não está em suas prioridades. Já no ano 1000 d.C., um historiador árabe que se queixou dessa falta de informação disse que “Infelizmente os indianos não dão muita importância ao curso histórico dos acontecimentos, são muito descuidados na enumeração cronológica de seus reis e, quando são solicitados a esclarecer e não sabem o que dizer, estão dispostos a contar contos” (Embree e Wilhem, Índia, 2004).

A história indiana nasce com seu nome, nas margens do rio Indo, onde localizava seus antecedentes pré-arianos (Harappa, Mohenjo Daro etc.) com mais de 4.000 anos de idade, bem como imigração indo-europeia ou ariana (- 3500 anos), que foram a principal fonte das diferentes culturas que floresceram na Índia. Esse fato sobre a origem do povo indiano continua sendo um tópico de discussão política para determinar a pureza e autenticidade de uma maioria da população “hindu”, que continua reivindicando uma individualidade sem adjetivos, contra um tempo que foi marcante pela riqueza etnográfica de todos os atores que participaram da composição do *ethio* indiano como civilização muçulmana. Como observado acima, a história da Índia não é um assunto fácil para o Ocidente.

Nessa linha infinita de reinos triunfantes e reinos em queda, as dinastias Maurya, Gupta e Mongol aparecem no horizonte de mais de dois milênios e meio, com as tentativas mais bem-sucedidas de integrar o subcontinente indiano sob um comando, como uma unidade política, embora, na verdade, nunca tenha se materializado totalmente e, por outro lado, os esforços que foram feitos para alcançá-lo, nos tempos históricos, foram efêmeros. O reinado de Maurya, por exemplo, que se destaca por ter tido um dos líderes mais reconhecidos da história indiana, o rei Asoká (268 a.C.), registrou um período de 137 anos. O império Gupta, por todos os reis que o representavam, teve uma hegemonia aproximada de 180 anos. O terceiro deles, o Império Mongol, de origem muçulmana, se for retirado do reinado de Babu (1526 d.C.) até a queda de Aurangzeb (1707 d.C.), que realmente é o tempo de seu domínio e esplendor (sua desintegração ocorre ao longo do século XVIII), nos lançaria um império de 181 anos.

O outro fator de integração ocorre por meio da presença inglesa, que, desde 1600, mediante o decreto que autoriza a instalação da Companhia Britânica das Índias Orientais (CBIO), aumentou gradualmente sua presença na Índia até dominá-la completamente. Já em 1689, a Companhia era quase um Estado na Índia, com seu próprio exército e controle de áreas geográficas. Dado seu crescimento esmagador e condições anárquicas predominantes, em 1858 o CBIO foi substituída por um vice-reinado que declarou a Colônia Britânica na Índia, ou seja, a integração geográfica da Índia, bem como a etnográfica, religiosa, política ou cultural, sempre esteve pendente de questões que duraram até hoje como um diálogo rápido, que às vezes se torna violento, entre a população hindu e muçulmana ou com outras etnias ou religiões. É importante ressaltar que essa pulverização também é multiplicada internamente entre a população hindu, através de todas as cores do amplo caleidoscópio de religiões, costumes, seitas, classes, deuses, línguas etc., nas quais se dividem os intrincados galhos da árvore da cultura hindu.

No quadro da análise dos países do BRIC, a trajetória da Índia e da China costuma ser equiparada com certa facilidade, pois são dois países de demografia robusta de origem asiática, mas nessa linha de partida, apesar da vizinhança e de seu milenarismo histórico, as rotas dos dois países se abrem desde seu nascimento em uma bifurcação que os separa de questões delicadas como unidade política, religião, idioma, integração etc., que os definem, por um lado, e que, por outro, gera neles forças e fraquezas diferentes no século XXI.

“No século IV a.C. – diz Pirenne –, também foi do Leste Asiático que começou a corrente do imperialismo monarquista e do realismo político que, em todo o continente asiático, preside a fundação do Império Máuria na Índia e na China da monarquia dos Jin.” (Pirenne, 1979). No entanto, como observado anteriormente, no caso da Índia, o reinado de Máuria durou apenas 137 anos e, em seguida, a integração alcançada em vários reinos foi interrompida até quase 500 anos após a dinastia Gupta alcançar outra importante integração do país. Após a dinastia Gupta pela chegada do reinado Mongol, o mais importante dos três com seu monarca Akbar, tiveram que passar quase mil anos, o que nos diz que a Índia ao longo de sua história e até sua independência não conseguiu ter uma unidade política sustentável, muito menos uma unidade como nação. A maioria de seus reinados vivia em uma família, casta, classe e unidade do reino que os impedia de se assimilar com outras tendências.

O caso chinês é diferente. Desde 221 a.C., o rei Chin-Che-Huang chega ao poder, unifica diferentes reinos e estabelece as bases para uma administração central que encerra as mansões feudais, consolidada em 210 a.C. com a supremacia da etnia Han, que, embora com muitas vicissitudes e algumas interrupções, conseguiu o poder na China até hoje, onde 90%

da população registra essa origem etnográfica, isto é, enquanto a Índia alcança um princípio de unidade geográfica e nação até 1947, com o custo de quase um milhão de mortos na época antes da divisão do Paquistão, a China trabalha em uma unidade comum e em um conceito de nação há dois milênios, apesar das invasões dos hunos, mongóis, manchus etc., com os quais não teve problemas para finalmente assimilá-los à sua cultura e poder político sem perder o selo da nação.

Outro elemento importante que distingue a Índia e a China é o componente religioso. Como já mencionado, a Índia tem sido e é um caldeirão espiritual onde inúmeras religiões e rituais foram praticados, entre os quais se destacam os quatro livros dos Vedas e os dois poemas épicos do Ramayana e do Mahabharata, como pedras filosóficas do hinduísmo. Também foi o berço de religiões tão importantes quanto o budismo, o jainismo, a corrente Sijh etc., com o acréscimo de que, quando a religião hindu se torna um culto às castas, cada uma delas, mais as famílias que as compõem, multiplica os deuses, mitos e crenças dessas religiões ao infinito. Além disso, somado à riqueza múltipla de imagens e credos, há 1.000 anos o país também pratica fervorosamente a religião monoteísta do deus sem rosto (muçulmano), com liturgia, evangelho e simbologia totalmente diferentes dos hindus.

A China, por outro lado, tem sido um país que, em meados do milênio a.C., encontrou por meio da ética de Confúcio (551 a.C.) o taoísmo de Lao-Tsé (século IV a.C.) e os ensinamentos de Mencio (372 a.C.), entre outros, cada um em seu tempo e circunstâncias, um caminho de desenvolvimento espiritual através de uma ética do dever que responde mais a um estado natural das coisas do que a um desígnio ou favor divino. É claro que a China também teve sua incursão com os favores do “céu”, mas como Botton aponta: “Na China, mais cedo do que em outras culturas, havia uma separação das esferas humana e divina” (Botton, 2000, p. 81). O Budismo, apesar de uma forte presença na China até o século IX d.C., na sua parte moral do atuar justo, pensar justo, dar o justo, ação justa, palavra justa, esforço justo etc., se somou inicialmente à força do confucionismo, mas com o tempo ele viu sua presença diminuída, entre outras causas, pela perseguição do imperador Wuzong (841-846). As limitações à religião aplicadas pelo Partido Comunista Chinês (PCC) de 1949 não foram mais do que a ratificação de uma idiosincrasia espiritual agnóstica “com características chinesas”, que tem 2.000 anos de prática com suas diversas adaptações pela maioria do povo chinês.

Assim, a Índia tem uma população de 80,5% que pratica a religião hindu, com todo o conteúdo já explicado, 13,4% dos praticantes muçulmanos e o restante são cristãos (2,3%), sijhs (1,9%) e budistas apenas 0,8%. Quanto à China, mais de 40% da sua população é considerada agnóstica ou ateuista

(42%), as religiões tradicionais ocupam 30%, o budismo 18%, o cristianismo 4%, as religiões étnicas minoritárias 4%, o islã 2% etc. Junto a isso, como outro elemento da coesão nacional na China, dos 1,35 bilhão de habitantes, 1,2 bilhão fala mandarim, no caso da Índia, apenas 41% falam hindi, que é uma das 24 línguas oficiais estabelecidas pela Constituição da Índia, além de 179 outras línguas e 544 dialetos praticados no país.

A relação entre China e Índia, como já foi dito, é ancestral. Há evidências de seu contato e comércio desde o século VIII a.C. São famosas as peregrinações de monges budistas chineses como Faxian, Yi Jing ou Xuanzang, cujas traduções do sânscrito para o chinês enriqueceram o saber budista. O intercâmbio cultural e político era também um *benchmark* para os dois países. Entretanto, não há dúvida de que, após dois milênios, a identidade nacional e o destino comum como motores do desenvolvimento do porvir são um projeto mais finalizado na China do que na Índia, que é um importante diferencial a ser levado em consideração na análise dos países do BRIC.

SUA HISTÓRIA ECONÔMICA OU A RELATORIA DE DOIS GIGANTES

No contexto da mudança de uma era do Atlântico para uma era do Pacífico, a história econômica da humanidade teria que levar em conta a importância que a Índia e a China registraram nessa área, especialmente desde o início desses dois últimos milênios até meados do século XIX, onde parece que os dois gigantes asiáticos compartilharam a hegemonia econômica do mundo por 92% dos tempos modernos. Essa cifra é esmagadora, embora na correria desses dois últimos séculos de domínio econômico ocidental, inglês e norte-americano houvesse uma tendência geral a esquecer.

Participação no PIB mundial (Bilhões de dólares) Ano

| PAÍS | 1 | 1000 | 1500 | 1820 | 1850 | 1870 | 1913 | 1950 | 2008 |
|----------|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
| ÍNDIA | 33,8 | 33,8 | 60,5 | 111,4 | 125,7 | 134,9 | 204,2 | 222,2 | 3415 |
| CHINA | 26,8 | 27,5 | 61,8 | 228,6 | 247,2 | 189,7 | 241,4 | 245,0 | 8908 |
| OCIDENTE | 14,4 | 10,9 | 44,2 | 158,9 | 260,3 | 366,2 | 902,1 | 1396 | 8698 |
| EUA | — | — | — | 12,5 | 42,6 | 98,4 | 517,4 | 1455 | 9485 |

Fonte: Emilio Ontiveros / Mauro F Guillén 2012

Nessa relevância histórica do econômico, destaca-se o papel desempenhado pela Índia, que aparece como hegemonia econômica do mundo durante quase mil anos (1-1000 anos d.C.). Os quinhentos anos seguintes compartilham com a China essa predominância, que começa a desaparecer a partir do século XVII, a cair no século XIX. Atualmente, a importância econômica da Índia representa apenas 10% do PIB dos Estados Unidos e aproximadamente 20% do PIB chinês (2013, BM). A esse respeito, Ontiveros e Guillén comentam que “É importante lembrar que a Índia foi a maior economia do mundo por pelo menos 15 séculos (desde o ano I a.C. até aproximadamente o ano 1500)” e que “a China ocupou o primeiro posto por três séculos e meio (de 1500 a 1840)” (Ontiveros e Guillén, *Uma nova era, os grandes desafios do século XXI*, 2012, p. 148), que rompe com a ideia comum de um eurocentrismo onipresente. Crespo também comenta sobre o tema: “A Índia era a maior economia mundial no início do século XVIII. Segundo alguns historiadores, um quarto do produto interno bruto do mundo veio do Império Mongol na Índia. A segunda economia mundial foi a China do Império Manchu. Índia e China também eram gigantes demográficos, cada um com mais de 100 milhões de habitantes na época.” A esse respeito, o mesmo autor é abundante: “A riqueza da Índia e da China foi fruto de muitos séculos de desenvolvimento de civilizações que surgiram nas margens do Ganges e do rio Amarelo, e das culturas e modos de vida mais sofisticados que existiam e atingiu seus habitantes. Suas cidades e costumes fascinaram os europeus, seus palácios e tesouros os deslumbraram e seus sistemas de governo e seus exércitos impuseram muito respeito. Os europeus que vieram para essas civilizações desde os tempos medievais estavam bem cientes de que eram confrontados com grandes civilizações, em alguns aspectos superiores aos seus.” “Essa é a razão pela qual os europeus inicialmente abordaram a civilização indiana e chinesa com muito cuidado e os métodos usados para colonizar as terras em que viviam eram muito diferentes dos outros.” (MacLennan, 2012, p. 186).

A Índia, assim como a China, é favorecida pela geografia: em primeiro lugar, pelos abundantes recursos naturais localizados em seus vastos territórios; em segundo, pela localização remota dentro da conformação de um mundo antigo que, embora encontre suas primeiras expressões na bacia suméria e mesopotâmica muito perto da Índia, corre rapidamente para o oeste, empurrando hegemonias militares em direção à Macedônia, Grécia, Roma, Cartago, ou a demarcação até o Egito, Pérsia etc. Nesse sentido, a Índia faz parte do mundo antigo desde a sua criação, com as vantagens dele derivadas, mas, ao mesmo tempo, as condições de sua localização, assim como a China, mantêm-na suficientemente longe das grandes lutas pelas

hegemonias militares da época. É verdade que a Índia não está isenta dessa ameaça com a chegada das primeiras ondas indo-europeias/arianas, que juntamente com suas populações originais construíram uma sociedade védica que sobrevive até hoje, mas, quando Alexandre, o Grande, tentou sua conquista em 327 a.C., a distância, mais que a batalha, o esgotamento dos generais de Alexandre, sentindo-se tão longe da Macedônia, fez com que fracassasse.

Da mesma forma, Roma não tentou estender seu braço armado para essas nações “distantes”. Obviamente, no caso da Índia, o microcosmo regional que a envolveu desde a sua origem, através da área da Europa Central, as estepes russas ou seus múltiplos vizinhos do noroeste (Mitannis, Hunitas, Bactrios, persas, mongóis etc.), define seu desenvolvimento político e militar insustentável, embora, no quadro dessa inquietação, o que ela não perca por séculos seja sua hegemonia econômica. Das conquistas de Asoká (268 a.C.), diz Pirenne, “...a Índia se tornou o império mais populoso e mais rico do mundo...”

Enormes recursos naturais, produção agrícola, têxteis, produtos minerais, espécies etc., juntamente com sua localização estratégica de ser o passo obrigatório do comércio entre produtos chineses do Leste Asiático com a Ásia Menor e a Europa (a Rota da Seda), foram vários os fatores que determinaram a solvência da Índia. Seu amplo território e seus variados climas, seus poderosos rios, seu acesso ao mar foram, entre outros, os motivos que mantiveram a riqueza do país de Azoká a Akbar, apesar das difíceis vicissitudes políticas que viveram desde sua origem, que, como já comentado, nunca permitiram que a Índia construísse uma unidade política nacional permanente como a China. A China, pela sustentabilidade de suas dinastias e reinos, e, apesar das invasões como a Mongólia, que fundou a dinastia Yuan (S XIII) e o Manchu que integra a dinastia Qing (XVII), seus governos mantêm vocação central, organização provincial, excelência administrativa etc. No entanto, apesar de sua maior coesão política, religiosa e etnológica, a China ficou para trás em termos econômicos como o vizinho “desarticulado” do sul.

No final, as duas hegemonias ao longo do tempo se distinguem por seu poder econômico, por terem seu patrimônio demográfico que, desde o primeiro século de nossa era, lhes permitiu ter recursos humanos suficientes para gerar uma riqueza agrícola que dominou até o estágio pré-industrial do século XV. Desde o primeiro século, quando a Europa Ocidental tinha 25 milhões de habitantes, a Índia se destacou com 75 milhões e a China seguiu com 60 milhões de pessoas. O mesmo aconteceu nos anos 1000 e 1500 d.C., em que a Índia continua a manter uma população quase o dobro à da Europa e superior, com uma população média de 15 milhões, em comparação com a China.

População (milhões)

| PAÍS | 1 | 1000 | 1500 | 1820 | 1850 | 1870 | 1913 | 1950 | 2008 |
|----------|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|
| ÍNDIA | 75 | 75 | 110 | 209 | 235 | 253 | 303 | 359 | 1148 |
| CHINA | 59,6 | 59 | 103 | 381 | 412 | 358 | 437 | 546 | 1324 |
| OCIDENTE | 25,1 | 25,6 | 57,3 | 133 | 166 | 187,5 | 261 | 305 | 401 |
| EUA | 0,7 | 1.3 | 2 | 10 | 23,6 | 40,2 | 97,6 | 152 | 304 |

Fonte: Emilio Ontiveros / Mauro F Guillén 2012

Os impérios não duram para sempre e a história da humanidade é responsável por isso (Spengler, Toynbee, Huntinton, Kennedy etc.). Por aproximadamente 15 séculos, a riqueza da Europa Ocidental representou apenas 30% do poder econômico da Índia e da China. No entanto, os vislumbres dessa mudança, dessa predominância civilizacional asiática pela europeia, ocorrem no final do século XV. Existem muitos estudos e várias razões que tentam explicar a crise econômica da Índia: a mudança na importância dos recursos naturais o grau de integração política, econômica e social o nível de desenvolvimento a criação de melhores instituições etc. Contudo, a data que marca o início de seu declínio imperial no segundo milênio, como o da China, foi em 20 de maio de 1498, quando a frota de Vasco Da Gama consegue chegar a Calicut (Kozhicode) pela primeira vez, no atual Estado de Kerala, Índia, abrindo uma rota direta de um porto europeu (Portugal) para o país asiático. Juntamente com Vasco Da Gama, chega à Ásia uma superioridade pré-industrial europeia, que gradualmente se posiciona em todos os reinos antigos da região. De diferentes maneiras, modos e velocidades, portugueses, holandeses, espanhóis, ingleses, franceses, russos etc. chegavam àquela nova geografia, que, apesar de já possuir registros de contatos e comércio com o Ocidente, apenas Alexandre, o Grande, quase dois milênios antes, tentara uma abordagem com vocação e possibilidades de domínio. Depois de Portugal, a Inglaterra, em 1612, instalou sua primeira fábrica em Surat, na Índia, e, em 1668, os franceses. Portugal, Inglaterra, Holanda e França são os quatro países que de maneira principal abordam a conquista europeia do subcontinente indiano. No entanto, essa disputa sobre a hegemonia e os recursos da Índia é definida em 1757 na batalha de Plassey, em Bengala Ocidental, onde os ingleses derrotaram os franceses no quadro da Guerra dos Sete Anos, que ao mesmo tempo se encenava em solo europeu (1756-1763), confinando os interesses franceses principalmente à área da Indochina (Vietnã, Camboja, Laos etc.).

Desde a mesma época, a China sofreu cercos europeus, embora seu encontro com o Ocidente, como é conhecido, divirja significativamente em tempo, forma e resultados em relação ao encontro indiano. Em 1513, o português Rafael Perestrello, no Sul da costa chinesa, e Jorge Álvares, no Norte, são os primeiros a bater à porta chinesa pela nova rota marítima. Em 1517, Fernão Pires de Andrade, depois de esperar quatro anos pelo Imperador para recebê-lo, foi preso e executado junto com sua delegação. Finalmente, e graças à sua persistência, os portugueses conseguiram se estabelecer em 1544 em Macau com a tolerância do imperador para fins comerciais. Em 1628, a China foi invadida ao norte pelos cossacos russos, expulsos em 1685. Ao contrário da Índia, que os europeus consideram dividida e desorganizada, a potência central chinesa representava um muro inexpugnável para os interesses ocidentais durante os primeiros séculos da “conquista”. Embora em 1544, como já registrado, tenha sido permitida uma estadia comercial portuguesa extremamente limitada e vigiada, é somente até 1840, quase três séculos depois da Índia, que a China permite que ela ocorra de fato, por causa de sua derrota militar na Guerra do Ópio e no Iraque. É com a assinatura do Tratado de Nanquim que os ingleses têm instalações comerciais em seu território e ficam em Hong Kong. Ao contrário da Índia que vence o Ocidente, a China nunca vence e, pelo contrário, “a China ainda estava convencida de que era o centro do mundo civilizado e de que o restante dos países era obrigado a prestar homenagem. Nem o imperador nem qualquer membro de sua corte acreditavam que o comércio com o Ocidente pudesse lhes trazer benefícios” (Maclennan, 2012, p. 191).

A divisão política, religiosa e cultural, que não permite uma unidade nacional, faz da Índia uma presa fácil para o interesse europeu. Com a autorização dos diferentes reis locais ou o imperador Mongol, os ingleses estavam substituindo seus concorrentes ocidentais e assumindo o controle militar e político da Índia. “Independente de onde os britânicos estavam, a paz e a prosperidade reinaram enquanto o caos tomou conta do resto da Índia, o que levou o imperador mongol a oferecer a Clive um acordo para que os britânicos assumissem a operação e a administração do que restou de seu império, que cobre quase todo o norte da Índia” (Maclennan, 2012, p. 188). A Índia não foi defendida com sucesso por hindus ou mongóis, enquanto sua riqueza transbordante levou a Companhia Britânica das Índias Orientais a ser economicamente mais poderosa do que o próprio governo inglês, o que gerou em 1774 que sua Diretoria privada fosse para o governo sob a representação de Robert Clive. A presença britânica na Índia se dá desde 1600, aprofunda-se ao longo do século XVII, é ampliada no século XVIII e se institucionaliza em 1858, por meio do estabelecimento do Raj britânico. A China, como observado, com base em seu poder e organiza-

ção, rejeita cercos e força a Inglaterra a levá-la à Guerra do Ópio, onde um império em declínio não tinha mais forças para resistir à superioridade ocidental. Depois da Inglaterra e com ela, seguindo estratégias semelhantes que Fairbank chama de “o século dos tratados” (Fairbank, 1996, pp. 245-248), França, Rússia, Estados Unidos, Japão etc., aproveitando a fraqueza do gigante chinês, fez várias incursões que resultaram na assinatura de tratados internacionais vantajosos para interesses não chineses. No entanto, apesar do fato de que na Guerra dos Boxers (1899) uma coalizão de cerca de dez países foi formada contra a China, que na época dois deles (Rússia e Japão) fizeram parte de seu território, ela nunca se deu totalmente por vencida e defendeu sua herança, sua geografia e soberania até 1911, quando a era dos impérios terminou com um movimento social interno que foi resolvido até 1949 com o triunfo do Partido Comunista Chinês (PCC) comandado por Mao Zedong. Essa unidade política, econômica e cultural da China, que está diminuindo, mas nunca se rompe, é a diferença de uma Índia quebrada e que, ao contrário da China, é o Ocidente que finalmente a une.

O conhecimento pré-industrial e industrial, os avanços tecnológicos nas forças armadas e na navegação, o Renascimento e o esclarecimento europeu em geral fizeram com que o equilíbrio das hegemonias dos séculos XVIII a XXI se aproximasse do terreno ocidental. A estagnação, divisão e confinamento, inimigos da modernidade, se originam, entre outras causas, da queda dos dois gigantes asiáticos. A maneira de enfrentar esse primeiro choque de civilizações, por cada uma delas, também ajuda a explicar seus pontos fortes e fracos no século XXI. Na pergunta do príncipe Rasselas da Abissínia (1759) sobre por que os europeus eram tão poderosos, o filósofo Imlac o responde: “Eles são mais poderosos, Senhor, do que nós, porque são mais sábios, o conhecimento sempre predomina sobre a ignorância, como o homem governa outros animais. Apesar disso, sobre por que seu conhecimento é superior ao nosso, não sei que razão pode ser dada, exceto a vontade insondável do Ser “Supremo”” (Ferguson, *Civilization. Ocidente e o resto*, 2012, p. 50). Na mudança da Era do Atlântico para a do Pacífico que a economia global está passando atualmente, será necessário prestar atenção aos novos projetos de “sabedoria” e ao novo “conhecimento”.

ÍNDIA E SEU ENCONTRO COM O DESTINO

• 1947-1964

Além das várias posições que falam de uma Índia como uma unidade política antes de 1947, a verdade é que essa união nunca foi totalmente

alcançada durante os reinos de Mauryas, Guptas, Mongol ou outros, ou mesmo durante o próprio vice-reinado inglês. É por isso que, apesar da supremacia econômica da Índia ao longo de sua história, ela nunca pôde exercê-la como potência extrarregional, nem cumprir os atributos de uma hegemonia dominante devido ao seu déficit de coesão política e aleatoriedade de seus ciclos históricos, que ainda é um paradoxo diante de sua riqueza robusta de mais de 15 séculos. Daí a importância de seu despertar nacional no século XX, que Nehru definiu da seguinte forma:

“Muitos anos atrás, marcamos um encontro com o destino e agora chega o momento em que devemos cumprir nosso compromisso, não de todo ou em toda a medida, mas de maneira substantiva. À meia-noite, quando o mundo dorme, a Índia desperta para a vida e a liberdade. Está chegando o momento, que raramente aparece na história, quando passaremos do antigo para o novo, quando uma era termina e quando a alma de uma nação, silenciada por um longo tempo, encontra expressão. É justo que, neste momento solene, nos comprometamos a dedicar nossas vidas ao serviço da Índia e de seu povo e à causa ainda maior da humanidade.” (Percival, 2001, p. 340).

Na sentença anterior, pronunciada no dia anterior à declaração de independência da Índia em 15 de agosto de 1947, Nehru reconhece um antigo compromisso com o destino não cumprido, um despertar para a vida e a liberdade, a alma de uma nação silenciosa que encontra uma oportunidade de expressão desafia todos os quais ele dedicou sua vida até sua morte em 1964. Jawaharlal Nehru, filho de uma família aristocrática da Caxemira, foi um ator relevante tanto no processo antes da independência da Índia como no primeiro estágio de seu posicionamento político econômico do período de 1947 a 1964. Juntamente com Mahatma Gandhi em seu papel histórico como o grande pacificador da Índia, e com Mohamed Ali Jinnah representante da Liga Muçulmana Pan-Indiana, eles foram os três caracteres que coincidiram em um momento catártico do país, onde as correntes divididas de sua história fluíram tumultuadamente em um vasto mar de nação em que as águas não sabiam onde se estabelecer, o que forçou a Índia a pagar aproximadamente um milhão de mortos para a causa das lutas internas de sua liberalização (Tharoor, 2009), para o sacrifício de Gandhi, à perda de 70 milhões de habitantes deixados na área paquistanesa, para 17 milhões de pessoas deslocadas e para a divisão da nação em dois países: Índia e Paquistão, que realizaram três guerras nos 24 anos seguintes, divisão que em 1971 se tornou três países quando Bangladesh se tornou independente do Paquistão sem esquecer a questão ainda válida de uma Caxemira dividida desde a sua independência nas zonas indiana e paquistanesa com o agregado chinês da guerra de 1962.

O pacto de união da nação indiana não foi um evento simples, foi desde o início um nascimento forçado que ainda hoje luta, de maneira diferente, na busca de sua identidade comum.

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o início do esgotamento da hegemonia das nações ocidentais no mundo em geral e no Leste Asiático em particular. O trauma de quase 100 milhões de mortes na primeira metade do século XX não foi o melhor campo propício para o relançamento das hegemonias ocidentais sob um esquema de domínio que havia se dado. No caso da Índia, uma Inglaterra exausta, e não uma Índia politicamente unida, precipitou os fatos para que, em apenas dois anos após o final da guerra, sua independência fosse reconhecida e sua condução fosse deixada nas mãos dos indianos. No entanto, não é difícil imaginar os momentos caóticos que tiveram que ocorrer para que isso acontecesse. Um país que nunca foi capaz de conciliar seus diferentes interesses políticos, religiosos, culturais, sociais etc., confrontado com a saída da tutela inglesa e pela primeira vez andando sozinho no nascimento de um novo mundo global que foi inaugurado. A violência de centenas de milhares de mortos teria sido maior sem a presença de Gandhi e, claro, o controle nacional do país teria sido mais difícil sem a figura de um dos homens mais proeminentes da segunda metade do século XX que era Nehru.

Uma Índia com cerca de 95% de analfabetos, com 85% de sua população no campo, 90% dos pobres, dividido em cerca de 362 estados ou províncias, de 390 milhões de habitantes (1941), religiosa e culturalmente divididos, principalmente entre hindus e muçulmanos, sem experiência na administração integral do país, entre muitas outras fraquezas, era um desafio que sem a figura política de Nehru, desde que Gandhi foi assassinado em 1948, certamente teria envolvido um custo mais alto. Enquanto a violência religiosa atacava, as centenas de pequenos reinos precisavam ser persuadidos a ingressar em um dos 29 estados e 7 territórios em que a Índia foi finalmente ordenada politicamente. Organizar seu novo status constitucional (1950), lançar um projeto econômico, definir seu caminho político, elevando seu relacionamento internacional, faziam parte dos muitos problemas que a liderança de Nehru teve que enfrentar severamente nos 17 anos em que ocupou o cargo de Primeiro Ministro. Nehru, politicamente falando, é o resultado de sua preparação “ilustrada” em Cambridge, Inglaterra, de seu agnosticismo que o alertou para o perigo de que “a religião na Índia mataria o país e seu povo se não fosse controlada” (Tharoor, 2009, p. 234), de sua convicção política sobre valores ocidentais como democracia e direitos humanos etc., de sua consciência do mundo político de seu tempo, de sua simpatia pelo socialismo e desalinhamento com as grandes potências, todas

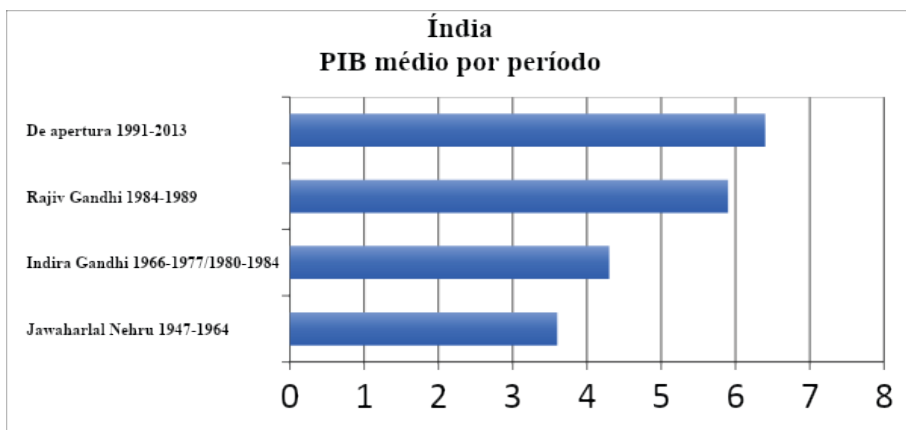
as crenças que estavam esculpindo o novo perfil da nação indiana. Embora, em princípio, Nehru tenha declarado “...convencido de que a chave para resolver os problemas do mundo e da Índia se encontra no socialismo...” “O socialismo de Nehru era um curioso amálgama de idealismo (de um estilo fabiano particularmente inglês), preocupação profunda, embora algo idealizado pelos necessitados (decorrente de suas jornadas cada vez mais imperiais entre eles), fé gandhiana na autoconfiança (aprendida antes da roda e caracterizada por sua predileção por Khadi), crescente desconfiança do capital ocidental (decorrente de seu anticolonialismo primário) e fé “moderna” em métodos “científicos”, como o planejamento (a letra maiúscula inicial é deliberada: Nehru elevou a técnica à condição de dogma).” (Tharoor, 2009, p. 178-179).

Politicamente, Nehru implementou uma estratégia de conciliação para todas as forças políticas e religiosas representativas do país, concedendo-lhes um lugar no governo, enquanto exercia uma política inflexível de mão dura contra a violência, independentemente de sua origem. Internacionalmente, ele simpatizou com os países socialistas, especialmente a União Soviética e a China, além de liderar um movimento de países não alinhados, juntamente com Nasser (Egito) e Tito (ex-Iugoslávia), mantendo distância dos líderes ocidentais do pós-guerra. Em termos econômicos e devido às influências de seu tempo, Nehru adotou um caminho eclético que, embora inspirado nos exemplos de modelos socialistas, tentava resgatar uma linha de desenvolvimento misto. Sob uma ideia socialista, em 1950, ele criou a Comissão de Planejamento, responsável pela preparação do primeiro plano quinquenal de 1951, pelo qual um sistema industrial público e privado foi estruturado com a participação prioritária do Estado nas novas empresas. Dada a falta de capital, o baixo conhecimento tecnológico e a falta de estrutura industrial, a capacidade de economia foi incentivada e a prioridade foi dada à indústria nacional por meio de substituição de importações. Para fortalecer esse campo econômico, o Estado estabeleceu um papel dominante, especialmente no setor da indústria pesada, regulamentação do setor privado por meio de licenciamento, distribuição e controle de preços. Com base na política estabelecida desde 1948, a indústria foi dividida em: a) Monopólios estatais, onde surgiram as armas nucleares e a indústria ferroviária, entre outras; b) Indústrias básicas com especial importância para o Estado (aço, navios, minerais, indústria aérea, telecomunicações etc.); c) Indústrias de interesse nacional, nas quais a participação do Estado foi menor; e d) todas as outras áreas abertas ao investimento estrangeiro. Embora a empresa industrial privada tenha sido aceita, estava sujeita a um maior controle ao longo do tempo e a um sistema de

regulamentação de preços para produtos como metais, cimento, medicamentos, algodão, sabões, açúcar, veículos públicos etc., onde o Estado, com a ideia de manter preços “razoáveis” para a população, passou a ter interferência direta (Panagariya, 2008, p. 32-36). Ao dar prioridade ao setor industrial, o governo Nehru negligenciou o setor agrícola onde estava a maioria da população, talvez com a ideia de que, sob esse esquema, a Índia vivera nos últimos 2.000 anos. Como na indústria, buscou-se um modelo misto onde as novas cooperativas coexistissem com a propriedade tradicional, intervir na infraestrutura hidráulica e hidrelétrica para maior irrigação do campo. A Lei de Matérias-Primas Essenciais de 1955 deu ao Estado o poder de estabelecer preços máximos para produtos agrícolas, o que desencorajou a produção. Na área educacional, as ações mais destacadas de Nehru em relação às políticas públicas correspondem à criação de seus famosos Institutos de Tecnologia (1947), que, juntamente com o Instituto de Ciência criado pela família Tata (1909), marcaram a diferença na produção de serviços de alta tecnologia entre a Índia e outros países em desenvolvimento, incluindo a China.

O período de Nehru, em questões econômicas, continua sendo um tema de controvérsia e várias abordagens. No entanto, se partirmos do fato de que a Índia teve um crescimento econômico médio de 1900 a 1947 de 0,9% e de 1950 a 1961 de 3,7%, e um PIB per capita de 0,1% e 1,8%, respectivamente (Sen, 2013), seria necessário aceitar que a partida da Inglaterra junto com a chegada de Nehru favoreceu enormemente a Índia. No entanto, diante dos aumentos mais altos registrados pela Coreia, Taiwan, Japão e outros países do Leste Asiático durante o mesmo período, se fundamentam as críticas ao modelo de economia mista implementado por Nehru, que em sua morte termina com altos níveis de corrupção e ineficiência do Estado.

Apesar do exposto, o período de decolagem da independência da Índia não pode ser considerado apenas por crescimento e porcentagens, a herança de Nehru em relação à criação de instituições democráticas, defesa do secularismo estatal, capacidade de integrar os múltiplos reinos e religiões em torno de um objetivo estatal, evitando a desintegração do país em seu estágio inicial e fornecendo-lhe uma personalidade internacional de respeito no meio da crise, são parte da herança de um estadista com seu encontro com o destino.



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial e India government data

• 1966-1977 / 1980-1984

O segundo período representativo da Índia independente, para os fins deste trabalho, corresponde aos dois exercícios administrados pela filha de Nehru, Indira Gandhi, que inclui sua primeira ascensão à morte de seu pai (1966-1977) e sua segunda chegada ao poder até seu assassinato em 1984 (1980-1984). Indira não assume automaticamente o poder após a morte de seu pai. Antes dela, LB Shastri é eleito, embora houvesse muitas vozes que, desde que Nehru viveu, sugerissem que ele deixasse sua vontade política nas mãos de sua filha, que se preparou para isso trabalhando em estreita colaboração com o pai, especialmente nos últimos quinze anos de sua vida. A chegada de Indira ao poder não ocorre dentro de uma estrutura de normalidade política. É precedido por eventos turbulentos, como a guerra traumática com a China, que, embora ocorra no período de seu pai (1962), suas consequências não se dissiparam diante da derrota estrondosa das tropas indianas que nunca esperavam, dentro da estrutura da “profunda amizade” Índia-China, “Hindi-Chini bhai-bhai” (os indianos e os chineses são irmãos), que a República de Mao invadissem o solo indiano de maneira tão inesperada, com a perda de 6.500 km² de seu território. Da mesma forma, houve secas em 1965 e 1967, a primeira guerra com o Paquistão em 1965 e a segunda em 1971, mais duas secas em 1971 e 1973 etc. As secas forçaram o país a depender da ajuda dos Estados Unidos para a entrega de alimentos, o que de alguma forma quebrou a herança nehruniana do desalinhamento e causou ressentimento por parte do povo indiano contra os americanos, que aproveitaram a instabilidade para aumentar sua importância na

área. Esses fatos atingiram a economia e foram forçados a desvalorizar a rupia (36%). Politicamente, a imagem do Partido do Congresso, o histórico partido de Nehru e Indira, sofreu um grande colapso, o que levou em 1967 à promulgação de um programa de 10 pontos, que impunha entre outras medidas: a nacionalização de bancos e seguros, estabelecimento de limites de propriedade e renda urbanas, restrições de monopólios e concentração de capital, distribuição pública de alimentos, reforma agrária etc., que nada mais era do que orientar a economia mista de Nehru para um socialismo mais distante do capitalismo americano e mais próximo do bloco soviético, com o qual ele estabeleceu um tratado em 1971 por um período de 20 anos, aumentando seu relacionamento econômico e comercial com os membros do bloco.

O governo de Indira Gandhi não se destacou por sua eficiência e clareza. Uma política mais intervencionista arrocha a empresa privada por meio de uma política de licenciamento que controlava politicamente áreas, valores, setores e investidores nacionais e internacionais, burocratizando a atividade industrial, subtraindo dinamismo e clareza. Diferentemente do período Nehru, a agricultura se beneficiou mais com a chamada “revolução verde”, com novos campos, mais variedade de sementes e maior cultivo, principalmente no norte do país, o que ocasionou que em 1970 a Índia alcançasse de maneira importante a autossuficiência alimentar.

Entre desastres naturais, guerras e má administração pública, eles fizeram o Partido do Congresso, com Indira no topo, perder as eleições parlamentares pela primeira vez em 1977. Apesar disso, dada a falta de capacidade do governo, por sua vez, as eleições tiveram que ser convocadas novamente em 1980, quando Indira saiu vitoriosa e, em 1984, ela foi morta nos jardins de sua residência oficial por dois de seus guardas particulares, seguidores da religião sikh, que operavam depois que Indira havia ordenado uma repressão fora do Templo Dourado, local sagrado dos seguidores dessa “igreja”.

Indira, observa Octavio Paz, “...não era religiosa, mas era possuída pela paixão e crença de pertencer a uma raça predestinada (brâmanes da Caxemira!)”. “Essa paixão nublou, no final, seu claro entendimento político e realismo.” Alinhada a essa paixão, Indira adotou políticas extremas que na época balançaram grupos políticos e o povo indiano. Em 1974, ele tentou diluir as garantias democráticas com base na gravidade que o país estava passando. Em discurso dirigido ao povo, que talvez a tenha tornado a única ditadora do século XX, ela disse: “Nossos oponentes querem paralisar o trabalho do governo, o que nos coloca em uma posição séria, e nós tomamos algumas medidas. Todavia, muitos dos amigos do país se perguntam o que Indiraji está fazendo? O que acontecerá agora com o país? Apesar disso,

vemos que o país está caminhando para um desastre e precisa ser curado com urgência e deve receber remédio, mesmo que seja amargo. Como se fosse um filho querido, quando o médico prescreve pílulas amargas, ele deve ser administrado para a cura... É assim que a nação precisa dar esse remédio amargo. Quando a criança sofre, a mãe sofre com ele. Portanto, não estamos felizes em tomar essas medidas..., mas veremos que elas funcionam como um médico.” (Guha, Índia: depois de Gandhi, 2007, p. 493). Essas ações antidemocráticas, seus maus resultados econômicos, o incentivo a extremistas em Punjab levariam Indira a ser “a primeira vítima de um conflito provocado por ela mesma” e que Paz concluiu que “...parece-me claro que Indira, movida pelo demônio da política, acendeu o fogo que a queimou” (Paz, 1995, p. 41).

• 1984-1989

Com Rajiv Gandhi conclui-se uma dinastia parlamentar da família Nehru-Gandhi (37 anos) que governou aproximadamente 50% do período da Índia independente (1947-2014), era uma linhagem pai-filha-neto, em que as diferenças econômicas e políticas eram marcadas a cada ano. Nehru inaugura uma economia mista com vocação socialista, enquanto sua filha radicaliza sua abordagem à economia de Estado. No que diz respeito a Rajiv, durante seu exercício, pode ser vista uma primeira mudança de leme, que é apresentada como o antecedente da abertura que a Índia seguiria de 1991 com Narasimha Rao. Rajiv, cuja história de trabalho era a de ser piloto de avião, se une à política antes da morte de seu irmão, como Secretário Geral do Partido do Congresso em 1983, para que, em face do assassinato de sua mãe, vença as eleições de 1984 confortavelmente (75%). Colocando um selo pessoal em sua administração, ele inicia durante os primeiros anos de seu mandato um processo de liberalização econômica que muda a tendência implementada por Indira em seu programa de 10 pontos. No setor industrial, a partir de 1985, estabelece instalações para a produção de cadeias de manufatura, como caminhões, carros, insumos etc., gerando estratégias de flexibilidade em diversos setores. Da mesma forma, permite a expansão de negócios que atingiram 80% do uso de sua capacidade instalada, eleva a quantidade de indústrias sujeitas a licenciamento à soma de um bilhão de rúpias, beneficiando 27 setores industriais, facilita e isenta de licença empresas localizadas a 100km das grandes cidades, lança 82 produtos farmacêuticos e 30 indústrias do setor, isenções fiscais foram concedidas de acordo com vendas e ativos, controles de preços de cimento e alumínio foram cancelados etc. O lançamento dessas medidas fez com que, no período de 1981 a 1988, o PIB

industrial crescesse em média 6,3% ao ano (Panagariya, 2008, p. 83-84), da mesma forma medidas de liberalização foram aplicadas no comércio exterior e no investimento estrangeiro, em empresas estatais (telégrafo e telecomunicações), bem como na educação. O crescimento de 5,6% no período, superior ao do avô e da mãe, ratifica o antecedente da política de liberalização econômica que seria aplicada de forma mais ampla a partir de 1991.

Há outra linha de análise que mede o desenvolvimento econômico da Índia sob o foco de seu período com tendências socialistas (1950-1984) e a de abertura que, em um primeiro impulso, parte de Rajiv em 1984 e continua até a data atual com Narendra Modi. O primeiro ciclo é caracterizado por um crescimento médio anual de 3,5% do PIB e uma per capita de 1,4% e o segundo com uma melhoria substancial de 5,6% no aumento do PIB médio anual e uma per capita de 3,6%, o que reflete, por um lado, a insuficiência econômica do primeiro período, como a consistência no crescimento da economia da Índia durante todo o tempo de medição (Uma K., 2008, p. 61).

A morte de Rajiv Gandhi em 1991, também por razões religiosas, gera um divisor de águas no desenvolvimento político da Índia. Em primeiro lugar, porque com sua derrota ele conclui uma dinastia política que governou o país durante metade de sua vida independente, sob a proteção da figura de Nehru. Da mesma forma, porque a ausência da dinastia Nehru, juntamente com outros fatos, abriu a porta para que em 1998 chegasse ao poder o adversário político mais importante do Partido do Congresso, o Partido Bharatiya Janata, que, como já mencionado, é a expressão radical do movimento hindu, que se pensava ter um passo temporário na administração do governo antes de sua partida em 2004, embora seu retorno em 2014 na figura do primeiro-ministro Narendra Modi reabra as questões históricas inacabadas sobre identidade e natureza da nação.

A morte de Rajiv Gandhi motivou um novo capítulo político que foi precedido por ajustes nos quais as diferentes forças falharam em obter uma maioria suficiente para poder governar de maneira sustentável. De Rajiv, em 1989, com a chegada de Manmohan Singh em 2004, oito primeiros ministros passaram, dos quais apenas Rao (1991-1996), do Partido do Congresso, e A. Behari Vajpayee (1998-2004), do BJP, e a Coalizão de Frente Nacional conseguiram terminar seus mandatos. Além da instabilidade política, a Índia já havia ingressado na China em 1978 e na Rússia em 1991, em um estágio em que as linhas socialistas de seu desenvolvimento haviam se dado e enfrentavam a necessidade imperativa de realizar reformas estruturais que não apenas deu velocidade a seu crescimento, mas também resolveram seus problemas de emprego, pobreza e falta de inclusão. Uma grave crise financeira obrigou a Índia a reestruturar-se em 1990-1991 contra o Fundo

Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), instituições que naquele período também negociaram com a Rússia as novas linhas de seu desenvolvimento. Não há dúvida de que a forma e a estratégia de abertura econômica seguidas pela China, Rússia e Índia tiveram muito a ver com o maior ou menor sucesso de sua situação atual. Com uma origem comum entendida por uma base econômica socialista, cada uma em suas próprias circunstâncias, na década de 1970 (China) ou na década de 1990 (Índia e Rússia), os três países começaram sua assimilação à economia global. A experiência chinesa, a mais bem-sucedida de todas, deve ter sido uma fonte útil de referência para a Índia, já que os tempos e modos de transformação da economia de planejamento central estabelecida por Mao, para o socialismo de mercado imposto por Deng Xiaoping, são uma lição permanente para todos os países em desenvolvimento. O caso russo, pelo contrário, sua estratégia de reforma implementada nos anos 90, que custou ao país a perda de 4,5 vezes o seu PIB, dada a torpeza do plano com o qual tentaram em 500 dias transformar um modelo econômico comunista em capitalista, felizmente não influenciou decisivamente as medidas tomadas pelo primeiro-ministro P.V. Narasimha Rao, que desde o início contava com o talento de Manmohan Singh como Ministro das Finanças. Nesse sentido, a reforma indiana foi a construção de uma abertura incipiente que negligenciou Nehru, tolerou Indira, promoveu Rajiv e cuja Rao e Singh empurram sob uma visão “nacionalista” para o exterior, a qual paradoxalmente, apesar de suas contradições, a Índia nunca perdeu de vista, o que resultou na implementação de mudanças que não caíram na precipitação ou na entrega do país a interesses estrangeiros, na qual enquadrou a abertura russa dos anos noventa. Nessa nova linha, as reformas de 1991 aboliram quase inteiramente o sistema econômico de licenças e permissões, reduziram as barreiras ao investimento estrangeiro e operações de comércio exterior, abriram o setor financeiro em maior medida, tenderam a diminuir a participação e o controle do Estado, deram maior liberdade às diferentes forças do mercado, motivaram mais competição, maior orientação econômica para o mercado externo, expansão de zonas econômicas especiais, fortaleceram o setor de serviços, aumentou a produtividade etc. Não obstante o exposto, nenhuma dessas mudanças ocorreu precipitadamente ou no Fast Track, como no México, portanto o Estado indiano continua a manter empresas estratégicas (energia atômica, ferrovias etc.). Seus regulamentos sobre monopólios e práticas restritivas têm novas diretrizes mais liberais (2002), mas ainda protegem o interesse do Estado. Embora a propriedade estatal esteja em permanente debate, ela não foi eliminada, especialmente no campo e em questões delicadas. A liberalização financeira, apesar de aberta, continua dando ao Estado espaço de ma-

nobra no controle bancário e de sua moeda. A regulamentação trabalhista ainda não expira, pelo menos formalmente, na abertura. O campo mantém limitações de preço, transferência e cobrança, com subsídios diretos do Estado etc. (Uma, 2012, p. 25-31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Índia, como os demais países do BRIC, está lutando para mostrar a si mesma e ao mundo em geral que seu desenvolvimento é consistente e que, é claro, deve ser considerado nas novas hegemonias do século XXI, que encontrou as chaves do seu “destino” e que uma “Índia brilhante” iluminará o país nas próximas décadas.

Para isso, exhibe seus melhores argumentos e usa a voz de Asoká para demonstrar sua origem ancestral democrática e sua vocação secular, onde o papel do Estado é garantir o respeito a todos os credos que sempre foram praticados na Índia. Também vai à figura de Akbar para mostrar ao mundo sua tolerância ao pensamento e à herança argumentativa, que a coloca, além da hegemonia ocidental-inglesa, no mundo moderno da crítica e da razão, do qual o Ocidente exige uma origem monopolista. Sob esses argumentos, instrumentos de sua enorme riqueza cultural, a Índia hoje se senta à mesa da globalização e defende seu presente político e exige um lugar preponderante para o futuro imediato, traduzido na língua BRIC na terceira economia do mundo em 2050.

Nos termos de Manmohan Singh, a Índia diz ao mundo, citando Victor Hugo, que “nenhum poder na terra pode parar uma ideia quando chegar a hora”, e, falando ao seu parlamento, Singh diz ao mundo “...que a ascensão da Índia como potência econômica mundial deve ser tomada como tais ideias, que todo o mundo saiba e ouça em voz alta e clara que a Índia acordou, que vamos prevalecer, que teremos sucesso” (Uma, 2012, p. 15).

Seu crescimento econômico permanente, mantido por mais de meio século, seus sucessos na área de inteligência e serviços de alta tecnologia, sua infraestrutura científica, sua autossuficiência alimentar, sua força política ancorada na maior democracia do mundo desde sua independência, sua enorme demografia, a exuberância de sua história e sua cultura são alguns dos motivos que sustentam a ideia de uma Índia de sucesso que já está tentando se colocar ao lado da China ou superá-la em termos de crescimento percentual nos próximos anos.

Existe a outra visão, que argumenta que “a campanha grosseira da “Índia brilhante” pareceu gradualmente uma campanha cruel para a maioria dos cidadãos que continuaram lutando para sobreviver”, que indica que

“para ser “brilhante”, a Índia precisa atravessar as pedras de toque, garantindo saúde e educação primária, além de alimentos e água potável para seus cidadãos, eliminando a discriminação social e aliviando a miséria, trabalhando juntos em vez de competir com seus vizinhos para criar um ambiente saudável e economicamente viável para o sul da Ásia” (Ishita, *A Índia resplandece? Notas e Reflexões*, 2011, p. 251-264). O relatório afirma que, “apesar de mais de seis décadas de crescimento econômico planejado, mais de um terço da população da Índia permanece absolutamente pobre, com uma renda per capita de menos de US\$ 1,25 por dia. O nível de aprendizado educacional na Índia ainda está abaixo da média. Os gastos em saúde pública representam apenas 1,2% do PIB, enquanto a média mundial é de 6,5%”, que “Aproximadamente metade das crianças entre 0 e 5 anos de idade está desnutrida e as condições sanitárias são terríveis”, que “em 2012 o lugar da Índia na lista do índice de desenvolvimento humano era o número 136 entre 186 países” (Nayak, 2015).

Sobre a delicada lacuna entre o bem-sucedido crescimento do PIB da Índia em questões sensíveis, como pobreza, saúde, previdência e educação, Amartya Sen comenta: “A história do desenvolvimento mundial oferece muito poucos exemplos, se houver, de uma economia que cresce tanto e por tanto tempo, com resultados tão limitados na luta contra a pobreza.” (Amartya e Jean, 2013, p. 11).

A Índia é uma árvore enorme, cujos galhos grossos não mostram claramente o tamanho de seu tronco. Do mesmo modo, não existe uma única Índia. Diversas Índias culturais, religiosas e sociais coexistem no mesmo território que limitam todos os tipos de conclusões fáceis ou aglutinantes. O Ocidente luta com isso, especialmente depois que O’Neill propôs um Índia BRIC hegemônico para o século XXI. No entanto, não é apenas difícil o Ocidente entender as contradições políticas, econômicas e sociais do país democrático mais populoso do mundo. Os próprios especialistas asiáticos lutam para acomodar o ideal de Rabindranat Tagore em um único navio quando ele disse que seu ser, sua pessoa era “uma confluência de três culturas, hindu, maometana e britânica” (Sen, 2007, p. 122), ao mesmo tempo lutam para encontrar a chave para um desenvolvimento econômico mais justo e inclusivo. Uma Índia que afirma ser hegemônica terá que seguir o curso e aprovar esses assuntos pendentes.

CAPÍTULO 6

ANCESTRALIDADE E DIREITO NA ÍNDIA

O Direito indiano, apesar de sua história de cerca de 3.500 anos, conforme indicado por David e Spinosi, “...como é apresentado hoje, é difícil de ser catalogado. Pelo contrário, está em plena evolução” (David e Spinosi-Jauffret, 2010, p. 383). Como parte inerente de sua ampla herança cultural, o Direito indiano se apresenta diferente, ancestral e difuso à primeira vista quando se tenta resumi-lo à perspectiva da cultura jurídica ocidental. Como parte de um todo, responde em primeiro lugar às fontes religiosas védicas que, antes de nossa era, deram sua primeira sistematização, da mesma maneira que reflete claramente as influências normativas que ao longo de sua história deixaram várias invasões, como a do Império Mongol no século XVI, ao mesmo tempo em que seu corpo jurídico é dominado nos séculos XIX e XX pela “certeza” de um direito inglês que lhe foi imposto em diferentes graus por 350 anos, todas as influências que acabam por levar à concepção de uma lei anglo-indiana.

Tudo isso está longe de ser apenas a referência histórica do Direito indiano. Diferentemente de outras nações, o contexto jurídico do país asiático continua sendo uma parte importante tanto do Direito Positivo quanto do Direito Atual, mais ainda, fundações sociais e religiosas que precedem seu direito original continuam a fazer parte de uma cultura que explica um país com mais de 1,2 bilhões de habitantes, onde os direitos pessoais (civis) de 80% da população continuam se relacionando ao seu direito religioso hindu, 14% ao direito religioso muçulmana, e o restante é complementado sob os mesmos critérios com os membros das religiões sikh, budista, jainista, cristã etc. Daí a importância de se ter uma visão integral do status legal do Índia BRIC do século XXI.

DIALOGANDO COM OS VEDAS (XVI A.C. A XVI D.C.)

SS Dhavan diz que a Índia tem o sistema judicial mais antigo do mundo, até V. Rao ressalta que “Seria uma experiência fascinante viajar através da

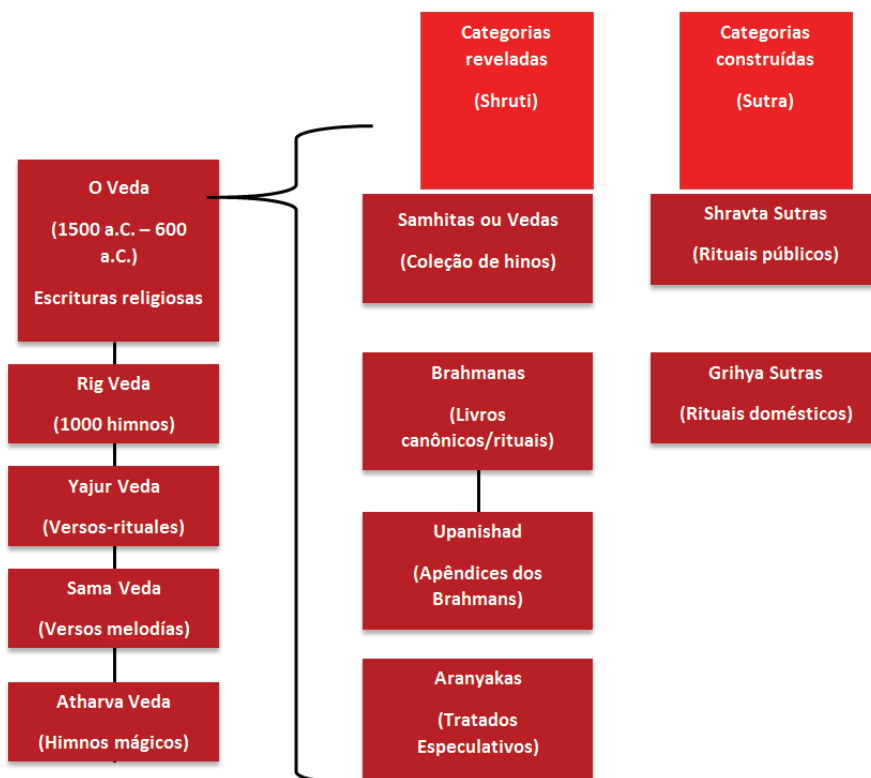
linhagem de 6.000 anos do Sistema de Justiça da Índia” (Rao, 2015). Além da discussão sobre a assertividade das datas, a verdade é que a filosofia original que deu vida à ideia de “dever ser” hindu continua a ter uma enorme influência na regulação de sua vida jurídico-social, na medida em que seu fundamento religioso continua a ser uma parte fundamental do ser e agir do povo indiano.

“Em meados do segundo milênio a.C. – comentam Lorenzen e Preciado – chegaram ao noroeste da Índia, no território do atual Paquistão, várias tribos de pastores nômades que se chamavam arianos (Arya). Chegaram à Índia procedentes do Afeganistão e do norte do Irã, mas acredita-se que muitos séculos antes de seus ancestrais tivessem começado sua longa peregrinação de algum lugar entre a Ásia Central e a Europa Oriental.” “Quando os indo-europeus chegaram à Índia, já trouxeram consigo uma religião formada cujas características não são possíveis conhecer completamente. Era provável que fosse uma religião onde as forças e os fenômenos da natureza foram divinizados. Eles também trouxeram consigo alguns hinos religiosos que eventualmente formaram a base do corpus de literatura sagrada dos Indoários: os Vedas.” (Lorenzen e Preciado Solís, 2003, p. 23-24).

A bacia do rio Indo continua a ser uma fonte aberta para o debate histórico, especialmente para a população hindu que continua enfrentando o questionamento de sua identidade nacional na premissa dos fundamentos de sua origem. Quanto a esses prolegômenos, apesar dos vestígios em Mehrogarh (6000 a.C.) ou Harappa (2500-1700 a.C.), os fatos transcendentais da cultura hindu, como observado por Lorenzen, Precious, Embree, Wilhelm, Spear, entre outros, começam aproximadamente em 1500 a.C., com a chegada de culturas indo-europeias que se instalam no vale do Indo e correm ao longo do tempo, cultural e geograficamente, para as partes norte e sul do subcontinente indiano. O exposto acima é relevante para a compreensão da cultura jurídica da Índia, na medida em que a partir dessa data o ser começa a ser codificado, bem como o ser e dever ser do que ao longo do tempo ficou entendido como “hindu”, que define mais de 80% do povo indiano.

Desde a chegada dessa importante migração cultural, começaram a ser gerados os escritos sagrados sobre os quais se alicerçaria a exuberante cultura hindu em todas as suas vertentes. Os Vedas, como corpus central de seu pensamento religioso, além de ser em si um monumento literário, é o ponto de partida de toda uma literatura sagrada que ainda é respeitada por mais de 1.000 milhões de indianos que professam a doutrina hindu.

Tabela 1. Os Vedas
Os Vedas (livros sagrados)



Elaboração própria com dados de Lorenzen, Preciado (2003), Pániker (2014)
(A sistematização tem apenas objetivo ilustrativo)

Livros que têm uma origem direta com os Vedas são considerados “revelações divinas”, daí seu caráter sagrado e primordial. As categorias seguintes são estimadas como livros prescritivos ou construídos à luz do primeiro. Os livros dos Vedas transcendem em importância o Rig Veda, composto por mais de 1.000 hinos dedicados a seus deuses, seu modo de vida, ordem social etc. A partir desses “escritos sagrados”, a construção do “escolástico hindu” continuou a crescer por meio das diferentes sociedades teocrático-militares que se sucederam, mas que tiveram como ponto de partida sua origem, comportamento, normativo, religiosidade, conforme prescrito pelos Vedas. A produção normativa que foi escrita após os Vedas é enorme e é construída durante o período que abrange o século V a.C. a XI d.C. (Pániker, 2014), período em que se destacam por sua importância,

entre outros, os Dharma-sutras ou Dharma-sastras, como textos explicativos dos escritos védicos. De uma maneira especial, do século VI a.C. a VI d.C., épicos como Ramayana e Mahabarata aparecem, dos quais emerge o famoso texto do Bhagavad-guita ou Cântico do Senhor que cativou Octavio Paz, ou as crônicas mitológicas chamadas Puranas.

O Veda, que é o documento religioso literário mais antigo da cultura indo-europeia, é inicialmente uma cosmologia argumentativa que pede e tenta explicar da origem do todo ao seu possível fim, sobre o qual mantém um profundo debate. No Rig Veda, por exemplo, em uma de suas seções mais reconhecidas, o sacerdote argumenta:

*“Não havia nada, nem mesmo o nada,
 não havia ar, nem, mais além, o céu.
 O que o cosmos cobria, onde estava?
 Quem o governava? Havia apenas água e abismo?
 Não havia morte ou imortalidade, a tocha do dia e da
 noite não foi acesa ou extinta.
 O uno respirava sem ar, sustentava-se sem apoio.
 Havia apenas o uno e não havia o nada.”*

(Rig Veda, Hino da Criação (10:129))

Entretanto, os Vedas não apenas transitam pela origem. Partindo dele, transborda todo o ser e o trabalho humano e gera toda uma filosofia de vida e morte que dá direção e significado ao ethos hindu. Não apenas no curso de sua existência física, mas indo além, ele desenha uma dialética espiritual que apenas conclui com perfeição. Daí a teia da vida-morte-vida que define e explica o ser hindu como parte de uma roda sem fim que sempre apresenta a possibilidade de melhoria espiritual e social.

Essa morte sem fim, ou seu termo somente por meio da perfeição e pureza, não é apenas parte de uma crença espiritual destinada a ser praticada na intimidade ou no templo, mas, em uma projeção integral, esse mesmo pensamento dá origem e destino a uma organização social sob a qual a Índia construiu seu trabalho diário na política, família, sociedade e pessoa, nos últimos 3.500 anos, sob um registro e diferenciação que outros povos ou civilizações não registraram e que hoje, após tantos milênios, permanece parte da vida cotidiana que a influência ocidental não cooptou. Para o Direito indiano, essa realidade sociorreligiosa é relevante, dada sua validade na conduta da pessoa e da casta hindu.

O núcleo social da Índia não é a família. A origem e o destino da pessoa hindu são fixados pela “casta”, que é uma organização *sui generis* que, embora faça parte de um conceito organizacional adotado pela maioria dos povos antigos, a Índia torna “mandamentos da vida” através dos Vedas, dos preceitos e dos ritos, com uma força não registrada em nenhuma outra cultura tanto por sua prática quanto por seu apoio histórico. Muitas das sociedades antigas, por diferentes concepções, compartilhavam a ideia de uma organização estruturada em três pilares teocráticos, políticos, militares e comerciais, compartilhados até pelas sociedades mesoamericanas. A diferença da Índia é que, desde sua origem, a “ideia” de sua organização social nasce como parte de um conceito religioso, de uma concepção de ordem cósmica além da ordem de um rei ou da exigência de um Deus, como mais uma peça de uma engrenagem que sempre existiu e existirá, então a peça deve manter sua posição para não quebrar essa ordem e só pode modificá-la sob a lógica que estabelece a mesma ordem.

A casta (denominação adotada pelos portugueses em sua entrada na Índia no século XVI) ou célula original da estrutura hindu emerge de toda uma filosofia de comportamento e domínio que foi aperfeiçoada ao longo do tempo por intermédio dos vários escritos sagrados. No caso do Rig Veda, por exemplo, em seus diferentes hinos, a casta é predesenhada como uma entidade derivada da origem do universo, como resultado do sacrifício de um ser mágico de cujo corpo desmembrado nasceram as quatro classes da sociedade. “Sua boca era o brâmane. Dos braços o guerreiro foi feito, suas coxas o vaishya, dos pés nasceu o shudra (Lorenzen e Precious, p. 44).

A partir dessa visão antiga, a vida social nasceu na Índia, aperfeiçoada com outros livros sagrados, como o caso de Manu-Smriti, mais conhecido como “Código de Manu”, composto no século I d.C., que explicou que “para proteger a criação, o resplandecente designava atividades diferentes para cada uma daquelas que emanavam da boca, braços, coxas e pés”, ou o Visnu-Smriti, outro texto religioso importante, que descreve a missão de cada classe social:

“Os deveres são: o brahmana ensinar (o Veda); para Katriya, a prática de armas; para Vaisya, trabalhe com gado; para o sudra, sirva o “nascido duas vezes”; para todos os “nascidos duas vezes”, sacrifique e estude (os Veda).” (Pániker, 2014, p. 167).

Nessa filosofia ou mandamento central, a Índia foi construída sob a hegemonia dos brâmanes como cabeça da sociedade, por terem sido criados primeiro, tendo nascido pelo menos duas vezes e tendo um grau mais alto de

pureza espiritual do que as outras categorias. Em segundo lugar, aparecem as chatrias ou katriyas, que dominam a força, o poder, a política, a administração. Em terceiro lugar, registra-se o vaisa ou vaisya, ao qual se delegam os negócios, a produção, o comércio. Essas três classes têm um nível de privilégio por serem pessoas mais puras por causa de seu ciclo de reencarnação. O quarto nível, ou os pés, é constituído por sudras ou shudras, que são aqueles destinados a servir às classes altas, porque nasceram ou são impuros. Há um quinto estado, uma casta inferior aos sudras, composta por pessoas que são discriminadas por nascerem em castas particulares e que são conhecidas como “os intocáveis”, às quais as atividades mais humilhantes e exclusivas são designadas como remoção de carniça, limpeza de latrinas etc. e aos quais não é permitido o acesso a templos, restaurantes, hotéis, assembleias municipais, escolas, estradas, passagens públicas, para aqueles que, por causa de sua condição de impureza, não devem ser tocados. Essa última categoria, como as outras estratificações, está longe de ser uma página virada da sociedade hindu. Sua prática na vida social forçou os constituintes de 1950 a abolir por meio do artigo constitucional 17 a intocabilidade e sua prática em qualquer uma de suas formas, mas, como ressalta Pániker, “levará décadas até que desapareçam os preconceitos sobre o intocável”, apresentando como evidência de que, ainda no terremoto de Gujarat em 2001 e em Tamil Nadu em 2004, o governo teve que organizar a reconstrução das cidades e residências separadas para os intocáveis, o que nos dá uma ideia clara da validade dessa organização social na vida política, econômica e jurídica da Índia BRIC.

O contexto histórico relevante mencionado acima é a sua validade no século XXI ao pensar e agir como indiano no campo jurídico, especialmente no que diz respeito aos direitos pessoais ou civis, criminais, políticos (direitos humanos) e sociais, da mesma maneira que a composição de castas na qual a sociedade indiana está estruturada hoje, em que até o momento existem aproximadamente 5.000 delas se multiplicando em milhões, embora não respondam mais à sua concepção original no transcurso do tempo, ainda define e orquestra os eventos sociais do povo indiano, tanto com suas forças culturais quanto com suas enormes fraquezas em termos de adaptação a uma sociedade moderna e unida, impulsionada por um único sentimento de integração nacional. Embora o sistema de castas faça parte da explicação da antiga sustentabilidade da civilização indiana, atualmente é um dos principais obstáculos para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Como já indicado, a organização das castas não é apenas uma organização social, é uma ordem de criação e um reflexo do curso harmonioso do universo (Pániker, 2014), determinado desde sempre e até hoje pelo “varna” e pelo “Jati”, em que varna significa cor e representa a classe equivalente,

dividida nas cinco categorias já vistas, e o termo jati seria a própria casta, na qual todos vivem seu próprio universo, gerencia suas regras, celebra seus deuses, decide sua dieta, desenvolve sua atividade, em que o hindu nascido nele tem a obrigação de crescer, casar, desenvolver e morrer dentro dele, sem a oportunidade de quebrar esse bloqueio, exceto com a morte, ascender à classe, se alguém cumprisse o que foi ordenado na busca da perfeição (sadhue).

Existe um conceito central nessa importante organização social religiosa que corresponde à esfera do dever ser, que é o “Dharma”, que é um conceito que faz parte da escola da vida que emerge dos textos sagrados que tentam regular em sua integridade o que é certo e o que há de errado na vida do ser humano, destacando nessa escatologia o próprio dharma (domínio da lei e religião), artha (domínio da política e poder), kama (domínio do prazer) e moksha (o domínio da eternidade, bem-aventurança etc.).

Dharma, referem Lorenzen e Precious,

“...Refere-se à ordem da lei e da justiça: o direito civil e o direito penal e religioso, especialmente o último que tende a incluir os outros dois e todos os aspectos da ética e da moralidade. O Dharma então abrange tudo o que classificamos sob a ordem legal, ética, moral, religiosa e até social. Os Dharma-Shustras ou códigos do Dharma, compêndios legais da Índia antiga, incluem desde prescrições de higiene pessoal até a lei de contratos de compra e venda. O Dharma abrange todos os aspectos da vida humana, desde a procriação até a morte do indivíduo, através de seu nascimento, criação, educação, casamento e vida produtiva. A ordem social baseada no sistema de castas é fundada no Dharma, portanto qualquer perturbação da ordem social também é um ataque à ordem universal estabelecida.” (Lorenzen e Preciado, p. 92).

O Dharma é um conceito polissêmico e complexo, que se afasta da visão ocidental moderna na medida em que, embora tenha natureza normativa, sua origem religiosa e sagrada, baseada nos livros sagrados do hinduísmo, ligada a uma ordem e mecanismo universais, o impede de ser ocidental, determinado na maioria dos casos por um imperativo coercitivo baseado em uma lógica normativa que cuida do interesse da pessoa e da sociedade a qualquer momento. Essa diferença tem sido uma das principais razões pelas quais atualmente não existe um código civil na Índia que seja comum aos mais de 1.200 milhões de indianos e, pelo contrário, os códigos pessoais das várias religiões ainda estão em vigor, especialmente aqueles correspondentes a grupos hindus e muçulmanos. Também no Dharma enfatiza Pániker (2014):

“O conceito central da prática “ortodoxa” ou bramânica do hinduísmo, tanto pessoal quanto social, é o dharma. A palavra pode ser traduzida por

lei, dever, conduta apropriada, moralidade, religião, virtude, ordem, ensino etc. De fato, são todas essas coisas ao mesmo tempo. Porque se algo caracteriza o dharma é sua condição polissêmica.” “Dharma como o princípio que ordena e sustenta o bom curso do universo. O mundo, como deveria trabalhar, está em conformidade com sua verdadeira natureza.” “Patrick Olivelle diz que o dharma se refere à ordem social e às leis da sociedade que o rei foi obrigado a fazer cumprir” – e conclui o mesmo Pániker que – “Acabaria sendo uma força cósmica que se eleva acima do rei quando se torna na ideologia que mantém todas as castas e comunidades juntas como um todo. Porque é o dharma que atribui a cada casta seu lugar, a maneira de se relacionar com as outras, sua dependência (ou repulsa) e assim por diante. Aí reside a força do Dharma. Graças a essa superestrutura ideológica, o sistema de castas possui tal coesão interna e pôde se desenvolver há séculos.” (Pániker, 2014, p. 175).

Essa é a força social e normativa da Índia, que a sustentou durante os quinze séculos de seu boom econômico na era moderna, do mesmo modo é a que a prostrou em uma profunda miséria desde o século XVIII até o presente. Em termos legais, o dharma foi a principal barreira contra o culturalismo inglês que chegou à Índia desde o século XVII e que até o momento não conseguiu aplicar seu Direito Comum da Corte Ocidental em todo o território, apesar dos avanços significativos quanto à homogeneização da vida normativa do povo indiano.

Religião e cosmogonia que suportam o sistema de castas e do dharma ou a ordem normativa do povo indiano que ainda é respeitada por milhões de pessoas representam hoje um sistema existente por meio do qual se explica a vida social, jurídica, cultural e política da maioria da população da Índia. O dharma em sua identidade polifônica também mantém naturezas diferentes, que, por um lado, é um corpo jurídico escrito (códigos do dharma sutras ou shustras do dharma), no qual são impedidos todos os tipos de comportamentos que variam desde o ensino dos ritos, os sacrifícios, relações entre homens e mulheres, entre pais e filhos, professores e alunos, ofensas criminais e suas sanções, herança, propriedade e suas modalidades, dos deveres e estudos de cada classe, das modalidades de casais e casamento, até questões muito pequenas, como a maneira de lavar a boca ou a direção a seguir ao urinar, o que dá uma primeira impressão da rigidez que os regulamentos do dharma acarretam. No entanto, dado o reconhecimento de sua incapacidade de capturar em um ou em vários textos a infinita diversidade de milhares de castas e subcastas, às quais uma cosmogonia específica corresponde de acordo com seus “jati” ou “varna”, o dharma também abre, após a leitura védica, o costume como outra fonte de criação da norma. Assim, a aplicação da norma referente aos direitos pessoais de um bilhão de hindus gira

em torno dos dharma Sutras como norma aplicável, mas reconhece ao mesmo tempo que a avaliação de cada caso se deve à sua natureza única e irrepetível, que não aceita interpretações ou antecedentes, o que foi um choque e um obstáculo à universalidade da norma jurídica ocidental em geral e principalmente no que diz respeito ao *Common Law* inglês, com base em um critério de precedentes.

Dharma, a pedra filosofal da qual se baseia a ideia normativa do povo hindu, tem sido um conceito de difícil apreciação pelas normas ocidentais. No entanto, seu papel ao longo do tempo tem sido um direito total ou parcial em vigor até o século XIX, onde o Código de Manu ainda estava em vigor nos tribunais anglo-saxões, e, até o momento, como um direito em vigor em razão da ampla codificação de Direitos Pessoais, ao mesmo tempo em que, como um direito positivo, além do que foi prescrito pelo órgão constitucional, como já foi visto no exemplo dos “intocáveis”, o costume continua a prevalecer, apesar do que é exigido por lei.

Os Vedas, varna, jati e dharma constituem, entre outros, os diferentes sustentáculos com os quais o atual conceito de hinduísmo é construído, pelo qual partidos políticos hindus, como o Bharatiya Janata Party (BJP), tentam construir uma identidade nacional comum. Em questões jurídicas, apesar de, desde 1950, a Índia trabalhar duro na sistematização de um sistema jurídico moderno, em questões pessoais (civis), criminais, políticas (direitos humanos), direitos religiosos, entre outros, o corpus dharmico continua determinando a vida diária da maioria do povo indiano. A “lógica cósmica”, a força das crenças religiosas, costumes, interesses e inércia, continuará a regular o ser (castas) e o dever de ser (sagrado) hindu, que continuará a motivar as castas abaixo a não quebrar o status quo de sua situação social e econômica, a fim de alcançar uma casta mais alta na sua morte e somente assim, por meio da pureza e do segundo nascimento, abordar a santidade e a melhoria econômica e social, nessa ordem. Se cumprirem as disposições da lei há mais de 3.000 anos, poderão aspirar às disposições dos Vedas (Upanishad), que afirma que “aqueles que são puros neste mundo são muito propensos a entrar em uma barriga pura, a barriga de um brahamani...”, mas os de comportamento impuro provavelmente entrarão “...na barriga de um cachorro, na barriga de um porco ou na barriga de um chandala descartado”. No final, como Kinsley aponta, “a doutrina do Karma-samsara explica e concede coerência racional às desigualdades do sistema social hindu”. (Pániker, 2014, p. 188-189).

AKBAR E A TOLERÂNCIA (XVI D.C. A XVIII D.C.)

A segunda etapa do Direito Indiano é caracterizada pelo surgimento do Direito Muçulmano em boa parte do território e da população hindu,

como resultado da conquista da Índia pelas mãos dos reis Mongóis, que, apesar de terem antecedentes durante o primeiro milênio da era moderna, é a partir dos triunfos do rei Babur em 1526, na parte noroeste do país, que a cultura mongol e a lei muçulmana adquirem seu cartão de naturalização, a qual foi se estendendo sob a hegemonia e conquista dos descendentes de Babur, com seu filho Humayun, seu neto Akbar (1556-1605), em cujo reinado o Império Mongol e a Índia adquiriram seu maior domínio e magnificência, posteriormente declinando sua influência com Jahagir, Shahjahan e Aurangzeb (1658-1707), para que desse último rei iniciasse um declínio que seria finalizado em 1858 antes da declaração inglesa do vice-reinado da Índia.

A influência muçulmana na Índia (800 d.C. – 1858 d.C.) é abrangente, embora sua presença direta, como já foi dito, seja implantada no início do século XVI a meados do século XIX, ou seja, por mais de 300 anos prevaleceu nos territórios de mongóis, um Direito muçulmano que desde a sua criação rivalizava com o Direito hindu. Violentamente com Babur e Aurangzeb ou de maneira conciliatória com Akbar, os Mongóis tentaram, durante seu período, impor uma norma legal derivada de uma religião diferente do Hindu, que só coincidia em sua natureza religiosa, mas que de sua própria origem bifurcou-se inconciliavelmente como acontece até hoje. As diferenças de ambos os direitos começaram de suas origens, do monoteísmo islâmico ao politeísmo exuberante do hinduísmo, em que os Vedas se registram há três milênios, enquanto o Alcorão, o livro sagrado muçulmano, teve como antecedente o século VII da nossa era. Da mesma forma, ao longo desses milênios, os Vedas já haviam construído todo um sistema cósmico social com sua estrutura legal, que funcionava como uma camada repelente em relação a outras concepções religiosas legais que tentavam comprometê-lo com outro ser e dever social que passava em primeira instância pelo religioso. Embora a literatura jurídica muçulmana já previsse uma sistematização no Alcorão sobre questões pessoais, civis, criminais, jurídicas, “constitucionais”, econômicas e financeiras, internacionais, entre outras, por meio de centenas de versículos do Alcorão e da Sunnah ou Hadith (modo de ser e de se comportar do Profeta), sua influência na Índia não pôde ser generalizada durante o Império Mongol, mas permaneceu como uma prática de uma “minoria” que ainda resolve seus problemas familiares e pessoais (civis), criminosos, sob a tutela das leis muçulmanas.

As violentas imposições da religião e a lei muçulmana dos reis mongóis através de sua obrigatoriedade, cobrança de impostos ou destruição de templos, não foram suficientes para a transformação cultural entre o povo dominante e o povo dominado. Tampouco foi a atitude madura e conciliadora de Akbar, que se distinguiu ao inaugurar uma era de secularismo e

respeito em termos de religião e estado, não apenas na Índia, mas no mundo de seu tempo.

Sob uma posição de conciliação e respeito que começou com o cancelamento de impostos para não muçulmanos e a tolerância de vários credos, Akbar deu prioridade à razão sobre a prevalência de dogmas ou normas sustentadas apenas pelo tempo e pela tradição. “A busca da razão”, disse Akbar, “e a rejeição do tradicionalismo brilham com tanta luz própria que não é necessário recorrer a nenhum argumento. Se o tradicionalismo fosse adequado, os profetas se limitariam a seguir seus anciãos (e não aparecerem com novas mensagens)” (Sen, 2007, p. 344). Nessa preeminência da razão sobre o dogma, Akbar se opôs ao casamento entre filhos por uma possibilidade imediata de dano. Do mesmo modo, ele se opôs que a viúva, na lei hindu, não podia se casar novamente por ser uma penúria maior. Quanto à divisão de mercadorias, apoiou que na religião muçulmana a filha recebesse uma parcela maior. Tampouco descartou os rituais de ambas as religiões e motivou a prática da virtude “simplesmente porque é boa” (Sen, 2007, p. 347).

A influência do Direito muçulmano na Índia, apesar do reino Mongol ter sido uma das tentativas políticas militares mais bem-sucedidas de unir o povo indiano, nunca pôde avançar significativamente na população hindu. No entanto, dado seu tempo de permanência e a força da cultura Mongol, sua validade e participação atual envolvem mais de 170 milhões de indianos de ascendência muçulmana que praticam e são governados em suas vidas pessoais pelo Direito muçulmano, especialmente pela Escola Hanefite fundada por Abon Hanifa no século VII d.C. e, em menor grau, pela escola Chafeita inspirada por El Chafei no século IX d.C., que, juntamente com as escolas Maliki e Hambali incorporam o sistema jurídico islâmico.

O DOMÍNIO INGLÊS OU A RACIONALIDADE (XVII D.C. A XX D.C.)

A terceira etapa jurídica da Índia corresponde ao período em que a Inglaterra esteve presente em seu território, razão pela qual se sobrepõe à etapa do Império Mongol, porque ambas coincidiram em território indiano desde a chegada dos ingleses em 1600, data em que o Decreto de Autorização da Companhia Britânica das Índias Orientais (CBIO) foi emitido, até a declaração do vice-reinado da Índia em 1858, na qual a Inglaterra assume o domínio político, militar e jurídico do país às custas da hegemonia mongol, portanto, durante esse período, as duas influências jurídicas e culturais convergem e competem de maneiras diferentes e em diferentes intensidades.

A presença inglesa na Índia, que dura 347 anos (1600-1947), tem a característica de ser segmentada de acordo com os critérios do ator em turno, que às vezes levam em consideração a presença da Companhia das Índias Orientais, as diferentes faculdades econômico-jurídicas que existiu durante a sua estadia no país, suas formas de governo, o momento em que a Inglaterra assume política e militarmente o controle total da Índia, entre outros. Por isso, não é estranho ler que a presença inglesa na Índia remonta a 100, 200 ou 300 anos, de acordo com o ponto de vista aceito. Para os propósitos deste trabalho, são tomados quase três séculos e meio que mediam entre a promulgação do Decreto da Constituição do CBIO (1600) e a Declaração de Independência da Índia (1947), porque desde o primeiro ponto de referência parte de um ato jurídico que se estende ao longo do tempo, com intenção de hegemonia e domínio, o mesmo que se encerra com outro ato legal que foi o Ato da Independência de 15 de agosto de 1947.

A Inglaterra, juntamente com as potências marítimas ocidentais dos séculos XV ao XIX, desde a chegada de Vasco de Gama à Índia em 1498, sempre tiveram em seus objetivos o domínio econômico, político e militar das diferentes nações do Leste Asiático, especialmente aqueles que sempre tiveram notícias de sua riqueza como Índia e China. Embora a Inglaterra não tenha sido a primeira hegemonia a chegar à Índia, depois de Portugal, tornou-se a segunda potência a desembarcar com domínio quase junto com a Holanda. Após o Ato Constitutivo que criou a CBIO, em 1601 os primeiros navios ingleses saíram para negociar com o país asiático e em 1607 o imperador mongol Jehangir autorizou uma base comercial na cidade de Surat (Crespo, 2012), autorização que foi formalizada em 1612 e foi o ponto de partida para o império inglês se expandir para dominar quase toda a Índia no século XIX. A partir dessas vitórias e conquistas, os atos jurídicos e a influência da lei inglesa permeavam a realidade jurídico-social do povo indiano.

Como ressalta Rao, em 1601 a concessão de poderes à CBIO para regular seus negócios foi a primeira manifestação jurídica anglo-indiana. O édito real do imperador Jehangir, que autorizou a sede inglesa em Surat em 1612, foi o segundo, seguido de uma orquestração legal dos ingleses, a fim de avançar sua tentativa de regular seus negócios com o poder e a sociedade hindu por meio da lei inglesa, encenando uma luta entre as culturas anglo-saxônica, hindu e muçulmana que se decidiu a favor dos ingleses, como o progresso de sua situação de força no país, em oposição ao declínio do Império Mongol e à desarticulação dos vários reinos de natureza hindu.

No começo, a Inglaterra tinha que aceitar que o Direito inglês só se aplicava naquelas cidades onde tinha permissão para se estabelecer (Presidency Towns), como Bombaim (Mumbai), Calcutá e Madras, e naqueles

casos em que a questão legal correspondia a atores ingleses ou que, de comum acordo, a competência da lei inglesa foi aceita, com a condição de que, no caso dos direitos pessoais indianos, estes seriam sempre regulados pelas disposições dos costumes e leis indianas, sejam hindus, muçulmanos ou outros. Essa modalidade, embora tenha sido uma implementação limitada, foi realizada por tribunais previamente estabelecidos e cobriu um período aproximado de 1612 a 1765, data em que a Inglaterra, depois de derrotar a França pela hegemonia indiana na batalha de Plassey (1757), conseguiu que o imperador Shah Alam lhe outorgasse uma concessão para cobrar impostos e implantar uma administração civil na maior parte do império mongol em troca de uma renda anual, o que permitia um maior crescimento do poder inglês e do sistema jurídico anglo-saxão. Essa etapa de adaptação também teve outra mudança a seu favor com a emissão do Regulamento de 1781, pelo qual foram instalados dois Tribunais Superiores de Apelação, um em matéria civil e outro em matéria penal, que definiram em termos gerais o escopo da aplicação do Direito inglês até 1858, etapa que também se vê fortalecida em 1773 sob a Lei de Regulamentação do Parlamento sobre a CBO, que a desloca politicamente através da figura política do Governador Geral de Bengala, o que significou a tomada do controle por Londres das decisões políticas da Companhia.

Durante o período de coexistência do domínio inglês com os reinos hindu e muçulmano, predominou um interesse maior pelo econômico do que pelo jurídico ou social. No entanto, na medida em que sua estratégia de poder deslocou gradualmente os interesses portugueses, holandeses e franceses, com os quais competia em território indiano, sua hegemonia foi se expandindo em mais cidades e territórios em uma aliança passiva com o império Mongol, e em uma exploração da falta de organização e fraqueza permanente dos reinos hindus. No entanto, durante esses três séculos e meio, um confronto de culturas é realizado, no qual o positivismo do Direito inglês enfrenta duas propostas legais de natureza religiosa, mais devidas a desígnios divinos e ordens cósmicas do que à aplicação de uma ordem legal autônoma, em que, por um lado, a lei hindu era respeitada pela maioria da população e a lei muçulmana era imposta pelo império dominante. Quanto ao desafio de aplicar a norma hindu, o juiz inglês nunca conseguiu entender completamente seu conteúdo e sua aplicação, em primeiro lugar, devido à extensa codificação de toda a literatura sagrada e, em segundo lugar, porque mais de 50% desse regulamento estava disponível apenas na língua sânscrita. Ao mesmo tempo, como observado acima, a aplicação do Direito Hindu requer conhecimento de todos os preceitos escritos registrados nos Vedas e em seus textos secundários, de modo que a partir daí um critério

de justiça possa ser aplicado à natureza e às condições do caso concreto, que é considerado diferente de todos os outros. Essas condições, no caso dos tribunais ingleses, foram obstáculos reais que levaram a uma aplicação pobre e limitada das sentenças nas quais um partido hindu participou. Era evidente que, além da eficiência de cada ordem legal, um juiz inglês cuja memória mal evocava a turbulenta era medieval inglesa e o início do renascimento, que no ano de 1500 no Reino Unido havia apenas quatro milhões de habitantes, não conseguia entender uma cultura antiga que no mesmo ano somava 110 milhões de pessoas (Ontiveros, Guillén, 2012). O Dharma, os Dharma-Sutras, os varnas, os jatis, os Vedas, a língua faziam parte de uma exuberância jurídico-cultural que o jurista inglês não estava interessado em entender e muito menos em aplicar ao problema jurídico que lhe era apresentado. Como David e Spinosi (2010) apontam:

“Quando dois direitos interagem, é o mais desenvolvido que prevalece, a menos que uma intervenção governamental eficaz possa impedi-lo. Essa intervenção, como esperado, não aconteceu na Índia. A substituição dos direitos hindus e islâmicos, pela lei inglesa, ocorreu por meio de competição.” (David, Spinosi, 2010, p. 365).

Apesar de seu crescimento hegemônico, nunca foi fácil para a Inglaterra fazer um deslocamento automático da herança jurídica da Índia. Ao longo dessa coexistência legal, foi afirmado “...que poucos são os países onde há tanta incerteza sobre a lei aplicável. Alguns juízes aplicavam aos cristãos o direito canônico.” “Outros juízes invocavam seu senso de justiça e outros aplicavam o Direito inglês” (David e Spinosi, p. 372). Ficou evidente que, na coexistência de culturas de verdadeiras civilizações como a indiana, a muçulmana e a europeia, o confronto da questão legal não era um assunto dúctil e gentil. Apesar disso, no progresso dessa coexistência, iniciou-se uma etapa de codificação, a fim de dar um princípio de ordem ao caos jurídico predominante recorrendo a uma proposta de elaborar um Código Hindu, um muçulmano e um inglês, que funcionaria como um direito local ou territorial, como um código secular autônomo longe da religião ou casta. Essa primeira tentativa falhou em sua visão integral e produziu apenas um Código Penal em 1860, dois anos após a conquista total da Índia pela Inglaterra. Numa segunda tentativa de codificação, sob a ideia inglesa de colocar por escrito, de maneira ordenada, sistemática e oficial, um conjunto de regras de direito: aquelas regras não escritas que aparecem em um determinado texto, aquelas que provêm de decisões judiciais e aquelas regras de direito que aparecem nos manuais de direito e que adquirem

uma autoridade específica. (David, Spinosi, p. 373), resultou em algo mais concreto nos Códigos Anglo Indianos (1887), o que inclui um Código de Procedimentos Cíveis, um Código Penal, outro Código de Instrução Penal e uma série de leis importantes relacionadas a questões civis e comerciais.

Essa codificação feita pelos ingleses, muitas vezes de Londres, foi rejeitada e criticada na época por uma Índia onde os ares libertários começaram a circular, mas na ausência de uma sistematização mais eficaz e útil para uma modernidade que apreciava velocidade e certeza dos fracassos. Foi o início de uma adaptação do Direito inglês como espinha dorsal de um Direito indiano, que gradualmente se afastou de suas raízes universais e se concentrou em uma ferramenta de *Common Law* que dava segurança às operações de uma economia indiana dominada para a era da globalização do Atlântico. Assim, as etapas subsequentes até 1947 foram significadas pela implementação de uma cultura de direito comum, na qual os novos juristas indianos eram treinados no tratamento das noções de direito inglês, nas técnicas de gestão do *Common Law*, na aceitação da regra do precedente no caso único, sobre julgamentos orais e preparação judicial, sobre a importância do Estado de direito etc.

Enquanto não resta dúvida sobre o avanço do *Common Law* e a influência do Direito Inglês como base central do novo Direito da Índia do século XX e do século XXI, tema dos direitos pessoais, o grande universo da vida pessoal, familiar e social hindu permanece uma realidade que se recusa a ceder aos critérios ocidentais. A administração inglesa tentou com sensibilidade em 1856 uma proposta de uma lei aplicável às viúvas, a fim de recuperar o direito de se casar novamente, em 1929, aumentando a idade dos menores para evitar o casamento infantil, em 1930, resgatando o salário do trabalhador e não da família ou da casta, em 1937, concedendo às viúvas um direito econômico sobre o marido falecido. E desde 1950, por meio de diversos critérios jurídicos constitucionais que visavam a aprovação de um único Direito Civil. Não obstante o exposto, na maioria dos casos, a lei atual não se tornou positiva devido à força de uma cultura de castas que se recusa a aceitá-la.

A ÍNDIA E SEU ECLETISMO (DE 1947 ATÉ HOJE)

A China entra na era moderna em 1949, por entre uma ruptura anterior com seu passado: em 1911, quando cai a última dinastia Qing. Naqueles momentos relevantes de sua história política no século XX, a China esquece sua herança legal e é introduzida diretamente pela Constituição de 1954 a um regime legal socialista que retomou sua transformação após a morte de Mao

em um modelo de Direito Romanista de 1978. A Rússia, por outro lado, não teve problemas com seu passado jurídico, porque em um primeiro estágio, que vai de 862 a 1917, prevaleceu um direito tradicional que partindo de raízes próprias, baseadas na convivência e no costume (*Ruskaia Pravda*), foi se enriquecendo com a cultura jurídica do direito romano-germânico, quando a Rússia de Kiev decidiu ir além de suas primeiras fronteiras feudais e se aproximou de Bizâncio durante a alta idade média (862). A partir dessa reunião, gerou-se uma profunda miscigenação nas esferas religiosa e política, da qual derivou toda uma filosofia em relação ao culto ortodoxo bizantino e às normas legais do cânon e do direito civil. Os parênteses legais vividos pela antiga União Soviética de 1917, data de sua entrada no comunismo, em 1993, ano da promulgação da nova Constituição que governa a Rússia no século XXI, apenas confirmaram sua vocação romano-germânica, na qual é adicionada uma herança legal de mais de 1.000 anos (Oropeza, 2013, p. 21-23). Ao contrário da China e da Rússia, em que a primeira renuncia a sua herança legal e a partir de 1978 começa um caminho legal principalmente civilista, e a segunda mantém uma vocação romanista “com características russas” que a motiva a atualizar seu atual ambiente jurídico sob essa linha, a Índia nunca renuncia à sua base jurídica religiosa e à linha de modernização legal imposta pelo *Common Law* inglês. Em mais de três séculos de vida em comum, longe de ser uma transferência automática de um sistema jurídico para outro, foi um encontro de culturas jurídicas que resultou em um novo direito anglo-indiano. É comentado sobre esse ponto que, “quando falamos sobre o *Common Law* na Índia, começamos a partir da visão ampla que temos sobre esse direito inglês, mas, ao mesmo tempo, pensamos nas tradições da Índia, nos princípios gerais dos estatutos Do Direito inglês, nos métodos e processos do sistema britânico de administração da justiça” (Setalvad & Vibhufhan, 1960, p. 3-4).

O encontro ou choque de civilizações que ocorre entre a Inglaterra e a Índia a partir do século XVII se deu entre uma crescente hegemonia pré-industrial com o poder econômico mais sustentável da era moderna, com mais de 4.000 anos de história. Quando a Índia escreveu seus primeiros códigos jurídico-religiosos dos Vedas, a Inglaterra mal construiu monumentos megalíticos e não terminou sua idade do bronze. É por isso que a reunião de culturas legais entre essas duas civilizações nunca foi fácil e, embora, no final, a lei inglesa seja imposta sob um critério de domínio e eficiência, sua miscigenação continua sendo um processo aberto, em que ainda estão presentes direitos pessoais ou religiosos (Hindus, muçulmanos, cristãos, parsis), o Direito comum inglês, a nova visão social do direito indiano, a cultura antiga da Índia em suma, a construção de um novo direito anglo-indiano que deve ser definido nas próximas décadas.

O processo de independência da Índia não foi um evento fácil. Não apenas se vindicava uma nova nação livre em relação à hegemonia dominante, mas, pela primeira vez, a Índia tentou andar sozinha na frente do mundo como uma nação unida, algo que nunca havia sido feito em toda a sua história. Além disso, antes de sua libertação, o país acusou o problema inveterado de sua falta de integração, que, apesar de sua demografia e riqueza, havia facilitado o domínio pelo Império Britânico. O custo humano que a Índia pagou durante o processo de sua independência foi muito alto (cerca de um milhão de pessoas), em deslocados (mais de 14 milhões de pessoas), em perda de população antes da divisão com o Paquistão (70 milhões de habitantes), e em superfície (cerca de 800 mil km²).

A independência da Índia, seus anos anteriores e subsequentes, foi tudo menos uma mudança aveludada, mais por seus problemas internos do que pela saída da Inglaterra. No entanto, ao contrário da China, em 1949, a Índia retomou o caminho da reintegração indo para a herança de sua identidade nacional. Assim como em 1991 a Rússia opera na mesma base, a Índia teve que recorrer à sua formação jurídica, ao direito, para iniciar sua jornada como nação. Por isso, desde o início dos anos 1940 até 26 de janeiro de 1950, quando é promulgada a Constituição da Índia, sua construção foi um intenso debate político, social, religioso e jurídico sobre a estrutura de seus conteúdos, que apostou como espinha dorsal do novo diálogo nacional, que não aconteceu no caso da China, por exemplo, antes do triunfo da revolução do Partido Comunista Chinês e do peso da figura de Mao.

No caso da Índia, sua independência é propiciada antes do final do estágio hegemônico ocidental que emerge do colapso econômico e militar das Guerras Mundiais, que redesenha a geopolítica da época. A Inglaterra em 1945, após o fim do conflito armado, parecia cansada, confusa, sem a coragem ou a força para continuar sua presença na Índia. Por outro lado, internamente a nação indiana vinha de uma consciência em relação à sua liberdade desde o final do século XIX, portanto, nos anos 1940 do século XX, sua pressão política, no contexto da guerra, aumentou fortemente para alcançá-la. O problema é que essa efervescência de liberdade e nova autonomia desencadeou as paixões dos diferentes protagonistas do momento: o Partido do Congresso, que representava a maior força política organizada, etnicamente plural, mas principalmente hindu; a Liga Muçulmana, em defesa de sua população crente; correntes leais à coroa ou antigo regime; comunistas; representantes da linhagem Mahasabha Hindu, entre outros. Nesse quadro multiétnico e multirreligioso, em 9 de dezembro de 1946, antes da formalização da independência, foi instalada a Assembléia Constituinte, chefiada por Bhimrao Ramji Ambedkar, que resultou na Constituição da

Índia de 1950, após quatro anos de trabalho intenso e negociações. Sob a influência do governo inglês e sua permanência por mais de três séculos em solo indiano, o projeto inicial foi baseado na experiência adquirida por aquele bairro político forçado, que em questões legais havia gerado uma série de leis, assim como já havia enfrentado e dado um princípio de solução ao choque de culturas legais. Portanto, embora a miscigenação jurídica anglo-indiana não tenha sido um problema resolvido nessa data, como não está totalmente no momento, o escopo alcançado já representava uma proposta de solução razoável para reconciliar os diferentes interesses das partes, tudo de natureza religiosa. Assim, a Assembleia teve início nos antecedentes legais de 1919 e 1935, principalmente quando, na primeira data, a Lei do Governo da Índia foi aprovada e, na segunda, houve sua melhoria e atualização, em que por meio de 321 seções e 10 anexos tentaram uma ordem legal abrangente para toda a Índia, estabelecendo a estrutura e linhas gerais de governo.

Spear comenta o seguinte: “A realização final do período de transição foi a Constituição. Foi redigida pela Assembleia Constituinte com notável suavidade e posta em prática a partir de 1950. A lei de 1935 foi usada principalmente como modelo de trabalho e sua influência é evidenciada pelas longas passagens de seu texto inseridas na nova Constituição. Em essência, a nova Constituição descreve um estado federal de acordo com o modelo ocidental, com um governo parlamentar democrático.” Ao mesmo tempo, “A nova Constituição determinou o desenvolvimento do Tribunal Federal, cuja independência e discernimento deram dignidade ao seu funcionamento. Também existem certas características que não são encontradas na antiga Constituição. Uma delas é a difusão de direitos fundamentais de acordo com o modelo norte-americano e outra a inserção de diretrizes constitucionais ou metas de atividades constitucionais, que foram retiradas da Irlanda. Toda a Constituição tem um forte sabor ocidental, que só aumenta com suas referências às instituições tradicionais indianas” (Spear, 2001, p. 349).

É evidente na nova Constituição indiana, vigente até hoje, a predominância do direito inglês-ocidental em sua engenharia estrutural. Apesar disso, em seu próprio artigo 372, ordenou a preservação da ordem jurídica anterior, ou seja, a de todas as leis promulgadas anteriormente, as quais, sob o esclarecimento do Supremo Tribunal da Índia de 1954, não poderiam ser incompatíveis no seu conteúdo com a própria Constituição. Do exposto acima, por meio da *British Statutes Repeal Act* de 1960, foram inventariadas 150 leis em vigor antes da ordem constitucional de 1950, o que representa uma parte considerável da nova ordem legal estabelecida. É conveniente destacar que, entre esse patrimônio legal preservado, aparecem todas as leis anteriores que contêm a regulamentação de direitos pessoais na Índia, ou

seja, direitos civis e familiares relacionados à religião. Essas leis incluem a Lei do Casamento Hindu de 1955, que é uma atualização imediata antes da Constituição e regula os direitos pessoais dos crentes hindus, budistas, jainistas e sikhs; a Lei da Sucessão Hindu de 1956; a Lei Parsi de 1988 com seu antecedente imediato em 1936; a Lei da Família Cristã de 2001 que altera a lei de 1872; a Lei Especial de Casamento para os Muçulmanos de 1954 (Shariat) que modificou a de 1937; a Lei Pessoal Muçulmana de 1937; a Lei Muçulmana do Divórcio de 1939, entre outras.

A “nova” lei indiana que emana da Constituição de 1950 é um direito soberano, “secular”, “moderno”, republicano e democrático, que causou, entre outras consequências, que em outubro de 1951 a Índia começasse a organizar suas primeiras eleições nacionais nas quais participaram 176 milhões de eleitores (85% analfabetos) e 17.000 candidatos de 75 partidos políticos, que se desenvolveram em ordem com a participação de 60% dos registros (Tharoor, 2009, p. 176-177). Também se estabeleceu sua divisão de poderes em um único território, a criação de uma estrutura judicial e um Supremo Tribunal, julgamentos orais, um sistema parlamentar, uma organização administrativa, entrega de justiça etc. Contudo, ao mesmo tempo, até agora não foi possível ter um único texto civil para mais de 1.200 milhões de indianos, que são regulados de maneira dividida, em vários órgãos legais que levam ao reconhecimento de que “ordenar as leis pessoais de todas as religiões sob um único código é uma tarefa árdua que ainda levará tempo” (Malhotra e Malhotra, p. 23). Então, voltando a uma exortação feita por Asoká há 2.000 anos e Akbar há 500 anos, recomenda-se que “A religião terá que acompanhar a lei”. “Os tempos mudaram, mas as leis pessoais não no mesmo ritmo” (Malhotra e Malhotra, p. 23). Sobre essa importante questão da validade da religião na lei e em geral na vida política e social da Índia atual, Tharoor acrescenta que: “Não pode haver uma indicação mais clara do fim do modelo nehruniano do que o fato de que, 55 anos após a partição e a independência, a religião é novamente um fator determinante da identidade política na Índia.” “A divisão entre hindus e muçulmanos é o confronto mais visível, mas existe no hinduísmo entre os hindus de casta e os antigos “intocáveis”, e entre as castas superiores e as intermediárias inferiores, conhecidas como “classes atrasadas”, e está transformando a sociedade indiana de maneira que Nehru não previra. Nehru odiava o sistema de castas e acreditava que desapareceria da matriz social da Índia moderna. No entanto, não apenas conseguiram sobreviver e prosperar, mas também se tornaram um instrumento de mobilização política.” (Tharoor, 2003, p. 237).

Assim como não há uma Índia, mas muitas Índias, do mesmo modo não existe um direito único, mas convive em uma matriz constitucional

um Direito Moderno que segue as melhores práticas ocidentais, juntamente com uma lei pessoal e familiar que se recusa a renunciar a seus costumes milenares. O primeiro governa a maior democracia do mundo, dá ordem e administração à sua vida política e econômica e permite dialogar com fluidez em um mundo global. O segundo continua oficiando ritos ancestrais e indo a tribunais “especiais”, além de devolver direitos não positivos ao que é prescrito na ordem legal. Ambas são poderosas correntes legais que partem da própria Índia e continuam a evoluir de acordo com a visão do mesmo povo indiano.

As culturas, nesse caso as normativas, são expressões das pessoas que têm raízes fortes ao longo do tempo. A Índia, uma das civilizações mais antigas da humanidade, certamente precisará de mais tempo para concluir a definição do perfil de seu novo direito anglo-indiano.

CAPÍTULO 7

A RÚSSIA NO SÉCULO XXI: DECLÍNIO OU RESSURGIMENTO?

UM PANORAMA GERAL

A partir de 2009, a primeira cúpula formal dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e agora África do Sul) é realizada em Ecaterimburgo, na Rússia. Depois, em 2002, a consultoria Goldman Sachs lançou a sigla BRIC, como o grupo de países que, por suas forças, assumiria a liderança econômica e geopolítica no ano de 2050, a sociedade global voltou a refletir sobre um país da Europa Oriental, a Rússia, que devido a seus enormes problemas no final do século XX, sofrera o esquecimento do concerto internacional (Oropéza García, 2011, p. 170).

Após a queda retumbante do Muro de Berlim (1989) e, com ele, do grande império da União Soviética (1991), o mundo político e econômico ficou com a ideia de uma Rússia escassa e derrotada que levaria muito tempo na recomposição dos termos de sua relevância internacional. Mais de duas décadas após o colapso do muro político que simbolizava o fim do mundo soviético, a Rússia, através de um trabalho consistente com pouco mais de 10 anos, voltou à agenda internacional reivindicando o reconhecimento de seu papel de nação relevante na nova conformação geopolítica que está ocorrendo nesta primeira metade do século XXI.

Após o colapso econômico que o levou a perder 4,5 vezes seu valor econômico (PIB) na década de 1990, somente em 2012 a Rússia voltou a recuperar parte de seu valor econômico, posicionando-se como a nona economia mundial com um PIB de 2 trilhões de dólares, uma renda per capita de US\$ 14.302 dólares, uma quantidade de reservas de US\$ 537 bilhões de dólares, um IDE de US\$ 51 bilhões anualmente e, de acordo com o indicador de potência de 2009 da Nye, com 137 mil estudantes estrangeiros, 42 de 100 usuários da internet, 3,5 dos gastos militares mundiais, 4.834 ogivas

nucleares, 99,5% da alfabetização e seu território sempre relevante de 17 milhões de quilômetros quadrados.

A Rússia conseguiu realmente superar o caminho de seus problemas econômicos e sua instabilidade política em um quarto de século? A resposta não é clara para o observador externo, nem para os próprios russos. O que é evidente é que o país registra um importante princípio de recuperação econômica, graças à força de seus recursos naturais, da mesma maneira que um novo período de estabilidade política pode ser visto diante do comando vertical do presidente Putin, que como um todo gerou as primeiras fundações para recuperar seu papel como ator internacional relevante e melhorar sua relação econômica com o mundo em geral, com a região latino-americana em particular, com a qual de 2000 a 2011 aumentou seus negócios comerciais mais de três vezes, e, no caso do México, um comércio em 1999 de US\$ 83 milhões de dólares. Em 2012, o intercâmbio subiu para 1.700 milhões de dólares no mesmo período (Secretário da Economia).

Devido à importância de seu passado, à crescente relevância de sua atual posição econômico-política, mas acima de tudo ao potencial de seus pontos fortes nas reservas de petróleo, gás, carvão, água, alimentos etc., em um mundo que no século XXI lutará pela substituição de suas matérias-primas não renováveis, conhecer melhor um país BRIC, cuja distância geográfica foi desmantelada pela tecnologia, é um exercício obrigatório para a América Latina e o México.

RÚSSIA: UM PROBLEMA DE IDENTIDADE

A questão da Rússia não apenas passa pela identidade de um país que é mais uma vez reconhecido por sua importância econômica, seu PIB ou seu comércio. Devido à sua longa história e sua idiossincrasia, a nação eslava se refere a uma questão que, pelas suas características, está localizada junto a nações de longa data como China, Índia, México, Japão etc., com países que em sua jornada geraram significado histórico, uma civilização. Portanto, quando a União Soviética cai, o que se pode apreciar não é o fim de um país ou uma união de países, mas o que se vê é a derrota “sem sangue” de um imenso império, de uma civilização que em sua última fase prevaleceu na Europa Oriental e na Ásia meridional por 70 anos (1921-1991).

Desde a sua origem, a Rússia tem sido, como definido por Huntington, um país “dilacerado”. Essa qualificação também se estende a países como a Turquia e o México, dada a sua qualidade como nações articuladas ou pontes entre duas culturas ou civilizações. “A civilização russa”, diz Huntington, “foi o resultado de suas raízes nativas na Rússia de Kiev e Moscou, da importante

presença bizantina e do prolongado domínio mongol”. Essa influência moldou uma sociedade e uma cultura que apresentavam poucas semelhanças com as que surgiram na Europa Ocidental sob a influência de forças muito diferentes.” “Sete das oito características distintivas da civilização ocidental indicadas acima – religião, idiomas, separação de igreja e estado, estado de direito, pluralismo social, corpo representativo, individualismo – estavam quase completamente ausentes da experiência russa” (Huntington S., 2001, p. 165).

Dentro da mudança de Eras proposta por alguns autores, em relação à transição do Atlântico para o Pacífico (Mahbubani, Huntington etc.), ou do choque ou encontro entre a civilização ocidental e do Leste Asiático pela predominância do século XXI, nos textos do debate aparece a questão recorrente de saber se a Rússia pertence à zona do Atlântico ou do Pacífico, se deve estar alinhada com a China e os países da região do Sudeste Asiático (ASEAN) ou com os Estados Unidos e países ocidentais. A questão não é nova, já que o mundo junto à Rússia há mais de meio milênio se confunde constantemente sobre se a nação russa deve ser localizada como um país europeu ou se, pelo contrário, deve ser rotulada como um país asiático. A resposta, no entanto, permanece incerta e não é apenas franca para os próprios russos, que a mantiveram como um assunto pendente no caminho futuro em que, há mais de 500 anos, tentam construir um princípio de identidade. Sua qualidade de país fronteiro, articulado com a Europa e a Ásia, desde o início determinou que faz parte de dois mundos com características e costumes diferentes, com os quais compartilha uma vizinhança de séculos. A Rússia, com menos história recente que seus vizinhos, nasce como uma expressão cultural à distância das metrópoles dos dois mundos, procurando um caminho próprio, mas sempre influenciada pelo poder dessas duas culturas que tiveram seus ciclos de ouro antes de haver uma nação russa. Desde a formação da primeira unidade política russa no início do século XVI, o país vive seu encontro com a Europa através da exuberância da cultura bizantina, que, motivação para o futuro e projeto para a Rússia, para a Europa já era uma etapa decadente do Império Romano.

Dessa separação no tempo cultural da Rússia e da Europa que se fala do “atraso histórico” que acompanhou e definiu o país eslavo nos últimos séculos, relata Bremer: “Em contraste, a aliança com Bizâncio definirá por séculos a identidade cultural da Rússia e tornará sua ordem feudal ainda mais rígida. “A igreja ortodoxa, em sua concepção litúrgica e não catequética, não lidou com a formação do povo [...] a Rússia não conhecia nenhum estímulo que obrigasse clérigos e leigos a refletir e transmitir razoavelmente as verdades e exigências da fé, como prólogo de sua própria secularização”. O casamento do poder político com o mundo religioso acentuará essas tendências à estagnação. Por um lado, uma religião obscura do ponto de vista intelectual que

privilegiava o rito dos mistérios e, por outro, um poder central e absoluto encontrava sua equação perfeita. A iconóstase, uma bela parede de ícones (santos), divide-se em igrejas russas, a área em que ocorrem os sacramentos do espaço que corresponde ao público. Esse muro divisor encontrará seu equivalente no Kremlin, o muro que separa a sede do poder político do resto da sociedade.” (Bremer, 2006, p. 51). Quando o Renascimento do século XVI amanheceu no Ocidente, na Rússia, olhando para o futuro ocidental, eles foram apresentados a um estágio de obscuridade político-religiosa típica do século V europeu. No intervalo, Iván IV libertou o estado da Rússia central do domínio asiático ao derrotar os tártaros com a conquista de Kazan e Aztrajan.

Pedro I e Catalina II, as hegemônias russas mais importantes do século XVII ao XVIII que governaram a região russa por cerca de oito décadas, também imaginaram o futuro e a identidade do país dentro de uma inspiração europeia, o que resultou em uma nova capital (São Petersburgo), nascida sob influência veneziana, bem como pela arte ocidental da época. Apesar desses esforços, o trabalho de modernização apenas beneficiou as camadas superiores da população, uma vez que, “durante seu governo, os movimentos a favor da libertação dos servos foram cruelmente reprimidos. Sob a superfície, a ordem feudal, as condições de extrema pobreza e as antigas estruturas arcaicas da vida econômica e política permaneceram intactas. As enormes distâncias, a fraca infraestrutura de comunicação, a assimetria existente entre a fraca população urbana e rural, bem como o atraso do sistema educacional tornaram ainda mais difícil para as novidades da história se infiltrarem no interior do país” (Bremer, 2006, p. 54).

Apesar do nível de civilização da cultura russa, no horizonte da história mundial ela aparece de forma mais significativa milhares de anos depois do que outras expressões asiáticas, como a chinesa, a indiana, a japonesa e a muçulmana, sendo de longe o continente com o maior número de civilizações. Da mesma forma, em seus diferentes diálogos com seu referente europeu, suas abordagens estão desatualizadas como seu encontro com o mundo bizantino, bem como os 80 anos “dourados” da hegemonia de Pedro I e Catalina II. Por isso, alguns autores insistem no “atraso histórico” da civilização russa em relação ao avanço europeu (Bremer, Service etc.). É claro que, apesar dessas limitações que identificaram a Rússia por vários séculos, a força de sua geografia e de seu próprio desenvolvimento interno fez do país uma referência militar obrigatória a partir do século XVII, quando Pedro I, na batalha de Poltava, termina com o império sueco na Europa Oriental.

Os problemas de identidade da Rússia não ocorreram apenas endogenamente, também em seu âmbito exógeno, sua personalidade como nação “pendular” tem sido sistematicamente confundida por seus vizinhos. Um

dos casos mais relevantes é representado por seu conflito bélico com o Japão no início do século XX, em que sofre uma derrota esmagadora pelo então império japonês. Em 1905, quando a frota japonesa comandada pelo almirante Togo Heihachiro derrotou a força naval russa no Estreito de Tsushima, nunca se pensou que se tratasse de uma guerra entre países asiáticos por causa dos antecedentes históricos da Rússia, ou que os 60% da superfície do país estão na Ásia, pelo contrário, o triunfo japonês foi tomado como a vitória de um país asiático sobre uma nação europeia. Como Mishra ressalta, a vitória japonesa deu à Ásia a lição de que homens brancos, conquistadores do mundo, não eram invencíveis, o que motivou incontáveis sentimentos de liberdade na região nas pessoas de Gandhi, Atatürk e Jawaharlal Nehru, entre outros. Por sua vez, Tokutomi Soho declarou na época a vitória japonesa sobre a Rússia: “Destruímos o mito da inferioridade das raças não brancas. Com nosso poder, estamos forçando nossa aceitação como membros das grandes potências mundiais.” (Mishra P., 2012, p. 3).

Não aceito pela Europa, visto pela Ásia como europeu, com defasagens históricas, a Rússia e a cultura eslava em geral tiveram que construir, em virtude de sua posição como região de articulação entre as culturas, seu próprio caminho civilizacional, no qual ainda estão até hoje. Sobre essa discordância cultural, alguns autores eslavos como Czeslaw Milosz “...falam sobre amor não correspondido, sobre aquelas lágrimas que mais de uma pessoa teve que derramar. A Europa Oriental não quer simplesmente compaixão – acrescenta – e apoio, ela quer ser entendida e quer ser por si só, não para os propósitos ocidentais para os quais pode ser útil” (Judt, 2012, p. 231). Nesse sentido, Judt também comenta: “Creio que nenhum observador ocidental minimamente sensível que tenha encontrado um centro europeu no século XX poderia ter evitado essa experiência de amor não correspondido. Somos diferentes, dizem, e aquilo em que nos diferenciamos e que nos distingue é desconhecido para vocês. Entretanto, passamos nossas vidas tentando explicar-lhes e nos desesperarmos ao ver que é impossível que entendam” (Judt, 2012). Se ao anterior se agrega o seu confinamento geográfico até o século XX, o seu clima extremo, a enorme distância de seu território e a grande riqueza étnica de sua população, podemos perceber que o caminho da identidade e do projeto russo se encontra em uma dialética permanente, além do desafio existencial ao qual compromete todas as nações, em um exercício de tentativa e erro para encontrar não apenas sua etnia, mas também seu perfil político e modelo econômico, em que, como Vitaly Korotich diz, em algumas ocasiões “a Rússia tem sido a cobaia de todas as utopias europeias”.

O diálogo com a Rússia não pode começar a partir de seu novo ponto de partida que resulta da chegada de Vladimir Putin ao governo em 2000. O

governo russo, sua idiossincrasia, sua cultura, sua realidade jurídica, sua estratégia econômica etc. partem de uma realidade complexa em que o país eslavo se envolveu em seu meio milênio de vida política. Seu verticalismo e autoritarismo político fazem parte do DNA russo, a consequência de um cesarismo (Czar-Zar) abreviado em Bizâncio, reforçado por uma cultura fechada que prevaleceu até seu movimento revolucionário em 1917, bem como por uma figura política central e monopolista que, sob diferentes modos e formas, sobreviveu na maioria dos países asiáticos como China e Rússia. Sua cultura, sua identidade ainda é um caldeirão quente, onde é cozinhada uma interminável miscigenação de línguas, culturas, raças e costumes, que teve sua maior expressão durante a validade do império soviético de 1921-1991, da mesma maneira que sofreu seu maior desmantelamento desde seu rompimento no início dos anos 90, como alerta Crespo: “Em menos de um ano, boa parte do império criado pelos czares e estendido pelos soviéticos saltou pelos ares. Primeiro, as repúblicas bálticas da Lituânia, Estônia e Letônia declararam sua independência em 1991. Após o tratado, várias repúblicas foram criadas. As nações do Uzbequistão, Quirguistão, Cazaquistão, Turquemenistão e Tajiquistão nasceram no sul da União Soviética, na região do Cáucaso, Armênia, Geórgia e Azerbaijão, na Europa Oriental, Moldávia e, mais ao norte, duas grandes nações, Ucrânia e Bielorrússia.” “Cerca de um terço do território do império soviético, a maior parte adquirido entre 1700 e 1945, foi perdido em 1991. A ruptura com as repúblicas caucasianas foi relativamente fácil, pois esses povos de maioria muçulmana e costumes tão estranhos aos dos russos ortodoxos teriam sido os mais rebeldes e difíceis de integrar ao mundo russo. Por outro lado, especialmente dolorosa para os russos foi a independência da Ucrânia e da Bielorrússia, que faria parte da antiga Rússia e contribuiu para a identidade do povo russo. Por outro lado, a distante Sibéria, apesar da distância física que a separava de Moscou e das diferenças de seus habitantes com as dos russos brancos, permaneceria leal, mostrando assim o sucesso que a colonização desse extenso território asiático teve.” (Crespo MacLennan, 2012, p. 393). Dada a força de sua desintegração imperial do século XX, podemos apreciar a grande riqueza étnica e, portanto, a dificuldade de encontrar e definir o protótipo russo. Apesar da pulverização do império soviético, a riqueza étnica não foi reduzida. Na tentativa de administrar essa realidade, a constituição russa reconhece 83 entidades: 21 repúblicas, 9 territórios (kays), 46 províncias (oblasts), 2 condados federais, 1 província autônoma e 4 distritos autônomos (okrugs). Crespo acrescenta sobre essa questão: “O desaparecimento da União Soviética não conseguiu acabar com os problemas de identidade e soberania, que continuaram sendo o maior país do planeta. O povo caucasiano da Chechênia aspirava a se declarar independente e a recusa russa causaria duas

guerras e um sério problema de terrorismo. As dificuldades fronteiriças com a Geórgia seriam outro dos grandes exemplos que o gigantesco império russo deixou após sua queda retumbante.” (Crespo Maclennan, 2012).

Conversar com a Rússia é um exercício polifônico que requer um princípio de entendimento sobre uma cultura e uma civilização que durante séculos permaneceu distante dos fluxos contemporâneos da história. Da mesma forma, a arbitrariedade na fixação de continentes e fronteiras condenou-a como habitante de dois mundos culturais que não apenas integraram seus membros. Ao mesmo tempo, à distância, a Rússia não conseguiu construir sua própria área geográfica sustentável, o que lhe permite enfrentar os desafios do século XXI de maneira mais sólida, como: em 988, quando adota os ortodoxos bizantinos como religião oficial; no final do século XV e início do século XVI, quando consolidou as primeiras fundações do estado central russo; em 1682 com Pedro I e em 1762 com Catalina II, quando conseguiu fazer da Rússia um importante jogador do acontecimento europeu; em 1917, quando liderou a utopia comunista europeia do século XX. No início do século XXI, a Rússia enfrentou novamente a difícil tarefa de sua reconstrução econômica e estabilidade política, ao mesmo tempo em que enfrentou o desafio histórico de resolver de maneira convincente os atributos de sua identidade e senso de futuro.

Mapa 1 Estados sucessores da URSS



Fonte: Crespo Maclennan, 2012.

SÉCULO XX. UMA LIDERANÇA COMPARTILHADA

O século XX foi o século da Rússia. Seu desejo de ser uma potência “primus” entre pares no continente europeu foi cumprido desde o início da centúria, em que, antes da reestruturação geopolítica proporcionada pelas duas guerras mundiais, a Rússia sabia como se colocar no centro da história para desempenhar um papel de liderança que não foi capaz de tocar apesar dos importantes sucessos de seu período czarista. Por um lado, como seu referente obrigatório, que é a China, os dois impérios entraram no estágio de exaustão e declínio desde o século XIX, que no caso da China culmina com o fim da dinastia Qing em 1911, e, no caso da Rússia, com o fim da era czarista e a explosão da revolução bolchevique de 1917. Ao contrário da China, a Rússia conclui seu estágio revolucionário mais rapidamente. O que levou 38 anos para a China (1911-1949), leva para a Rússia menos de 1 ano se se parte da derrubada bolchevique do governo provisório de Alexander Kerensky, ou 4 anos se for considerada a vitória do Partido Comunista em 1921, ou 13 anos se se estima a tomada do poder por Stalin antes da expulsão de Trotsky (1930). De qualquer forma, a revolução russa se consolida mais rapidamente que a chinesa, convertendo-se, nas palavras de Hobsbaw, “num evento que chocou o mundo” ou, nas ideias de John Reed, “nos dias que abalaram o mundo”.

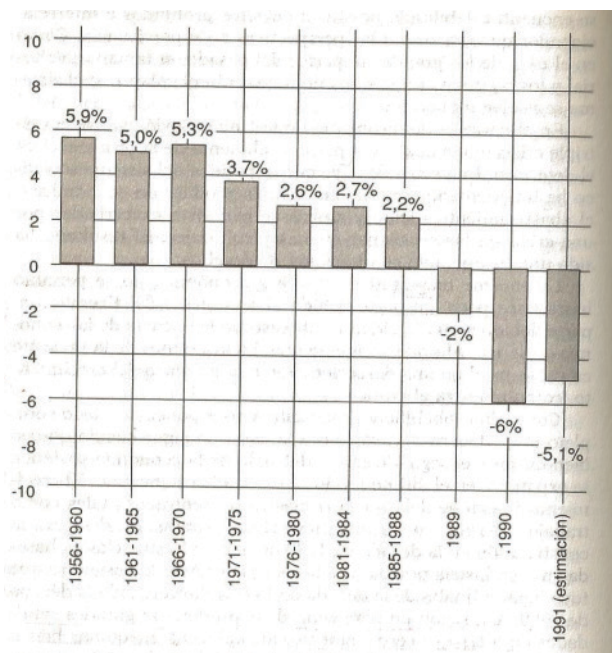
Pelas linhas profundas de sua revolução social, a Rússia é colocada na liderança do rearranjo europeu da época, que desde a guerra de 1914 passa sem descanso até a assinatura da paz da Segunda Guerra Mundial em 1945. Seu avanço social, que não foi “atrasado”, em termos da realidade dos outros países europeus, permitiu-lhe enfrentar, a partir da “vantagem” de sua dimensão geográfica e controle político nacional, as grandes convulsões que cimbraram e empobreceram o restante das nações da Europa Ocidental. A partir dessa fortaleza, comandada por um político de aço inescrupuloso (Stalin), se torna, junto com os Estados Unidos, a nação vencedora da Segunda Guerra Mundial. É claro que a perda russa durante a guerra não foi pequena, estima-se que morreram cerca de 2 milhões de soldados russos e alemães na batalha de Leningrado e que, no final da guerra, a Rússia havia perdido cerca de 20 milhões de pessoas entre soldados e civis. Não obstante o exposto, “em 1950 a produção industrial soviética era quase o dobro de 1945 e estava bem acima dos níveis anteriores à guerra. Apesar de sérios problemas agrícolas, o padrão de vida parecia ter recuperado a parcela perdida durante a guerra e a reconstrução” (Frieden, 2007, p. 303). É importante ressaltar que, em meio à turbulência da primeira metade do século XX, ao colapso de seu império czarista e à revolução social, o país conseguiu

reconstruir um império maior do que jamais havia tido, que competia com os Estados Unidos até o dia 26 de dezembro de 1991, data da dissolução.

Na melhor das hipóteses, a Rússia, por meio do império construído através da União Soviética, conseguiu atingir uma área de 22,4 milhões de quilômetros quadrados (um sexto da superfície da Terra), o que lhe deu um grande mercado interno e área arável semelhante à dos Estados Unidos e Canadá juntos. Da mesma forma, a riqueza de seu solo deu-lhe o maior conjunto de matérias-primas do mundo, com as consequentes vantagens em termos de suprimentos para produção, tornando-a a área com a maior produção de ferro, níquel, chumbo, petróleo e gás natural do mundo, além de ser o terceiro maior produtor de carvão. Cientistas soviéticos chegaram a anunciar que tinham 58% das reservas mundiais de carvão, 59% de petróleo, 41% de minério de ferro, 77% de apatita, 25% de madeira, 88% de manganês, 54% de sais de potássio e 30% de fosfatos. Além disso, na parte industrial, tornou-se o principal produtor mundial de máquinas, ferramentas, trens, fertilizantes, tratores, têxteis etc., além de possuir uma extensa rede ferroviária, a marinha mercante e a maior frota pesqueira do mundo. Da mesma forma, em 1989, o império passou a integrar 288 milhões de pessoas com as mais altas taxas de educação, especialmente nas áreas tecnológicas. O Império Russo, na melhor das hipóteses, tornou-se a segunda economia mundial e a segunda potência militar do mundo (Kennedy, rumo ao século XXI, 1993, p. 296-297).

O que aconteceu então com o império soviético? Como pôde deixar de ser a segunda maior economia do mundo na década de 80 para ser um vigésimo do PIB dos Estados Unidos na década de 90 a representar em 2012, 20 anos após sua dissolução, um oitavo da economia americana? Cada faceta do futuro russo resulta em uma provocação acadêmica que sai do contexto deste trabalho. No entanto, Kennedy nos diz em seus estudos sobre o assunto: “A enorme magnitude da crise econômica não foi percebida até recentemente - 1993 - em parte devido ao sigilo do Kremlin, em parte porque o Ocidente superestimou a eficácia da economia soviética. Agora está claro que, mesmo antes da crise atual, houve uma desaceleração do crescimento a longo prazo.” “Assim, de acordo com um plano central, grandes quantidades de ferro e aço, cimento, locomotivas, máquinas, ferramentas, tratores, têxteis e edifícios pré-fabricados foram produzidas. Enquanto os objetivos foram atingidos, essa forte planificação socialista prestava pouca atenção aos custos, protegia a administração da concorrência e os trabalhadores do desemprego e não se preocupava com o consumidor.” (Kennedy, rumo ao século XXI, 1993, p. 299).

Queda na taxa de crescimento do PIB soviético

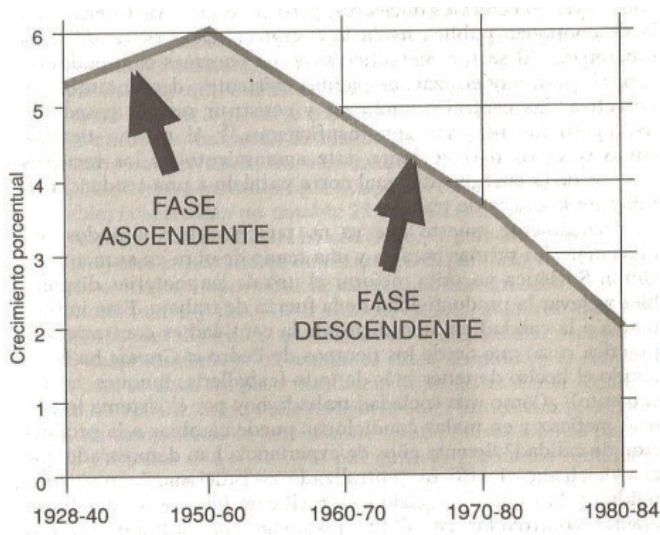


Fonte: Paul Kennedy, 1993.

Para Burbank e Cooper, “O repertório de estratégias imperiais dos soviéticos ajudou a moldar o funcionamento da URSS, o modo como fracassou e a maneira como o poder foi transfigurado a partir de 1991” (Burbank e Cooper, 2011, p. 586). Para Frieden, “O crescimento das economias planejadas centralmente tem declinado constantemente desde o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, além disso não serviu para elevar o padrão de vida o suficiente para manter a população satisfeita. Os soviéticos eram cada vez mais odiados na Europa Central e Oriental, e os economistas estavam perdendo apoio, mesmo entre a população soviética.” “Na década de 1960, o mundo capitalista avançado estava adaptando um círculo de novas tecnologias eletrônicas...” “Porém, os países socialistas estavam ficando para trás tecnologicamente, aparentemente como resultado de deficiências sistêmicas na ordem planejada centralmente.” “O planejamento centralizado não deu aos administradores muitas razões para desenvolver e adotar novas tecnologias.” “Os soviéticos e seus aliados tentaram preencher a lacuna tecnológica importando do Ocidente. Entre essas importações tecnológicas, estavam fábricas completas que as empresas ocidentais vendiam já montadas

e em operação” (Frieden, 2007, p. 470-471). É claro que essa estratégia não foi suficiente para fechar a brecha econômica tecnológica entre o desenvolvimento ocidental e o crescimento soviético.

O “longo ciclo” da economia soviética



Fonte: Paul Kennedy, 1993.

A rota dos impérios, segundo Quigley, inclui sete estágios que vão desde sua concepção, gestação, expansão, tempo de conflito, império universal, decadência e invasão. No caso da União Soviética, embora sua validade deva estar dentro da longa trajetória da civilização russa, em seu estágio comunista rapidamente esgota seus estágios antes de seu declínio apressar-se sem sustentar ninguém em um colapso político, social e econômico que surpreendeu o mundo inteiro. Na arena política, desde 1953, quando morre Stalin, o *hegemon* que sustentou o império através da imposição de um terror estatal, líderes que o seguiram não estavam à altura do momento histórico em que viviam: um Krushchev cético, que não acreditou nas notícias adiantadas de sua destituição; um Brejnev ditatorial, que com autoritarismo e corrupção tratou de imitar o controle stalinista por cerca de duas décadas, mas que não lidou com as questões subjacentes ao problema econômico. Juntamente com a queda dos preços do petróleo e a guerra com o Afeganistão, prepararam o caminho para a chegada de um “reformador”, Mikhail Gorbachev, que pensou ter lido o sentimento de cansaço do povo soviético, bem como o

esgotamento de um modelo comunista que estava prestes a cair retumbante diante de seu inimigo americano, com o qual sustentou uma luta ideológica, política e econômica que despertou a expectativa, a morbidez e a esperança de inúmeros países ao longo do século XXI.

Robert Service comenta a queda do império russo: “O império da União Soviética não terminou com um tiro, um termo com um gemitido. Seu partido comunista, sua ideologia, sua bandeira, seu hino estatal e a Revolução de Outubro desapareceram. Tudo isso aconteceu muito abruptamente. Ninguém, mesmo aqueles que estavam no topo do poder público, teve a oportunidade de pesar o significado geral dos eventos em todas as suas dimensões.” (Service, 2009, p. 509). Da mesma forma, seguindo esse sentimento de surpresa pela maneira como ocorreu o rompimento do império soviético, O’Clery destaca: “Em 25 de dezembro de 1991, um evento comparável à queda do Império Austro-Húngaro em 1918 ou ao colapso do Império Otomano em 1923, que ocorreu sem uma guerra com uma nação estrangeira ou uma revolução sangrenta. A Iugoslávia comunista desintegrou-se em chamas, mas a União Soviética quebrou-se inalterada diante do olhar incrédulo do mundo.” (O’Clery, 2011, p. 9-10). Como disse Chou Enlai, quando lhe perguntaram o que pensava sobre a revolução francesa, aplicando-se à queda da União Soviética: “é muito cedo para avaliar seus resultados.”

DECLÍNIO OU RESSURGIMENTO?

Mikhail Gorbachev assume o poder em 1985 antes da morte de Leonid Brezhnev em 1982, Yuri Andropov em 1984 e Konstantin Chernenko em 1985, em um ambiente de tensão e colapso econômico, diante de uma sociedade exausta que buscava a solução de suas necessidades básicas. As condições sob as quais recebe o Império Soviético são aquelas que forçam um presidente carismático, mas inexperiente, a desencadear um dos processos políticos e econômicos mais relevantes da história, tanto pelo tamanho do poder soviético quanto pelas consequências que desencadeou para mais de 100 nações e nacionalidades e um número aproximado de 280 milhões de pessoas. Quanto às razões da mudança, nas palavras do próprio Gorbachev, ele explica: “Perestroika é uma necessidade urgente decorrente dos processos de desenvolvimento de nossa sociedade socialista. Essa sociedade está pronta para a mudança. Eu anseio por isso. Um atraso no início da perestroika poderia ter levado, em um futuro próximo, a uma situação interna exasperante, que, para simplificar, teria sido recarregada com uma grave crise econômica e política social.” (Gorbachov, 1987, p. 15). A partir

desse momento de mudança na sociedade soviética, uma série de questões surge de um tópico que por muitas décadas será controverso, mas que no campo social e geopolítico teve consequências imediatas, como a grande crise social que teve que passar o povo russo, bem como o desmantelamento do império soviético, que o levou a ser a segunda maior economia do mundo e a referência obrigatória em liderança geopolítica junto aos Estados Unidos, a ser deslocada por outras civilizações asiáticas como a China, o Japão e até a Índia.

A Perestroika passa por pelo menos três etapas: embrionária, de março de 1985 ao verão de 1988, a reforma política, de 1988 a 1989, e a de sua crise do verão de 1999 ao desaparecimento da União Soviética em 26 de dezembro de 1991 (Bremer, 2006, p. 24-25). No entanto, sem subtrair a importância política desse período, destaca-se de maneira especial, devido às consequências geradas na economia do povo russo, o prejudicial processo de abertura econômica que se seguiu nos anos 90 para resolver a crise do modelo soviético

Os seis anos que abrangem o período do governo Gorbachev, de 1985 a 1991, são um dos estágios mais interessantes da geopolítica mundial, devido às condições que prevaleciam antes da Perestroika, durante sua implementação e após a dissolução do poderio soviético. Certamente, estudos sobre esse período continuarão sendo produzidos como um exemplo global do que deve e não deve ser feito diante de uma crise política e econômica que pode enfrentar não somente um país ou império, mas também uma civilização que é o que a cultura da Europa Oriental representa para o mundo. No entanto, juntamente com a grande questão política e de poder que surgiu no desmantelamento inócuo, sem sangue e até casual de um império que se caracterizou pela radicalização de suas ações geopolíticas no mundo, aparece a estratégia de saída em questões econômicas adotadas pelos líderes russos que não conseguiram deter o colapso econômico (Kruschov, Brezhnev, Andropov, Chernenko) e aqueles que não tiveram a sensibilidade de entender o mundo global em que se encontravam (Gorbachev, Yeltsin), em referência às peculiaridades do projeto soviético, e que tomaram decisões que, em vez de resolver o problema, aceleraram o colapso da economia da União Soviética.

Enquanto o que se falava no mundo naqueles momentos de derrota russa era sobre o triunfo político dos Estados Unidos, seu concorrente do século XX e da Guerra Fria, a tentativa de imitar o modelo americano sem maiores reflexões foi um ato de ingenuidade ou perversidade, interna e externa, que em primeiro lugar desintegrou a União Soviética e, em segundo, a retrocedeu aos níveis econômicos de países não desenvolvidos. Diferentemente do exposto, a China, dez anos antes, enfrentara o mesmo desafio de

ingressar no mundo global economicamente, mas operou uma estratégia totalmente diferente que hoje explica por que é a segunda maior economia do mundo e se projeta a deslocar os Estados Unidos nos próximos cinco anos, e a Rússia é hoje um oitavo da economia americana e um quarto da chinesa.

Ao adotar a terapia de choque e a coordenação entre especialistas russos (Gaidar, Chernomirdin, Fedorov etc.) e norte-americanos (Sachs, Allison, Fisher etc.), a Rússia embarcou em uma aventura econômica aplicando medidas draconianas no plano que foi chamado de “quatrocentos dias”, que incluía, entre outras medidas: políticas monetárias para controlar o volume de dinheiro e crédito em circulação, o corte abrupto dos subsídios fiscais, redução do déficit financeiro, levantamento do controle sobre os preços, cancelamento de subsídios ao consumidor, estabelecimento de um sistema de troca livre, quebra de monopólios industriais, privatização acelerada de empresas públicas etc. Junto com o exposto, a Rússia removeu o controle de 90% dos preços dos bens destinados ao consumidor, bem como de 80% dos meios de produção. Aumentou gradualmente o controle de preços no aluguel de imóveis e os preços dos serviços públicos, bem como o transporte e o combustível. Como uma das primeiras consequências dessas medidas, ao longo de um ano, o percentual de inflação subiu para 2.600% e o preço das commodities subiu 6.187%, de 1991 a 1996. O dinheiro que as pessoas haviam poupado no banco para comprar um carro acabou por ser apenas o suficiente para comprar três ou quatro bilhetes de ônibus. As consequências econômicas derivadas desse enorme erro econômico para a Rússia foram superiores às causadas pela Segunda Guerra Mundial. No final de 1996, o total acumulado de salários não pagos atingiu 472 trilhões de rublos e pensões não remuneradas de 110 trilhões de rublos. As perdas causadas pela privatização de empresas públicas, de 1992 a 1996, subiram para 9 trilhões de rublos. Nesse sentido, alguns autores estimam os danos causados à economia russa em 1996 em 4,2 vezes seu Produto Interno Bruto, o que representa 2,5 vezes a perda sofrida pelo país eslavo durante a Segunda Guerra Mundial, causando danos econômicos diretos em 60% da população e uma pobreza de 40% (Mengkui, 2003, p. 18-20). “Os cálculos mais confiáveis – afirma Sachs – indicam que cerca de cem bilhões de dólares em petróleo, gás e outras matérias-primas valiosas foram colocados em mãos particulares em troca de um valor que talvez não exceda um bilhão de dólares digitados pelo tesouro, graças à privatização. Bilionários noturnos foram criados, os donos arrogantes da indústria de petróleo e gás da Rússia agora se transformaram em novos ricos.” (Sachs, *The End of Poverty*, 2006, p. 212).

O “Grande Trato”, o projeto em que Gorbachev tentara realizar reformas econômicas e democratização acelerada, ou a ideia de Yeltsin de que a

Rússia foi uma potência “normal”, com o qual se entendeu que a Rússia se adaptou a um sistema democrático e uma economia de mercado, em relação à questão de implementação e suas consequências, Sachs, que foi o principal consultor externo do projeto por dois anos, comenta: “Poderia funcionar? Eu pensei que sim. Claro, pensei que valia a pena tentar ao fim e ao cabo. Quais eram as alternativas? A guerra civil? – Um rápido retorno à tirania, anarquia, um novo conflito com o Ocidente. Eu assumi a tarefa de aconselhar Gaidar e sua equipe, não porque eu tinha certeza, nem mesmo a confiança, de que as reformas funcionariam, mas porque pensei que tinha que experimentá-las. Eles ofereceram a melhor oportunidade para a paz, a democracia e a prosperidade econômica.” Pergunta à qual ele mesmo responde: “Tive pouco sucesso em promover as iniciativas nas quais acreditava, em particular a ideia de usar o apoio financeiro externo para amenizar as piores consequências das reformas russas.” (Sachs, *The end of poverty*, 2006, p. 201-211).

Por outro lado, Stiglitz, com o questionamento ainda válido de “Quem perdeu a Rússia?”, observa: “Depois da queda do Muro de Berlim começou uma das transições econômicas mais importantes de todos os tempos, foi a segunda experiência econômica e social mais ousada do século. A primeira foi a transição deliberada para o comunismo, sete décadas antes. Ao longo dos anos, as falhas desse primeiro experimento ficaram claras. Como resultado da revolução de 1917 e da hegemonia soviética em grande parte da Europa após a Segunda Guerra Mundial, 8% da população mundial, que vivia sob o sistema comunista soviético, carecia de liberdade política e prosperidade econômica. A segunda transição na Rússia e no leste e sudeste da Europa está longe de terminar, mas há algo claro: na Rússia ficou muito aquém do que os partidários da economia de mercado prometeram ou esperavam. Para a maioria dos que vivem na ex-União Soviética, a vida econômica, sob o capitalismo, foi ainda pior do que foi advertido pelos antigos líderes comunistas. As perspectivas futuras são melancólicas, a classe média foi arrasada, um capitalismo de amigos e máfias foi criado e a única conquista: a criação de uma democracia com liberdades significativas, incluindo a da imprensa, parece hoje na melhor das hipóteses frágil, particularmente quando estações de televisão independentes são fechadas uma após a outra. Embora sejam os russos os culpados pelo que aconteceu, os conselheiros ocidentais, especialmente os Estados Unidos e o FMI, que correram para pregar o evangelho da economia de mercado, também foram culpados. No mínimo, eles apoiaram aqueles que lideraram a Rússia e várias outras economias nos caminhos que seguiram, propondo um novo fundamentalismo do mercado religioso – como um substituto do antigo –, o marxismo – que havia se mostrado tão defeituoso.” (Stiglitz, 2002, p. 173-174).

Desde meados dos anos 1990 que começaram a registrar os terríveis resultados econômicos da reforma, a pergunta de quem foi o responsável pela perda econômica soviética começou a ser assunto de debate no foro russo, bem como na arena internacional, e certamente continuará sendo nas próximas décadas, tendo permanecido como uma questão de dogmática econômica no contexto do aprofundamento da pobreza das centenas de milhões de pessoas que faziam parte da União Soviética na época. Nesse sentido, o modelo da abertura chinesa continuará sendo uma referência enfadonha tanto para os atores que viveram o momento histórico quanto para os analistas que acompanham de perto o debate de hoje que se mantém sobre as estratégias da Rússia e da China, mesmo para todas as economias em desenvolvimento que aspiram a um crescimento sustentado, bem como para as economias desenvolvidas sobrecarregadas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, que hoje revisam seriamente os termos de sua estratégia econômica. A economia dogmática, baseada nessas experiências profundas que emergem do caso russo, continuará a trabalhar nos melhores atributos que podem ou não fazer parte das novas estratégias pós-neoliberais.

RÚSSIA E SEUS ATIVOS GEOECONÔMICOS

O interessante da Rússia hoje, como observado no primeiro capítulo deste artigo, é que, apesar dos eventos econômicos que devastaram a vida econômica do país, pouco mais de 20 anos depois disso, os ativos da nação russa passaram a operar positivamente na recuperação de seu posicionamento econômico no contexto internacional.

Olhando para o futuro do século XXI e não para o passado do final do século XX, é assim que a nova Rússia deve ser visualizada: a Rússia do BRIC que busca, por meio da força de seus recursos naturais, recuperar o espaço político e econômico que possuía no passado. A Rússia registra as maiores reservas mundiais de gás, com cerca de 43 trilhões de metros cúbicos, ou 23,4% do total mundial. Na questão do carvão, que é um produto mais pulverizado nos diferentes países do mundo, a Rússia ocupa o segundo lugar, depois dos Estados Unidos, com 19%. Quanto à água, que será um dos suprimentos que no século XXI causará sérios problemas para a maioria das nações, a Rússia, juntamente com o Canadá, mantém as maiores reservas globais dos 3% de água doce que circula na Terra e dos quais 70% é usado para a agricultura. A isso se acrescenta as questões climáticas, em que alguns estudos estabelecem que, para 2080, 2100, poderia elevar as temperaturas 3,5 a 5 graus, uma de suas consequências será de que a parte norte do mundo vai se beneficiar das crises climáticas que ocorrerão na parte central do globo,

onde também parece que a Rússia será um país beneficiário dessas mudanças com o aumento correspondente em sua produção agrícola. De maneira especial, aparece todo o potencial que essa mudança climática está gerando para a região do Ártico, onde a Rússia desde 2007 abriu uma rota para o Polo Norte e plantou uma bandeira indicando que o Ártico “era da Rússia”. Essa região do futuro, que certamente representará o mais rico potencial de recursos para a humanidade nos próximos anos, abre-se naturalmente para um país que, há séculos, por razões geográficas, precisa conhecê-la e se adaptar às condições extremas. Estima-se que o Ártico contenha um quarto dos hidrocarbonetos ainda pendentes de descoberta na Terra, bem como outras matérias-primas que serão extintas ou reduzidas no século XXI. No novo Oceano Ártico, seriam encontradas as redes alimentares mais complexas e a perspectiva de novas pescarias, de gás, petróleo e hidrato de gás natural, onde se estima que existam 22 trilhões de metros cúbicos de gás, três vezes maiores do que as reservas atualmente mantidas pelos três países da América do Norte. A Rússia possui a costa mais longa e a plataforma continental mais ampla do Oceano Ártico, o que lhe confere soberania sobre grandes porções do fundo do mar e a maior parte do gás natural das estimativas de hidrocarbonetos registradas na área, ao mesmo tempo, possui os três portos mais importantes da região do Ártico para operar na exploração de suas matérias-primas. Além do debate ecológico da sustentabilidade no Ártico, no qual se deve esperar a maior seriedade dos países envolvidos, a Rússia aparece como o ator mais lucrativo nessa nova área. A isso devem ser adicionados os grandes depósitos de gás e petróleo localizados a oeste da Sibéria nas regiões Samotlar, Fedorovskoye e Mamontovskoye, entre outros, que ressuscitaram a economia da Rússia, fornecendo um quinto do petróleo e gás natural que se explora no mundo. Graças a essas reservas, a Federação Russa conseguiu atender às suas necessidades financeiras, tornando-a o maior produtor de gás natural e o segundo maior produtor de petróleo. Sobre a importância que esses tipos de matérias-primas podem ter, o Secretário do Conselho Geral da Rússia disse que “o Ártico deve se tornar a principal base estratégica de recursos da Rússia” e que “não se pode descartar que a batalha por matérias-primas são dirimidas por meios militares” (Smith, 2011, p. 242-255).

Não obstante o exposto, o futuro promissor que poderia ser fundado para a Rússia através de seu estoque significativo de matérias-primas, o que lhe confere um valor diferencial em comparação com a maioria dos países do mundo que não têm esse potencial de entrada, que não pertencem ao Círculo do Norte (título com o qual são definidas essas nações que serão beneficiadas ao longo do século XXI com as mudanças climáticas que proporcionarão maior facilitação aos novos bancos de matérias-primas, entre as

quais os Estados Unidos, o Canadá e os países nórdicos), ao contrário, por questões demográficas, a faz enfrentar um dos desafios mais sombrios ao registrar a morte de 16 pessoas a cada 10 nascimentos, o que está gerando um despovoamento do país em aproximadamente 800 mil pessoas por ano.

Um dos principais problemas que a Rússia enfrenta desde a sua fundação é precisamente o do desenvolvimento da população, limitado tanto pela sua posição geográfica quanto pela natureza do clima. Desde o século XVIII, Catalina da Rússia incentivou as ondas migratórias em direção ao vale do rio Volga e Pedro I as orientou para as áreas pantanosas do que é hoje São Petersburgo, o que foi feito com populações nativas e um grupo de outros países como Gregos, búlgaros, poloneses, judeus etc., para começar a gerar uma população sustentável em todo o seu território. Especialmente, por suas condições radicais, para a Rússia sempre foi uma questão de estado a existência da população de suas áreas sul e leste, especialmente a da região da Sibéria, famosa por suas condições climáticas adversas, que não raramente foi considerada como uma área de punição na qual, nos tempos da revolução e do stalinismo, o exílio político era a moeda para aumentar a demografia da área. Na parte oriental da Rússia, sua extensão no continente asiático cobre aproximadamente seis milhões de quilômetros quadrados, representando dois terços do tamanho dos Estados Unidos e triplicando a área da Grã-Bretanha, França e Alemanha. Dentro desse grande território, a Rússia tem menos de 5% de sua população, com uma pessoa por quilômetro quadrado e onde sua grande fronteira com a República Popular da China de cerca de 3.000 quilômetros contrasta em termos demográficos, já que as cidades fronteiriças chinesas têm uma densidade da população 15 ou 30 vezes maior que a russa, onde mais pessoas vivem na cidade de Harbin do que em todo o extremo oriente russo, e que nas próximas décadas será um desafio permanente a ser resolvido pelos dois países. O problema da demografia na Rússia é uma questão de perspectiva do futuro, do alcoolismo, dos suicídios, da migração, da baixa taxa de natalidade que sempre a definiu, que em 1917, quando iniciou sua revolução, tinha aproximadamente 1.557 milhões de habitantes, ou seja, 16 milhões a mais de pessoas do que atualmente registra (141 milhões em 2012). Além disso, também deve ser adicionado o fato de que “a Rússia de hoje havia alcançado uma expectativa de vida ao nascer de 69 anos no início dos anos 1960, muito próximo ao de países ocidentais, mas essa tendência parou e depois reverteu-se com uma rápida involução: em meados da década de 90, a expectativa de vida havia recuado para 65 anos, uma perda de 4 anos em comparação aos anos sessenta, o que contrasta com o aumento de 7 anos em países ocidentais. O colapso foi mais forte para os

homens, cuja expectativa de vida caiu para 59 anos no início deste século, abaixo dos níveis de meio século antes e abaixo dos países mais pobres da América Latina, como Bolívia e Guatemala” (Bacci, 2012, p. 288).

A partir de 2000, o panorama econômico e político da Rússia, embora cheio de desafios, foi alterado por outras possibilidades, nas quais, por meio de uma gestão mais eficiente do dinheiro proveniente de gás e petróleo (aproximadamente 50% do orçamento), o país conseguiu resolver o peso de sua dívida anterior e as dívidas sociais que não lhe permitiram construir um projeto de futuro.

Embora o modelo econômico ainda seja um projeto em construção, no qual são feitos ajustes todos os dias em um mix de mercado-estado que não apenas definiu a nova face do modelo econômico russo, as principais variantes de receita e despesa foram colocadas sob controle, assim como as questões de dívida e inflação, o que permitiu que na parte de exploração agrícola, educacional e de matérias-primas haja uma racionalidade que permita a autossuficiência alimentar e uma importante exportação de produtos para o exterior, embora continuem sendo definidos por commodities e matérias-primas. Está pendente o relançamento da parte industrial do país, que ainda está em estágio de reengenharia, investimento e incorporação de novas tecnologias. Apesar dessas limitações, a Rússia conseguiu recuperar uma parte importante de seu produto econômico, após seus sérios contratempos, e conseguiu aumentar o PIB per capita de seus habitantes de 575 dólares, que caiu em 1992, para 14.500 dólares registrados em 2012. Devido à sua extensão geográfica, seu status de civilização da humanidade, sua importância no fornecimento de matérias-primas, seu desenvolvimento militar e sua relevância geopolítica, a questão da Rússia, econômica e jurídica, será um desafio importante para a região da América Latina, da mesma forma que para o México, no quadro do desenvolvimento de um século que não dará descanso aos diferentes atores da sociedade global.

CAPÍTULO 8

RÚSSIA E OS DESAFIOS DA LEGALIDADE

Apesar de sua importância política, histórica e cultural, a Rússia permaneceu longe da vida da América Latina devido à distância entre as duas regiões, da mesma maneira que o país eslavo luta permanentemente por seu significado internacional em um mundo geográfico adverso desde sua origem. A divisão arbitrária de continentes, na qual a Rússia se encontrava em um limbo territorial em que 40% de sua superfície está no continente europeu e 60% no espaço asiático, dotou-a de uma ambivalência que marcou sua origem como um país “pendular”, um país “desgarrado”, como diz Huntington, que o levou a, por um lado, aspirar a ser considerado europeu, ao mesmo tempo em que não foi capaz de ignorar ou renunciar a toda a riqueza cultural que seu passado asiático lhe proporcionou, especialmente aquela em que há quase três séculos estava sob o domínio do império mongol.

Essa dualidade geográfica e cultural gerou na Rússia um questionamento de identidade que ainda não foi resolvido, apesar das grandes tentativas feitas para alcançá-lo. Embora, ao longo de sua história, tenha recorrido à construção de seu próprio perfil, com as melhores características de ambas as culturas, o que se busca é a construção de um continente de 17 milhões de quilômetros quadrados, com oferta cultural, política e econômica suficiente que pode alternar com sucesso no rearranjo de nações e civilizações que está sendo presenciado nesta primeira parte do século XXI.

Esse tipo de aspirações teve a Rússia desde seu primeiro encontro com a Europa, o que ocorre no ano de 988, por intermédio de sua abordagem com a cultura bizantina, da mesma maneira que com a chegada de Pedro I em 1689, quando influenciado pelo Renascimento Europeu, aspirava fazer parte dele e desempenhar um papel geopolítico decisivo com as nações do momento. Ao mesmo tempo, sob uma inspiração filosófica política europeia, particularmente alemã, desde 1917, se envolveu em um projeto em

larga escala, pelo qual foi proposto demonstrar à sociedade do século XX que o mundo comunista poderia ser uma alternativa a um mundo melhor para todos e que era possível alcançá-lo na Rússia através da ditadura do proletariado, em uma sociedade sem classes. Esse estágio histórico, que o levou a consolidar a hegemonia da União Soviética, certamente foi o mais bem-sucedido da Rússia. Apesar de suas realizações, no campo econômico e geopolítico, teve que compartilhar com os Estados Unidos por sete décadas, em uma competição civilizacional que o mundo seguiu com total atenção, alguns com a esperança de que uma sociedade melhor era possível e outros com o interesse de que o modelo fracassasse para validar os esquemas liberais ante a queda do muro de Berlim em 1989 e da União Soviética em 1991. Dada a apreciação imatura do que representava o momento histórico da queda do Império Russo, radicalizaram as linhas econômicas em direção a um neoliberalismo que esqueceu a lição mais importante do pós-guerra, segundo a qual os direitos dos trabalhadores e a seguridade social podiam coexistir perfeitamente com um capitalismo sensível dentro de uma inércia de maior relacionamento global.

A queda da União Soviética aconteceu nos últimos anos da década de 1980 e foi um fenômeno político que impactou o mundo, pois, depois de viver por cerca de 70 anos como um poderoso ator político, caracterizado por sua força e radicalismo, a civilização internacional nunca pensou que esse império pudesse ser diluído em tão curto prazo. Nem as diferentes testemunhas internacionais, nem os próprios russos viram o desmantelamento de uma União de nações tão claro que parecia que haviam encontrado pontos sólidos de coincidência para enfrentar não apenas o modelo capitalista, mas trabalhar em suas esperanças para o futuro. Mais pontualmente o que causou mais estupor é que esse colapso ocorreu externamente sem um conflito militar e internamente sem um movimento libertário, que surpreendeu o mundo de seu tempo, acostumado ao fator beligerante que media a longa história dos impérios. Como observa Robert Service, uma a uma as peças que sustentavam o edifício soviético caíram, sem grandes queixas ou arrependimentos.

Assim como, de modo furtivo, a União Soviética caiu dentro de 6 anos, se tomamos arbitrariamente o período de quando Gorbachev chegou até a dissolução da União Soviética (1985-1991), da mesma maneira em um prazo de 22 anos, partindo de sua dissolução até o dia de hoje, a Rússia volta a emergir de maneira importante, resolvendo os grandes passivos financeiros que a queda do império lhe deixou e recuperando um princípio de sustentabilidade política, que novamente alcançou a nota da presença russa nessa refundação de todos os dias em que as principais nações do mundo discutem a recomposição das lideranças do século XXI.

No lado econômico, a ruptura do império levou a Rússia a enfrentar uma perda de 4,5 vezes de seu PIB econômico, um número superior a 2,5 do PIB que perdeu durante a Segunda Guerra Mundial. Dizem que o desmantelamento da União Soviética foi incruento, porque não foi operado através do sangue, mas as consequências diretas que essa queda econômica brutal teve na vida do povo russo o levaram a sofrer níveis alarmantes de pobreza e ao colapso do seu sistema de seguridade social que cobria mais de 90% do povo russo, o que resultou na não recuperação totalmente de sua expectativa de vida e está oito anos abaixo da média dos países ocidentais.

Apesar dessa devastação econômica, a Rússia recuperou um princípio de estabilidade no qual seu PIB econômico subiu para US\$ 2 trilhões, retornando o país eslavo para o 9º lugar no ranking mundial. Seu PIB per capita também aumentou para 14.302 dólares e suas finanças públicas foram sanitizadas por meio de receitas significativas de suas exportações de matérias-primas, das quais gás e petróleo são importantes, o que representa aproximadamente 50% de suas receitas orçamentárias. Embora essa recuperação ainda esteja longe do segundo lugar econômico que chegou a ter a Rússia em todo o mundo, a importância de seu futuro dispara em razão das enormes reservas de gás, petróleo, minerais, madeira, água, terras aráveis etc., por meio das quais o país mantém uma liderança mundial muito importante, enquanto outras potências, como China, Índia, Japão etc., não possuem todo esse tipo de ativos futuros que certamente definirão o novo mapa geopolítico que acompanhará o século, em um desafio de exaustões, deficiências e riscos ambientais.

Do lado político, depois que a anarquia coexistiu com a corrupção nos anos 90, a partir do ano 2000, com a chegada de Vladimir Putin ao poder, um princípio de razoabilidade política foi construído na estrutura do desenho da abertura democrática estabelecida pela Constituição de 1993. Até o momento, a liderança de Putin foi caracterizada em um primeiro estágio ao retornar a um princípio de ordem e segurança que a sociedade russa havia perdido durante o fim dos anos 1990. Numa segunda abordagem, o exercício do poder de Putin foi definido como estando sob a influência da autarquia soviética clássica que prevaleceu no país nos últimos 500 anos, de modo que seu mandato de longa data no poder (2000-2008/2012-2016) caracterizou-se pela tomada de decisões políticas verticais que, embora tenham retornado a “ordem” em comparação aos anos anteriores a Putin, enfrenta no futuro a solução do desafio democrático em que, embora continue a prevalecer a urgência da reestruturação e sustentabilidade do modelo econômico, de alguma forma terá que ser estendida a vida democrática de uma sociedade russa que não se conformará apenas com a satisfação de suas necessidades, nem aceitará seu retorno à ordem socialista predominante antes de 1991.

A recuperação da vida político-econômica da Rússia tem sido muito importante, no entanto os desafios do futuro são enormes. Assim como as outras nações do mundo, terá que se esforçar para concretizar e consolidar os resultados obtidos até o momento, pois, embora ao contrário de outros países possua um enorme potencial de matérias-primas, por outro lado, seus problemas sociais e a falta de entusiasmo com o futuro provocam um encolhimento de 800 mil pessoas por ano, o que coloca em risco fortemente a sustentabilidade de seu desenvolvimento. É claro que a falta de crescimento populacional na Rússia não é nova (em 1917, no início de sua revolução, havia um número de 157 milhões de pessoas e em 2012 essa população diminuiu em aproximadamente 17 milhões de pessoas (141 milhões)), mas deveria enfrentá-la se pretende ser um país com futuro.

Reestruturar a indústria com níveis competitivos, encontrar mão de obra para integrá-la ao seu projeto econômico, povoar seus vastos territórios orientais, onde se localiza 60% de seu território, com apenas 5 milhões de pessoas, estabilizar e encontrar o equilíbrio de sua vida política, definir os novos atributos econômicos de seu modelo econômico pós-neoliberal são, entre outros, muitos dos desafios que terá que resolver uma civilização, um país, que, emergindo de suas cinzas, tenta recuperar um papel transcendente no concerto internacional.

Para a América Latina e o México, com os quais a Rússia aumentou seus negócios nos últimos dez anos, três e dez vezes, será muito importante conhecer os termos de sua recuperação político-econômica, pois desempenhará um papel relevante na construção geopolítica do país. É no século XXI que as distâncias geográficas foram desmanteladas pela tecnologia e que todos nós nos tornamos vizinhos próximos.

II

O sistema jurídico russo, como a maioria das ordens legais do mundo, baseia-se em sua realidade histórica e nas influências que compartilha com outros esquemas legais em países ou regiões vizinhas. Nesse sentido, a lei russa foi fiel a essa inércia e, em um primeiro período que vai de 862 a 1917, prevaleceu um direito tradicional que, baseado em suas próprias raízes, na convivência e no costume (*Ruskaia Pravda*), foi enriquecido com a cultura legal do direito romano-germânico, quando a Rússia de Kiev decidiu ir além de suas primeiras fronteiras feudais e se aproximou de Bizâncio durante a alta idade média (862), quando a partir dessa reunião é gerada uma profunda miscigenação nas terras comerciais, mas mais importante nas esferas religiosa e política, das quais se deriva uma cultura inteira do culto ortodoxo

bizantino e das normas legais do direito canônico e civil. Até essa data, a Rússia vivia as condições de seu clima extremo e de sua distância geográfica dos centros de pensamento cultural da Europa e da Ásia, administrando um pensamento feudal atrasado que, ao encontrar o antigo Bizâncio, deslumbrou e influenciou uma cultura que caminhava em busca de uma melhor interpretação da cosmogonia em que viveu. No entanto, se para a Rússia o seu encontro com Bizâncio foi uma revelação, Bizâncio, o segundo império romano, viveu o declínio de uma hegemonia que, há mil anos, viveu seus melhores tempos.

Como uma segunda etapa do Direito Tradicional (René David, Camille Jauffret-Spinosi, Svetlana Narutto, Nicolas Mironov, etc.), o tempo do domínio mongol aparece na vida política e social da Rússia, que se desenvolveu de 1236 a 1480, isto é, por cerca de um quarto de milênio. No entanto, apesar desse longo período de dominação, a hegemonia mongol foi mais um estágio de estagnação legal do que de desenvolvimento, dado que, sob a primeira influência do direito bizantino, com um enorme fardo religioso, o que privava era a coexistência de crenças, em que o povo russo não renunciou à sua própria visão da lei antes do agrupamento de fiéis em torno de seus pastores religiosos. Os teóricos reconhecem um terceiro estágio do Direito Tradicional, do qual se destaca a figura do chamado Código de 1649, que é um trabalho legal realizado sob o reinado do segundo czar da dinastia Románov, Alejo Mikhailovich, que ordenou que fosse feito um trabalho de consolidação tanto do Direito Secular quanto do Direito Canônico que resultou no Código de 1649, que consiste em 25 capítulos e 903 artigos. O valor desse trabalho, bem como o de um estudo de complementação realizado em 1653, consiste em reunir em um único impulso editorial a prática e a tradição resumidas no *Ruskaia Pravda*, que era o jornal oficial do Direito russo, como a normativa do Direito Canônico e civil que foram recuperados do Direito românico bizantino. O ano de 1689, enquanto marca o quarto período na vida da lei tradicional russa, também é reconhecido como uma das datas mais importantes em sua história quando chega ao poder Pedro, o Grande, o czar que chegou para transformar a vida do povo russo. Através de duas viagens que realiza, a primeira de maneira desconhecida, aos países europeus, Pedro I é impactado pela atmosfera, arte, cultura e vida política e social que predominava nos principais países europeus da época, trazendo como objetivo levar essa realidade à Rússia, para incorporá-la nesse mundo europeu, que vivia à frente da realidade social do povo russo. Portanto, tanto por sua chegada tardia à cultura românica com Bizâncio, quanto por sua incorporação ao Renascimento Europeu no final do século XVII, é que vários autores falam do atraso histórico da Rússia como

uma das responsabilidades que limitaram ao longo dos séculos seu diálogo com o mundo ocidental, e, nesse caso, com o Direito. Em termos jurídicos, a implementação feita por Pedro, o Grande, da marca europeia transforma parte do direito público russo, mas em muito pequena extensão ao direito privado, porque sob a visão vertical da autocracia czarista, embora estivesse interessado em que a Rússia se juntasse ao Concerto dos países europeus da época, seu interesse não era que a maioria da população que vivia no campo (mais de 90%) tivesse direitos privados ou políticos que quebrassem a ordem imperial estabelecida. Os pequenos impulsos que foram feitos para codificar novos regulamentos na Rússia durante seu mandato não tiveram êxito, então teria que esperar até o início do século XIX, na época do czar Alexandre I, para que, por meio de seu ministro Speranski, iniciasse um movimento de modernização do direito russo, paradoxalmente inspirado no modelo francês, em que Napoleão, apenas em 1812, tentara conquistar a Rússia militarmente. Essa tentativa de regulamentação francesa no âmbito da memória da invasão francesa dificultou o estabelecimento de um caminho importante sob a lei russa, que deu origem a uma nova consolidação legal em 1832, que gerou um compêndio de leis que se tornaram conhecidas por Svodzakonov, que foi um trabalho que continha cerca de 100 mil artigos em uma série de edições integradas em quinze volumes em oito seções, que, sob o signo da época, dois terços desses artigos se referiam a assuntos de Direito Público. A esse respeito, René David comenta: “Em geral, pode-se argumentar que, desde a *Ruskaia Pravda* até o Código de 1649 e do Código de 1649 até Svodzakonov, a constante sempre foi um trabalho de consolidação, mas nunca um trabalho global de reforma e modernização.” (David e Jauffret-Spinosi, *Os Grandes Sistemas Jurídicos Contemporâneos*, 2010, p. 123). Embora com a mesma ênfase, ele afirma que “as categorias do direito russo são em consequência fundamentalmente as mesmas do direito romano. A concepção do direito que se desenvolve nas universidades e nos juristas russos é a concepção romanista. O fato de o direito russo estar contido em uma compilação casuística não impede que o jurista russo tenha concebido a lei com natureza jurisprudencial. Assim como seus colegas alemães ou franceses, o jurista russo concebeu o estado de direito como uma regra de conduta prescrita para indivíduos e cuja formulação é incerta para a doutrina ou o legislador, e não para o juiz” (David e Jauffret-Spinosi, *Os grandes sistemas jurídicos contemporâneos*, 2010).

A segunda etapa, reconhecida pelos mesmos escritores em relação aos antecedentes da lei russa, corresponde à nascida em 1917, juntamente com a eclosão da Revolução Russa, e vai até 1991, a data em que se firma o término da União Soviética. Alguns estudos estabelecem o ano de 1993,

que é a data em que a Constituição política é promulgada que redefine o conceito do direito russo e atualmente governa a vida política e econômica da nação eslava. Nesta seção, são reconhecidas principalmente duas etapas: a primeira que se identifica com a construção socialista que vai de 1917 a 1936 e a segunda que é reconhecida como a estagnação legal, cuja cronologia vai de 1936 a 1991. É importante notar que dentro do primeiro período do direito tradicional que vige na Rússia por cerca de meio milênio, que teve um desenvolvimento lento, especialmente em questões de direito privado e direitos individuais, a etapa soviética do direito que dura 76 anos, embora menor em tempo do que o período de Direito Tradicional, exibe uma grande riqueza de mudanças e influências filosóficas, políticas e econômicas que o povo russo, por meio de seu movimento social, se deu a oportunidade de experimentar na tentativa de construir um mundo comunista. As ideias hegelianas, traduzidas por Marx e Engels na teoria política econômica, tornaram-se um grande épico social, no qual, por meio de Lenin, Trotsky e outros revolucionários bolcheviques, tentaram alcançar um mundo melhor onde prevaleceria uma sociedade sem classes e sem propriedade privada, onde a igualdade de todas as pessoas seria respeitada, onde o socialismo era apenas um veículo para transformar a sociedade e trazê-la para o ideal comunista e onde especificamente a lei, que era um instrumento de classe no poder, era diluída na medida em que os ideais levantados eram alcançados. O ponto de partida dessa nova cosmogonia é a Constituição russa de 1918, mediante a qual, entre outras mudanças transformadoras, o direito do povo foi privilegiado, a separação da Igreja com o Estado, um código de casamento foi promulgado, a terra e seus bens foram nacionalizados, o comércio privado foi banido, os tribunais foram abolidos, onde, de uma maneira importante, um catálogo inteiro de ideais foi gerado com relação ao que Lenin apon-tou: "...não importava que muitas das disposições de nossos decretos nunca fossem implementadas. Sua intenção era ensinar às massas como realmente progredir... Nós as consideramos como regras absolutas que devem ser aplicadas em todas as circunstâncias..." e às quais Trotsky acrescentou: "... os decretos nos estágios iniciais eram mais importantes como artigos de propaganda do que como textos administrativos" (David e Jauffret-Spinosi, Os grandes sistemas jurídicos contemporâneos, 2010, p. 126). Os 19 anos do período que incluíram a construção socialista em termos legais implicaram um grande dinamismo de criação de leis que só correspondiam à dinâmica de um movimento político que era urgentemente necessário para alcançar a comunidade comunista e de onde seria visto à distância o desaparecimento da ordem jurídica. No entanto, a partir de 1921, quando o confronto militar foi administrado e diante de necessidades econômicas urgentes, o discurs-

so tornou-se mais moderado, especialmente no exterior, onde era esperado o reconhecimento internacional da nova nação russa, além dos investimentos estrangeiros necessários para a reconstrução. Da mesma forma foi apoiada uma classe rica de camponeses (Kulaks), responsável por gerar os alimentos necessários para uma população faminta. Nesse retorno efêmero à “legalidade”, houve um período importante de promulgação de leis, incluindo o Código Civil, o Código Penal, o Código Familiar, o Código Agrário e Leis Processuais. No entanto, esse interlúdio de 1921 a 1928 é trazido de volta à realidade antes da implementação do Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932), pelo qual a coletivização da economia russa, incluindo indústria e comércio, foi detonada e, de maneira importante, a agricultura, em que foram criados 243 mil Koljoz em 93% da área de seu território, onde anteriormente existia 18 milhões de fazendas familiares. Todos os bens da produção foram coletivizados e, de maneira especial, a figura do Estado e do Partido foi fortalecida, com a qual, de fato, a ditadura do tão desejado proletariado foi transferida para a ditadura do partido, que veio substituir a narrativa política russa pela figura autocrática do czarismo, em uma continuação histórica interminável em que os Matriuskas do poder, em seus diferentes disfarces, passaram a mostrar que sob cada nova Matriuska há outra Matriuska de caráter autocrático. A segunda etapa do período do Direito Soviético, que vai de 1936 a 1985, é caracterizada em primeiro lugar, porque no mesmo ano de 1936 é promulgada a segunda Constituição Soviética, da mesma maneira que pela amplitude do período que abrange aproximadamente 50 anos. Apesar de seu amplo espectro, é chamado de impasse político, porque, durante a sua validade, a aniquilação das classes de poder não levou a transmissão disso ao povo e, pelo contrário, como observado acima, prevaleceu na ordem política legal o corpo político do partido e um líder geral que se tornou o homem mais poderoso do país. É importante destacar que esse período abrange o mundo pré-guerra, a guerra e seu fim dos tempos, que vai de 1929 a 1945, bem como suas consequências geopolíticas subsequentes (a Guerra Fria), em que o ideal comunista russo teve que competir com a realidade de um mundo que resolveu através do holocausto as lideranças que definiriam a governança e a riqueza do século XX. Dentro dessa grande conflagração mundial, a Rússia desempenhou um papel relevante tanto em seus prolegômenos, quando se aliou à Alemanha, quanto em seu estágio completo de confronto, em que o território russo participou dos eventos mais sangrentos, como a batalha de Leningrado. Mais de 2 milhões de soldados russos morreram e como resultado a Rússia foi o país beligerante que sofreu o maior número de mortes com vinte milhões de pessoas, incluindo soldados e civis. Nesse sentido, a dinâmica política do estabele-

cimento de um regime comunista “governado” pelo povo foi diretamente afetada pela necessidade de tomar decisões radicais e rápidas nos conflitos históricos internacionais. Contudo, embora durante o período beligerante esse tratamento especial pudesse ser entendido como resultado do impulso do comunismo e da lei, de 1950 a 1985, quando Gorbachev inicia a Perestroika, o Direito Socialista perdeu sua inspiração inicial e, mais importante, seu princípio da legalidade, que “orgulhosamente” se baseava no fato de que as leis socialistas deviam ser observadas porque eram “justas” e emanavam de um “estado socialista”, atributos dos quais derivavam sua força e sua legalidade. De 1953 a 1985, eles continuaram no poder até a morte de Stalin, uma Troika composta por Krushev, Malenkov e Bulganin, que derivou em favor de Krushev até 1964, data em que é retirado por Brezhev, que em sua morte em 1982 foi substituído, primeiro, por Yuri Andropov (82-84) e mais tarde por Konstantin Chernenko, que também em sua morte foi substituído em 1985 por Gorbachev, com o qual começou uma Perestroika política e econômica, mas também legal, que redefiniu a vida de a união soviética.

O terceiro estágio da lei russa, que René David não hesita em chamá-la de Perestroika, em um ciclo que se localiza apenas de 1989 a 1991, é um enredo de múltiplas interpretações nas quais sua classificação e os anos abrangidos variam dependendo da aparência do observador, mas que certamente começa a partir de março de 1985, quando três autocratas morreram em três anos. Mikhail Gorbachev chegou ao poder sob pressão de um modelo econômico que não cobria mais as necessidades básicas da população e o aparato de produção do país se encontrava perturbado, no quadro de uma preocupação social e desequilíbrio político.

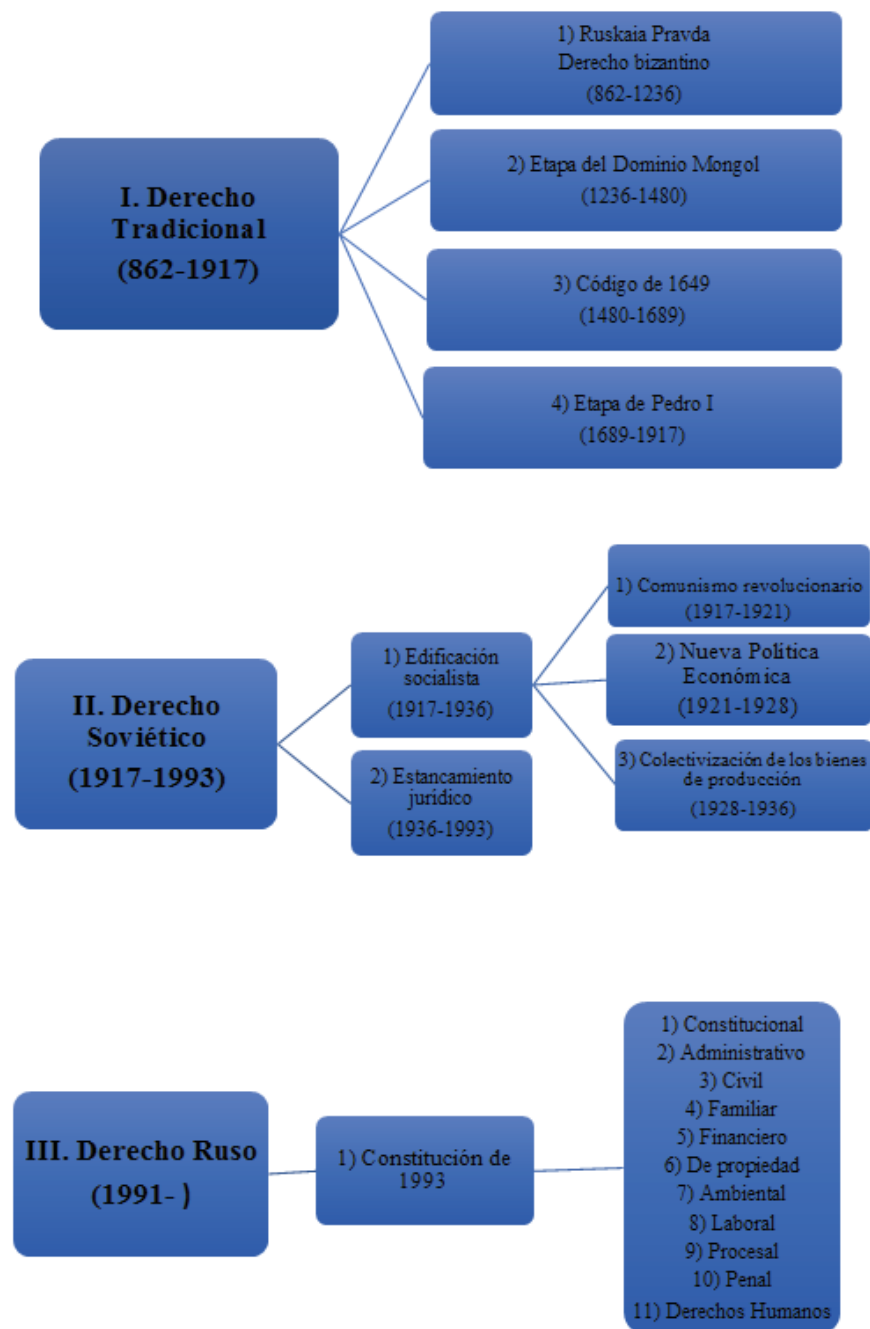
Como o próprio Gorbachev ressalta, o estabelecimento da Perestroika foi uma necessidade urgente que surgiu dos processos de desenvolvimento da sociedade socialista, que ansiavam por uma mudança, de modo que seu atraso poderia levar a situações exasperantes ou a uma crise social, econômica e política muito séria (Gorbachev, 1987). Desde o início de Perestroika, há uma abertura do sistema soviético por meio de um conjunto de medidas de liberalização política e de transparência (Glasnost) que permitiram o livre debate da vida socialista e a reflexão do que não funcionava, questionando a viabilidade de um modelo autoritário, paternalista e centralista em todas as atividades da vida social. Inicialmente, a Perestroika tentou mobilizar a energia da sociedade para estimular a melhoria do que não funcionava no âmbito da União Soviética. No entanto, os contratempos acumulados foram maiores do que as previsões feitas no início do projeto e, como a primeira consequência, em 9 de novembro de 1989, cai o Muro de Berlim,

na marca de uma liberalização descontrolada tanto das nações pertencentes à União como de seus próprios cidadãos.

No campo econômico e político, juntamente com a Perestroika, foram desencadeados eventos sem precedentes que levaram ao colapso do império soviético, ao impeachment de Gorbachev e a uma crise econômica sem precedentes que durante os anos 1990 devastou os 280 milhões, de uma maneira ou de outra, de habitantes que pertenciam à URSS antes de sua desintegração. No entanto, no campo jurídico, esses eventos deram ao Sistema Jurídico Russo uma mudança de 180 graus, em que, como aconteceu em 1917 quando o direito soviético não tinha nada a ver com o direito tradicional, a implementação que se seguiu à Rússia em razão de seu terceiro estágio jurídico, que é o que atualmente governa a vida do país desde a Constituição de 1993, se volta para a construção de uma sistematização romano-germânica com influências do direito americano, alemão, francês etc., embora o discurso político de Boris Yeltsin, que substituiu Gorbachev no poder, diga a esse respeito que “tentamos evitar a transposição do modelo americano, do francês ou de qualquer outro modelo, voltamo-nos para nossas antigas raízes russas, levando em conta as experiências de vanguarda do mundo”. Por meio dessas mudanças, a Rússia definiu sua nova estrutura e sua nova forma de governo, bem como o desenvolvimento das onze disciplinas (constitucionais, administrativas, civis, familiares, criminais, financeiras, patrimoniais, ambientais, trabalhistas, processuais, direitos humanos), através das quais está construindo a realidade jurídica com a qual deseja regular a vida pública e social do país, bem como as pontes de que precisa para dialogar com os diferentes atores globais com os quais agora troca 51% de seu produto econômico.

O direito russo é um sistema de um Estado em transição, onde a influência das tradições e o sistema jurídico soviético ainda são fortes, o que é traçado em sua verticalidade e na fraqueza da cultura do Estado de Direito. Ao combinar seus três antecedentes, o direito russo é apresentado como um sistema jurídico extraeuropeu, com características próprias que, embora sejam parte de um direito escrito romanista, não chega ao funcionamento de um direito ocidental. Ao mesmo tempo, o estado russo continua registrando um forte conteúdo nacionalista que rivaliza com um esquema internacional de direitos humanos e práticas de livre mercado. O poder executivo, apesar de sua restrição constitucional, mantém uma força paraconstitucional que afeta o sistema de divisão de poderes e a realidade política do país.

Etapas do Direito russo



PARTE II

CHINA OU DECIFRANDO O DRAGÃO

CAPÍTULO 9

CHINA E SEU MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O EXPERIMENTO DE DENG XIAOPING

*“A reforma na China é um grande experimento
que não é encontrado nos livros.”*

Deng Xiaoping (1985)

INTRODUÇÃO

A reforma econômica realizada pela China a partir 1978, apesar do grande sucesso de seus resultados e da ampla difusão deles, continua sendo objeto de difícil interpretação para o mundo ocidental, embora desde a sua origem o autor Deng Xiaoping, autor do modelo, tenha alertado que a reforma da China moderna era um “grande experimento”, baseado em linhas gerais sujeitas ao teste de progresso e erro. Apesar de Deng ter apontado desde 1985, um mundo ocidental confiante e superestimado ainda não tomou consciência dessa declaração unilateral do principal autor do sucesso chinês, que desde o início disse ao mundo que uma nova China, em busca de seu desenvolvimento, iniciava a aventura de percorrer caminhos desconhecidos, antes do fracasso econômico de sua experiência anterior (período maoísta 1949-1976), e da urgência de alimentar cerca de 900 milhões de seres humanos (1978), dos quais apenas dezoito anos antes haviam morrido de fome cerca de trinta milhões.

No mundo ocidental, por outro lado, as diferentes teorias do desenvolvimento continuam a competir entre a prevalência do fator político sobre o econômico e/ou vice-versa numa busca interminável por hierarquias, que muitas vezes complicam mais a análise do que a esclarece, esquecendo o acompanhamento saudável da economia política que é inerente a todo desenvolvimento econômico bem-sucedido. Da mesma forma, dentro das teorias do desenvolvimento econômico, houveram muitas disputas ao longo

do século XX sobre as diferentes visões que foram impostas na busca pelo desenvolvimento sustentável, apesar do fato de que, como Douglas North aponta, “...A semelhança no desempenho das economias e a persistência de economias díspares ao longo do tempo não foram explicadas satisfatoriamente pelos economistas do desenvolvimento, apesar dos imensos esforços feitos ao longo de 63 anos. O breve fato é que a teoria utilizada não está à altura da tarefa” (González, 2006, p. 17).

Nesse sentido, se o modelo chinês pode se gabar de qualquer coisa, é que, embora as várias teorias do desenvolvimento econômico, formalmente, já tenham surgido desde 1943 (Paul Rosenstein-Rodan), o novo grupo político responsável por iniciar a tarefa de repensar o crescimento da China não reparou diretamente as teorias do momento (Clark, Nurske, Lewis, Rostov etc.) para implementar suas primeiras mudanças. Enquanto a China estava consciente de suas enormes restrições econômicas: falta de recursos, população excessiva, pobreza enorme, economia insuficiente, atraso econômico, indústria incompetente, falta de infraestrutura, limitado intercâmbio externo, trabalho abundante, porém não qualificado, falta de tecnologia moderna, crise política, entre outros, seu fracasso em adotar um modelo anterior (o modelo soviético) de maneira ortodoxa levou-a à experiência de que reducionismos não eram bons conselheiros para o bom desenvolvimento. Como Oded Shenkar aponta:

Os primeiros 27 anos (1949-1976) do estágio comunista continuarão sendo motivo de debate, embora pouco a pouco os apologistas do período Mao Tsé-Tung continuem a declinar. No entanto, em questões econômicas e políticas não há absolutos e, embora os resultados gerais do período sejam negativos e em alguns momentos tenham sido caóticos, como a fome que ocorreu na metade dele, pode-se dizer que algumas lições foram geradas para o próprio modelo chinês que foi muito útil em sua nova decolagem, a partir de 1978. Entre eles, pode-se destacar, em primeiro lugar, o que emerge do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural, que consiste em apontar que a ideologização da economia produz resultados catastróficos, que devem ser orientados para resultados concretos para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, em um país tão grande e de baixa renda, era impossível continuar com o modelo russo de investir e criar infraestrutura em todo o território, que era aconselhável concentrar o esforço nas áreas de maior potencial e depois divulgar os resultados, experiência que tem sido um dos pilares mais importantes do novo modelo de desenvolvimento e, finalmente, que a viabilidade do projeto político exige necessariamente sucesso econômico (Oded, 2005, p. 34).

Portanto, falar sobre o novo modelo de desenvolvimento da China não é uma tarefa fácil. Seu ambiente político dos anos que o precederam, com

uma enorme carga de conteúdo nacionalista, sua idiossincrasia e seu passado profundo, que se entrelaçam e confundem os observadores com seus vários cenários, sua plataforma político-econômica de modelo centralizado, a nova implementação de uma economia de mercado não é mais mencionada, são elementos que, por sua natureza diferente, continuam distorcendo a opinião de um mundo ocidental acostumado a um paradigma dicotômico em questões econômicas (comunismo-capitalismo), que desde 1989 pensou que poderia ser sintetizado em um só antes da queda da antiga União Soviética. Nesse sentido, para tentar analisar algumas das qualidades do atual modelo de desenvolvimento chinês, é útil seguir os conselhos e as previsões de seu autor Deng Xiapoing, ou seja, com base no fato de ser um “grande experimento”, o que não foi decifrado nos grandes tratados econômicos. Um experimento pensado e executado por um grupo de engenheiros (Deng e os principais membros de seu grupo possuíam carreiras em algum ramo da engenharia), o que deve ser observado fora dos paradigmas, no âmbito da inauguração de uma nova ordem global.

Com base no exposto, três seções são apresentadas abaixo (I. A Estabilidade Política como Elemento Fundamental do Modelo Chinês; II. O Desenvolvimento Econômico como Prioridade do Estado; e III. O Direito como Alavanca de Desenvolvimento), com o objetivo de enquadrar o tema do novo modelo de desenvolvimento da República Popular da China.

A ESTABILIDADE POLÍTICA COMO UM ELEMENTO FUNDAMENTAL DO MODELO CHINÊS

O ano de 1976 marcou o fim de uma etapa histórica do povo chinês, em virtude de todos os eventos registrados ao longo de seu período: em janeiro, Zhou Enlai, o grande líder da linha moderada, morreu; em julho, Zhu De, que havia sido o chefe de estado como presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo; e em 9 de setembro, o próprio Mao Tsé-Tung morreu. Embora muitos dos ex-líderes permanecessem em suas posições, a ausência de Mao motivou os veteranos da Revolução e os formadores do Estado comunista a começarem a ser substituídos por uma nova geração de políticos “pragmáticos”, no entanto, como não havia previsões de sucessão automática (desde que Lin Biao, o sucessor designado por Mao, morreu em 1971), o campo foi propício a uma luta aberta pelo poder, com vantagens iniciais para a fração radical, impedindo Deng Xiaoping de ser eleito primeiro-ministro e expulsando-o de seus cargos no governo e no partido, sofrendo pela segunda vez o destino de sua exclusão. Como solução temporária, com base na opinião favorável de Mao antes de sua morte,

Hua Guofeng, um administrador sem vínculos estreitos com nenhuma das facções opostas, tornou-se primeiro-ministro. Para consolidar sua posição, ele prendeu e acusou o Band of Four (nome dado pelos moderados à viúva de Mao, Jiang Qing, e três outros líderes radicais) por vários crimes. Hua concentrou-se no desenvolvimento de uma política de estabilização, bem como na implementação de um plano para ajudar a população afetada pelos efeitos dos terremotos que no mesmo ano de 1976 devastaram a província de Tangshan e outras regiões do norte do país.

Como um triunfo inicial das correntes moderadas, em 1977, Deng foi reintegrado como vice-presidente do partido e em outras posições das quais fora expulso. O X Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado em julho de 1977, foi dominado pelo presidente Hua, o vice-presidente Deng e Ye Jianying, e integrou os oficiais militares e veteranos do partido nas posições de gerenciamento. A ênfase colocada na moderação política e na modernização econômica do governo foi refletida no V Congresso Popular Nacional, que se reuniu em fevereiro e março de 1978, quando o primeiro-ministro Hua foi reeleito, com Deng como substituto. Em seu ambiente internacional, as pressões que o país vivia na época eram tão intensas quanto as que eram vividas dentro do partido. Quando o Vietnã invadiu o Camboja e, em janeiro de 1979, derrubou o governo daquele país, a China revidou e um mês depois enviou tropas para o Vietnã. Dado o progresso desses conflitos fronteiriços, que ameaçavam ser cercados pelos soviéticos e vietnamitas, a China aumentou seus contatos com o mundo exterior. Assim, em janeiro de 1979, restaurou as relações diplomáticas com os Estados Unidos, da mesma maneira que fortaleceu os laços com o Japão e a Europa Ocidental (Oropeza, 2006, p. 51).

Com a morte de Mao Zedong e Zhou Enlai, em 1976, o sistema político se encontrava quebrado e com um grande vácuo de poder. O sucessor imediato de Mao, Hua Guofeng, era uma figura de transição que não tinha a capacidade de delinear uma política de longo prazo, o que criou a oportunidade para, em 1978, o político que liderava os pragmáticos, Deng Xiaoping, finalmente assumir o poder e tornar-se o principal arquiteto e figura emblemática da reforma econômica iniciada há trinta anos. A influência de Deng tem sido tão importante que, além de ter coberto pessoalmente vinte anos do novo modelo econômico e político do país (1977-1997), sua influência persiste até hoje e seu trabalho, devido ao seu tamanho e resultados, pode estimar-se sem precedentes, dada a devastação em que a China estava com a morte de Mao.

Deng Xiapong era um político da corrente pragmática do Partido Comunista Chinês (PCC), que por suas ideias estava sempre exposto ao perigo,

especialmente no estágio central do governo maoísta. Durante sua juventude, ele teve a oportunidade de estudar na França (1921-1924) e na antiga União Soviética (1925-1926), o que lhe deu a possibilidade de sair e aprender com uma realidade fora da China. Participante da “longa marcha”, teve um desempenho relevante durante a intervenção japonesa e a guerra civil. Em 1952, ele consegue obter a importante posição de vice-primeiro ministro, mas o que alcançou se perdeu devido às suas posições revisionistas. No entanto, sua abordagem e identificação com Zhou Enlai originaram sua reabilitação em 1973 como deputado e em 1975 como vice-presidente do Comitê Central do PCC, privilégio que foi retirado antes da morte de seu mentor, retornando ao governo em 1977, como já foi dito, e operando a inserção de sua equipe nas principais posições da estrutura governamental a partir de 1980 (Oropeza, 2006, p. 52)

O desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas não é explicado sem o que aconteceu no ano caótico de 1976 e a fraca estabilidade política alcançada entre 1978 e 1982, quando a institucionalização da mudança começa através das duas Constituições promulgadas em cada um deles. A ameaça de ruptura interna esteve presente nos anos oitenta, mas nos primeiros anos de acomodação dos diferentes grupos políticos. Na China, houve uma tremenda tensão entre ortodoxos e pragmáticos, o que poderia ter perturbado as primeiras tentativas do governo para mudar o modelo para o exterior. Ao mesmo tempo, a urgência de resultados econômicos, em muitos casos de natureza extrema, como a satisfação de alimentos, abrigo e roupas para a população em geral, jogava permanentemente contra a estabilidade política e econômica do modelo. É nesse quadro de referência difícil que a figura de Deng Xiaoping se distingue por ter o raro talento de dominar o mundo político e as linhas de construção da nova economia. Seu período político, como já indicado, abrange um amplo espectro da história da China, mas sua participação direta está localizada a partir de 1977, ano em que é reincorporada à vida pública, até 1997, e em que morre (Embora em 1987 tenha deixado o Comitê Central do Partido, em um acordo negociado permaneceu como chefe da Comissão Multilateral Central, até o ano de sua morte). No entanto, sua hegemonia na liderança econômica e política da China é inquestionável até hoje. O peso político de sua figura transcendeu até os nossos dias, desde que a administração de Jiang Zemin (1989-2002) e a de Hu Jintao, de 2002 até hoje, foram apoiadas e induzidas por Deng, quem cuidou da direção do modelo chinês e a consecução de seus objetivos foram respeitadas além de sua morte (“Assim, em 1992, Deng influenciou decisivamente para que, durante o XIV Congresso do Partido Comunista Chinês, Hu Jintao fosse elevado ao Comitê Permanente do Bureau Político do Partido”) (Anguiano, 2003, p. 78).

Sobre a grande importância da política no modelo de desenvolvimento, Deng Xiaoping disse: “Na China, é necessária estabilidade. Sem um ambiente estável, não podemos alcançar nada e, pelo contrário, podemos perder o que ganhamos”, e acrescentou: “Se não há estabilidade, causada por desequilíbrios políticos, será impossível caminharmos em direção à construção social.” (Mengkui, 2003, p. 32-38).

Nesse sentido, pode-se notar que o modelo chinês dos últimos 30 anos atribuiu grande importância à estabilidade política e o colocou no mesmo nível de importância que o desenvolvimento econômico, que, no decorrer das três gerações que se passaram desde 1978, a classe política chinesa conseguiu resolver suas diferenças, propondo o bom desempenho do modelo econômico como condição necessária para a estabilidade social do país. Obviamente, durante o período atual, os resultados obtidos não foram isentos de conflitos e confrontos pelo poder, por exemplo, desde a morte de Mao, o status quo tentou preservar a política predominante de privilégios e portas fechadas, denunciando qualquer tentativa de abertura como traição à nação, associada ao serviço das superpotências social-imperialistas e imperialistas, que colocavam arriscar não raramente a continuidade do grupo de reformadores, que foram classificados como “monstros burgueses”. Essa mesma ameaça, representada pelos diferentes grupos que lutaram pela defesa de seus interesses e pelos princípios da primeira etapa do triunfo da Revolução Chinesa (1949-1976), durou radicalmente até 1992, data em que o período de desmantelamento da economia tradicional é considerado concluído e a nova visão de desenvolvimento em direção a uma economia socialista de mercado é consolidada.

Nesse breve quadro político, como parte fundamental do desenvolvimento econômico da China, a profunda crise que o governo passou em 1989 não pode ser apontada, dados os infelizes eventos da Praça Tiananmen, onde as decisões políticas assumidas foram tomadas diante de uma grave crise do grupo no poder e causou uma forte reação internacional à China, que causou o declínio de seu crescimento em 1990 e 1991, para uma média de 4%. Por outro lado, de maneira recente (2006), como outro exemplo das disputas políticas, o próprio presidente Hu Jintao teve que tomar decisões importantes em matéria de controle político, processando o chefe do Partido Comunista Chinês na cidade de Xangai, Chen Liangyu, juntamente com outros 30 funcionários, que, além da provável falta de corrupção em que incorriam, representavam os interesses políticos do ex-presidente Jian Zemin (que abandonou o poder formal em 2004 deixando seu último cargo como presidente da importante Comissão Militar Central), enfrentando a mudança de poder do presidente Hu Jintao, no final de seu segundo man-

dato, desmontando com ele um germe de dissidência e uma ameaça ao fator de disciplina e continuidade mantido até o momento (Process, 2007, p. 46).

A consistência da estabilidade política do atual modelo de desenvolvimento chinês (sem ir ao fundo de suas vantagens e desvantagens internas, devido às limitações deste trabalho) resultou em uma exigência *sine qua non* no escopo de suas realizações econômicas. Antes da recente celebração do XVII Congresso do PCC, realizada de 15 a 20 de outubro de 2007, poderia dizer que no momento essa continuidade parecia estável, quando o grupo de Presidente Hu Jintao se consolida no poder por meio da eleição de membros de sua equipe nos principais cargos do poderoso Comitê Permanente do Bureau Político do Comitê Central (nove membros), como Xi Jinping, secretário do PCC em Xangai, e Li Keqiang, secretário do PCC na província norte de Liaoning e o aparente favorito de Jintao para sucedê-lo na presidência. Essa política de sucessão política avançada, que tem funcionado nos últimos 30 anos e é conhecida como a renovação da quinta geração (Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping, Jian Zemin, Hu Jintao e o próximo sucessor), também foi reforçada por meio das novas acusações expressas pelo Presidente Jintao no XVII Congresso do PCC, no qual ratificou o caminho de uma política bem-sucedida e inclusiva, salientando que o tema do Congresso era “manter a grande bandeira do socialismo elevada com as peculiaridades chinesas, tomando como guia a teoria de Deng Xiaoping e o pensamento importante da “tripla representatividade” e a aplicação exaustiva da concepção científica de desenvolvimento, para continuar trabalhando para emancipar a mente, sustentar reformas e abertura, promover o desenvolvimento de maneira científica e aumentar a harmonia social, numa luta para conquistar novas vitórias na construção integral de uma sociedade modestamente abastada” (Documento do XVII Congresso Nacional do Partido Comunista da China, 2007, p. 2); postulados que se acrescentam à sua ideia central de construir uma “sociedade harmoniosa”, adotada em 2006 (com histórico em 2004), na Sexta Reunião Plenária do XVI Comitê Central do PCC; política voltada para a redução das grandes diferenças econômicas hoje presentes na China entre as zonas do Pacífico de alto crescimento econômico e as áreas do centro, oeste e nordeste do país, onde populações importantes ainda se acumulam em extrema pobreza, e que são motivo de mal-estar, dissidência e geração de novos grupos políticos antagônicos que ameaçam os resultados e a sustentabilidade das novas políticas públicas (Chi Fulin, 2007, p. 175).

Nos próximos tempos, não há dúvida de que o fator político continuará sendo um dos desafios mais importantes que a China enfrentará para sustentar uma estabilidade suficiente exigida por seu bom progresso econômico. Certamente, é importante ressaltar que os extraordinários resultados

econômicos obtidos até o momento (crescimento do PIB em 1978 de cerca de 40 bilhões de dólares, para mais de um bilhão e oitocentos mil dólares em 2007, World Atlas) também operaram a favor de um modelo político-econômico que valorize a estabilidade política e econômica com o mesmo peso. É claro que em questões políticas há inúmeros desafios a serem enfrentados. Por exemplo, o importante desafio de um maior avanço na democratização do país aparece; dessa democracia “com características chinesas” definida na Constituição de 1982, como a de um “estado socialista da ditadura democrática popular...”, que tem ampliado levemente os canais de sua participação através de suas três fundações: a liderança do PCC; a participação do povo em assuntos políticos; e a administração do país de acordo com um Estado de Direito (XVII PCC); adiantamentos aos quais se poderia acrescentar a aceitação de novos empreendedores privados no Estatuto do Partido em 2002; múltiplos candidatos e campanhas disputados em eleições diretas em mais de 90% dos comitês de diferentes aldeias do país; a inclusão de pessoas proeminentes não comunistas em cargos de gabinete, não pertencentes ao PCC; fortalecimento institucional e regulatório dentro do Partido e maior abertura a partidos democráticos ou legais, distintos do PCC (Argenpress, 2007, A reforma do Partido Comunista da China expande a Democracia).

A democracia, ao “estilo chinês”, assim como o “socialismo de mercado” são modelos que não podem ser analisados à luz dos paradigmas ocidentais. O próprio presidente Jintao reiterou que “a China não adotará uma democracia no estilo ocidental”, de modo que, com a persistência de abordagens nesse sentido, tanto política quanto econômica, é o único que perde a oportunidade de aprofundar novos tipos de expressões que são inseridas, com pouco sucesso, nesta nova etapa do mundo global. A China, é claro, continuará enfrentando o desafio de resolver o difícil equilíbrio entre globalização econômica e globalização política com estabilidade.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO PRIORIDADE DO ESTADO

*“Desenvolvimento por qualquer meio,
sem alterar a estabilidade social.”*

Deng Xiaoping

Na crise política do final da década de 1970, o desafio imediato para a China era crescer a qualquer custo, a fim de atender às demandas urgentes do povo. O modelo econômico anterior já havia fracassado e fora da China o futuro do crescimento era debatido entre o “sucesso” das economias

desenvolvidas ocidentais e um cenário de globalização incipiente que começava a traçar uma nova ordem internacional de desenvolvimento. Nesse sentido, o ponto de partida das primeiras reformas foi a necessidade de adaptar um sistema político-econômico orientado para o exterior, uma vez que o crescimento interno fracassara, e Deng usou todo o poder do Estado para estruturar um novo modelo de desenvolvimento cujo ponto central foi o crescimento de seu comércio exterior. Para tanto, analisou-se o modelo econômico de Taiwan na parte operativa, a partir da qual se observou que seu PIB havia crescido entre 1960 e 1965 a uma taxa média de 9,5%, enquanto a China não excedia 4,7%. Todavia, entre 1965 e 1972, quando o PIB chinês aumentou apenas um ponto percentual, Taiwan cresceu a uma taxa de 10,1%. Dessa forma, o exemplo de Taiwan¹ foi um ponto de partida do plano econômico, que Deng chamou de “as quatro modernizações” e cujo objetivo principal era “desenvolvimento econômico por qualquer meio”². De maneira especial, as diferentes missões comerciais que foram enviadas ao México na época deveriam ser acrescentadas a esse processo, a fim de conhecer diretamente o modelo maquilador do norte do país, que também desempenhou um papel muito importante na integração do novo modelo chinês.

DENG XIAOPING E SEU PENSAMENTO ECONÔMICO

Deng Xiaoping disse no início da Reforma: “Temos que ser mais ousados do que antes para realizar a reforma e a abertura ao exterior e ter a coragem de experimentar. Não devemos agir como mulheres com os pés amarrados. Uma vez que tenhamos certeza de que algo deve ser feito, devemos ousar experimentar, quebrar e traçar novos caminhos com ele. Essa é a lição importante que devemos aprender com Shenzhen. Se não temos um espírito pioneiro, se temos medo de correr riscos, se não temos energia e direção, não podemos quebrar e traçar um novo caminho, um bom caminho ou realizar algo novo. Quem é capaz de dizer que você tem 100% de certeza de sucesso e que não está assumindo riscos? Ninguém pode ter 100% de certeza desde o início que o que está fazendo está correto. Eu nunca tive tanta certeza. A cada ano, os líderes devem revisar o que fizeram, continuar com

¹ Além de olhar para Taiwan, Deng observou os experimentos realizados em Sichuan, sua província natal, com os quais conseguiu multiplicar a produção agrícola na província, o que resultou em um crescimento de 79% entre 1976 e 1979.

² O objetivo do novo regime era o desenvolvimento econômico da China através das quatro modernizações: agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia, itens que, sob a liderança de Deng Xiaoping, foram enfatizados com o objetivo de colocar a China na vanguarda de todas as nações do mundo. (JK Fairbank, op. cit., p. 486).

as medidas que provaram ser apropriadas, agir imediatamente para alterar aquelas que provaram estar erradas e resolver novos problemas assim que forem identificados” (Deng Xiaoping, 1994, p. 361).

A vida de Deng ocorre adequadamente ao longo do século XX (1904-1997) e, como já foi observado, faz parte de um dos estágios mais caóticos da história da China. Ele tem que viver o fim do Império (1912), enfrentar os vários movimentos revolucionários (1912-1949), a invasão japonesa (1931-1945), e, durante o período maoísta (1949-1976), cabe a ele enfrentar diferentes movimentos que, como a Revolução Cultural (RC, 1966-1976), o sujeitam a fortes ataques políticos dos grupos mais conservadores.

Desde o triunfo da Revolução e diante de diferentes desafios sociais, o discurso de Deng foi distinguido a partir da realidade, a fim de encontrar novas maneiras de tirar a China da pobreza, que colidiu com o discurso triunfalista e dogmático do poder central. Nesse sentido, apontava em 1957 que “de maneira alguma devemos exagerar nossos sucessos, nem pintar nossas realizações de rosa. O fato de pintar tudo de rosa e ver as coisas de maneira muito simplista se manifesta em nosso trabalho de propaganda, em idealizar a situação atual do nosso país como se não houvesse dificuldades, e só pudéssemos desfrutar do conforto”, e acrescentou: “Nossa principal tarefa a partir de agora é a construção, que será um pouco mais difícil, pelo menos não mais fácil, do que a revolução...” (Deng Xiaoping, Volume I, 1995, p. 295). Diante do desafio de seu tempo, ele falou de “aprender, é claro, todas as experiências avançadas do mundo, aprender o quanto elas avançaram em várias partes do mundo, incluindo os Estados Unidos”, embora, é claro, nos anos 1950, colocava em primeiro lugar a União Soviética. Ele reconheceu da mesma maneira que, “na China, muitos dos capitalistas nacionais passaram por lutas árduas e sabem mais sobre nós do que sobre gestão de negócios”. Esses tipos de opiniões, geradas dentro da estrutura da construção do novo crescimento, geraram vários inimigos e sérias ameaças durante a ortodoxia e o pensamento único do Presidente Mao. Por exemplo, já nos dias difíceis do início da República Popular da China, em 1967, seu confronto com a parte mais difícil do governo o levou a receber dos jornais oficiais a qualificação de “espírito de boi-demônio e cobra”³, por incitar o país em direção ao caminho capitalista, por meio de sua liderança e trabalho no Partido (Deng Ron, 2002, p. 35).

Não obstante o exposto, antes de sua incorporação ao poder na morte de Mao, Deng teve a oportunidade de colocar em prática suas ideias, que,

³ Símbolo demoníaco na superstição da mitologia chinesa, que foi aplicada durante o RC a intelectuais e líderes do governo.

sinteticamente, se baseavam na harmonização de três fatores: desenvolvimento, reformas estruturais e estabilidade política. A esse respeito apontou: “a solução para todos os problemas da China depende do desenvolvimento econômico”, “o desenvolvimento é o fundamento absoluto e, para alcançá-lo, é necessário insistir repetidamente nas reformas que o tornam possível”. Ele acrescentou em 1985: “Todas as nossas reformas estão alinhadas a um único objetivo, que é remover obstáculos que limitam ou inibem o desenvolvimento de forças produtivas, que, por sua vez, devem ter como objetivo criar uma base tecnológica para o desenvolvimento”. A teoria de Deng sempre assimilou o vínculo reforma-desenvolvimento como uma unidade perfeita no tempo, sujeita a um modelo de tentativa-erro: a reforma aplicável para o melhor desenvolvimento possível, e a reforma ou as reformas como política pública permanente que corrige tudo o que não contribui para o desenvolvimento. No entanto, como já mencionado, ele sempre lembrou que essas duas premissas não seriam possíveis sem a estabilidade do país, através do equilíbrio social e político de seus atores. Sobre essa questão, Deng Xiaoping disse: “Se não houver estabilidade, causada por desequilíbrios políticos, será impossível caminharmos em direção à construção social” (Mengkui, 2003, p. 32-38).

Essa trilogia simples de reforma-desenvolvimento-estabilidade constitui a base teórica do modelo de desenvolvimento de Deng, cujo principal desafio era alcançar o equilíbrio de conceitos ao longo do tempo, de modo que sua sinergia se traduzisse em benefício e aprimoramento do modelo: diferentes classes sociais. Nesse sentido, declarou: “a expressão básica da superioridade de nosso sistema socialista é representada pela possibilidade de que as forças produtivas de nossa sociedade cresçam rapidamente a taxas nunca vistas na China antiga, e gradualmente nos dê a satisfação do aprimoramento cultural e material que nosso povo precisa” (Mengkui, 2003, p. 32-38).

Além dessa estratégia de desenvolvimento, em torno da qual foram construídas as diferentes reformas para o crescimento econômico e comercial, aparece um complemento muito importante, que é a visão de longo prazo do projeto. O conhecimento de saber o que se quer e pode e a clareza de saber a direção que está seguindo. Deng Xiaoping disse em 1978: “A essência das reformas é construir as bases para o desenvolvimento sustentável na próxima década e nos primeiros cinquenta anos do próximo século.” Ainda assim, ele fundamentou isso em uma estratégia com uma visão do futuro que o chamou de “três etapas”: “Neste século, daremos duas etapas, que representam a solução dos problemas de alimentos e roupas adequados para o nosso povo. No próximo século, passaremos outros 30 ou 50 anos para

atingir a meta do outro passo – que é atingir o nível dos países moderadamente desenvolvidos no mundo” (Mengkui, 2003, p. 32-38).

Deng era um homem visionário com uma grande capacidade de se adaptar não apenas a um novo estágio político que iniciou seu país, depois de viver por muito tempo, mas também de entender a grande transformação global que o mundo estava passando no final dos anos setenta, e liderar a China para tirar proveito dessa situação. Sobre o assunto, declarou em 1987: “Atualmente existem dois modelos de desenvolvimento produtivo. Na medida em que cada um deles atenda aos nossos propósitos, nós o usaremos. Se o socialismo é útil para nós, as medidas serão socialistas; se o capitalismo for útil para nós, as medidas serão capitalistas”. Nesse sentido, de maneira incommon e pragmática, ele apontou: “Não há contradições fundamentais entre o socialismo e a economia de mercado.” “[...] a experiência que adquirimos nos últimos anos nos mostrou que em uma estrutura econômica rígida não conseguimos desenvolver as forças produtivas. É por isso que temos implementado algumas medidas capitalistas úteis. É agora claro que a abordagem certa para abrir-se para o mundo é a combinação de uma economia planificada para uma economia de mercado, às quais se implementam reformas estruturais” (Mengkui, 2003, p. 40). Sob essa sinergia de conceitos, nasce o que hoje é chamado de “socialismo de mercado”.

“Certamente a afirmação de que a economia de mercado existe apenas na sociedade capitalista está errada, que existe apenas economia de mercado capitalista. Por que o socialismo não pode praticar a economia de mercado?” (Deng Xiaoping, T.II, 1995, p. 266). Esses tipos de posição são o que definiu e revolucionou o paradigma de seu modelo de planejamento central, assim como eles enfrentaram a teoria do modelo capitalista. No final, o que se destacou foi a intenção pragmática e utilitária de transformar modelos econômicos de fins em meios na busca de um desenvolvimento precioso. Não importava se o gato era preto ou branco, disse Deng, parafraseando um antigo provérbio chinês, o que importava era que ele caçava ratos, e acrescentou: “Não há contradição fundamental entre socialismo e economia de mercado”, ambos são meios. Atualmente, os teóricos de ambos os modelos (capitalista e socialista) ainda buscam respostas que expliquem claramente esse novo modelo, validado com base no sucesso de seus resultados.

Em relação à questão das reformas estruturais, que agora preocupa a maioria dos países, nos anos 80, Deng indicou: “sem desenvolvimento, as reformas não significam nada”, acrescentando que “reformar era remover as relações e superestruturas de produção que não estavam levando ao desenvolvimento de forças produtivas” (Mengkui, 2003, p. 38). Reforma-desenvolvimento, desenvolvimento-reforma, sob nova aprendizagem baseada

na experiência bem-sucedida do mundo: um aprendizado que entendeu que o desafio era atravessar um rio desconhecido, então “você tinha que ir com cuidado, sentindo as pedras”, um rio que deve levar desenvolvimento para o benefício do povo. Portanto, toda reforma e desenvolvimento, para fazer sentido e ser aprovada, deveria atender a três objetivos (três favoráveis): a) ser favorável ao crescimento das forças produtivas; b) ser favorável ao fortalecimento do Estado Socialista; e c) ser favorável ao aumento dos padrões de vida das pessoas. Se não cumprisse com esses “três favoráveis”, não fazia parte da estratégia integral do novo modelo socialista de mercado. A simplicidade das abordagens é combinada corretamente com o pragmatismo das posições. A clareza de entender uma globalização que mal floresceu há mais de um quarto de século atrás e de implementar uma estratégia vencedora contrasta com a perda de direção que ainda vive muitas economias.

A figura de Deng Xiaoping é caracterizada por ter o raro talento que apenas poucos estadistas alcançaram, em relação à capacidade de dominar o mundo político e as linhas de construção econômica, em um estágio de mudança histórica dentro de um processo global que muda todos os dias. Existem muitos desafios que o modelo chinês tem pela frente, mas, além de seus resultados futuros, o estágio que inclui de 1978 a 2008, devido ao tamanho de seus resultados, permanecerá como uma das realizações econômicas mais bem-sucedidas que o desenvolvimento teve do homem e da pessoa de Deng Xiaoping como a figura central que tornou isso possível.

LINHAS GERAIS DO MODELO ECONÔMICO

A combinação de políticas públicas assumidas pelo novo modelo chinês, independentemente de sua origem, resultou em um pragmatismo que quebra os métodos tradicionais de análise e beneficia os resultados econômicos da China. O Ocidente, após a queda do Muro de Berlim, consolidou sua ideia de um modelo vencedor de mercado livre, construído muito superior à estratégia de planejamento central implementada pela antiga União Soviética, que, como ficou muito claro, demonstrou sua incompetência com sua referência ocidental. Portanto, quando antes de seu fracasso, tanto a China (1978) quanto a antiga União Soviética (1989) abrem suas fronteiras e saem para o mundo. A conclusão mais previsível é que tiveram que adotar o modelo neoliberal e manter sua vez no concerto econômico que já era predeterminado. Embora com uma década de diferença, a Rússia entendeu dessa maneira, seguiu uma estratégia de terapia de choque, sob o modelo do FMI, estabelecendo um esquema aberto de privatização (*laissez faire*), que ocorreu abruptamente em um programa que foi chamado de 500 dias,

o que gerou um fechamento maciço de empresas e uma perda de um número significativo de ativos estratégicos do Estado. Esse modelo implementou uma abertura total de seu mercado e uma troca livre de sua moeda, o que levou a um endividamento enorme e a uma crise financeira que significou a perda de 4,2 vezes de seu produto nacional bruto (PNB), de 1992 a 1996, que representava 2,5 vezes o valor econômico total perdido pela Rússia durante a Segunda Guerra Mundial. Essa estratégia também fez com que 60% da população sofresse uma queda em sua renda, que 40% da pobreza extrema fosse gerada, que apenas 10% da população tivesse acesso a níveis de riqueza e que a economia russa retrocedesse 20 anos em seu desenvolvimento (Mengkui, 2003, p. 19). Em contraste com o exposto, a gradualidade, a abertura seletiva e a estratégia abrangente implementada pelo Estado chinês em seu modelo de desenvolvimento econômico geraram resultados totalmente diferentes.

Dentro das diferentes linhas de aprendizado que emergem do novo modelo chinês de desenvolvimento e que certamente terão que ser analisadas em profundidade no futuro, enfatiza sua prudência de não se render sem pensar à oferta dos paradigmas de um mercado livre, assim como a Rússia, a maioria dos países latino-americanos ou a própria China fizeram em 1949 contra o modelo soviético. Da mesma forma, para essa cautela por “sentir as pedras do novo rio”, seria necessário acrescentar inteligência para colocar o interesse e a realidade nacional nas diferentes estratégias implementadas sem ser inibido pela invenção de novas fórmulas não testadas no meio de um novo dogmatismo de mercado livre, que adorava a mão invisível do desenvolvimento. Nesse sentido, alguns autores apontam que “é precisamente o sucesso das nações asiáticas que permite que os atuais teóricos do mercado livre, especialmente os funcionários do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, realcem os benefícios dos mercados livres e, dada sua importância nos programas de ajuste e estabilização, revivam o paradigma neoclássico” (González, 2006, p. 29). Quanto à China, pelo menos, essa ideia não se enquadra no modelo socialista de mercado, que articula em benefício de todos os tipos de estratégias, independentemente de sua origem, com o único requisito de que eles forneçam desenvolvimento.

No XV Congresso do PCC, a China definiu seu modelo da seguinte forma: “Construir uma economia socialista com características chinesas significa desenvolver a economia de mercado sob as condições do socialismo e constantemente emancipar e desenvolver forças produtivas. Para ser mais específico, precisamos manter e melhorar a estrutura do sistema econômico básico, para que o mercado desempenhe um papel básico no posicionamento de recursos sob o controle macroeconômico do Estado. Devemos manter e melhorar os modelos de distribuição de acordo com o trabalho dominan-

te, permitindo que certas pessoas e certas áreas sejam prósperas a princípio, para que possam ajudar outras pessoas mais tarde e, assim, alcançar a prosperidade passo a passo.” (Mengkui, 2003, p. 23)

O novo modelo chinês é definido, em primeiro lugar, por sua consciência da mudança histórica, de estar presente diante de uma decisão que, se bem-sucedida, comprometeria os esforços de seu povo por um período de cerca de 100 anos: concebê-lo como um estágio de transição gradual de um país rural analfabeto para um país industrializado com altos níveis de ciência, tecnologia, educação e cultura; combinar seu futuro econômico com uma economia de mercado, em tudo o que os favoreceria. Se fosse um estágio histórico, apesar do livre mercado, isso não afetaria seu vigoroso sistema socialista, sobre o qual teria que ser construído um socialismo com características chinesas, um sistema econômico socialista e um sistema político socialista democrático, sendo esta última a mais difícil para o observador ocidental, que em suas diferentes abordagens esquece que, em diferentes estágios do desenvolvimento econômico da China, o Estado nunca deixou de ter uma responsabilidade direta pelas diferentes políticas adotadas, acompanhando seu setor privado nascente em todos os elos de seu contato com a economia ocidental. Portanto, em seu XV Congresso do PCC, a posição dominante da propriedade pública e o desenvolvimento paralelo de várias formas de propriedade são expressamente declarados, isto é, o importante papel econômico do Estado, como condição prévia da propriedade privada, como o grande controlador da vida econômica do país. Nesse sentido, a China nunca comprou a figura fácil da “mão invisível do mercado”, mas sim, desde a sua abertura até hoje, se opôs à “mão visível do Estado”, o que se traduz em seu compromisso e responsabilidade direta no sucesso de seus setores, empresas e empreendedores, que é um dos elementos centrais do modelo chinês.

• Instrumentação de uma política de abertura seletiva

“Desenvolvimento requer livrar-se de todas as noções que o impedem; mudar todas as práticas e regulamentos que o impedem e se libertar de encargos financeiros.”

Jiang Zemin

O desenvolvimento, por qualquer meio, a todo custo, foi o grande desafio de 1978. A luta frontal entre as forças internas pela abertura e sua modulação não foi determinada e a política de portas abertas teve que ser gerenciada gradualmente. Acima de tudo, era necessário decidir, como disse

Deng Xiaoping , em que campo se daria a batalha das “moscas” que entrariam quando as janelas do mercado externo fossem abertas, mas, acima de tudo, não perder de vista que o nome do jogo era desenvolvimento, desenvolvimento e mais desenvolvimento. Diante desse desafio, a China tinha em mente, lembrando Sun Tzu, que um exército que desejava travar a batalha em todo o território estava fadado à derrota, que não se pode ser forte, iniciando uma política de regiões geográficas (pacífica, média e ocidental), decidindo colocar mais ênfase e recursos na primeira, por suas qualidades em relação ao mercado ocidental. Da mesma forma, a estratégia desenvolveu a abordagem e definiu uma seleção de setores prioritários aos quais todo apoio estatal seria concedido. Nesse sentido, os chineses endossam novamente as palavras de Sun Tzu quando ele diz: “O inimigo deve ignorar onde pretendo travar a batalha, porque, se ele a ignora, deve estar preparado em muitos lugares. Contudo, quando estiver preparado em muitos lugares, terei que lutar apenas com alguns homens em qualquer um deles.” (Sun Tzu, 1999, p. 52). Em uma primeira tentativa de classificar setores, partiu-se de uma ideia muito geral do que foi chamada de “Quatro Modernizações”, que incluiu: a liberalização da produção agrícola, a atração de investimentos estrangeiros, a agressividade da política de exportação e a criação de zonas especiais. Posteriormente, em 1981, no âmbito do Programa Nacional de Ciência e Tecnologia, foram estabelecidos os setores que seriam priorizados: Agricultura, energia, novos materiais, tecnologia da informação, tecnologia espacial, engenharia espacial, engenharia genética, engenharia física, tecnologia a laser. Em 1988, essas prioridades foram redefinidas com um sentido tecnológico, incluindo: microeletrônica, semicondutores e hardware, informações tecnológicas, novos materiais em tecnologia, nova tecnologia de energia e conservação, biotecnologia, tecnologia espacial e oceânica, tecnologia a laser, tecnologia mecatrônica, tecnologia nuclear e outras tecnologias de ponta. Em 1996, com o sucesso alcançado no programa anterior, houve um reajuste de setores no IX Plano Quinquenal, bem como no programa denominado Perfil Objetivo de Longo Prazo (2010), tentando se concentrar ainda mais na força do Estado e sua estratégia comercial nas seguintes áreas: automotivo, eletrônico, produtos elétricos e de telecomunicações, máquinas, petroquímica, química, siderúrgica e construção.

Essa abordagem para a construção de campos de ação econômicos prioritários está longe da estratégia latino-americana em geral e da mexicana em particular, que abriu suas economias e seu comércio em suas cadeias econômicas, perdendo força e concentração de recursos. Ao decidir em quais campos as batalhas são travadas, obtém-se uma vantagem competitiva concentrando os recursos financeiros, materiais e humanos nos campos

de desenvolvimento nos quais foi decidido vencer na competição global, considerando antecipadamente que uma abertura precipitada em todos os setores enfraquece a linha de apoio pública e privada e dispersa os recursos e a atenção do Estado. Tem-se como exemplo acima o caso da indústria automobilística chinesa, que foi designada como setor prioritário, atraiu todos os pontos fortes do Estado (subsídios, pesquisa, desenvolvimento, educação, matérias-primas, custos etc.), com destaque para transformá-lo em um setor vencedor, passando de 200 mil unidades em 1995 para mais de 5 milhões em 2004 e próximo de 10 milhões em 2010 (CSM World Wide). Esse crescimento, que obviamente envolve um aumento na venda de veículos (por exemplo, de 2002 a 2003, as vendas aumentaram 75%), também inclui um maior crescimento na cadeia de suprimentos, como o aço, que nos últimos anos a demanda cresceu em média 20% ao ano. Essa política de preferências também levou o setor automotivo a registrar uma integração industrial de 70%, ou seja, para produzir seus veículos, requer apenas 30% dos insumos do exterior. Esse grau de integração se torna superior em outros setores, como eletrônicos, têxteis e calçados, nos quais esse percentual sobe de 90% para 100%.

O desenvolvimento como política integral de Estado, as áreas geográficas como a decisão inteligente de onde gerenciar a abertura e a globalização e a hierarquia dos setores como objetivos claros do crescimento nacional deram uma vantagem estratégica ao desenvolvimento chinês.

CRIAÇÃO DE ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

O nascimento de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), é a parte mais importante da política de abertura e reforma da China e o sinal mais evidente de sua mudança perante o mundo exterior. Nos últimos brilhantes quinze anos, uma vasta gama de informação foi acumulada derivada das ZEEs, as quais foram consideradas um milagre pelo grande número de observadores.

Chi Fulin

Desde o final dos anos setenta, o modelo chinês projetou a estratégia de criar diferentes tipos de territórios ou zonas econômicas privilegiadas, com o objetivo, por um lado, de concentrar o apoio público em pontos estratégicos de seu território e, por outro, com a ideia de dotá-las de um valor competitivo diferenciado que pudesse ser reconhecido pelo investimento estrangeiro, que não se contaminara pelas enormes assimetrias sociais, econômicas e produtivas do resto do país. Para isso, implantou uma política

de desenvolvimento regional por meio da criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), nas quais se concentrava o maior percentual de investimento estrangeiro. As ZEEs podem incluir: Zonas de Desenvolvimento Tecnológico-Econômico (ZDTE), Zonas Francas (ZF), Zonas de Desenvolvimento da Indústria de Alta e Nova Tecnologia (Torch), Zonas de Fronteira de Cooperação Econômica (ZFCE) e Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), as quais têm como resultado a atração de grandes volumes de investimento estrangeiro, por intermédio da criação de zonas-regiões de competição internacional, que continuam a fornecer todo tipo de instalações e apoio à entrada e saída de produtos e, de maneira especial, àqueles que se concentram na tecnologia.

No período de 1978 a 1985, as cinco primeiras ZEEs foram criadas nas províncias de Guangdong (Shenzhen, Zhuhai e Shantou), Fujian (Xiamen) e Hainan. Nessas zonas, valendo-se de uma ampla gama de estímulos públicos, a incorporação de novos empreendimentos foi incentivada, assim como foi realizada a extensa campanha de promoção para empresários estrangeiros, a fim de se associassem a empresas chinesas por meio de Joint Ventures. Nesse mesmo período, seis outras Zonas de Investimento Prioritário foram abertas em Pequim, Tianjin, Baía de Bohai, Xangai, Wuhan e Zona do Rio das Pérolas, da mesma maneira que começou a criação de Zonas de Desenvolvimento Técnico Econômico em quatorze cidades da costa leste. Sob essa política de direcionamento e concentração de recursos, nesse mesmo período, três “Triângulos de Desenvolvimento” foram estabelecidos para acelerar o crescimento econômico no Delta do Rio das Pérolas. No VII Plano Quinquenal (1985-1990), decidiu-se ampliar as ZEEs e ZDTEs dentro da região costeira. Durante o VIII Plano Quinquenal (1990-1995), foi projetada a modernização do famoso Distrito de Pudong (Xangai), que foi tratado como uma ZEE, melhorando fortemente seu desenvolvimento através da criação de quinze áreas livres de impostos, 54 zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento de alta e nova tecnologia. Ao mesmo tempo, a política de apoio focada nas capitais e províncias do interior, como Jilin, Mongólia Interior, Xingjiang, Yunnan e Guangxi, foi ampliada, iniciando uma estratégia gradual de incorporação da zona central ao desenvolvimento bem-sucedido da costa do Pacífico, que, ao longo desse plano, foi totalmente incorporada à política pública de apoios especiais. Além disso, 18 províncias ao longo do rio Yantgzé foram tratadas como cidades costeiras. De uma maneira especial, essa política de apoio especial à atração de capital estrangeiro foi aberta à área que inclui o trabalho das três gargantas (Chengdu e Chongqing). Dado o sucesso dessa estratégia, no X Plano Quinquenal, foi decidido abrir o IED (investimento

estrangeiro direto) nas áreas central e oriental, que correspondem ao Tibete, Hubei e Mongólia. A criação e diferenciação dessas áreas tem sido acompanhada, de maneira diferenciada e estratégica, por toda uma bateria de apoio público em infraestrutura, subsídios, centros de pesquisa e desenvolvimento, planos educacionais, isenções tributárias para investimentos estrangeiros, entre outros, transformando as vilas de pescadores da costa leste, ou as aldeias agrícolas marginalizadas do centro do país, nas cidades globais de produção e pesquisa tecnológica, em termos que variam de dez a vinte anos.

Essa política de direcionamento de recursos e formação de cadeias de valor por meio da soma da segmentação de áreas geográficas, definição de setores prioritários e criação de zonas econômicas especiais resultou na geração de um alto nível de competitividade dos produtores chineses, que superam facilmente os de outros países. Essa concentração de ativos estratégicos pode ser vista claramente quando vemos que cidades como Shang-Yang e Nanchong fabricam cerca de oito bilhões de pares de meias por ano, Xiamen, 225 milhões de jeans, Suzhou, 300 milhões de laços, Fuzhou, 960 milhões de peças de roupa íntima etc. Por outro lado, a criação de empresas como a Hon Hai Precision Industry Co. são verdadeiras cidades fabris com cerca de 500 mil funcionários, que é o principal exportador mundial de dispositivos eletrônicos.

A ideia de uma decolagem do país, em um território imenso e com uma população marginal transbordante, levaria ao fracasso de qualquer plano de desenvolvimento que tivesse optado por um crescimento de “todos juntos e ao mesmo tempo”. As críticas que, nesse sentido, são feitas ao modelo chinês de privilegiar certas áreas na deterioração de outras ignoram esse obstáculo. Esse modelo de desenvolvimento, iniciado na costa leste, foi estendido nos últimos anos às áreas central e oeste. Ao mesmo tempo, embora a costa tenha sido priorizada por sua localização geográfica e instalações para exportação, ante o sucesso alcançado pelo movimento populacional das áreas rurais para as urbanas, tem sido um fenômeno permanente do trabalho, dado o excessivo 300 milhões de empregos que o modelo gerou até 2006. Como mencionado anteriormente, na visão de Deng Xiaoping, sempre se pensou que o progresso econômico seria progressivo e que a riqueza e o desenvolvimento gerados na região do Pacífico Oriental teriam que transbordar para as áreas central e ocidental, que hoje representam um dos desafios mais urgentes da estabilidade político-econômica do modelo chinês. Nesse sentido, e para garantir a institucionalização dessa política, no recente XI Plano Quinquenal do Congresso Popular Nacional, foi aprovada a “Lei de Promoção do Desenvolvimento da Zona Oeste”, com base em uma estratégia de 50 e 100 anos, na qual já se começa a priorizar o investimento

governamental na região através de 50% do valor industrial das empresas estatais em 2002 (20% a mais do que no leste) e 53% do investimento em ativos dessas empresas no mesmo ano (14% a mais que no leste), à qual está sendo adicionada uma política financeira especializada para a área (bancos, empréstimos, fundos de desenvolvimento etc.) e uma política social mais agressiva (Chi Fulin, 2006, p. 178).

Após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o tratamento preferencial dos diferentes tipos de zona ou região estratégica vem perdendo o impacto que tiveram nos primeiros ZEEs de 1980. No entanto, a China continua a conceder-lhes tratamento preferencial na implantação de suas políticas públicas, dentro das quais se destacam, de maneira especial, as diferentes facilidades concedidas pelas províncias das áreas central e oeste, que, em um ambiente de franca concorrência, rivalizam com a oferta de pessoal qualificado, inovação técnica, vantagens fiscais, facilitação do governo, ambiente de negócios, entre outros.

Por outro lado, a pressão internacional e os compromissos institucionais assinados no século atual tornaram difícil para a China manobrar as ZEE, que deram bons resultados em termos de desenvolvimento, crescimento e emprego. No entanto, deve ficar claro que a China não deixará de usar essa estratégia, embora seja ajustada ao longo do caminho, como Jian Zemin apontou na época: “as ZEEs devem ser desenvolvidas ao longo da construção do socialismo moderno” (Gao, 1997, p. 9-41), ou seja, por pelo menos 100 anos. Chi Fulin, um dos principais economistas e ideólogos do modelo chinês, também afirmou que a experiência gerada nas ZEEs será de grande ajuda e de importância exemplar nas futuras reformas do modelo, que são rapidamente orientadas para uma economia de mercado, no entanto ele acrescenta que será necessário que a política econômica das ZEEs continue tão intacta quanto possível (Chi Fulin, 1996, p. 261). É nesse quadro de referência que as mudanças dinâmicas da economia chinesa se desdobram: por um lado, o cumprimento de seus compromissos internacionais (OMC) e seu progresso interno rumo ao Estado de Direito; por outro, o desafio de manter um modelo econômico que nos últimos trinta anos se caracterizou por manter e privilegiar a participação direta do Estado em suas diferentes etapas e processos econômicos, dando-lhe uma vantagem especial sobre a concorrência com outros países, como a maioria das economias latino-americanas, que desde 1980 iniciaram, em seus respectivos modelos, uma extrema retirada do Estado. Nesse desafio do mercado estadual, apesar do significativo progresso legal da China na questão econômica (em 2007 e 2008, decretou falência, direitos de propriedade, monopólios, impostos sobre empresas etc.), a participação direta do Estado

não desaparece completamente nos processos econômicos e, pelo contrário, continua liderando o movimento do modelo em direção ao centro e oeste do país, por meio da manutenção de ZEEs e políticas especiais que motivam e contribuem para a sustentabilidade da zona oriental e o novo desenvolvimento do centro e do ocidente. Nesse sentido, ainda está em vigor a classificação das empresas (“encouraged”, “restrict” and “to be eliminated”), a fim de determinar o apoio financeiro e fiscal que seu desenvolvimento e competência internacional permitem. Ao mesmo tempo, o Estado continua a gerar uma participação acionária direta nos setores “estratégicos industriais” (indústria militar, geração de energia, petróleo, telecomunicações etc.) ou nas chamadas “indústrias básicas” (máquinas, automóveis, tecnologia etc.) ou reduzindo e “corporativizando” lentamente sua participação em empresas do governo estadual (SOEs, na sigla em inglês), ou mantendo alguns preços sob o controle do Estado (aproximadamente 4%), ou mantendo algumas taxas de serviço (água, eletricidade, gás etc.) abaixo do normal, em apoio a empresas locais ou estratégicas, além de manter alíquotas de impostos e políticas de promoção para empresas com atividades em determinadas regiões ou setores geográficos ainda considerados de importância nacional, como as relacionadas à pesquisa e desenvolvimento de empresas chinesas ou estrangeiras (United States International Trade Commission, 2007). Esses são apenas alguns exemplos que subsistem entre uma China que avança no cumprimento de seu relacionamento internacional e outra China que continua a favorecer estratégias de crescimento que agregam valor ao seu desenvolvimento econômico, apesar de não estarem totalmente em conformidade com os regulamentos comerciais globais.

Não é exagero dizer que o modelo chinês muda o tempo todo, sendo essa uma das suas principais virtudes. Sua flexibilidade e capacidade de se adaptar a novos desafios coloca-o na vanguarda do cenário econômico global. O modelo chinês de 1980, carregado de manufatura barata, tem pouco a ver com o modelo dos anos 1990, de intensa exportação de eletrônicos e tecnologia. Por outro lado, o modelo do novo século já é apresentado como um esquema muito sólido, tanto pela força de sua oferta de exportação quanto pelo surgimento de um mercado interno (atualmente 300 milhões de pessoas, estimado em 600 milhões de pessoas em 2020), que não existiam em 1980.

Da mesma forma, as prioridades estão mudando, e agora o modelo direciona sua estratégia para o centro e oeste do país, tentando combinar novas e antigas fórmulas que proporcionam à China um crescimento mais estável e homogêneo. Nesse sentido, tanto a nova Lei Fiscal sobre a entrada de empresas (2008), como as novas disposições trabalhistas de 2008 (Lei dos Contratos de Trabalho), que reforçam os regulamentos da primeira Lei

do Trabalho de 1995 em favor dos trabalhadores (forçando as empresas a assinar contratos de duração indeterminada com trabalhadores por mais de dois anos de permanência na empresa, além de garantir e pagar horas extras, aumentando em aproximadamente 20% os custos trabalhistas), fazem parte de uma estratégia de reorientação do desenvolvimento econômico da China, que, por um lado, para as zonas começa a equipará-las aos climas fiscais e trabalhistas do mercado ocidental, reconhecendo assim a maturidade e a maioria desses setores geográficos econômicos do país, e, por outro, desativando alguns dos privilégios tributários e trabalhistas da atração na zona leste, incentiva a transferência de empresas e investimentos para as áreas central e oeste do país, que esperam obter o sucesso econômico da China. Essa mudança não é pequena, pois, por exemplo, cerca de 80% das empresas manufatureiras localizadas no Delta do Rio das Pérolas são baseadas em um modelo de negócios de baixo custo, que, dadas essas medidas, estão fadadas a sobreviver com baixos lucros, fechar ou mudar para áreas mais propícias à mão de obra barata, como fizeram 30 e 20 anos atrás na mesma região do Delta. Nesse sentido, o vice-presidente da Associação Empresarial de Taiwan em Dongguan disse que “ninguém quer sair, mas somos forçados a nos mudar devido ao vertiginoso crescimento dos custos” (Interchina Insight, 2008, p. 3). Dentro dessa diáspora comercial, motivada pelos ajustes na estratégia do próprio modelo (para os quais a desvalorização muda e a pressão internacional derivada da OMC é o sucesso do próprio comércio chinês), a Federação das Indústrias de Hong Kong, um dos principais atores econômicos da região, estima que 37% de suas 80 mil empresas planejam mudar parte ou todas as suas atividades para fora do Delta. Por seu lado, a Associação Asiática de Calçados observa que aproximadamente 50% da transferência de seus centros de fabricação está sendo realizada para as províncias do interior, 25% optam por outro país asiático e os outros 25% estão em revisão e espera. O compromisso das autoridades nesse sentido é que, na zona leste, as fábricas de tecnologia motivem a sustentabilidade de indústrias mais limpas e avançadas, dedicadas à tecnologia ou à pesquisa e desenvolvimento. Da mesma forma, em relação ao centro e ao oeste do país, com a experiência e o sucesso alcançados no Pacífico, esperam reproduzir o modelo de 1980 e 1990, com apoio a investimentos e regulamentos mais relaxados.

Essa política de preferências tarifárias, aplicada em profundidade no século XX e com seletividade no século XXI, dado seu enorme sucesso na China, motivou a mudança de políticas públicas fiscais em todo o mundo, pressionando até a estratégia de aplicação de impostos de alguns países europeus, que nos últimos anos estimaram a conveniência de reduzir suas taxas de imposto e renda, a fim de manter seu nível de competitividade para atrair

a chegada de capital internacional. Por exemplo: França e Alemanha decidiram em maio de 2004 reduzir seus impostos corporativos para estimular o emprego em suas economias; o governo da Finlândia, aplicou em maio do mesmo ano a redução de 29% para 26% para competir com a vizinha Estônia; Portugal alertou o corte de 30% para 25% e a Grécia de 35% para 25%. Por seu lado, o Brasil está começando a operar zonas econômicas especiais. No caso do México, a concorrência global a motivou a implementar uma política de redução de sua taxa de imposto de renda, o que levou a uma queda de 35% em 2000 para 28% em 2008. No entanto, tanto no caso europeu, como no do México, as medidas aplicadas correspondem a uma inércia de desenvolvimento econômico de natureza geral, que não difere de setores, produtos ou região, como faz o modelo chinês, diminuindo assim a eficácia da medida, tanto pelo nível de aplicação (as isenções chinesas são significativamente mais altas) quanto pelo direcionamento e precisão das medidas (a China as aplica apenas aos setores e regiões vencedores e, aos outros países, aplica reduções de natureza geral).

Vale a pena reiterar que, desde 2001, a China sofre pressão internacional para parar de aplicar esse tipo de apoio especial, comumente chamado de “dumping fiscal”. No entanto, apesar de como já observado, China aprova uma nova Lei Fiscal sobre a entrada de empresas em 2008, que já considera uma aprovação progressiva de taxa para empresas de 25%; Essa mesma lei continua a incluir uma bateria de descontos especiais, como: taxa de imposto aplicável de 20%, para pequenas empresas com baixa taxa de lucro; 15% para empresas de alta ou nova tecnologia; isenção tributária para empresas voltadas à proteção ambiental; e “taxas mais baixas em geral”, totalmente discricionárias, para empresas de capital de risco em investimentos motivados pelo Estado. Obviamente, as empresas com projetos no campo ou nas áreas central e oeste da China continuarão recebendo preferências tarifárias não apenas no imposto de renda, mas também no IVA (imposto sobre valor agregado), que pode ser totalmente isento nesses casos (17%) (estima-se que na China a sonegação anual do pagamento do IVA corresponda a 45% do valor tributável total) (United States International Trade Commission, 2007, p. 67-69).

Também é importante observar que a atual estratégia de atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) da China não é a mesma que foi implementada nas duas décadas anteriores. Por um lado, como apontou a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, da mesma forma que o XI Plano Quinquenal 2006-2010, da prioridade pela quantidade, foi transferido para um critério de qualidade, priorizando setores de alta tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e alto valor agregado, aos quais se aconselha a não apelar aos argumentos de proteção dos direitos de propriedade intelectual para não

impedir a busca chinesa por inovação, isto é, que estejam dispostos a compartilhar tecnologia, por outro, o IDE está aberto a serviços com as limitações de setores estratégicos e segurança nacional, monitorando cuidadosamente a influência que empresas de capital totalmente estrangeiras (WFOE, sua sigla em inglês) podem impactar na segurança econômica da China e, principalmente, de sua indústria (Interchina Insight, 2006).

Em particular, como observado acima, fomentarão investimentos para as regiões central, oeste e nordeste da China, que deverão alocar 80% do novo IDE. Por outro lado, serão proibidos investimentos estrangeiros com baixo conteúdo tecnológico ou alto consumo de recursos naturais ou altamente poluentes (Interchina Insight, 2006). Em resumo, das grandes instalações das décadas de 80 e 90, quando o IDE começou na China (1978, poucos registros de IED), hoje se transitou para um esquema de seleção que limita ou proíbe os investimentos indesejados, e decanta um novo IDE elitista por seu valor tecnológico e pela região a ser aplicada, que, apesar dessas limitações, não gerou uma redução nos valores, que em 2007 registraram 75 bilhões de dólares (Banco Mundial).

As recentes mudanças legais na região leste, juntamente com os novos critérios para entrada de IDE na China, são apresentadas dentro de uma linha estratégica clara que, após 30 anos, continua a aplicar o modelo “Deng”, de acordo com as particularidades chinesas. Nesse caso, dado o desenvolvimento e o sucesso da região oriental, certos apoios são liberados para fazê-lo andar de forma mais independente, e, em termos das duas áreas geográficas mais atrasadas, a estratégia bem-sucedida de apoio diferenciado a regiões, setores e cidades é reproduzida o máximo possível, a fim de fortalecê-las contra o mercado global.

O LONGO PRAZO COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO

Atualmente, a China já sabe o que quer até 2020 e, acima de tudo, tem um plano a ser alcançado. De acordo com o Programa de Desenvolvimento Econômico para 2020, suas metas são quadruplicar seu PIB, crescer a uma taxa anual de 7% e atingir um PIB per capita de quatro a cinco mil dólares para cerca de 1,5 bilhão de pessoas. O mais importante é prever que suas exportações tenham um componente de integração de 50% de bens de alta tecnologia e, finalmente, contemplar um programa de internacionalização para colocar 50 empresas transnacionais, 500 empresas de médio porte e 5.000 pequenas e médias empresas no mercado mundial para 2015. No meio do estágio comunista, em 1953, a China iniciou seus programas de longo prazo com o I Plano Quinquenal, preparado com aconselhamento da então

União Soviética, privilegiando a indústria pesada e o setor agrícola. Até a presente data, esse modelo de projeção do futuro foi respeitado enquanto esteve vigente o XI Programa Quinquenal, que abrange o período de 2006-2010, no qual se enfatiza a importância e a responsabilidade do funcionário público, que será avaliado não apenas pelo sucesso do país em seu crescimento econômico, mas de maneira especial por seus avanços no desenvolvimento social, educação, proteção ambiental e emprego. Essa política geral e sistemática de trabalho a longo prazo, prevista no Programa de Desenvolvimento Econômico 2020 e no respectivo programa quinquenal, é complementada pela elaboração de planos especiais, para tópicos específicos como tecnologia, distribuição de renda, redução da pobreza etc., que enfocam a estratégia de desenvolvimento do estado, dentro do qual atinge o ponto de planejar 50 ou 100 anos, como no desenvolvimento da zona oeste (Oropeza, 2006, p. 290).

O uso do tempo e do espaço é concomitante à cultura asiática em geral e aos chineses em particular. A incorporação dessas variantes no modelo de desenvolvimento e em sua estratégia comercial deu à China uma vantagem competitiva em relação aos programas anuais da maioria das economias em desenvolvimento, que com grandes dificuldades projetam seu exercício orçamentário. A maioria dos países da América Latina, incluindo o México, desconhecem qual será o seu destino econômico até 2020, assim como carecem de estratégias claras ou planos específicos sobre como eles querem enfrentar. O mesmo acontece em 2015 ou 2010, datas em que ainda falta um trabalho de planejamento que, partindo dos pontos fortes e das aptidões de cada país, preveja uma política pública e privada que possa ser bem-sucedida no âmbito da competição global. A única rota visível contemplada de maneira geral são os compromissos estabelecidos para 2015 na Cúpula do Milênio, em que foram estabelecidas metas em relação a alguns índices de desenvolvimento humano e melhoria social, das quais a China é o único país que a cumpriu até a presente data. Com relação ao México, a luta política entre poderes (Executivo x Legislativo), em combinação com critérios públicos de curto prazo, que não foram modernizados, reduz as expectativas de desenvolvimento a um imediatismo que não corresponde a uma política de amadurecimento de projetos, conforme necessário, por exemplo, no setor de tecnologia. A China já sabe quais produtos de conteúdo tecnológico incorporará em breve à sua plataforma de exportação, da mesma forma que já definiu em que regiões ou zonas do país os produzirá e em que datas deve lograr. A visão abrangente de longo prazo é uma lição que pode ser muito útil para as políticas públicas da América Latina.

O ESTADO EMPREENDEDOR COMO ALAVANCA DO SUCESSO ECONÔMICO

Em 1980, as empresas estatais (SOEs, na sigla em inglês) representavam aproximadamente 99% do setor produtivo da China, como resultado lógico de um governo central. Em 2007, esse setor, em seus diferentes significados, havia reduzido sua participação no número total de empresas para 8%. No entanto, sua importância estratégica no setor industrial está longe de diminuir, dando emprego a 18 milhões de pessoas em 2006 e com uma participação no valor industrial do país de 98910,45 (100 milhões de yuans) (China Statistical Year Book, 2007, p. 520). Essa redução significativa da propriedade estatal, principalmente nas últimas duas décadas, foi consequência da adoção do novo modelo econômico e ocorreu em conjunto com a chegada de capital estrangeiro, que nesse mesmo período substituiu gradualmente a participação das empresas públicas. Paralelamente, houve um processo de privatização interna de empresas públicas, especialmente na década de 1990-2000, durante a qual o Estado chinês forneceu instalações a executivos e trabalhadores de médias e pequenas empresas para que pudessem adquiri-las.

Apesar de aberta ao exterior, desde o início, a estratégia implementada pelo Estado chinês segue uma política gradualista, que privilegia a privatização sobre setores não estratégicos e as atividades que geram aumento nas exportações ou produzem um aprendizado de tecnologia ou alguma outra área de valor agregado. Nesse processo, o Estado sempre foi o árbitro dos vários interesses, bem como no fator de equilíbrio entre privatização, investimento estrangeiro, setores estratégicos e força do modelo de desenvolvimento. Ao contrário do exposto, na América Latina e no México não houve gradualismo, pelo contrário, na maioria dos países foi estabelecida uma competição para ver quem liquidou primeiro seus ativos públicos. A diferença no resultado das duas estratégias é evidente. Por um lado, a China aparece como um estado moderno de grande poder econômico, com grandes empresas públicas, bem como com um setor privado que se tornou o motor fundamental do processo de exportação, mudança tecnológica e incorporação de melhores práticas de gestão, ou seja, através de sua privatização e abertura, a China consolidou uma estratégia de crescimento que a coloca hoje como um dos países mais bem-sucedidos do mundo, que impõe diretrizes e novos paradigmas ao mundo global.

A América Latina, em geral, apresenta Estados fracos, em termos de sua cadeia industrial, tendo perdido importantes ativos públicos que foram aplicados em um desenvolvimentismo sem futuro, ou no aumento de seus

gastos atuais. A maioria dos países latino-americanos, nos anos 1990-2000, administrou seus processos de privatização de maneira anárquica, sem uma orientação estratégica que lhes permitisse pré-selecionar os ativos a serem privatizados, com base em um projeto desenvolvimento de longo prazo que fortaleceu seu modelo econômico. Com algumas exceções, como o caso do petróleo e do setor elétrico no México, a venda de bens públicos estava sob um mecanismo de demanda internacional e não de uma oferta sistematizada do Estado, que também incluía empresas industriais, bancos, serviços, ou o setor elétrico (processo que não estava isento de atos de corrupção). Ao contrário da China, a privatização do Estado na América Latina não promoveu o crescimento político ou econômico dos participantes, pelo contrário, devido à sua má implementação, hoje as nações latino-americanas estão mais fracas para cumprir sua tarefa de promoção do crescimento econômico, assim como do desenvolvimento social e preservação da ordem pública.

Privatizar milhões de empresas ou passar de uma economia de planejamento central para um modelo misto de economia de mercado não tem sido fácil para a China. Na construção de um “socialismo de mercado” sem nenhuma referência histórica, houve muitos problemas e contradições que o Estado enfrentou. Quais são as empresas não estratégicas? Como salvaguardar o interesse nacional? Como gerenciar os monopólios resultantes? Como inibir sua corrupção? Como legalmente homogeneizar uma SOE com uma empresa privada? Como transformar as SOEs locais, sem a resistência das províncias?

Hoje, como observado, o processo está muito avançado, mas longe de chegar a um ponto de conclusão. De início, na China ainda existem uma série de categorias de empresas Limited Liability Companies, Limited Private Companies, State Owned Enterprise, Join-Stock Companies, Foreign-Founded Enterprises, Wholly State-Owned Enterprises, Sino-Foreign Enterprises, etc.). Entretanto, de acordo com estatísticas do Ministério da Indústria e Comércio, em 2006 já havia cerca de 5 milhões de empresas privadas, nas suas diversas figuras e representam 57% do total de empresas no país, com 52 milhões de empregados. Não obstante a importância desse movimento de privatização, a estratégia do modelo chinês é muito clara em que não importa o quanto avance a economia de mercado ou a privatização de ativos, porque estes nunca estarão acima do interesse econômico nacional. Nesse sentido, por exemplo, no relatório de 2007 sobre a avaliação das reformas realizadas pela China, indica-se que “...a experiência demonstrou que, no contexto da globalização econômica, uma resistência passiva aos investimentos estrangeiros é contraproducente...”, acrescentando que, “na situação atual, o relaxamento excessivo em termos de uma colocação irracional de ativos estatais nos setores produtivos deve ser interrompido” (Chi Fulin, 2007, p. 83). Assim, apesar

dos processos de privatização, as empresas estatais continuam tendo uma participação muito importante em setores estratégicos como gás e petróleo, onde controlam quase 100% do ramo, 100% dos serviços básicos de telecomunicações, 55% da geração de energia elétrica, 82% da aviação civil, 89% da água, 50% da produção automotiva, 60% da indústria siderúrgica, 70% da indústria hidrelétrica etc. Ao mesmo tempo, o setor de empresas estatais vem aumentando sua produtividade ao longo do tempo, adaptando-se rapidamente a uma maior concorrência no mercado livre, aumentando seus lucros anuais de 1458,1 (100.000 yuan em 1998) para 19504,4 (100 bilhões de yuans em 2006) (Jin Bei, 2008, p. 55). Entretanto, no caso da esperada Lei Antitruste, em vigor em 2008, em princípio deixa de fora de sua regulamentação o setor rural, os monopólios regulados pelo Estado e pelas SOEs.

A POLÍTICA INDUSTRIAL, PRIORIDADE DO ESTADO

“A estratégia de preços baixos de produtos industriais acabados dentro do mercado doméstico chinês foi inevitavelmente estendida ao mercado internacional. Isso pode causar fenômenos associados ao atual estágio de industrialização da China, como reivindicações antidumping, superávit comercial em larga escala, pressões de reavaliação do renminbi, bem como escavações industriais em alguns países desenvolvidos e países vizinhos como resultado da transferência Industrial. Fundamentalmente, esses fenômenos acabam sendo desequilíbrios nas relações econômicas comerciais, causadas pela irracionalidade da ordem econômica mundial; são também manifestações da competitividade dos produtos industriais terminados chineses, moderados pela concorrência do mercado do “bom e barato.” (Jin Bei, 2007, p. 32).

Em 1978, o crédito interno do setor bancário estatal da China era de 51% em relação ao PIB, em 1985, era de 67%, em 1990, de 87%, já mais de 100%, em 2000. Embora o aumento significativo desses fluxos tenha levado à parte mais representativa de sua corrupção, tendo permitido a concessão de empréstimos de forma arbitrária ou fraudulenta, sua principal intenção de se transformar em um setor industrial obeso e ineficiente se realizou com todo sucesso, fazendo sua participação na economia aumentar de 40% para 50%, em um período de 20 anos. Porém, mais relevante que o fato anterior foi a facilitação financeira do custo de seu estágio e, posteriormente, o de sua reconversão industrial, bem como o desenvolvimento de uma plataforma moderna e eficiente de bens de capital, que hoje apoia seus setores prioritários, como no caso do setor automotivo, em que 50% das máquinas e ferramentas de controle numérico já são produzidas por empresas chinesas.

A essa política de créditos preferenciais, que foi fortemente promovida no setor industrial em 1980, deve ser acrescentada uma estratégia de benefi-

cios tarifários e não tarifários, que na época abriu a importação de máquinas e bens de capital isentos de qualquer pagamento, com o fim de cobrir uma fase de aprendizado. Até o momento, as máquinas destinadas a setores de alta tecnologia ou setores prioritários ainda estão isentas de barreiras de pagamento ou importação. Também para sustentar linhas industriais estratégicas, políticas monopolistas, foram apoiadas no mercado doméstico e foram estabelecidas linhas de acesso aos mercados financeiros internacionais. As SOEs focavam principalmente nos setores metalúrgico, de equipamentos de transporte e da indústria química e, diante da abertura, o investimento estrangeiro era especialmente direcionado para os ramos têxtil e de vestuário, eletrônicos e telecomunicações, com fins de exportação.

Quando se fala sobre a “fábrica do mundo” e se pensa nos trinta ou cinquenta centavos de dólar por hora que são pagos à força de trabalho chinesa, não se percebe que, embora esse custo seja uma força (ambos para a China como em todas as economias marginais de desenvolvimento) para possibilitar que essa força de trabalho gere valor agregado, é necessária uma estratégia pública abrangente que transforme uma posição de fabricação fraca em uma atividade produtiva de concorrência internacional, por meio de um programa permanente de aprendizagem, assimilação e conversão de processos. Essa mudança pode ser vista claramente na China se for observada a composição do setor industrial chinês, em que a linha de manufatura-maquila representou 90% de sua integração em 1978 e em 2002, 70%, apesar do aumento significativo de setor industrial dentro do PIB no mesmo período. Por outro lado, assim como a maquila e o setor agrícola apoiaram a decolagem do desenvolvimento asiático, atualmente o superávit comercial gerado pelos ramos industriais maduros, com integração chinesa de até 100%, como têxteis e vestuário, brinquedos, esportes, calçados e móveis (que juntos somaram um superávit comercial de cerca de 90 bilhões de dólares em 2002), hoje dão suporte aos novos setores de conteúdo tecnológico, que não param de gerar escalas excedentes, como equipamentos eletrônicos, equipamentos médico-cirúrgicos, máquinas, equipamentos elétricos, fotografia etc. ou insumos estratégicos de déficit, como combustíveis, minerais ou aço (Oropeza, 2006, p. 308).

A política de concessão de subsídios também desempenhou um papel estratégico dentro dessa longa cadeia de apoio ao setor industrial, que foi executada, como qualquer política pública chinesa, de maneira focada nos planos quinquenais. Nesse sentido, nos anos 1990, havia nove setores que recebiam quase 100% dos subsídios públicos: carvão 36%; óleo 16%; 10% de maquinaria; têxtil 7%; tabaco 7%; 5,3% metalúrgico; 5,0% de química; metais leves 5,0% e metais ferrosos 4,0%.

A política industrial da China e da América Latina (e o caso do México) seguiram padrões diferentes. O modelo chinês, dentro de um pragmatismo mercantilista, concentrou sua abertura em primeiro lugar na exportação de manufaturados que tiravam vantagem de sua extensa força de trabalho, passando para uma especialização flexível com fortes investimentos do Estado. Isso levou à criação de indústrias de trabalho intensivo, como têxteis, confecções e eletrônicos, para depois ir para as indústrias pesadas (aço, petroquímica, veículos, aeronáutica) e atualmente em alta tecnologia. Esse processo foi acompanhado por um grande impulso à infraestrutura para o desenvolvimento e recursos importantes em inovação e desenvolvimento tecnológico, com altas taxas de economia e investimento interno. O mais importante é que esse modelo seguiu uma rota gradual e progressiva, o que lhe permitiu aprender com suas próprias experiências.

Em contraste com o exposto, o modelo industrial latino-americano recebeu uma abertura comercial quase total, que não possuía a experiência necessária para administrar adequadamente e com uma distância extrema do Estado, o que levou alguns políticos mexicanos a declarar que “a melhor política industrial era a que não existia”, deixando a cadeia produtiva nacional à mercê das forças do livre mercado. A esse respeito, Jin Bei ressalta que “o fator mais poderoso da economia de mercado é a concorrência, que gera eficiência, promove crescimento e gera bem-estar”. No entanto, acrescenta “que esse mecanismo de mercado não tem intrinsecamente a capacidade de alcançar o equilíbrio, autosssegurança e inovação automática, e não é em si mesmo um mecanismo que distribua os frutos da industrialização a todos os participantes. Pelo contrário, a concorrência de um mercado imperfeito sempre gerará grandes disparidades, incluindo caos, crise e polarização, criando uma situação indesejável que contraria os valores humanos aceitos e que vai de encontro ao interesse nacional de longo prazo e seus valores básicos...”, portanto, “em suma, a estratégia de desenvolvimento industrial de um país sempre será baseada em fatores racionais e nacionais, que incluem elementos como o nacionalismo, a ética e muitos outros valores culturais” (Jin Bei, 2007, p. 155). Precisamente, o interesse nacional é o que alguns países latino-americanos perderam no caminho do mercado livre e o que faz uma grande diferença no modelo chinês, que, com base nesse princípio fundamental de estimar o interesse nacional como uma prioridade, sempre esteve ao lado de suas empresas e de seu projeto industrial, tanto no mercado interno, onde aumentou com sucesso a produção de seus produtos selecionados quinquenalmente, quanto no mercado externo, onde sua participação nas exportações mundiais em 1980 foi de 0,8%, ou seja, nula, e em 2001 atingiu 5,3%, superando em 2007 6%.

Crescimento industrial (1978-2006)

| Produto Industrial | Prod. 1978 | Prod. 2006 | Produto Industrial | Prod. 1978 | Prod. 2006 |
|-------------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Carros | 0 | 3,8 milhões | Fibras químicas | 280 mil toneladas | 20,7 milhões de toneladas |
| Máquinas de lavar roupa | 0,04 | 35,6 milhões | Cerveja | 400 mil litros | 35 milhões de litros |
| Geladeiras | 2,8 | 35,3 milhões | Energia hídrica (100 milhões de KHW) | 4,4 milhões | 43,5 milhões |
| Ar Condicionado | 0,02 | 68,4 milhões | Papel | 4,3 milhões de toneladas | 68,6 milhões de toneladas |
| Telemóveis | 0,0 | 480 milhões | Ácido sulfúrico | 6,6 milhões de toneladas | 50,3 milhões de toneladas |
| Micro computadores | 0,0 | 933 milhões | Fertilizantes químicos | 8,6 milhões de toneladas | 53,4 milhões de toneladas |
| Confecções | 1,1 | 5,9 milhões | Etileno | 380 mil toneladas | 9,4 milhões de toneladas |
| TV em cores | 0,38 | 83 milhões | Cimento | 65,2 milhões de toneladas | 1236,7 milhões de toneladas |
| Tratores | 110 mil unidades | 190 mil unidades | Ferro bruto | 31,7 milhões de toneladas | 419,1 milhões de toneladas |
| Veículos a motor | 140 mil unidades | 7,2 milhões | Lingote de ferro | 34,7 milhões de toneladas | 412,4 milhões de toneladas |

Fonte: China Statistics Yearbook, 2007.

Como pode ser visto, a China nunca desistiu de dirigir seu processo industrial, nem permitiu que, em prol de um “livre mercado, a fraca e ineficiente indústria chinesa de 1978 desaparecesse em um prazo de 30 anos. O mercado livre criou uma alavanca de melhoria contínua, alcançando o fortalecimento da maior parte de sua planta de produção. Como Meza Lora ressalta: “A convergência do mercado e do Estado no setor industrial na China é expressão de um fato inquestionável: o reconhecimento de que as regras do jogo devem ser governadas pelo mercado e a necessária intervenção do Estado diante da

fraqueza dessa instituição. Uma economia socialista de mercado com características chinesas não pressupõe o antagonismo entre o Estado e o mercado, pelo contrário, reconhece que o mercado e o Estado podem desempenhar um papel complementar nas atividades de coordenação industrial. Se o mercado é deficiente na solução de problemas de coordenação, uma política industrial explícita é justificada como um mecanismo de coordenação *ex ante* que não é de mercado” (Meza, 2006, p. 285). Nesse quadro geral de trabalho conjunto do mercado estatal, dentre as ações que o governo chinês vem aplicando em sua política industrial, destacam-se, entre outras:

- Investimento direto em projetos de infraestrutura; assistência financeira e orçamentária em projetos em regiões atrasadas.
- Intervenção administrativa da autoridade central em suas empresas para fechar, estabelecer joint ventures, fusão de empresas, etc.
- Controle de preços de insumos básicos (por exemplo, fornecimento de energia e água).
- Financiamento direto e de longo prazo para empresas-chave; favorecer a alocação de capital às empresas por meio do mercado de capitais, especialmente para novas empresas ou para aquelas que buscam aumentar seu desenvolvimento tecnológico.
- Estabelecimento de tarifas e medidas não tarifárias, cotas de importação, licenças e barreiras locais às importações.
- Proibição de empresas estrangeiras de distribuir outros produtos que não foram produzidos na China, bem como de controlar suas próprias redes de distribuição.
- Baixas taxas de juros nos bancos estaduais e créditos discriminatórios para diferentes indústrias;
- Incentivos fiscais para empresas voltadas para a Indústria;
- Redução de alíquotas para empresas de alta tecnologia nas áreas industriais de desenvolvimento tecnológico;
- Impostos zero nas empresas de “urgência necessária para o Estado” (investimento em capital fixo para o setor agrícola, conservação de água, transporte, correios, telecomunicações, certos projetos médicos, máquinas e eletrônicos etc.);
- Promulgação pelo Estado de um Guia para o Investimento Estrangeiro Direto, mediante o qual se define os projetos que serão incentivados, permitidos, restringidos e proibidos etc. (Meza, 2006, p. 229).

A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO, TAMBÉM UMA POLÍTICA DO ESTADO

Com um orçamento de mais de 60 bilhões de dólares para pesquisa e desenvolvimento para 2006 e uma força de trabalho de 3,2 milhões de pessoas, das quais dois milhões são funcionários ou engenheiros científicos, a China cresce no setor de inteligência (Jian Bei, 2007). A partir do I Plano Quinquenal (1953), o desenvolvimento da tecnologia já foi incluído de maneira importante. No entanto, onde uma abordagem de mercado já é enfatizada, é no VI Plano Quinquenal (1979), no qual aparece um claro compromisso com o crescimento tecnológico por meio de pesquisa e desenvolvimento. No final dos anos 70, foi desenvolvido um sistema de planejamento para as atividades de ciência e tecnologia e começou a implementação de inovações tecnológicas em empresas públicas para a melhoria da produtividade, assim como os centros federais de pesquisa foram estabelecidos em diferentes áreas do país. Durante o VII Plano Quinquenal, foi adotada a política de reforma dos centros de pesquisa e desenvolvimento (CPD), com o objetivo de atender às exigências do mercado e não permanecer em esquemas obsoletos ou burocráticos. Ao mesmo tempo, foi acelerada a política de fusão de empresas manufatureiras com CPDs, a fim de obter uma melhoria tecnológica ou de produtividade on-line, agregando a esse tipo de clusters programas de incubação de empresas, que resultaram em uma melhoria de produtividade com base no desenvolvimento tecnológico, mas também, de maneira importante, apoiou a criação de novas empresas de tecnologia (NTEs, sua sigla em inglês) e o registro de novas patentes em ciência e tecnologia.

Nos anos 90, que abrange o VIII e IX Plano Quinquenal, a operação dos CPDs foi revisada novamente, buscando a melhoria do desempenho, da mesma forma, para obter maior competitividade e motivação do pessoal dedicado ao trabalho de pesquisa, abriu a possibilidade de que esses centros pudessem se beneficiar economicamente da geração de direitos comerciais derivados do registro de patentes de ciência e tecnologia adquiridas pelo mercado. Um valor notável dos esforços envidados pelo governo chinês nessa área do conhecimento é que sua estratégia não foi gerenciada como uma atividade pública independente, mas foi alinhada diretamente ao mercado, à educação, às zonas especiais e aos setores estratégicos, bem como às demais políticas orientadas ao desenvolvimento e aos gastos públicos, buscando a máxima produtividade desses esforços. Durante o X Plano Quinquenal (2000-2005), foi dado um impulso às novas tecnologias e produtos da chamada terceira geração, deixando o tema da pesquisa e desenvol-

vimento como uma das questões mais importantes do Plano Quinquenal, um esquema que foi reproduzido para o Programa XI (2006-2010) e o Plano de Desenvolvimento para 2020. Em relação aos recursos alocados a esse assunto, em 2000, foi decidido aumentar significativamente o orçamento dedicado à pesquisa e desenvolvimento para 1% do PIB, aumentando o item em aproximadamente 100% durante um período de dez anos (Banco Mundial). Atualmente, esse percentual já ultrapassa 1,4% do PIB (Oropeza, 2006, p. 310-311).

Ao falar sobre um CPD, entre as aproximadamente 700 instituições federais e provinciais que atendem a esse objetivo, na maioria dos casos, falamos de instalações de última geração, que concedem todo tipo de instalações a empresas públicas e joint ventures, e que possuem o mais alto nível de equipamentos do mundo. Como exemplo acima, podemos citar o caso de um desenvolvimento tecnológico com gerenciamento integral da área de Xangai, que é o Zhangjiang Hitech Park, que, abrangendo uma área de 25 km², reúne cerca de 50 CPDs que atendem empresas públicas e mistas e empresas com investimento estrangeiro. Esses parques operam com uma matriz do tipo cluster, por meio da qual toda a cadeia de valor do desenvolvimento tecnológico interage: CPDs, empresas, centros educacionais e programas de incubação para novos projetos produtivos. Nesse caso, juntamente com os 50 centros, cerca de 3.168 convivem ao redor de inúmeros centros educacionais especializados, que fornecem as expertises necessárias para o seu desenvolvimento (até hoje essa cluster trabalha em aproximadamente 400 projetos de pesquisa). Dentre os organismos acadêmicos se destacam: Microelectronic Research Institute of Beijing University, Shanghai Institute of Medical Material, Software School of Fundan University, Shanghai R&D Center of University of Science of technology of China, Shanghai Hitech Industry Parks of Universities. Esse parque de Xangai para pesquisa e desenvolvimento produtivo, até o momento, motivou um investimento de aproximadamente dez bilhões de dólares, dos quais 70% correspondem a investimentos estrangeiros (Beijing Investment, 2005). Da mesma forma, esse modelo central de “inteligência” gerou uma produção de aproximadamente 3.000 patentes.

Nesse sentido, as tarefas realizadas pela China na área de Pesquisa e Desenvolvimento continuam sendo parte central de uma política estratégica que busca o desenvolvimento como objetivo principal, com base na realidade do mercado. No entanto, nessa tarefa de inovação, a China está muito consciente de que sua força, ao mesmo tempo que sua maior fraqueza, significa sua enorme oferta de emprego. Portanto, apesar de melhorar a competitividade e a inovação de certos setores de alta tecnologia em outras

áreas da manufatura, seu desafio continua sendo manter grandes fábricas de trabalho intenso (a indústria pesada, por exemplo, oferece emprego para cerca de 80 milhões de pessoas), com uma melhoria tecnológica razoável em termos de eficiência, porque hoje a China não pode se dar ao luxo de generalizar uma robótica, por exemplo, porque causaria um desequilíbrio social em sua força de trabalho. Não obstante, o crescimento da pesquisa e desenvolvimento é uma prioridade para o modelo chinês, que desde 1985 registrou 14 mil patentes e, em 2003, esse número ultrapassou os 300 mil registros, colocando-a como o terceiro país do mundo, depois do Japão e da Alemanha. Com relação à indústria de alta tecnologia, de 1995 a 2003, a China manteve um crescimento médio anual de aproximadamente 20%, representando 18% da indústria nacional (Jin bei, 2007).

RESULTADOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O sucesso econômico da China de 1978 a 2008 é realmente surpreendente. Passo a passo, o crescimento percentual de seu PIB (média anual de 10% por trinta anos, terceiro no mundo em 2008, de 1978 a 2007, aumentou seu PIB 14 vezes), como as de seu comércio exterior (terceiro lugar mundial em importações e exportações em 2007), o aumento de suas reservas internacionais (US \$ 1,8 trilhão em 2007) e a diminuição da pobreza extrema⁴, dos quais, um relatório da ONU indica que, dos números da redução mundial da pobreza de 1978 a 2000, 80% desse total corresponde à China (Shen Honglei , Xiangqi Law, 2007), obedecem à implementação de um mo-

⁴ Os resultados obtidos pela China nesse segmento, como já foi dito, são realmente surpreendentes. A diminuição da pobreza extrema de 67% para 17% em um quarto de século causou o espanto geral dos atores econômicos globais. Em 1978, a China tinha uma taxa de extrema pobreza de 67%, que incluía 630 milhões de pessoas. Em 2004, esse problema foi revertido em um percentual de 17%, ou seja, 210 milhões de pessoas. Isso foi consequência do sucesso alcançado na implementação e manutenção do crescimento econômico desde 1978 até hoje, o que levou à criação de quase 300 milhões de empregos que integraram a população urbana e rural à atividade econômica. Também foram derivados dos bons resultados obtidos na aplicação de políticas públicas sobre o tema a estratégia e implementação do Programa Nacional de Redução da Pobreza (1994) e o Programa de Redução da Pobreza Rural 2001-2010, bem como outras políticas de promoção, como o método de emigração através do qual a população localizada nas áreas mais pobres do país é motivada (regiões montanhosas remotas, desertos, regiões altas, altiplanos do sudoeste e áreas habitadas por minorias nacionais) a mudar-se para lugares com mais infraestrutura e apoio ao seu desenvolvimento social e econômico, despulverizando a pobreza e multiplicando os resultados do investimento social. O exposto acima apresenta à China uma política econômica bem-sucedida, combinada com uma estratégia de desenvolvimento social saudável (Oropeza, 2006).

delo que foi construído permanentemente desde a morte de Mao Tsé-Tung, pelo novo grupo de estadistas chefiados por Deng Xiaoping, até Hu Jintao.

Obviamente, o exposto acima não significa que o desenvolvimento chinês tenha sido um processo tranquilo e sem problemas. Pelo contrário, desde o momento de seu início até os dias atuais, a principal característica tem sido a profundidade das deficiências que o cercam, as quais, como a pobreza generalizada, as demandas de sua enorme população e seu PIB per capita mínimo (US \$ 2.500 anualmente em 2007, B.M.) etc., sempre jogaram contra a estabilidade e a obtenção de bons resultados. No campo econômico, as decisões estratégicas tomadas nem sempre foram bem-sucedidas. Por exemplo, durante o VI Plano Quinquenal, as quatorze unidades costeiras das Zonas de Desenvolvimento Técnico Econômico implementadas tiveram que ser reduzidas a quatro, devido à falha administrativa de seu gerenciamento. Da mesma forma, pode-se falar do problema da corrupção de seu sistema, que sempre teve o modelo sob controle e tem sido a principal fonte dos desafios para a economia chinesa. No entanto, daqui a 30 anos, as principais críticas feitas hoje ao modelo são a dissimulação de seus resultados e a alta concentração de riqueza gerada entre as diferentes camadas sociais e as diferentes áreas geográficas.

| 2005 (yuan) | | | | |
|--------------------------------|------------|------------------|------------|---------------|
| | Zona Leste | Centro da cidade | Zona Oeste | Zona Nordeste |
| Renda Rural Per Capita | 4720 | 2956 | 2378 | 3378 |
| Renda Urbana Per capita | 13374 | 8808 | 8783 | 8729 |
| Em relação ao% nacional (100%) | 127% | 83% | 83% | 83% |

Fonte: China Statistical Yearbook, 2007.

A distância entre pobres e ricos, em diferentes áreas, aumentou significativamente. Em termos de serviços de saúde, conforme a ilustração acima, pode-se observar que o percentual entre as famílias mais pobres e as mais ricas, em vez de diminuir, aumentou nos últimos dez anos (1996-2005), passando de uma diferença de 2,74 vezes para 6,34 vezes. Em termos de educação, cultura e

entretenimento, a diferença também aumentou no mesmo período, passando de 3,84 vezes para 8 vezes. Ao mesmo tempo, a diferença nos níveis de renda entre os grupos urbanos no período de 2000 a 2005 aumentou de 3,61 vezes para 5,7 vezes entre os mais pobres e os de maior renda, com Xangai, Tianjin e Jiangsu aparecendo como as cidades mais beneficiadas, e Tibete, Yunnan e Guizhou como os mais pobres. No campo, essa mesma diferença entre baixa e alta renda aumentou de 6,4 vezes para 7,2 vezes (China Statistical Year Book, 2007). Todas essas diferenças são as que hoje questionam a natureza do sucesso obtido e aumentam a instabilidade social de um povo que ainda há 20 anos estava acostumado à igualdade econômica predominante (embora tenha sido apresentada como uma pobreza generalizada) e desconhecia o significado do que era uma classe média. Para um grande número de chineses, o sucesso econômico ainda parece distante, portanto o desconforto aumenta quando apreciam direta ou indiretamente as grandes diferenças em cidades como Zhejiang, Xangai e Pequim, que recebem 27.703 yuan, 22.808 yuan e 22.417 yuan respectivamente de renda anual per capita, e Guizhou, Gansu e Xinjiang, que recebem apenas 5.052 yuan, 9.586 yuan e 9689 yuan, também respectivamente (China Statistical Yearbook, 2007). Em resumo, o sucesso econômico não foi uniforme e suas diferenças fazem parte de uma agitação social, onde em 2005 apenas 174 milhões de pessoas tinham aposentadoria, 137 milhões seguro saúde, 106 milhões seguro desemprego, 83 milhões seguro contra acidentes de trabalho e 53 milhões seguro contra maternidade (Desenvolvimento da China na globalização, 2007, p. 59).

No entanto, os desafios atuais do modelo de desenvolvimento chinês não se concentram apenas no setor social, eles também se apresentam em uma variedade de questões, como ecológica e econômica, onde aparece uma ampla gama de novos desafios a serem resolvidos. Sobre a questão do meio ambiente, autores como Pang Zhonying, falam sobre a enorme “dívida ecológica” da China, causada por algumas facetas de seu sucesso econômico. Apesar de sua grande área (9,5 milhões de km²), a China está abaixo da média dos recursos naturais essenciais para o desenvolvimento. Por exemplo, possui apenas 0,094 hectares de campo de cultivo per capita, que a coloca 40% abaixo da média mundial, 2,25 metros cúbicos de água doce per capita, 30% abaixo da média mundial, situação que se repete nas florestas, recursos minerais e petróleo, em que detém 20%, 60% e 11% dos níveis abaixo da média mundial per capita (Desenvolvimento da China na globalização, 2007, p. 62). Ao mesmo tempo, seu crescimento econômico acelerado levou ao consumo de 48%, 40%, 32% e 25% da produção mundial de cimento, carvão bruto, aço e óxido de alumínio no mundo, o que gerou um desequilíbrio oferta-demanda e poluição. Segundo dados estatísticos, o

volume de emissão dos principais poluentes da China já excedeu a capacidade de autopurificação do meio ambiente. De seus sistemas de água, mais da metade sofre de grave poluição (os rios Huanghe, Huasihe e Liaohe são 60% da linha internacional de alarme ambiental, e o rio Haihe, 90%). A chuva ácida afeta um terço da superfície nacional. Cerca de 360 milhões de hectares apresentam perdas de água e erosão do solo (38% da área terrestre do país), número que aumenta em 15 mil km² a cada ano. A desertificação já ocupa cerca de 20% do território nacional portanto o problema da deterioração ambiental na China representa um grande desafio para seu desenvolvimento e um custo anual de até 8% de seu PIB (Desenvolvimento da China na globalização, 2007, p. 68).

Às questões anteriores poderiam ser acrescentadas outras, como corrupção, dívida bancária, problemas de geração anual de emprego etc. No entanto, no campo econômico, o desafio mais importante do modelo de desenvolvimento da China é a construção de novas linhas estruturais, que o determinarão nos próximos anos.

Não obstante os déficits que representam o atual crescimento econômico da China, seus sucessos no desenvolvimento econômico são de tal magnitude que seu passado recente continuará a representar uma das realizações econômicas mais importantes da humanidade. No entanto, após 30 anos, a China retornará paradoxalmente ao mesmo ponto de partida, onde precisará validar novamente seu modelo de desenvolvimento e decidir sobre as melhores linhas de seu crescimento, que não só terão que dar sustentabilidade ao que foi alcançado, mas que também terá que conceder uma distribuição melhor a dois terços de uma população que não se beneficiou na mesma proporção com o “milagre chinês”. Portanto, como disse Deng Xiaoping, o “grande experimento” não acabou e a China terá que decidir, assim como três décadas atrás, qual deve ser seu futuro, em um momento em que a única semelhança que tem com 1978 é a permanente mudança.

Nesse sentido, o debate começou na China e diferentes grupos, como fizeram 30 anos atrás, tentam impor sua própria visão do próximo desenvolvimento. A coincidência com a qual todos começam é que o que foi feito não é suficiente e que a realidade atual exige resultados maiores e diferentes, que não é suficiente crescer em média 10% ao ano nas últimas três décadas. Agora é necessário um crescimento mais social e humano (desenvolvimento científico e harmonioso, XI Plano Quinquenal) Nem é suficiente produzir mais bens, se a própria sustentabilidade nacional for posta em risco. Da mesma forma, são discutidas as melhores práticas para controlar uma ameaça de inflação, que desde 1996 não chegava a 9% ao ano (2008), juntamente com os novos fenômenos monetários de liquidez excessiva e

capital especulativo, de analisar minuciosamente seu modelo de exportação, a fim de incorporar e expandir os setores primário e terciário, bem como seu mercado interno, de alinhar e ajustar uma linha de controle vertical, que colide permanentemente com uma dinâmica de mercado horizontal, em que não houve uma solução completa para o papel dos governos locais, que muitas vezes continuam a distorcer e quebrar a estratégia geral. Da mesma forma, fala-se em rever o papel dos monopólios estatais, zonas econômicas especiais e empresas estatais. Essas e outras questões importantes estão mais presentes hoje do que nunca na agenda chinesa, em fóruns como o “Terceiro Grande Debate sobre Reforma”, realizado em 2003 e, é claro, no XI Plano Quinquenal, que marca, segundo Chi Fulin, “Um novo começo histórico no desenvolvimento e reforma da China”, vários documentos e opiniões gerais, entre os quais será necessário decidir se: existe realmente um modelo de mercado social? E se assim for, qual será a estratégia de seu desenvolvimento nos próximos anos? Da mesma forma, cruza a questão de saber se chegou a hora – uma vez que a economia chinesa se fortaleceu e ante a forte pressão internacional – de avançar em direção a maiores graus de livre mercado, ou se, pelo contrário, ao lidar com algumas opiniões internas, é hora de recuperar parte da economia socialista.

Independentemente do exposto, e após 30 anos de sucesso, devemos salientar que a China, com sua estratégia atual, propôs ao mundo uma nova alternativa que está demonstrando viabilidade, reduzindo de maneira sustentável as taxas de pobreza maciça que a caracterizaram desde o início do século passado, demonstrando assim que o problema do subdesenvolvimento econômico é um problema que pode ser resolvido com sucesso pelos países afetados e que a maneira de resolvê-lo tem muito a ver com a estrutura institucional que acompanha o modelo, bem como a estratégia econômica escolhida por cada país.

Em uma era global em que o crescimento se tornou o desafio de todas as nações, desenvolvidas ou do modo como são, o novo modelo chinês representa uma alternativa na direção de um gerenciamento eficiente de políticas públicas. É verdade que a plataforma inicial para decolar a estratégia parte de uma combinação que poucos países poderiam repetir, isto é, planejamento político e centralização, em coexistência diária com políticas capitalistas de livre mercado, mas aqui onde terminam muitas das análises de *benchmark* sobre o modelo chinês é precisamente onde inicia a engenharia diferencial que o fez um vencedor da globalização. Portanto, a oportunidade de aprendizado para as economias em desenvolvimento não deve se limitar ao confronto de diferentes realidades políticas: em primeiro lugar porque a parte política representaria, em uma medida arbitrária, apenas metade do

modelo, e deixaria de fora a análise do restante de sua estratégia pública, que corresponde a um esquema global de livre mercado, mas em segundo lugar porque ao descartar a comparação e o aprendizado do modelo chinês, por causa de sua base comunista (e até, como vários autores apontaram, significando seu sucesso precisamente por causa do componente político de seu modelo), seria tacitamente reconhecida ou expressa a supremacia desse esquema contra toda uma bibliografia que sempre foi caracterizada por privilegiar, especialmente desde 1989, o tema do modelo democrata ocidental.

É claro que a base política de ambos os modelos tem uma natureza diferente, mas, em última análise e dentro desse mesmo arcabouço teórico, o componente político, em vez de um impedimento para a análise das medidas econômicas do modelo chinês, viria a ser uma vantagem competitiva dos esquemas ocidentais, o que deve ser usado para enfrentar as estratégias de livre mercado aplicadas pela China, que desde o início do novo século tendem a se alinhar com os regulamentos da OMC. Por outro lado, os resultados obtidos pela experiência chinesa nesses últimos 30 anos demonstram às economias em desenvolvimento, especialmente as latino-americanas e mexicanas em particular, que as possibilidades de crescimento sustentável são possíveis e resultam de uma maneira importante dos sucessos, do esforço e do talento individual de cada nação, e que também seus principais obstáculos estão na insuficiência de cada país para alcançar sua estabilidade política e encontrar sua melhor estratégia de desenvolvimento. Um crescimento sustentável de 10% por mais de três décadas é uma motivação para as diferentes economias latino-americanas que, no mesmo período, não conseguiram crescer mais de 2% em média (o crescimento médio de 5% dos últimos cinco anos mantém uma referência direta com o desenvolvimento da China) dentro de uma estrutura assimétrica, significada pela falta de direção e pelo surgimento contínuo de crises que, de natureza diferente, limitaram seu desenvolvimento. É um exercício, também de reflexão, sobre as possibilidades reais que um país tem de enfrentar a globalização, sem ter que atribuir a ele todos os obstáculos que surgem para alcançar um crescimento suficiente e sustentável, requisitos essenciais para as nações que aspiram a obter o nível per capita de países intermediários, sem que isso, é claro, descarte as redes e vantagens com as quais os países desenvolvidos operam.

Finalmente, como os Toffler corretamente apontam, “a China agora faz parte de todos nós” (Toffler, 2006, p. 449). No entanto, também podemos acrescentar que a história econômica da China está longe de ser concluída e, no futuro, continuaremos surpresos com suas mudanças, assim como com suas inovações, que devemos ter muito presentes se se quiser ter uma ideia estreita e uma relação lucrativa com a melhor estratégia de desenvolvimento das últimas décadas (Hoffman, 2008, p. 51).

CAPÍTULO 10

O SISTEMA JURÍDICO NA CHINA. UMA APOSTA ENTRE PRAGMATISMO E ESTADO DE DIREITO

INTRODUÇÃO

René David e Camille Jauffret-Spinosi dizem sobre o direito chinês: “O postulado de suas fundações, além de qualquer dogma religioso, argumenta que existe uma ordem cósmica, que consiste em uma interação recíproca entre céu, terra e homens. (David e Jauffret-Spinosi, 2010, p. 387) que “Esse modo de perceber o mundo leva a sociedade chinesa a perceber nossa ideia de lei com grande relutância, com tudo o que tem rigor e abstração” (David e Jauffret-Spinosi, 2010, p. 387). Por causa dessas visões divergentes, bem como do fechamento histórico da China, o Ocidente teve dificuldade em conhecer e entender sua ordem legal, que se torna mais compreensível para o observador não asiático a partir de 1978, ano em que seu processo de abertura ao mundo global ocorre.

Embora a história da China seja uma das mais antigas do mundo (aproximadamente 5.000 anos), não é arriscado apontar que, em questões jurídicas, o país asiático está em fase de construção de seu estado de direito, depois de passar, nos últimos 100 anos, desde a queda do Império Quing em 1911, por uma difícil e abrupta transformação de sua ordem jurídica feudal que prevaleceu nos últimos milênios. Portanto, uma das novas facetas do “milagre econômico” da China, uma das mais desconhecidas do mundo e principalmente da América Latina e México, corresponde ao conhecimento de sua atual ordem jurídica.

Como uma breve história dessa modernização da lei chinesa, pode-se mencionar que as diferentes rebeliões internas ocorridas no país asiático nos séculos VIII e XIX afetaram diretamente a transformação da ordem estabelecida, que, apesar de seus diferentes estágios e desafios, foram capazes de manter suas principais características por cerca de dois milênios. Por ocasião dessas rebeliões e invasões estrangeiras que evidenciaram a fraqueza

de um império em declínio e sua incapacidade de controlar seu território e soberania, há também uma mudança no quadro jurídico, na presença de novos atores na vida pública da China. Por exemplo, de 1842 a 1943, aparece o período chamado “século dos tratados” (Grã-Bretanha em 1842, Estados Unidos e França em 1844, Rússia em 1858 etc.), durante o qual as potências marítimas do momento forçam a China a reconhecer certos direitos econômicos e comerciais, o que interrompeu a ordem legal estabelecida e o conceito central do império de exercer seu poder e plena soberania dentro de seus muros, uma vez que, com base nessa pressão hegemônica e na assinatura desses tratados, a China teve que aceitar, antes de tudo, a igualdade com outros países (Grã-Bretanha, França etc.) que atingiram severamente o princípio de superioridade do Imperador em relação aos demais governantes, impedindo seu direito de exigir tributo e obediência. Da mesma forma, teve que reconhecer a jurisdição de outros países dentro de seu território, ao qual deve ser acrescentado o tratamento da cláusula de “Nação Mais Favorecida” e a liberdade comercial para essas potências no território chinês (King, 2006, p. 78).

O encontro de um império chinês decadente, ao longo dos séculos XIX e XX, com as potências marítimas da época em plena expansão provocou a abertura forçada da China, que iniciou a transformação de sua ordem política e econômica e socialmente estabelecida, mas também, de maneira importante, de sua ordem legal. situação que causou uma divisão do país entre o grupo que buscava a reforma do “status quo” e a classe dominante da dinastia Qing, que lutava pela preservação de seus interesses e poder. Essa primeira discussão sobre a ordem jurídica na China, representada pela presença e influência ocidental, concentrou-se principalmente na elaboração de uma Constituição que foi o ponto de partida de uma nova ordem jurídica na qual um sistema de separação de poderes foi incluído pela primeira vez, um mecanismo aberto de justiça oral, novos regulamentos sobre comércio exterior e uma separação entre direito civil e direito penal, entre outros. Essas tentativas de reforma apoiadas pelas potências ocidentais tiveram dois momentos de abordagem para a elaboração de uma primeira Constituição chinesa, que, em algum momento, foi patrocinada pelo próprio imperador Guang Xu. No entanto, os interesses do momento eram de tal dimensão que, na primeira tentativa (1898), a imperatriz Dowager Tzashi se opôs, prendeu e matou seis dos reformadores. Na segunda tentativa (1905), uma bomba foi explodida no trem em que viajava o grupo de especialistas selecionado para estudar o projeto constitucional em outros países (Alemanha, Japão etc.) (Xin, 1999, p. 315-317).

A dinastia Qing, que finalmente saiu do poder em 1912, encerrando um estágio longo e histórico do império chinês, tentou por alguns momentos

abrir-se para a possibilidade de uma nova ordem constitucional como forma de preservar o poder e reduzir a pressão de poderes estrangeiros sobre seu governo. Como qualquer transformação social, após um longo estágio de mais de dois milênios de manter de maneira geral uma ordem estabelecida (além das vicissitudes da conquista dos mongóis no século XIII e de outras interferências estrangeiras), o projeto de mudança legal não foi uma tarefa fácil. Por um lado, o grupo de apoiadores da nova ordem jurídica queria o reconhecimento de suas prerrogativas no âmbito de um Estado de Direito que, como no caso do Japão (Dinastia Meiji), também desse ao país uma plataforma moderna para alcançar o sucesso econômico. Por sua parte, os conservadores disseram que a Constituição não era uma exigência do povo chinês, que não fazia parte de sua cultura e que não estavam preparados para exercê-la, e que poderia causar distúrbios no caso de não implementá-la adequadamente. Finalmente, em meio a essas lutas em que se dá a profunda mudança política do sistema imperial chinês, em janeiro de 1912, o governo temporário da República Chinesa de Nanquim termina com o sistema feudal anterior e em março de 1912 a presidência temporária da nova República da China adota pela primeira vez uma Constituição política, na qual, independentemente de sua transição e curto prazo (1912-1914), postula, entre outras inovações, um sistema de separação de poderes, soberania mantida pelo povo, uma primeira lista dos direitos dos governados, uma presidência temporária, um Supremo Tribunal de Justiça e outra série de poderes que, como pano de fundo, estabelecem um marco histórico na vida jurídica do país (Xin, 1999, p: 323). Apesar de o ano de 1912 ser apresentado como uma data paradigmática na história da China, quando termina um longo período de seu sistema imperial, do governo de Yuan Shi Kai em 1914, a ordem jurídica chinesa é determinada por um turbilhão revolucionário que falha em estabilizar de maneira sustentável até 1949 ante o triunfo do Partido Comunista Chinês.

REVOLUÇÃO E DIREITO (1949-1978)

Após um longo estágio de mudança política que interrompeu o progresso econômico do país, que de um PIB mundial de 32% em 1820 passou para 5% em 1952 (Oropeza, 2006, p. 19), a China iniciou o caminho de sua reconstrução, passando de um modelo imperial de natureza feudal a um governo comunista totalitário. No primeiro, como já foi dito, a figura do monarca e uma ordem social preconcebida, baseada em princípios naturais e filosóficos, geralmente regulavam a relação jurídica do imperador com seus governados. Diante dessa ordem, a sociedade chinesa não precisou desenvolver uma ampla sistematização de sua vida jurídica, uma vez que o

equilíbrio vertical de seus laços sociais dava lugar e significado às suas relações de deveres e direitos. Portanto, a passagem de uma ordem vertical do monarca para um dos partidos não representou uma mudança fundamental no sistema jurídico da sociedade chinesa e, pelo contrário, a propriedade e o poder nas mãos do Estado socialista, como administrador da ditadura do proletariado, evitou durante o período Mao Tsé-Tung a necessidade de construir uma ordem jurídica mais completa. A análise da ordem jurídica na China a partir do triunfo do PCC em 1949 pode ser vista a partir de diferentes abordagens, dentre as quais destacam-se a política, a econômica ou a estritamente legal. Como toda produção cultural, a lei na China possui um grande conteúdo dos três elementos, que estão sendo combinados assimetricamente nos últimos 60 anos.

Sob a visão política, a ordem legal na China poderia ser dividida em dois grandes períodos. O primeiro que inclui a era de Mao Tsé-Tung, vai de 1949 a 1976, o ano da morte do “grande timoneiro”, e o segundo que começa em 1978 com a abertura e reforma política de Deng Xiaoping e continua até hoje. Em seu primeiro período, a nova ordem jurídica repete a prática do estágio de transição pós-imperial de abolir todos os tipos de legado jurídico, da mesma forma que também revoga todos os tipos de disposições legais que teriam sido geradas anteriormente pela fração oposta do Kuomintang (KMT), inaugurando uma nova ordem jurídica orientada para os propósitos e objetivos de um estado comunista totalitário que, de acordo com sua própria idiossincrasia, não exigia a construção de um sistema horizontal que regulasse outros tipos de relações que não eram do Estado com o proletariado (Xin, 1999, p. 327). Como destaca Quigno Wang, nesse período, especialmente ao correspondente à Revolução Cultural de 1966 a 1976, o direito não era considerado um instrumento necessário e não tinha grande relevância dentro da nova ordem social da China (Quigno, 2007, p. 98).

Li Lin, nesse estágio, observa: “A fundação da República Popular da China em 1949 iniciou uma nova era na construção legal da China. O período de 1949 a meados da década de 1950 foi o estágio inicial durante o qual a China promulgou o Programa Constitutivo Conjunto Interino da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, bem como outras leis e decretos que tiveram um papel importante na consolidação do novo Estado, estabilizando a nova ordem social e revivendo a economia nacional. A Constituição da República Popular da China, adotada pela primeira sessão do Congresso Nacional do Povo e outras leis relacionadas, definiram o sistema político e econômico da China, bem como os direitos e a liberdade dos cidadãos, impôs a padronização da estrutura organizacional, funções e poderes dos órgãos do Estado, estabeleceram os princípios básicos do

sistema jurídico chinês, que criou a base preliminar da construção legal chinesa. No entanto, após meados dos anos cinquenta, e especialmente durante os 10 anos da Revolução Cultural (1966-1976), o sistema jurídico chinês foi severamente abalado.” (Lin, 2008, p. 30-31).

Essa importante etapa política na vida da China do século XX, considerada por alguns autores como uma fase de transição, embora caracterizada por baixa produção legal (Lei do Casamento e Reforma Agrária em 1950, principalmente), também teve a importância de registrar em 1954 a primeira Constituição formal e permanente da história do direito na China, que, com clara influência soviética, estabeleceu as bases de um sistema de propriedade estatal e planejamento central, que utilizando disposições administrativas orientaram a ordem legal do ciclo maoísta. A promulgação de uma segunda Constituição em 1975 também deve ser acrescentada durante esse período.

O período Mao, no decorrer de seus diferentes estágios do Grande Salto Adiante (GSA), ou Revolução Cultural (RC), em seus quase trinta anos de validade, além de sucessos políticos, falhou em consolidar um modelo econômico que resultaria na melhoria social dos governados. Pelo contrário, suas diferentes estratégias de desenvolvimento nunca alcançaram resultados suficientes que atendessem, pelo menos, às necessidades básicas de alimentos e roupas de 700 milhões de pessoas comuns na época. Essa situação levou ao endurecimento do modelo político-jurídico, resultando em maior poder do Estado e em suas decisões verticais, em detrimento do avanço de um direito orientado para regular o desempenho do próprio Estado ou de sua relação com os governados. Ao exposto, deve-se acrescentar que, ao optar por um modelo político-econômico fechado ao mundo exterior, a necessidade de padrões compatíveis com atores externos não constituiu uma parte importante da agenda de um país que se retirou do então Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), logo após o triunfo da Revolução em 1949 e reiniciou parcialmente seu projeto institucional para o exterior em 25 de outubro de 1971, quando a China é novamente admitida na Organização das Nações Unidas (ONU), após ser expulsa no início dos anos cinquenta.

ABERTURA E DIREITO (1978-2010)

Ao contrário do primeiro estágio, o segundo período político liderado por Deng Xiaoping é caracterizado por sua abertura econômica e política ao mundo ocidental, iniciando uma nova era no relacionamento da China com o mundo e, conseqüentemente, na construção de uma nova ordem jurídica. Esse período, que, como já mencionado, decorre da decisão política de abrir a China no exterior em 1978, legalmente, por mais de 30 anos, é

resumido na promulgação de duas Constituições, quatro reformas constitucionais, 239 Leis Gerais (incluindo a Constituição), mais de 600 leis e regulamentos administrativos em vigor, mais de 8.800 leis e regulamentos locais em vigor e mais de 600 regulamentos autônomos no final de 2010 (Jihong, 2001, p. 670), constituindo um patrimônio jurídico abrangente que em mais de três décadas é muito superior ao gerado pela China em 5.000 anos de história.¹ Esse período também é caracterizado por sujeitar a estabilidade política, o projeto econômico e a ordem jurídica ao objetivo central e prioritário do desenvolvimento, do Desenvolvimento Econômico como a bússola central que define, em primeira e última instância, a vontade de um Estado que aposta no bem-estar de seu crescimento governado e econômico em um novo mundo global. Sob essa perspectiva, a produção legal na China nas últimas três décadas teve como principal objetivo acompanhar a abertura econômica do Estado, bem como apoiar os compromissos que vem adquirindo no exterior.

Não é exagero ressaltar que em 1978 a China estava praticamente em falência econômica, com cerca de 70% de sua população em extrema pobreza, e com traços recentes de fome que causaram milhões de mortes. A visão do passado recente não era esclarecedora e, pelo contrário, era uma motivação para buscar fora da China as novas respostas que dariam o desenvolvimento econômico necessário a uma nação com cerca de 700 milhões de pessoas pobres. Nesse quadro de referência, a Constituição de março de 1978 aparece em primeiro lugar, a qual, apesar de surgir em meio ao grande debate político entre os novos reformadores e os ainda muito poderosos conservadores, é o antecedente das primeiras mudanças econômicas do país, estabelecendo em seu artigo 11, embora de maneira incipiente, a importância de seu desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, esse início de reforma motiva a Constituição de 1982, que juntamente com suas quatro

¹ O sistema legislativo na China está estruturado nas seguintes leis e regulamentos: a) A Constituição; b) A lei (as normas legais fundamentais aprovadas pela Assembleia Popular Nacional e as demais leis adotadas pelo Comitê Permanente); c) Os regulamentos administrativos adotados pelo Conselho de Estado; d) Regulamentos locais adotados por assembleias populares e comitês provinciais e outros níveis correspondentes; e) Os regulamentos e normas adotados pelos secretários e comitês especiais; f) Os regulamentos e normas adotados pelos governos locais provinciais e outros níveis correspondentes; g) Os regulamentos autônomos e regulamentos especiais adotados pelas assembleias populares das regiões autônomas nacionais, as prefeituras e condados ratificados pelos comitês permanentes das assembleias populares; h) Regulamentos e normas militares adotados pelo Comitê Militar Central; i) Os Tratados e Acordos Internacionais ratificados pelo Comitê Permanente do NPC e pelo Conselho de Estado; j) A legislação autorizada delegada pelo APN, pelo Comitê Permanente e pelo Conselho de Estado (Jihong, 2008, p. 121).

emendas (1988, 1993, 1999 e 2004) representam hoje os documentos legais fundamentais da República Popular da China, da mesma maneira que a pegada legal dos modos e épocas de sua abertura econômica.

A Constituição de 1978 teve a coragem de ratificar os princípios da Revolução Chinesa, de enviar uma mensagem de tranquilidade a um país atento ao futuro de suas mudanças, de que seguem firme a doutrina marxista-leninista, bem como o pensamento de seu líder recentemente falecido, Mao Tsé-Tung (art. 14). No entanto, em apenas quatro anos, uma nova Constituição Política é promulgada em 4 de dezembro de 1982, decorrente da quinta sessão da V Assembleia Popular Nacional, uma vez que se concluíra o XII Congresso do PCC, realizado em setembro do mesmo ano e já havia sido salvo o estágio mais perigoso do confronto político entre as várias frações do país. A Constituição de 1982, diferente da de 1978, já representa uma mudança significativa na orientação do modelo chinês, uma vez que, embora ratifique o poder do Estado (art. 1), em seu artigo 11, reconhece a economia individual dos trabalhadores como complemento do setor social da economia socialista, acrescentando em seu artigo 13 que o Estado protege o direito de propriedade dos cidadãos sobre sua renda, poupança, moradia e outros bens legítimos. No entanto, a mudança jurídica e econômica que se destaca desse sistema e que desenha a abertura do novo modelo de desenvolvimento chinês é apresentada em seu artigo 18, que afirma:

Art. 18. A República Popular da China autoriza empresas e outras organizações econômicas ou indivíduos estrangeiros a fazer investimentos na China e a realizar diferentes formas de cooperação econômica com empresas ou organizações econômicas da China, de acordo com as disposições da lei da República Popular China.

Por seu turno, a primeira emenda de 1988, em seu artigo 11, reconhece pela primeira vez a existência de propriedade privada, dando um passo transcendente em direção a seu novo modelo econômico, que no final seria chamado de “socialismo de mercado”.

Art. 11 (quarto parágrafo) “O estado permite que a propriedade privada exista e se desenvolva dentro dos limites permitidos por lei. O setor privado da economia é um complemento à economia pública socialista. O Estado protege os legítimos direitos e interesses do setor privado da economia e exerce orientação, supervisão e controle sobre o setor privado da economia.”

Como pode ser visto, a Constituição de 1982 e sua emenda de 1988 representam verdadeiras águas na vida econômica, política, social e jurídica da China, da mesma maneira que começam a refletir as primeiras linhas de um

novo projeto que ainda está sendo construído até hoje. Deng Xiaoping, por exemplo, desde 1978 já aposta na construção de um modelo econômico que incluiria um mercado livre com “características chinesas”, estabelecido no XI Comitê Central do Partido em dezembro daquele ano, que inicia o projeto de reforma e abertura. Em 1980, foi lançada a primeira proposta sobre a criação de zonas econômicas especiais, projetadas para serem integradas ao investimento estrangeiro direto, daí as importantes reformas constitucionais de 1982. De acordo com o exposto, em 1981, por exemplo, se introduz o conceito de preço de mercado e, em 1984, a reforma econômica começa a ser implementada em todo o país. Também naquele ano, o XII Comitê Central do Partido publicou a “Decisão de reformar a Estrutura Econômica” para facilitar o uso da lei e o novo desenvolvimento da economia socialista.

Dentro dessa grande dinâmica de mudanças legais, determinada pela visão e progresso do projeto econômico, o ano de 1992 tem um significado especial por representar uma primeira consolidação da abertura política e da reforma econômica, refletida no XIV Congresso Nacional do PCC, que declarou oficialmente a prioridade de uma “Economia Socialista de Mercado” e, conseqüentemente, a importância que a construção de um sistema jurídico teria para esse modelo. Portanto, a partir dessa data, pode-se notar que a construção de um sistema jurídico moderno na China é oficialmente aprovada, o que garante pela primeira vez um nível de importância institucional a ser incorporado ao seu desenvolvimento político, social e econômico, da mesma maneira que é considerada uma parte importante do Estado por suas relações com o exterior. Sob essa mesma linha, em 1997, o XV Congresso incorpora o “Estado de Direito” entre seus princípios básicos e a emenda de 1999 define a China como um “país socialista das leis” e, em 2007, o XVII Congresso do PCC destaca a necessidade de avançar para um Estado de Direito Socialista “com características chinesas”, que marcou um objetivo de desenvolvimento legal atingível para o ano de 2010.

A segunda emenda de março de 1993, apenas quatro anos após os eventos de Tiananmen e quinze anos após o início da abertura, tem a importância de representar o fechamento do período de transição entre o sistema de planejamento central de 1949 e o novo modelo de socialismo de mercado, que já reivindicou a maioria e a autonomia em relação a qualquer outro modelo de desenvolvimento. Portanto, essa alteração foi primeiro uma mensagem política interna para reiterar aos grupos políticos o novo caminho da China, e, como externa, formalizou legalmente medidas públicas que conferiam segurança e confiabilidade ao investidor estrangeiro. Não obstante essa mensagem, a segunda emenda através de seu artigo 7 reitera o papel do Estado como responsável pelo crescimento da economia do estado e de-

fine sua estratégia de desenvolvimento, observando que “o Estado pratica a economia socialista de mercado” (art. 15). A terceira emenda de 1999 é uma reiteração estendida da mensagem constitucional de 1993 e parte do progresso da nova China em direção a um “Estado de Direito”. Portanto, como já indicado, em seu Artigo 5 institucionaliza o Estado de Direito como um compromisso, e, conseqüentemente, marca a necessidade da construção de um país socialista de leis, respeitoso das relações com a propriedade externa e privada, que já o descreve como um “grande componente” da economia do país. Dentro dessa estrutura do determinismo econômico da nova ordem jurídica, a emenda de 2004 já está em um estágio marcado de prosperidade e sucesso econômico inegável do modelo de desenvolvimento, de modo que suas mudanças se concentraram mais na ordem social e política do que na econômica. Destacam como pontos de progresso no aprofundamento da questão econômica a qualificação de “inviolável” que premia a propriedade privada dos cidadãos, que juntamente com a previsão de “um setor não público da economia” (art. 11) são os pontos mais claros da consolidação da propriedade privada na China, que, apesar de constitucionalmente planejada desde 1988, deve percorrer um longo caminho para alcançar sua própria legislação por meio da Lei de Direito de Propriedade aprovada em 2007, ou seja, quase vinte anos depois.

Com uma abordagem orientada para a economia, durante os últimos trinta anos a China gerou uma produção legal própria, isto é, “com características chinesas”, com uma visão de apoio ao desenvolvimento interno, deixando pressões ou interesses estrangeiros em segundo plano.

Outro exemplo claro de modulação na gestão das velocidades legislativas em relação às prioridades econômicas do modelo de desenvolvimento é a legislação comercial e trabalhista. A primeira porque, embora a China tenha empreendido um ambicioso projeto de exportação que a levou do 30º para o 1º lugar no ranking mundial de comércio entre 1978 e 2011, em 1994, aprova sua primeira Lei de Comércio Internacional, revisada em 2004, três anos depois de seu ingresso na OMC. Quanto ao aspecto trabalhista, desde a década de 1980 a China regula uma política de ampla tolerância em relação a novas empresas estrangeiras de capital privado, sendo em 1995 que legisla a primeira Lei do Trabalho, que, embora sintetize alguns direitos dos trabalhadores, permanece sendo um arcabouço legal discrepante no apoio aos empregadores. Em 2008, dado o desenvolvimento econômico bem-sucedido da zona do Pacífico, entra em vigor uma nova ordem de trabalho que, além de conceder um acúmulo de direitos mais eficaz ao trabalhador, está causando uma transferência maciça de centros de trabalho para as áreas menos desenvolvidas do país, conforme planejado na visão dialética do modelo

de desenvolvimento². Em relação ao exposto, pode-se dizer que, até hoje, a nova produção legal na China sempre esteve alinhada com seu modelo econômico, acompanhando-a como uma ferramenta para apoiar seu crescimento e nunca como um obstáculo.

Como foi observado, o modelo jurídico da China começa quase do zero desde 1949, e desde esse ano começa uma longa construção de estradas que hoje já é representada como uma plataforma mais coerente e abrangente. Como Huang Lie salienta, "...a construção do sistema jurídico na China tem sido um caminho tortuoso, no qual, em primeiro lugar, no triunfo da Revolução, as mudanças políticas causaram o cancelamento de todo o seu patrimônio jurídico, e, depois, o estágio da Revolução Cultural contribuiu para a destruição das instituições legais da época". É importante ressaltar o que Huang acrescenta: "Durante muito tempo, alguns líderes e quadros políticos apostaram na paz e na prosperidade da nação, na existência de alguns bons líderes, e não conseguiram entender que o Direito e suas instituições são o cerne da questão. Esse tem sido o maior obstáculo ao desenvolvimento da democracia e do sistema legal na China. Além disso, a existência de poder político, operando acima da lei, é outra indicação de que o sistema jurídico na China está longe de ser perfeito..."...“portanto, quando promovemos o Estado de Direito sobre o Estado de Fato, estamos tentando resolver esses problemas diretamente” (Li, 2006, p. 177).

² Nesse sentido, as novas portarias aprovadas desde 2008 como Lei Fiscal e as novas disposições trabalhistas que endureceram em favor dos trabalhadores os regulamentos da primeira Lei Trabalhista de 1995 forçaram as empresas da região do Pacífico a firmar contratos de duração indeterminada com os trabalhadores com mais de dois anos de permanência na empresa, além de forçá-los a conceder-lhes previdência social e pagamento de horas extras, aumentando os custos trabalhistas em aproximadamente 20%, que partiu de uma estratégia de reorientação do desenvolvimento econômico da China, que, por um lado, a zona do Pacífico começa a se equiparar aos climas fiscal e trabalhista dos negócios do mercado ocidental, reconhecendo a maturidade e a maioria desse setor econômico geográfico do país, e, por outro, desativando alguns dos privilégios tributários e trabalhistas da atração na zona leste, incentiva a transferência de empresas e investimentos para a parte central e ocidental do país. Essas mudanças não foram pequenas, uma vez que, por exemplo, cerca de 80% das empresas manufatureiras localizadas no Delta do Rio das Pérolas trabalhavam sob um modelo de negócios de baixo custo, que, ante essas medidas, tiveram que enfrentar a sobrevivência com baixos lucros, fechar ou mudar para áreas mais propícias à mão de obra barata. A esse respeito, o vice-presidente da Associação Empresarial de Taiwan em Dongguan disse: "Ninguém quer sair, mas somos forçados a nos mudar devido ao vertiginoso crescimento dos custos." Nessa transformação, a Federação das Indústrias de Hong Kong, um dos principais atores econômicos da região, estimou na época que 37% de suas 80.000 empresas planejavam mudar parte ou todas as suas atividades para fora do delta. Por seu lado, a associação asiática de calçados afirmou após essas mudanças que aproximadamente 50% de seus centros de fabricação estavam sendo levados para as províncias do interior, 25% optam por algum outro país asiático e os outros 25% estão revisando e aguardando (Oropeza, 2008).

Hoje na China não se pode falar ainda de uma sistemática legal acabado, apesar da enorme transformação que tenha registrado seu ordenamento jurídico nas últimas três décadas. A nova ordem legal na China, que ainda está em construção, está localizada no meio de uma ordem política totalitária e de um modelo econômico que semeou raízes profundas dentro de um sistema de livre mercado. Portanto, o cenário jurídico atual aparece como um esquema híbrido “com características chinesas”, que terá que esperar a tempo de decifrar com mais clareza as diferentes linhas de seu desenvolvimento. Não obstante o exposto, nesse longo estágio de acompanhamento e apoio à prioridade econômica, juntamente com a preservação do poder central e onipresente do partido, o modelo legal, antes de sua necessidade de diálogo com o Ocidente, foi obrigado a incluir no processo de sua construção influências legais tanto socialistas, como Common Law e Civil Law.

A nova ordem jurídica na China, de acordo com seu processo de transformação econômica, social e política, também experimenta as vicissitudes de seu ambiente: da purificação de suas influências à definição de sua própria natureza jurídica. Da mesma forma e de acordo com o seu projeto original, também deverá concluir sua base constitucional e as leis regulatórias ao mesmo tempo que desafogar suas regulamentações secundárias para avançar em direção a uma sistematização lógica e coerente entre suas diferentes disciplinas e ramos do direito, que ainda hoje estão agrupados, em alguns casos, de maneira desarticulada.

A recente nova lei chinesa, mas, acima de tudo, sua circunstância de ter de padronizar critérios legais para diferentes sistemas econômicos e políticos, juntamente com uma cultura que há mais de cinco mil anos privilegia costumes e valores acima da lei escrita definem uma realidade de progresso e defasagens que não são estranhas aos especialistas chineses. Li Lin diz a esse respeito que a construção legal na China continua a apresentar vários problemas e que o desenvolvimento da democracia e do Estado de Direito ainda está atrasado em comparação com o seu desenvolvimento econômico. Nesse ponto, pode-se indicar, por exemplo, que, apesar dos progressos realizados, a ordem jurídica da China ainda está sendo construída e ainda exigirá uma tarefa árdua pela frente, a fim de refinar sua norma constitucional e sua ordem política, enquanto cobrem as brechas legais de suas diferentes disciplinas. Por sua vez, a sistematização dos vários órgãos jurídicos deve ser feita de acordo com sua própria natureza, de maneira coerente, salvando suas contradições e obsolescência, fechando seu poder discricionário, a fim de favorecer uma aplicação da lei mais objetiva e eficiente. Da mesma forma, a maioria deles só será alcançada até que exista uma decisão política central de fazer prevalecer um verdadeiro Estado de Direito sobre o Estado

de Fato (Oropeza, 2008). A esse respeito, o professor Li Lin conclui o seguinte: “Dado o desafio de melhorar o sistema jurídico chinês, não podemos esperar passivamente por mudanças, nem devemos avançar impertinente-mente”. Sobre essas mudanças, acrescenta...: “devemos manter uma mente clara.” (Lin, 2008, p. 48).

LINHAS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO ECONÔMICO

Como já indicado, a construção de uma sistematização legal na China nasceu como uma necessidade exógena, sendo forçada a institucionalizar sua relação econômica com o Ocidente, derivada do processo de abertura de 1978. Nesse sentido, a mais forte sistematização legal nascida na China é realizada através do Direito Econômico e não do Direito Administrativo ou mesmo Constitucional, de modo que o Direito Econômico nasce abundante e precipitadamente para “formalizar” as pontes do tão necessário intercâmbio econômico. Portanto, apesar de estar em vigor uma Constituição socialista (1978), que como suas antecedentes (1954 e 1975) não considerou nem o investimento estrangeiro direto (IED) nem a propriedade privada, em 1º de julho de 1979 foi aprovada a Chinese Foreign-Equity-Joint-Ventures Law (LCFJV), para abrir ao capital estrangeiro a possibilidade de investir na China. Juntamente com essa lei, outros regulamentos importantes foram aprovados, dentre os quais se destacam por sua natureza econômica: os regulamentos para a implementação da referida lei, bem como as regras administrativas para o registro de *Joint-Ventures*, pelas quais se tentou proteger investimentos a serem feitos na ocasião dessa abertura, bem como os direitos de propriedade que deles derivariam, embora a Constituição carecesse de regulamentação suficiente para apoiá-la.

Derivada dessa enorme necessidade de abrir e motivar o IDE para chegar ao país, em 1980 a China promulgou sua primeira Lei sobre Imposto de Renda sobre *Joint Ventures* e em 1981 a Lei sobre Imposto de Renda sobre Empresas Estrangeiras, isto é, antes de nascer uma lei constitucional que apoiasse o novo modelo econômico do país, o modelo ou o “experimento” do modelo sobre o qual fala Deng Xiaoping, começou a operar no território chinês.

Não obstante o precipitado nascimento informal do Direito Chinês, por meio de seu Direito Econômico, embora as “formalidades” de seu processo criativo não tenham sido bem servidas, o conteúdo de sua regulamentação e a proteção de seu interesse nacional nunca foram negligenciados. Por exemplo, desde a primeira Lei LCFJV, em seu art. 1 prevê cooperação econômica internacional e intercâmbio técnico com empresas chinesas, sob

um princípio de igualdade, benefício mútuo e sujeito à aprovação do governo chinês, mas, acima de tudo, essas operações tiveram que beneficiar o desenvolvimento da economia chinesa, adotar tecnologia e equipamentos avançados (art. 5) ou exportar todos ou a maioria dos produtos a serem fabricados, princípios que seriam ratificados ao longo da criação das leis econômicas das décadas seguintes, bem como de maneira especial na Lei das Sociedades de Capitais Estrangeiros, aprovada em 1986.

Significativamente, deve-se notar que essas leis tinham um alto conteúdo de privilégios econômicos para investidores estrangeiros, a fim de atrair o maior número possível de IDE. Assim a LCFJV em seu artigo 8 estabelece que uma *Joint Venture* (JV) poderá desfrutar de um tratamento preferencial em termos de redução ou de acordo positivo de isenção com as leis tributárias estaduais e decretos administrativos, da mesma forma que prevê a possibilidade de acessar reembolsos de impostos sobre os ganhos já pagos. Sob essa estrutura de benefício econômico para o IDE que começou a chegar à China, estavam sendo administradas taxas preferenciais de imposto de renda de até 0%, 10% e 15%, bem como reembolso de impostos pagos de 40% a 100% em casos especiais (Oropeza, 2006, p. 296-298).

Dentro desse processo informal de criação do Direito, destaca também de maneira relevante o que está indicado no art. 15 da LCFJV, que previa que qualquer controvérsia que surgisse entre as partes fosse resolvida por meio de mediação ou arbitragem, uma vez que na época de sua publicação na China não havia tribunais comerciais ou econômicos, nem um órgão legal apropriado. No caso dos tribunais, dentro de um intenso processo de implementação, Chen Su destaca: “Para atender à necessidade de resolver de maneira legal e justa uma disputa econômica, o sistema judicial da China estabeleceu desde 1979 uma unidade econômica em diferentes níveis. Até o final de 1983, o Supremo Tribunal Popular, todos os tribunais populares superiores, os tribunais populares intermediários (exceto alguns em áreas remotas) e 87% dos tribunais populares de nível básico haviam estabelecido um Tribunal Judicial Econômico.” (Su, 2008, p. 235).

Juntamente com a LCFJV, outro fato jurídico de maior relevância foi a aprovação do Regulamento de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) em agosto de 1980, pelo qual as primeiras ZEEs do país foram criadas na China. Em um primeiro momento, todas essas áreas seriam implementadas na província de Guandong, nas cidades de Shenzhen, Zhuhai e Shantou, que seriam seguidas por outras ZEEs na cidade de Xiamen e na província de Fujian (Su, 2008, p. 235), e, nos anos e décadas seguintes, a China construiria cerca de duzentas ZEEs em toda a sua área do Pacífico, através da qual desenvolveria o que hoje conhecemos como o “Milagre Econômico” da China. Como é

sabido, por meio desses novos regulamentos econômico-legais, a China deu às ZEEs uma grande força gerencial, além de um grande poder de administração econômica, além também do poder de realizar práticas econômicas especiais e, de maneira relevante, receberam tratamento econômico preferencial e vantagens por intermédio das quais a China consolidou seu poder industrial e tecnológico, que já cobre mais de 30% do PIB setorial do mundo.

No final dos anos setenta do século passado e a partir do Direito Econômico, inicia-se um processo interessante e atípico de construção do Sistema Jurídico da China, sempre determinado pela prioridade de que a reforma econômica, assim como a legal, dota desenvolvimento para a economia do país, a fim de satisfazer as necessidades primárias urgentes no momento de sua abertura econômica e alcançar o nível de desenvolvimento de país intermediário que se procura hoje. Da mesma forma, esse duplo foco econômico-jurídico, “com características chinesas”, tem claro que apenas o crescimento de seus resultados em termos de bem-estar torna possível a sustentabilidade do projeto político. Essas duas prioridades foram mantidas com várias nuances ao longo de mais de trinta anos de produção legal, dentro das quais se destacam hoje mais de 55 leis de natureza econômica.

As décadas de 1980 e 1990 constituem o período de maior criação do Sistema Jurídico da China, bem como de sua Lei Econômica, que é de ordem de importância desde a LSFJV de 1979 até a Lei de Propriedade ou Direitos Reais aprovada em 2007 e entrada em vigor em 2008, embora em 2009 e 2010 também sejam aprovadas algumas leis relevantes, como a Lei de Responsabilidade Extracontratual, a Lei de Estatística e a Lei de Proteção ao Patrimônio Imaterial, entre outras. A Lei de Propriedade (LP) destaca-se de maneira importante, porque, como já indicado, desde a aprovação da propriedade privada na China, mediante a Reforma Constitucional de 1988, cerca de vinte anos de profunda discussão se passaram a fim de projetar as diferentes modalidades de um direito real dentro de um Estado da economia socialista, ou de um socialismo de mercado, como apontam os chineses. Portanto, o conteúdo normativo dessa lei tem sido da maior relevância, preservando os limites e modalidades de uma propriedade estatal, coletiva e privada, em um sistema jurídico com “características chinesas”.

Outra questão significativa nesta seção econômica é a longa espera pela promulgação de um Código Civil que atualmente está faltando, que uma vez promulgado certamente marcará uma nova etapa na construção do Sistema Jurídico Chinês. As negociações para aprovação nasceram juntamente com a abertura chinesa em 1978 e em 1986 foram aprovados provisoriamente os chamados Princípios Gerais de Direito Civil, que, dada a natureza incipiente do momento da criação legal, resultaram em uma mistura de dispo-

sições de direito civil e comercial, em que outros assuntos como direitos de propriedade intelectual, registro de patentes e investimentos, uso de recursos naturais etc. também apareceram. Juntamente com essa lei, os critérios do Supremo Tribunal Popular foram promulgados em questões relevantes para esses Princípios Gerais de Direito Civil, que foram por muitos anos os instrumentos legais que investidores estrangeiros tinham à sua disposição para resolver seus problemas legais na China. A esse respeito, Pan e Ma destacam que “a promulgação dos Princípios Gerais do Direito Civil marca o início da sistematização da legislação comercial e civil na China, assim como serviram como suas fundações mais importantes” (Pan, 2010: 87).

Juntamente com o sistema jurídico chinês, seu Direito Econômico acusa uma profunda transformação de seus primeiros anos de prova até a presente data. Nesse interessante processo de aprendizado, mas acima de tudo da necessidade de se comunicar legalmente com o mundo global, o Direito Chinês, assim como o Direito Econômico, apresenta até hoje vários objetivos e desafios, entre os quais: a) garantir a formação de um sistema jurídico sólido e consistente; b) encerrar o processo de criação de novas leis; no caso do Direito Econômico, melhorar os regimes tributários do país, entre outros; c) revisão das leis existentes sobre questões econômicas, como a Lei do Orçamento, a Lei Estadual de Composição, etc.; d) a promoção ativa da “ciência e democracia” no Conselho Legislativo, que é uma das inovações chinesas mais interessantes em seu processo de criação de leis, por meio de uma maior participação dos cidadãos; e) superar e orientar o trabalho regulatório, que busca otimizar a concorrência e a regulamentação de milhares de leis e regulamentos administrativos nacionais e locais na China; f) fortalecer o registro e a revisão dos documentos normativos, através dos quais se procuraria rever a interpretação do Supremo Tribunal e da Procuradoria Suprema (Jihong, 2001, p. 668-970).

O Direito Econômico Chinês representa uma das disciplinas jurídicas mais interessantes para a realização de Estudos Jurídicos Comparados ao Direito Mexicano e Latino-Americano, uma vez que a sistematização que registra até hoje apresenta uma ampla gama de pontos de interesse e aprendizagem que poderiam ser muito útil para a ciência jurídica regional. Embora hoje se presuma o Direito Chinês como uma inclinação do direito civil, sua implementação ainda apresenta diferenças importantes com a formalidade e esquematização que os órgãos jurídicos da América Latina buscaram. Desde o “surrealismo asiático” do termo, “sistema jurídico com características chinesas”, até o determinismo jurídico em relação à sua subordinação ao desenvolvimento econômico com resultados (que foi validado por um crescimento médio anual de 10% nos últimos

trinta anos), o Direito Econômico Chinês se apresenta como um grande desafio à investigação da ciência jurídica regional. Não obstante o exposto, questões como comércio internacional, integração regional, propriedade intelectual, propriedade privada, regulamentação do IDE, zonas econômicas especiais, monopólios, concorrência etc. são apresentadas como grandes oportunidades que certamente serão trabalhadas por especialistas mexicanos e latino-americanos, sob uma abordagem interdisciplinar, nos próximos anos.

PARTE III

**AMÉRICA DO NORTE
EM SEU LABIRINTO**

CAPÍTULO 11

AMÉRICA DO NORTE E O FIM DAS CERTEZAS

A única constante é a mudança.
Heráclito
(400 anos a.C.)

DA SUPRESSÃO DAS CERTEZAS

Um dos principais problemas das diferentes sociedades tem sido sua incapacidade tradicional de se autoidentificar no momento histórico em que vivem, e a integração da América do Norte, formada pelo Canadá, Estados Unidos e México, em face da profunda mudança que está ocorrendo atualmente, parece sofrer do mesmo defeito.

A geração de 1929, por exemplo, teve que esperar duas ou três décadas para começar a entender a Grande Depressão que enfrentava ser reconhecida e identificada através da bibliografia que começou a circular após a maior parte do problema, e que, mesmo assim, ainda está escrito até hoje. Certamente, o autodiagnóstico histórico nunca foi tão simples, e menos agora, na fase mais dinâmica do que foi reconhecido como a era industrial, que está sendo brutalmente deslocada por uma nova fase à qual é identificada de maneira geral, com o nome da sociedade do conhecimento.

Desde que o homem agrícola assistiu à estreia da Era Industrial em meados do século XVIII, frente às invenções de James Watt com o motor a vapor e Edmund Cartwright com a máquina de tecer, até a sucessão daquela Era por outra, baseada no conhecimento ou no chamado trabalho de inteligência, as sociedades modernas tentaram classificar seus vários estágios de acordo com a inovação do momento. Isso foi assim até quando a chamada 3ª fase da Revolução Industrial (que foi até o final do século XIX (Sachs,

2006), e que já inclui a invenção da lâmpada incandescente por Thomas Alva Edison, as grandes usinas, o motor de combustão interna etc.) cansou-se de contá-las e entendeu que o fluxo da invenção industrial e tecnológica tinha uma natureza diferente dos eventos históricos anteriores, e que, mais do que contá-las, também de maneira inadequada, houve apenas tempo para tentar gerenciar a mudança que, como vemos agora, do final do século XVIII até os dias atuais, não foi alcançada satisfatoriamente porque a velocidade e a dinâmica impressas no trabalho do novo ser econômico, político e social há mais de dois séculos têm sido superiores à sua capacidade de assimilação e controle, consequentemente sempre ficando para trás do fenômeno industrial e tecnológico que teve que viver.

Sob essa perspectiva, devemos salientar que, desde que o primeiro motor a vapor apareceu até os dias de hoje, o homem moderno perdeu suas certezas, caindo em um universo infinito de perguntas que, quando encontram algum tipo de resposta, deixam de ser válidas, porque o rio da inovação traz novas águas que mudam o que foi aprendido.

Nessa ideia geral, um princípio de explicação de por que o homem econômico moderno poderia ser encontrado, com a maior quantidade de recursos técnicos e científicos à sua disposição, com mais de oitocentos milhões de computadores pessoais, 500 bilhões de chips de computador, computadores que executam cerca de um trilhão de operações matemáticas por segundo (Toffler, 2006), foi incapaz de decifrar adequadamente o momento histórico-econômico em que se vive hoje e acumular uma série interminável de perguntas e incertezas que chegam ao ponto de colocar em risco não apenas as soluções do seu presente, mas, pior ainda, as possibilidades do seu futuro.

No contexto da longa transição do homem nômade para o homem agrícola (150.000 anos) e o amplo espaço entre a era do homem agrícola e do homem industrial (7.000 anos), e, por outro lado, a partir do momento entre o homem industrial e o homem do conhecimento (250 anos), em termos históricos, se originam as primeiras causas da perda das certezas do homem moderno. Na dinâmica brutal das mudanças industriais e científicas nos últimos séculos, sua incapacidade de identificar os desafios de seu ambiente é complementada.

Como Keynes corretamente apontou sobre os sérios problemas de seu tempo, "...no campo da filosofia econômica e política, não há muitos que são influenciados pelas novas teorias...", "...de modo que as ideias que funcionários públicos e políticos, e mesmo os agitadores, aplicam aos eventos atuais provavelmente não serão as mais novas. Todavia, mais cedo ou mais tarde, são as ideias e não os interesses adquiridos que apresentam

perigos...” (Keynes, 2006, p. 358), isto é, muitas vezes é o status quo do pensamento, ou paradigmas excedidos, o pior inimigo das sociedades modernas a serem capazes de se identificar em seu tempo histórico, consequências graves para a sustentabilidade de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, os desafios atuais não diferem dos séculos XIX e XX, em termos da necessidade de saber interpretar as profundas mudanças que perturbam o mundo do conhecimento econômico, em relação direta à sua ocorrência política e sua consequência social. Contudo, assim como nos séculos XVIII e XIX, os novos caminhos de uma era industrial nascente foram confinados dentro dos velhos paradigmas do mercantilismo e, no nascimento do neoliberalismo, com a ortodoxia atrofiada do livre mercado no século XX, agora, antes do nascimento de uma nova Era econômica, ainda não batizada pelas correntes do pensamento econômico, queremos cometer os mesmos erros do passado ao tentar descrevê-lo e capturá-lo com os moldes de um neoliberalismo econômico que não chega mais a entender os novos problemas político-econômicos-sociais que estamos enfrentando.

Tudo isso é relevante, porque, ao abordar a questão da integração da América do Norte no século XXI, parece tão essencial jogar como um preâmbulo pelo menos três linhas pelas quais o presente e o futuro são tecidos, são elas: a) a natureza e profundidade da atual crise econômica global; b) a relação direta que ela tem com a saúde econômica dos Estados Unidos; e c) o impacto do novo modelo de desenvolvimento chinês na região. Do mesmo modo, essa análise é forçada a ser realizada no quadro geral de uma nova era geopolítica que começa a se formar neste início do século XXI, como ocorreu nos séculos XIX e XX, para não persistir no erro de aplicar conceitos que não sejam suficientes para descrever claramente o momento histórico atual ou para evitar cair no vício, que, como mencionado acima, tendem a fazer todas as sociedades de não saber identificar-se historicamente.

Consequentemente, devemos salientar que, assim como em 1929, não se tratava de uma simples hipoteca, ações ou crise monetária, o problema atual está longe de ser apenas um problema hipotecário ou financeiro, mas suas raízes são profundas e, assim como a crise da primeira etapa do século XX, o atual problema econômico está atrapalhando e decidindo o futuro geopolítico e econômico do mundo global do século XXI.

Nesse caso, a visão regional de 1990-1994, na qual se pensou a primeira integração formal da América do Norte, não tem nada a ver com o cenário atual de 2010 e menos com o futuro de médio e longo prazo da região. Como exemplo simples do exposto, devemos destacar que, há apenas 16 anos, foi celebrado o triunfo do mundo unipolar e o “fim da história”, e a China de forma alguma apareceu como um ator econômico relevante no

painel de controle do mundo ocidental. Como sabemos, esses dois conceitos simples mudaram e, ao contrário, hoje em dia o que está na mesa dos debates não é mais o mundo unipolar, que já está cancelado por certo, mas a viabilidade econômica do próprio Estados Unidos. Entretanto, quanto à questão da China, sua nova realidade econômica excedeu todas as previsões.

Portanto, nessa fase da supressão das certezas ou da dispensa dos velhos paradigmas, nas seções seguintes, tentaremos aventurar alguns conceitos gerais sobre as linhas de desenvolvimento que podem influenciar a construção do esquema de integração norte-americano no século XXI.

CRISE TEMPORÁRIA OU CRISE ESTRUTURAL?

Antes da Grande Depressão de 1929, o mundo celebrava em voz alta a década dos anos 1920: os “anos estrondosos” nos Estados Unidos, os “anos loucos” na França, os “felizes anos vinte na Espanha” ou os “vinte anos dourados” na Alemanha. Com total autoconfiança, a classe responsável pelo painel de controle das primeiras décadas do século XX, “herdeira” do período pós-guerra da Primeira Guerra Mundial e do estágio de ajuste de uma mudança estrutural na cadeia econômica do mundo (o setor industrial tinha pouco mais de 100 anos), comemorou alegremente o desenvolvimento de suas insuficiências e contradições econômicas, o que levaria o mundo a um período de adaptação que durou mais de 20 anos (1929-1950), e que tinha um saldo de sessenta milhões de mortos (Segunda Guerra Mundial), ou que, de acordo com outros autores (Friedman 2007; Hosbawn, 2007), podia notar que teve um período mais longo, que durou mais de 35 anos (1914-1950).

Além das diferentes visões, o tema central era que a nova sociedade global do momento, que havia passado de um comércio mundial no século XVIII de 1% para 5% em 1870, e com 10% do PIB mundial em 1929, não notou que o novo mundo que inaugurou a Revolução Industrial não aceitava mais respostas individuais, porque a ação de alguns dos países que participaram do novo concerto mundial automaticamente afetava a estabilidade das outras nações. De igual modo, ignoraram que a inauguração de um novo setor da economia, que era industrial, teve um impacto direto na transformação de uma sociedade mundial que havia sido agrícola nos últimos 7.000 anos, que teve dificuldade em reordenar sua sustentabilidade da noite para o dia para orquestrar um novo setor industrial de sucesso e desmantelar um setor agrícola com o qual os últimos sete milênios haviam vivido e gerado sua riqueza.

A economia e o comércio internacional passaram de negócios de bens agrícolas para um mundo de negócios industriais, quando, em 1825, 1869

e 1875, os setores industriais inglês, norte-americano e francês, respectivamente, tiveram um peso maior do que o setor agrícola em seu produto econômico (Attali, 2007). A sociedade rural foi transformada em urbana e o nascimento de novas fontes de trabalho foi dado na medida em que eles estavam construindo as novas fábricas que a inovação industrial permanente estava gerando.

O que o mundo viveu nos séculos XIX e XX não foi uma simples mudança de paradigmas, foi o nascimento de uma nova era, de uma sociedade industrial que exigia uma compreensão totalmente nova na administração da vida econômica do mundo “ocidental” que liderou a nova produção de bens, que exigia um princípio de entendimento que tornasse sustentável esse novo ciclo econômico, que envolveria e comprometeria os países participantes, que, para preservar a ordem econômica nacional, precisava gerar um entendimento global mínimo que tornasse possível uma nova coexistência mundial, que nunca poderia ser gerenciada exclusivamente por trás dos muros nacionais. No entanto, esse não foi o caso e, apesar do boom econômico gerado pelo novo ciclo e pela expansão do comércio mundial (a economia mundial subiu de 695 bilhões de dólares em 1800 para 27.995 milhões de dólares em 1900 (Frieden, 2007)), a desarticulação de setores e atores econômicos, movendo-se em uma total dessincronia global, causou uma nova “desordem” que era evidente nas primeiras décadas do século XX e que explodiu e entrou em colapso abruptamente em 1929.

Os benefícios e avanços desse período de livre mercado (1815-1929) são inegáveis, e a transformação da sociedade e do ser humano nesse momento está fora de dúvida. No entanto, o que estamos tentando sublinhar aqui é que, juntamente com esses grandes sucessos da civilização, o homem econômico não fez jus ao seu homólogo inovador, e, embora continue a gozar dos privilégios de seu desenvolvimento, até o momento não conseguiu identificar objetivamente seu tempo histórico e, pior ainda, administrar de maneira sustentável as novas linhas de um destino global que parece inexorável.

Quando a Grande Depressão começou em 1929, o comércio mundial de mercadorias recuou 70%, o desemprego disparou 25%, a indústria se desintegrou 30% durante cinco anos, a produção mundial caiu 20%, 18 bancos centrais precipitaram financeiramente em seis meses e em cinco anos 50% do Banco dos Estados Unidos desapareceu (Frieden, 2007), entre outros fatores. No entanto, a sociedade global de sua época identificou o problema pela primeira vez como uma questão de ações (a Bolsa de Nova York caiu na terça-feira negra, 29 de outubro de 1929, 12,8%, e em três semanas perdeu tudo o que havia ganho um ano e meio antes. *Bierman, Harold. “The 1929 Stock Market Crash.” EH.Net Encyclopedia*), para tratá-lo posterior-

mente como um problema hipotecário (em 1934, nos Estados Unidos, foi gerado um atraso com o pagamento da hipoteca de 30% (Frieden, 2007)). Da mesma forma, foram apresentadas as correntes liquidacionistas e tradicionalistas, dentre as quais se destacava a figura do secretário do tesouro norte-americano Andrew Mellon, que pediu aos governos que ficassem fora do problema, para que, em um ambiente ortodoxo de livre mercado, a “doença” econômica se curasse e “purgasse a podridão acumulada no sistema. O alto custo de vida e o desperdício desaparecerão. As pessoas vão trabalhar mais e viver uma vida mais moral. Os valores serão ajustados, e pessoas empreendedoras vão emendar os estragos das pessoas menos competentes” (Frieden, 2007, p. 241). A sociedade econômica do anos de 1929, tanto por interesses pessoais quanto por sua falta de capacidade de interpretar os novos tempos, condenou as gerações da primeira metade do século XX a enfrentar uma insuficiência e contradição econômicas que não poderiam mais ser resolvidas local e tradicionalmente, isso exigia, diante do novo mundo industrial e, conseqüentemente, global, uma nova maneira de abordar a geopolítica, a economia e o comércio do mundo. Isso, após décadas de dificuldades, só foi alcançado até que dois eventos globais de maior relevância fossem realizados: o primeiro por meio de acordos coletivos assinados pelos atores econômicos do pós-guerra em Bretton Woods, em 1944; e o segundo através do reconhecimento, pelo mundo econômico ocidental, dos direitos sociais ou de bem-estar dos mais despossuídos. Com base na estrutura desses dois grandes eventos, começam a ser gerados resultados econômicos positivos para a maioria dos países que participaram dessa nova “economia ocidental”, que durou até os anos setenta, quando novamente o contrato global começou a se deteriorar devido à falta de harmonia de um setor agrícola global que estava ultrapassado desde o mercantilismo, um setor industrial anárquico e predatório, próximo a uma nascente sociedade do conhecimento que deu seus primeiros passos.

É claro que, juntamente com o exposto, um número infinito de vetores político-econômicos e sociais se cruzam, mas, para os propósitos deste trabalho, o que se está tentando destacar é a falta de capacidade da sociedade, por sua vez, de identificar a mudança estrutural histórica que foi vivida e sua impotência, interessada ou autista, em resolvê-la. A renovação do pensamento econômico global teve que vir com Keynes e os precursores do Estado de Bem-Estar na Suécia e nos países bálticos, entre outros, para repensar e humanizar um capitalismo e um modelo econômico que, como Keynes disse em 1933, “O capitalismo internacional decadente, mas individualista, em cujas mãos nos encontramos após a guerra, não é um sucesso, não é inteligente. não é bonito, não é justo, não é virtuoso e não atende às neces-

sidades” (Frieden, 2007, p. 241 e 305), acrescentando mais tarde como uma síntese sobre o ponto nervoso da Grande Depressão de 1929: “As principais desvantagens da sociedade econômica em que vivemos são sua incapacidade de garantir a ocupação plena e sua distribuição arbitrária e desigual de riqueza e renda¹.” O exposto acima é relevante porque 100 anos depois e no início do século XXI as diferentes vozes autorizadas continuam mantendo a mesma sintonia com as linhas de interpretação que foram tratadas durante a Grande Depressão Econômica da primeira parte do século XX, além da atualização de medidas financeiras.

Como no início do século passado, apesar das nuvens negras que já alertavam para a insuficiência do acordo global desde a década de 1970, as primeiras posições eram de negação ao dimensionamento da crise e de minimização de seus possíveis resultados. Em 2005, por exemplo, Thomas Friedman, contando com o fenômeno meteorológico que devastou a área de Massachusetts em 1991 e que, devido à confluência subterrânea de elementos que a originaram, ficou conhecida como “tempestade perfeita”, já estava avisando sobre uma enorme crise econômica e sugeriu que naquele momento a mudança de rumo ainda fosse oportuna, “não quando o tufão já está prestes a te engolir”. A esse respeito, também afirmou em seu trabalho que, antes do aviso de mudanças dramáticas como as ocorridas em 11 de setembro, onde havia sido apresentada uma grande oportunidade para o chamado ao sacrifício nacional dos Estados Unidos para resolver os problemas financeiros, energéticos, científicos e educacionais urgentes, o presidente Bush, em vez de exortá-los ao sacrifício, convidou-os para irem às compras (Friedman, 2006, p. 270).

No início do século XX, no final de 2007 e no início de 2008, antes que o primeiro relâmpago econômico começasse a falar de uma crise hipotecária como a culpada do problema (em 16 de dezembro de 2003, o presidente George Bush assinou o American Dream Downpayment Act, uma lei que procurava promover minorias e famílias de baixa renda para ter acesso ao crédito de entrada a casas, o que levou à criação de um processo defeituoso que levou que 40% das novas hipotecas em 2006 tivessem baixa qualificação, que foi adicionado à pirâmide de garantias que levou o empréstimo hipotecário a mercados de baixo crédito) (Suárez, 2009, p. 24-25), dada a superação das projeções, a falha nas hipotecas não foi mais atingida e foi escalada para o nível de crise financeira, como resultado da má gestão e altos níveis de corrupção, que teriam um sério impacto na estabilidade dos bancos e do

¹ Os pobres do mundo aumentaram mais de 50% entre 1820 e 1950, passando de um bilhão para mais de um bilhão e seiscentas mil pessoas (Goldin Ian; Reinert Kenneth, 2007. p. 59).

mercado de capitais (como exemplo acima podemos citar o caso dos CDS (Credit Default Swaps) e das empresas Monoline que operavam como instrumentos de proteção em relação ao pagamento de capital e juros sobre instrumentos de dívida não liquidados, os quais, devido a sua operação irregular e irresponsável, administraram fluxos protegidos em 2008 para um valor em torno do PIB mundial, ou seja, a soma estratosférica de 55 trilhões de dólares) (Suárez, 2009, p. 23).

De 2008 até hoje, a opinião da maioria dos analistas está estacionada nesse diagnóstico (Krugman, Sachs, Bernanke etc.), apostando que a direita política monetária, o aumento da supervisão financeira e a participação keynesiana do Estado (extensão do orçamento para obras públicas e sustentação de avarias econômicas) serão suficientes para resgatar a economia de seu atual colapso. No entanto, nessa análise geral, as outras causas do problema são ignoradas, a partir da erosão econômica global da década de 1970, a irrupção protagonista de uma nova sociedade do conhecimento, o deslocamento da “jovem” sociedade industrial, o empobrecimento do setor primário, o fator asiático (baixo custo), os fatores demográficos e ecológicos essenciais etc., que sem dúvida hoje são uma parte substancial da crise histórica do início do século XXI. Ainda assim, aqui voltamos à questão inicial que enquadra esta seção: crise econômica temporária ou mudança estrutural? A resposta para a equação anterior não é menor. Devido ao seu conteúdo, tanto as estratégias de sua possível solução quanto as consequências de sua aplicação estão sendo derivadas. Será resolvida até 2010? Como analistas da crise temporária apostam que já preveem um crescimento mundial médio de 2,5% (Banco Mundial), ou, como em 1929, estamos diante de um fenômeno de exaustão estrutural que requer medidas mais abrangentes e profundas para fornecer sustentabilidade e futuro a um mundo cada vez mais globalizado? O dilema não pode ser minimizado, porque a sociedade global não pode se dar ao luxo de se enganar, exatamente como 100 anos atrás, nem pode levar três décadas como em 1929 para pensar sobre isso, ou sacrificar milhões de vidas para resolvê-lo, porque os ganhos e margens de capital de ontem foram esgotados e um mundo mais interconectado e interdependente, cuja economia foi integrada em quase 30% do comércio entre quase todos os países do mundo, gravitam em torno dele, esperando que as soluções tomadas sejam as corretas.

Krugman comenta sobre a Grande Depressão de 1930 que essa foi uma tragédia desnecessária, que, se Herber Hoover não tivesse tentado equilibrar o orçamento contra o colapso econômico, se o Federal Reserve não tivesse defendido o padrão ouro contra a economia doméstica, se apenas o governo tivesse fornecido liquidez ao Banco quando se viu a ameaça de seu colapso,

isso teria acalmado o pânico de 1930-1931, o colapso da bolsa teria sido apenas uma recessão comum que logo seria esquecida. Da mesma forma, ele acrescenta que alguns analistas apontam que os problemas econômicos atuais são estruturais e que não têm soluções imediatas, acrescentando que os únicos obstáculos estruturais são doutrinas obsoletas e mal organizadas que dificultam o pensamento do homem (Krugman, 2009, p. 3 e 191).

Concordamos com Krugman na necessidade de novas ideias, como Keynes também propôs, e em como é essencial vislumbrar novos problemas com novos olhos. Entretanto, embora devamos nos afastar do fatalismo que nada traz, também devemos fugir da análise econômica que fecha o olhar para a nova interconectividade dos problemas. Da mesma forma, acreditamos que a qualificação “estrutural” dos fenômenos não deve ser tomada com suspeita, muito menos sua categoria histórica. O deslize da ciência e da tecnologia nos conduz por uma estrada de alta velocidade, o que é evidente que não conseguimos classificar e administrar, mas, no meio do conhecimento limitado que nos resta, intuímos que a sociedade moderna está se reestruturando todos os dias, começando com sua economia, e é muito provável que, no futuro, se a nova sociedade do conhecimento nos permitir, terá que fazer uma reclassificação histórica mais adequada do período político-econômico e social que ocorreu desde o início da Revolução Industrial até os dias atuais.

A percepção do fenômeno econômico global, portanto, tornou-se cada vez mais difícil, perguntando o próprio Krugman sobre o motivo pelo qual os economistas estavam errados sobre a natureza e a dimensão da crise atual (New York Times 22-11-09). Na mesma linha, Anatoly Kaletsky, em seu artigo “Adeus, Homo Economicus”, pergunta “quantos economistas acadêmicos tiveram algo útil a dizer sobre a maior revolta em 70 anos?”, e sentença afirmando que “a realidade é ainda pior do que sugere essa pergunta retórica: os economistas não apenas falharam, como profissão, em tirar o mundo da crise, mas foram os principais responsáveis por nos arrastar para ela” (Revista Este País, 2009, p. 4). Não há dúvida de que o fenômeno tem esmagado os especialistas que estimávamos estar mais bem preparados para isso, como é o caso de Alan Greenspan, que, depois de ser por 32 anos um dos maiores responsáveis pela conduta econômica dos Estados Unidos, em relação ao problema econômico de 2008, declarou: “nunca imaginei a dimensão histórica da crise atual”, acrescentando mais tarde, com toda sinceridade e nem um pouco de cinismo, que “aqueles de nós que vigiaram o interesse das instituições de crédito em proteger os ativos de seus acionistas, aos quais me incluo, estão atordoados”. (Free Letters, junho de 2009).

A verdade é que estamos em um novo território econômico, na conformação de uma nova geografia do desenvolvimento que impõe o avanço

da economia e do conhecimento. Além disso, como os Toffler apontam, “O mundo está se transformando radical e irreversivelmente”, “Os novos sistemas de riqueza não se apresentam frequentemente e não chegam sozinhos, cada um traz um novo modo de vida, uma civilização”, e acrescentam: “Para o bem ou para o mal, bilhões de vidas em todo o mundo estão sendo mudadas por essa revolução, que faz emergir ou decair, com seu impacto, para nações e regiões inteiras do planeta” (Toffler, 2006, p. 30-31).

Que caminho seguimos? Que alternativa é imposta para repensar uma América do Norte no século XXI? Optamos pelo caminho dos porta-vozes da crise temporal? Ou repensamos a estratégia regional contra a construção de um novo mundo econômico e uma nova sociedade do conhecimento, com todos os ajustes que isso implica?

Se optarmos pelo primeiro, será suficiente para os Estados Unidos e o mundo econômico global fazerem ajustes monetários keynesianos para recuperar a saúde econômica, que operem adequadamente o Federal Reserve, como diz Krugman, que os passivos públicos necessários sejam cobertos, que as falências sejam financiadas e que a economia seja reativada com obras públicas, entre outras ações. Se pensarmos que estamos enfrentando um desafio estrutural histórico, diante de uma mudança de Era, teremos que aceitar que o exposto não é suficiente e que teremos que pensar em novas ações que, juntamente com as anteriores, dotem de força e viabilidade a integração dos três países, Canadá, Estados Unidos e México, frente os novos desafios impostos no início do século.

O dilema é o importante e não é exagero dizer que da decisão dos “policy makers” da época, mas também de todos os atores públicos e privados que influenciam indiretamente a visão futura da região, dependerá o papel que a América do Norte desenvolverá ao longo do século XXI.

ESTADOS UNIDOS OU HEGEMONIA ULTRAPASSADA

Século asiático, século dos Estados Unidos, Chinamérica? A União Americana recuperará sua estabilidade e progresso econômico, ou continuará em queda livre em direção a um poço sem fim? Mais relevante: no contexto da aceitação pública da crise econômica global, os Estados Unidos já sabem qual é sua condição ou o orgulho e a ignorância ainda limitam sua capacidade de diagnosticar e responder ao problema a ser enfrentado? Está ciente do seu desafio histórico e da sua mais-valia enfraquecida ou, como nas décadas dos anos 1970, 1980 e 1990, está na ideia de que sua força inercial o levará adiante? Essas e outras questões são fundamentais quando se tenta repensar a integração econômica e comercial de três países que começaram em 1994

através do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que, juntamente com seus sucessos e fraquezas, foi construído em torno da força econômica de um país que em 1990 detinha 15% do comércio mundial e que agora, sofrendo uma grave crise econômica, o índice foi reduzido para 8% (FMI, Estatísticas Financeiras Internacionais).

Nesse sentido, como devemos abordar as novas linhas estratégicas de uma integração norte-americana para o século XXI? O que os Estados Unidos têm para o seu futuro econômico para 2015, 2020 ou 2050? Em 1994, o Canadá e o México se comprometeram com a hegemonia econômica mais importante de seu tempo, com a nação que apenas cinco anos antes se declarara a vencedora do mundo bipolar que havia prevalecido durante a chamada Guerra Fria. Essa era a lógica do acordo, com base nisso, negociou e apostou em suas possíveis consequências. É claro que em pouco mais de uma década e meia, os parâmetros mudaram, razão pela qual é importante para os três países envolvidos saberem onde estão, qual é sua real situação econômica, qual é o inventário de danos que a crise econômica lhes deixou. Continuando com o mesmo esquema de integração de 1994, ou seja, com o NAFTA, em termos de estratégia e desenvolvimento, seria como continuar vivendo com um cadáver comercial não divulgado, que deixou de funcionar como estratégia de desenvolvimento integral, para se tornar um código de comércio internacional. Continuar sem refletir sobre as profundas mudanças político-econômicas e sociais do presente seria perder a oportunidade de construir um futuro sustentável para a região. Parar de refletir sobre as implicações do verdadeiro envolvimento dos Estados Unidos como potência não é conveniente para nenhuma das três nações, porque os privaria da oportunidade de somar em um momento que exige todas as sinergias.

Mais do que duas correntes principais que falam sobre o declínio ou a solidez da hegemonia norte-americana, o que teria que reconhecer é que ela não passa por seus melhores dias, enfrentando sérios desafios econômico e, independentemente do resultado dos anos por vir, sua liderança, sua força econômica e sua imagem global não são mais as mesmas, e não raramente é vista como um porta-aviões à deriva no meio de uma grande tempestade.

A primeira e obrigatória referência a esse respeito é equiparar o ciclo norte-americano ao período hegemônico da Grã-Bretanha do século XIX, que fornece inúmeros paralelos se não esquecermos as enormes diferenças que foram geradas do século XIX ao XXI. Entretanto, a comparação é a partir do momento em que se reconhece que, diferentemente de outras hegemônias, os impérios britânico e americano são os primeiros de uma era global que reconhece seu nascimento desde o início da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, a invenção industrial e

tecnológica seria a marca registrada que daria à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos a diferença dos impérios anteriores. Tanto o Império da Grã-Bretanha quanto a hegemonia dos Estados Unidos têm uma nova era, um tempo e civilização diferentes.

No caso da Inglaterra, ao mesmo tempo em que surge uma era industrial, é deslocada do primeiro plano uma sociedade agrícola que viveu, pensou e compreendeu os processos político-econômicos e sociais de uma maneira diferente. O homem agrícola é deslocado em importância pelo homem industrial e, com isso, é dado o fim de suas certezas e o futuro previsível, para dar origem a uma globalização descontrolada, cuja única constante seria mudança e inovação. Quanto aos Estados Unidos, o nascimento de uma Era do Conhecimento já desloca uma sociedade industrial e se relega a uma sociedade agrícola, gerando enorme anarquia e incerteza.

Embora a Grã-Bretanha tenha sido posicionada por seus triunfos militares, especialmente por sua vitória sobre a França em 1815, sua força econômica é derivada do fato de ser o primeiro país que entende a importância de novas invenções industriais e seu enorme potencial para gerar riqueza. Por ser a primeira nação que quebra paradigmas antes do advento do motor a vapor, da tecelagem, da ferrovia, da eletricidade etc., que a levou em 1900 a registrar os mais altos níveis de industrialização per capita e participação relativa na produção industrial mundial, levando-a da mesma forma em 1880 a gerenciar 23% da produção industrial mundial, e início do século XX a deter 25% da terra e as pessoas do mundo (Kennedy, 1994).

Em relação aos Estados Unidos, embora sua força provenha de uma estabilidade interna gerada como resultado de sua Guerra Civil e de eventos hegemônicos hemisféricos (México, 1847, Espanha, Cuba, 1898, Venezuela, 1895 etc.), seu crescimento econômico transborda pela exploração de seu grande potencial como produtor de alimentos, bem como de sua capacidade de adaptar e explorar o fenômeno industrial. Em 1914, os Estados Unidos já produziam mais carvão que a Grã-Bretanha e a Alemanha e já eram o maior produtor de petróleo. Sua produção de ferro fundido era maior que a da Grã-Bretanha, Alemanha e França juntas, e sua produção de aço era quase a mesma, incluindo a Rússia. Seu consumo de energia derivado de fontes modernas foi em 1913 igual ao da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Rússia, Áustria e Hungria juntos, e tinham mais veículos a motor do que o resto do mundo, o que levou o seu PIB nacional e per capita a exceder todos os outros países em 1914 (Kennedy, 1994, p. 389). As análises sobre a época previam que a taxa de crescimento do potencial norte-americano ultrapassaria toda a Europa, sem a eclosão de 1914, em 1925. No entanto, autores como Jeffrey Frieden argumentam que precisamente as duas Guer-

ras Mundiais desempenharam um papel vital na consolidação hegemônica dos Estados Unidos. Na Primeira Guerra Mundial, o autor ressalta que “a guerra devastou a Europa e, em vez disso, transformou os Estados Unidos na principal potência industrial, financeira e comercial do mundo. A produção industrial americana quase triplicou durante os anos da guerra, de 23 bilhões de dólares em 1914 para 60 bilhões em 1919. Em 1913, os países industrializados da Europa juntos, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Bélgica, produziram substancialmente mais do que os Estados Unidos. No final da década de 1920, os Estados Unidos superaram esses países juntos em quase 50%. “Ainda assim, com relação ao resultado econômico da Segunda Guerra Mundial, o mesmo autor acrescenta: “Os pesos relativos das economias dos Estados Unidos e da Europa mudaram substancialmente. Em 1939, a economia americana era exatamente a metade da soma dos beligerantes finais na Europa, Japão e a União Soviética. A produção total de aço da Alemanha, Grã-Bretanha e URSS em 1939 teria sido mais de 15% superior à dos Estados Unidos. Em 1946, era menos da metade do que os EUA produziam. Europa e Japão estavam esmagados e exauridos. Os Estados Unidos eram um país rico e poderoso e sua ajuda determinaria a velocidade da recuperação.” (Frieden, 2007, p. 179 e 346).

A queda da hegemonia inglesa, por outro lado, ocorre no contexto da mudança de importantes ciclos históricos, que, juntamente com seus erros internos, precipitam sua liderança e poder econômico. Quanto ao âmbito interno, vale destacar a frase de Joseph Chamberlain que, no início dos anos 1900, como diagnóstico, declarou sobre a Inglaterra: “O titã cansado (cambaleante) sob a esfera muito áspera de seu destino.” (Kennedy, 1994, p. 179 e 367), Com o qual reconheceu o cansaço e a complacência como as principais causas da perda da liderança industrial contra os Estados Unidos, Alemanha e Japão no início do século XX. Assim, apesar de Londres ter sido o berço da Revolução Industrial, durante quase um século perdeu a liderança e as vantagens que possuía em inovação e produtividade industrial. Da mesma forma, apesar da queda de sua renda econômica, a Grã-Bretanha persistiu em financiar os enormes gastos de guerra de sua frota marítima, que, embora tenha contribuído para o que ficou conhecido como “pax britânica” e sua expansão comercial ao longo do século XIX, no século XX, seu apoio contribuiu para a perda de seu equilíbrio econômico. Em 1913, por exemplo, a participação industrial da Grã-Bretanha no mundo já havia caído para 13%, enquanto a dos Estados Unidos e da Alemanha havia aumentado para 32% e 15%, respectivamente. Não obstante o exposto, na mesma data a Inglaterra continuou a manter os maiores gastos da guerra mundial em 2.174.000 toneladas de navios de guerra, enquanto

os Estados Unidos e a Alemanha o fizeram em relação a 985.000 toneladas e 1.305.000 toneladas, respectivamente (Kennedy, 1994). Essas foram duas das causas mais relevantes da deterioração inglesa, que parecem se repetir no caso dos Estados Unidos.

Existem muitos fatores que afetam a queda do primeiro império industrial da Grã-Bretanha e não é objetivo deste trabalho expandir o assunto. No entanto, a ampla gama de paralelos entre o início do século XX e o século XXI, quanto ao enfraquecimento e deslocamento da hegemonia inglesa no primeiro caso, e dos Estados Unidos no segundo, é referência que nos afastam do imediatismo das análises de curto prazo e nos colocam na congruência histórico-econômica do fenômeno que enfrenta hoje os Estados Unidos. A Grã-Bretanha, por exemplo, em meio a seu grande sucesso, exclamou na boca de seu economista Jevons que “as planícies da América do Norte e da Rússia são nossos campos de trigo, Chicago e Odessa, nossos celeiros, Canadá e Báltico, nossas florestas fornecedoras de madeira, a Austrália contém nossas fazendas de cordeiros e na Argentina e nas pastagens ocidentais da América estão nossos rebanhos de bois etc.” (Kennedy, 1994, p. 21). Da mesma forma, em meio a esse excesso de confiança, Ludwig Bamberger declara no âmbito financeiro no final do século XIX: “Escolhemos o ouro, não porque é ouro, mas porque a Grã-Bretanha é a Grã-Bretanha” (Frieden, 2007, p. 75). A hegemonia estava se desenrolando, mas a síndrome da abundância e do sucesso afastou os ingleses da estratégia que os levaria a manter a liderança econômico-industrial do mundo e, é claro, no início do século XX, sobravam previsões de que continuaria sendo um século inglês.

Quanto aos Estados Unidos, vale lembrar que em 1989, antes da queda do Muro de Berlim e do final da Guerra Fria, a leitura do ciclo norte-americano, embora já mostrasse importantes sinais de sua erosão econômica, defendeu um exército de analistas liderados por Fukuyama, que estavam na presença do “fim da história” e, conseqüentemente, da infinita continuação do ciclo dos Estados Unidos. Mais uma vez, a confiança excessiva de sucesso e complacência evitou reconhecer que, cinco anos antes de 1989, os diferentes índices do projeto dos Estados Unidos enviaram sinais alarmantes ao painel de controle de sua economia.

Como a Inglaterra de meados do século XIX e a do início do século XX, no caso dos Estados Unidos, o espírito do Império que privou o fim do século XIX deve ser dividido, com a atitude mantida desde os anos 1970. De expressões como a “americanização do mundo”, “o colosso comercial americano”, “o século americano”, que foram feitas no início do século XX, atualmente, todas são dúvidas e perguntas sobre sua força. O enfraquecimento dos Estados Unidos é discutido e catalogado de inúmeras maneiras:

diz-se que sofre um “declínio relativo”, diz-se de uma “hegemonia em declínio”, de uma “liderança no renascimento”, de uma economia estagnada etc. No entanto, como aponta Hobsbawm: “Existem razões internas pelas quais o império americano não pode durar, e a mais imediata é que a maioria dos americanos não está interessada no imperialismo ou na dominação mundial no sentido de governar o mundo. O que lhes interessa é o que lhes acontece em seu próprio país. A economia americana está tão deteriorada que, em algum momento, o governo e os eleitores decidirão que é muito mais importante concentrar-se na economia do que empreender aventuras militares no exterior, principalmente se levarmos em conta que essas intenções militares no exterior ocorrerão ao cargo em boa parte dos próprios norte-americanos...” (Hobsbawm, 2007, p. 83-84). O comentário se torna muito importante porque a primeira condição de um império é querer ser como a Grã-Bretanha, a União Soviética e os próprios Estados Unidos e agora esse interesse parece se aproximar da China.

A verdade é que, de acordo com a categoria histórica do Império, ou do grande poder militar e econômico reconhecido pelos Estados Unidos desde 1918, como diz Kennedy, ou 1945, como Frieden pensa, claramente, apenas sua força militar sobrevive, desde que sua força econômica, como uma queda permanente na forma de uma cachoeira, foi diluída desde a década de 1970, e em termos de poder militar, que é operacionalizado nos últimos anos mais como um fardo do que como um atributo. No entanto, o que vale a pena sublinhar do problema econômico dos Estados Unidos é que ele pode ser descrito de várias maneiras, menos novamente.

Por muitos anos, antes da “tempestade perfeita” de Thomas Friedman, autores como Arthur MacEwan, James M. Cypher e Elaine Levine, para citar apenas alguns, já documentavam o declínio do país. MacEwan declarou, por exemplo, no início dos anos de 1990 que “os Estados Unidos são, de muitas maneiras, a nação mais poderosa do mundo..., no entanto, dentro dos Estados Unidos, descobrimos que as coisas estão se desintegrando. A falta de moradia, o problema das drogas e um alto nível de mortalidade infantil lideram as notícias, enquanto os serviços sociais locais pareciam se deteriorar em todo o país” (MacEwan, 1992, p. 42). Isso foi reforçado ao documentar que entre 1973 e 1987 a erosão do padrão de vida das famílias americanas começou diminuindo a renda familiar média de um quinto das famílias mais pobres em 7,3% nesse período, enquanto o quinto dos mais ricos aumentou 14%. Do mesmo modo, mostrou que entre 1966 e 1985 as alíquotas efetivas de 1% dos contribuintes mais ricos caíram entre 27% e 36% e que, para 10% das classes mais abastadas, elas diminuíram entre 10% e 16%, o que foi combinado com aumentos fiscais substanciais para os mais

pobres. Da mesma forma, evidenciou o alto custo da força militar (7% em 1986) e, acima de tudo, sua inutilidade em manter sua hegemonia econômica (MacEwan, 1992, p. 51-56).

Por sua vez, Cypher também alertou desde o final dos anos 80 do enfraquecimento dos Estados Unidos, com base em uma perda de produtividade em primeiro lugar, que argumentou que de 1950 a 1973 (que inclui a “idade de ouro” do ciclo econômico do pós-guerra dos Estados Unidos) aumentou 2,44% ao ano, enquanto que de 1973 a 1990 alcançou apenas 0,825%. Ele também denunciou desde então algo que hoje é motivo de grande preocupação entre analistas e funcionários dos Estados Unidos, o chamado “déficit triplo”, que em 1990, em relação ao déficit orçamentário, já representava 6% do PIB, o comercial registrava um passivo anual de 100 bilhões de dólares e a partir de 1989 os Estados Unidos tomaram o lugar da nação mais endividada do mundo, com US\$ 650 bilhões em falta, lugar que não sairia até agora. Além disso, Cypher já comentava o crescimento da dívida doméstica, que em 1950 representava 35% da renda pessoal e em 1989 já apontava para 80%. É importante ressaltar que esse autor também denunciou o enfraquecimento do setor industrial norte-americano, sublinhando, junto com Cantwell, que as empresas transnacionais norte-americanas, no período 1974-1982, perderam 20% de seu grau de internacionalização em doze setores manufatureiros e que, mesmo no setor de alta tecnologia, sua má evolução também foi registrada quando 21% caíram no mercado global de fibra ótica no período de 1980 a 1988, em semicondutores 24%, em supercomputadores 13% e em máquinas e ferramentas 23% (Cypher, 1992, p. 62-65). Significativamente, Cypher colocou em debate os baixos salários globais de fabricação como uma das principais causas do declínio da força econômica dos Estados Unidos. O autor indicou: “Comida, algumas roupas e serviços podem ser fornecidos a trabalhadores industriais de um vasto exército de reserva de camponeses em transição (às vezes chamado de setor tradicional), que agora subsistem nos interstícios da sociedade na maior parte dos *New Industrialized Countries* (NIC). Uma vantagem adicional pode ser encontrada na virtual ausência de limitações e restrições ambientais que permitem que empresas transnacionais e grupos nacionais evitem a internacionalização de muitos de seus custos de produção social.” (Cypher, 1992, p. 75), ou seja, alguns autores já estavam conversando sobre a armadilha global, ou seja, a política de moldar o interesse nacional no consumo “barato” da classe média, ao custo de tolerar e patrocinar todo tipo de dumpings (sociais, financeiro, monetário, ecológico etc.), acreditando que isso não afetaria suas economias, nem as afetaria no clima ambiental de seus países, premissas que, como sabemos hoje, estavam e continuam totalmente erradas e acabaram revertendo todas

as nações de uma maneira ou de outra. Os primeiros efeitos desse fenômeno “global” são evidenciados por Cypher, indicando que de 1970 a 1989, apesar do crescimento da economia dos Estados Unidos em 70%, os empregos no setor manufatureiro permaneceram estagnados em 19,5 milhões (Cypher, 1992, p. 66). Portanto, quando ouvimos Alan Greenspan dizer, diante do entalhe da crise de 2008, que “nunca imaginou a dimensão histórica da crise atual”, como já indicamos, sua afirmação nos leva, desde o início, a perguntar se era seu compromisso com interesses criados, ou sua recusa em aceitar novos paradigmas, ou ambos, o que impedia que ele e a classe dominante ouvissem as várias vozes que desde os anos 80 alertaram, como vimos, sobre a perda de curso e ritmo da economia dos Estados Unidos.

Então, mais recentemente, outros especialistas também alarmaram, como Ugo Pipitone, Thomas Friedman, Paul Kennedy, falando sobre a chegada de um “ajuste de comprimento de crescimento a longo prazo” de “uma tempestade perfeita” etc. O primeiro dos autores, por exemplo, argumentou por uma década sobre o “cansaço de uma sociedade que não parecia mais encontrar o momento de motivações individuais e coletivas que no passado alimentavam ondas sucessivas e extraordinárias (por suas conseqüências técnicas e sociais) de crescimento. Motivações, disposições psicológicas capazes de conectar interesses individuais e coletivos e confiança em si mesmo se deterioraram no caminho e, embora tudo isso seja dificilmente operacionalizável em algum sistema de comprovação empírico, existe uma atmosfera cultural mais coerente com o fim de um ciclo nacional do que com o início de outro carregado de expectativas para o futuro, o material intrincadamente complexo e sutil, igual e diferente, do qual é feita toda a decadência (Pipitone, 2000, p. 16). Por outro lado, Friedman alertou que “um país, e com ele seu povo e seus líderes, deve ser sincero consigo mesmo e não ser enganado com relação ao lugar que ocupa em relação a outros países...” (Friedman, 2006, p. 328), tentando chamar a atenção para os outros modelos econômicos globais e para uma hegemonia que estava sendo diluída gota a gota. A esse respeito, ele acrescentou eloquentemente: “Nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, há algo que me lembra a terceira geração da rica família clássica, que se dedica a desperdiçar sua fortuna. Os membros da primeira geração estão presos até as sobranceiras em tudo o que é inovador e a segunda geração consolida os resultados, mas chega aos brotos disso, que engordam, são desajeitados e preguiçosos e gradualmente desperdiçam sua fortuna.” (Friedman, 2006, p. 267).

Muito se especula sobre a fraqueza da hegemonia americana e muitas também são as causas que são imputadas ao seu enfraquecimento. Fala-se do desaparecimento do equilíbrio geopolítico em 1989, da derrota no Viet-

nã, dos interesses dos grupos de pressão política, da falta de agilidade do governo na tomada de decisões, da crise no sistema educacional, da ascensão econômica da China, da falta de projetos de longo prazo, da pobreza de suas lideranças políticas e uma longa lista de etc. Todavia, mais do que especulação, o fato é que a saúde econômica do Estados Unidos não se parece em nada com a de 1950, quando dominavam mais de 40% da economia mundial (Kennedy, 1994), nem com a de 1994, quando firmou o NAFTA.

Como exemplo do exposto, pode-se ver seus gastos permanentes em guerra, que desde 1970 flutuam em uma porcentagem próxima a 5% de seu PIB, causando uma carga tributária que não corresponde à sua capacidade de gerar recursos. Sua falta de força comercial, se observarmos que em 1950 representava cerca de 50% do comércio mundial e em 2008 diminuiu para 8%, aos quais seria necessário acrescentar seu déficit comercial permanente, tem um saldo de quase quatro décadas de números negativos (1971-2009). Nesse balanço de números vermelhos também aparece a queda de sua produção industrial, que em 1945 chegava a aproximadamente 45% da produção mundial e em 2008 caiu para 34%. Por outro lado, sua rubrica financeira também apresenta notas alarmantes, em que há mais de 20 anos (1988) suas principais contas possuem saldos negativos, ou a emissão de sua dívida financeira, que em 1980 representava 20% de seu PIB e em 2009 já havia subido para cerca de 90%, ou seu déficit público, que em 1983 registrou uma quantia de 195 bilhões de dólares e para 2008, 2009 e 2010 estima-se um acúmulo de 40% do PIB, ou seja, aproximadamente 6 trilhões de dólares, o que será um grande desafio para o crescimento da economia norte-americana. Nesse sentido, a Casa Branca estima que o custo do governo para o serviço da dívida excederá US\$ 700 bilhões anualmente em 2019, comparado a 202 bilhões em 2009, mesmo que os déficits orçamentários anuais diminuam drasticamente, embora outras previsões falem de um número muito maior, um aumento que equivaleria a mais do que os orçamentos federais em educação, energia, segurança interna e as guerras no Iraque e no Afeganistão em 2010.

Os americanos agora precisam enfrentar dois desafios profundos: o primeiro como consumidores sobrecarregados de dívidas, com riqueza pessoal que caiu com os preços das ações e da habitação; e o segundo como contribuintes cuja dívida do governo quase dobrou nos últimos dois anos, justamente quando os custos associados aos benefícios para a geração do pós-guerra no processo de aposentadoria estão prestes a explodir (FMI; BM; UNCTAD; Departamento de Comércio dos Estados Unidos; Reforma, novembro de 2009).

No campo social, as questões também são preocupantes se começarmos pelo fato de estarmos falando da “economia número um do mundo” e os

números não corresponderem a esse nível. Como um exemplo do acima, pode-se notar que a diferença de salários passou 50 vezes o salário médio de um trabalhador que teve em 1975 para 250 vezes em 2006, comparado com o 0,01% do setor mais rico, metade da riqueza criada entre 1990 e 2006 beneficiou diretamente 1% das famílias, três milhões e meio de americanos ficam desabrigados por pelo menos três meses por ano, em Nova York, mais de 38.000 pessoas ficam em abrigos municipais todas as noites, sendo a maioria crianças e idosos, os Estados Unidos não possuem um sistema nacional de saúde e ocupam o último lugar entre os principais países desenvolvidos em mortalidade infantil, expectativa de vida e consultas médicas, consome 50% das taxas mundiais de cocaína e homicídios per capita entre 4 e 5% mais altas do que na Europa Ocidental (Attali, 2007; Kennedy, 1993). Recentemente, revelou-se que um em cada cinquenta habitantes está em situação de pobreza, dos quais seis milhões vivem apenas com comprovantes oficiais do governo (NYT, janeiro de 2010).

Todas as opções acima não tentam ser uma descrição pessimista da situação atual nos Estados Unidos, pois, em troca, também exigiria a especificação de seu saldo positivo, mas o que essa pequena síntese das diferentes faces do enfraquecimento da economia americana procura é assumir uma posição que os próprios Estados Unidos se recusam a adotar, isto é, falar com a verdade e reconhecer que não são mais a hegemonia que surgiu em 1918 e que foi reconhecida publicamente em 1950, que os Estados Unidos desde a década de 1970 se estabeleceram em uma deterioração econômica progressiva que desconheciam ou não queriam parar, emitindo cheques contra a mais-valia gerada no passado e que terá que pagar no futuro, e que, se não assumir um papel mais responsável e criativo em relação ao esmagador mundo global, sua participação no concerto das nações será enfraquecida ainda mais em detrimento dos próprios Estados Unidos e da região norte-americana.

Definitivamente, não é o melhor momento econômico para ninguém, mas também não é para os Estados Unidos. Portanto, as conversas regionais sobre a América do Norte precisam se afastar de eufemismos, das agendas vazias, e de uma visão objetiva da região e de suas verdadeiras possibilidades. Continuar jogando ao traje do imperador não é útil, portanto os três países teriam que fazer um exercício de reflexão sobre seus verdadeiros bens para repensar a estratégia que lhes permite se multiplicar.

Os Estados Unidos não são mais um império ou uma hegemonia unipolar, nem podem ser novamente no curto prazo, primeiro porque sua deterioração econômica é muito mais forte do que reconhece, segundo porque, como apontam Hardt e Negri, a era do imperialismo acabou e nenhuma nação será líder mundial como as nações europeias modernas, muito menos

os impérios de antes (Hardt , 2002, p. 15). Estamos caminhando para novas figuras de integração global compostas por organizações nacionais e supranacionais, cujo destino não apenas imaginamos, mas que nos dizem que a estrada regional é um estágio relevante dessa viagem, que se tornou um imperativo para os países que se integram e, portanto, deixaram de ser uma opção descartável. O retorno ao caminho da sustentabilidade econômica dos Estados Unidos, como o do Canadá e do México, não pode mais ser alcançado individualmente. Para o bem ou para o mal, o destino deles os colocou longe de Deus e muito próximos um do outro. Retirar essa inércia dos Estados Unidos, seja devido à memória de velhas glórias ou impedimentos culturais, apenas atrasará o progresso de um caminho que já começou sem nós e onde se pode ver que muitos já estão avançando.

CHINA-ESTADOS UNIDOS, OU A DANÇA DOS ELEFANTES

Ao analisar o relacionamento atual entre a China e os Estados Unidos, aparece uma anedota contada pelos próprios chineses: “Primeiro tínhamos medo do lobo, depois queríamos dançar com ele e agora queremos ser o lobo.” (Friedman, 2006, p. 326). Isso vem à mente com outra anedota revisada por um colega chinês em uma reunião na África do Sul, quando eles também pediram sua opinião sobre a relação entre os dois países: “quando o tamanho dos elefantes é semelhante, eles não devem fazer guerra, porque são esmagados, nem amor, porque eles não se encaixam na mesma cama, então o melhor que podem fazer é manter uma distância saudável.” Da simplicidade das duas anedotas anteriores, sejam lobos ou elefantes, o que deixa muito claro é que, até o momento, os Estados Unidos não entenderam o novo modelo de desenvolvimento chinês, política ou economicamente, enquanto que a China conduziu seu relacionamento bilateral com todo o sucesso.

Paradoxalmente, o primeiro encontro dos Estados Unidos com a China ocorre no âmbito do declínio do Império Chinês, em oposição à ascensão do Império Americano, quando as potências marítimas aproveitam a fraqueza asiática para tirar vantagem. Desde meados do século XIX, os Estados Unidos, juntamente com a Grã-Bretanha, França e Rússia participam das invasões feitas no território chinês, que, no caso dos Estados Unidos, culminam na assinatura de um Tratado assinado em 1844, dentro do que foi chamado na China “o século dos tratados”. Em 1900, até mesmo o interesse dos Estados Unidos na China pode ser visto pelo secretário de Estado Hay, que assinou uma nota diplomática chamada “porta aberta”, através da qual os Estados Unidos tentam se assumir como uma potência colonial asiática, designando 2.500 soldados americanos ao exército internacional

enviado para restaurar a “ordem” na China, buscando a todo momento que essa “porta aberta” não os deixasse de fora dos novos interesses que estavam sendo construídos antes da queda do Império Chinês (Kennedy, 1994, p. 395). A força da Grã-Bretanha naquela época, a fraca internacionalização dos Estados Unidos, juntamente com a queda do ciclo imperial em 1911, seguida por um longo estágio de instabilidade militar e social até 1949, no quadro das duas Guerras Mundiais, esfriaram o relacionamento dos dois países que se viam distantes com receio, medindo o potencial de suas próprias trajetórias.

Os Estados Unidos mais uma vez lidam diretamente com a China na década de 1950, quando essa entra em cheio na Guerra da Coreia. Mais tarde, dá um seguimento marcado no início da Guerra Fria à sua aliança com a União Soviética, que enfraquece rapidamente no final dos anos 50 e início dos anos 60, abrindo novas possibilidades para a compreensão de ambos os países no quadro geopolítico asiático e na bipolaridade americano-soviética. Essa situação levou os Estados Unidos a facilitar a entrada da China nas Nações Unidas em outubro de 1971, o presidente Nixon visitara o país asiático em 1972, e as relações bilaterais foram formalizadas em janeiro de 1979.

A China, depois de liderar a economia e o desenvolvimento mundial por mais de mil anos, com aproximadamente 30% do PIB global, em meados do século XIX, cai para 5% (Anguiano, 2001), embora mantenha um potencial demográfico e territorial que a fariam exclamar à inteligência de Napoleão em 1804 que a China era um dragão adormecido, que quando acordasse o mundo tremeria. Os Estados Unidos, junto com a maior parte do mundo ocidental, esqueceram esse alerta e compraram a ideia de uma China convulsionada durante a primeira metade do século XX, pauperizada, invadida pelo Japão de 1894 a 1945, que, no quadro da liderança maoísta e do Programa Grande Salto Adiante (1960), sofreu a perda de dezenas de milhões de pessoas devido à fome. No final da década de 1970 e após a morte de Mao em 1976, o mundo estimou que a China não representava ameaça econômica para os Estados Unidos, nem para nenhuma das economias ocidentais. Portanto, o mundo ocidental em geral e os Estados Unidos em particular fizeram muito trabalho, primeiro para aceitar a nova importância da China e então entender os atributos de um novo “socialismo de mercado” que não caça com os paradigmas dos especialistas neoliberais, que após o fracasso do modelo soviético não admite que há novas estratégias que vêm demonstrando sua eficácia no contexto de uma globalização descontrolada e exigente.

Nessa linha de ignorância e desvalorização da China, a partir de 1979, é inaugurada uma nova etapa das relações entre os dois países. De uma maneira especial, esse começo é parte da importante mudança na política externa da

China, que consiste em romper as barreiras econômicas dos últimos cinco mil anos e tentar encontrar seu desenvolvimento no mundo global, no quadro de um “experimento” econômico que, como disse Deng Xiaoping, não foi encontrado nos livros (Oropeza, 2008, p. 439).

Há um provérbio chinês que diz: “Se você quer conhecer o seu passado, observe as condições do seu presente, e se você quiser conhecer seu futuro, analise o que está fazendo hoje.” Nesse sentido, o verdadeiro encontro da China e dos Estados Unidos ocorre no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando o projeto econômico do novo modelo chinês começa. Ocorre quando, após uma difícil sucessão política à morte de Mao, um homem de 76 anos chega ao poder que, ignorando todos os preceitos antigos de uma China murada, decide levá-la à conquista de um modelo global que se reinaugurava de maneira constante e, portanto, careciam de receitas ou fórmulas mágicas. Para Deng e China, desde 1980 e até a presente data, o que funcionou para eles foi sua abertura e capacidade de mudar para se vincular a uma globalização trapaceira que não lhes permite ser pego e que exige a criação, cancelamento ou modificação de paradigmas de uma maneira constante. De modo contrário, os Estados Unidos ficaram muito magoados com a recusa em rever os bárbaros de uma estratégia que, desde os anos 1970, não proporciona crescimento suficiente.

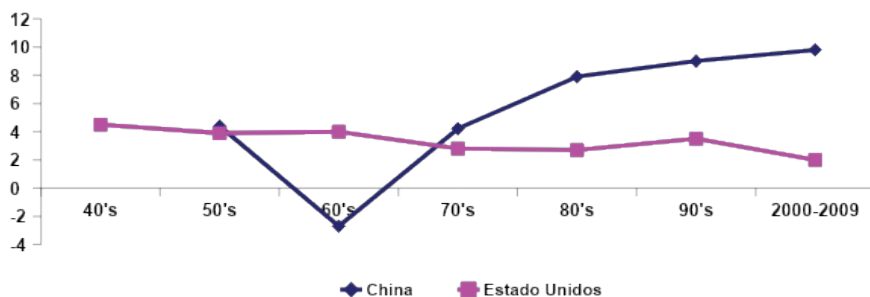
Falar sobre o modelo econômico chinês é sinônimo de mudança, adaptação e uma orientação obsessiva para o desenvolvimento por meio de uma combinação inteligente de mercado estatal. No caso dos Estados Unidos, apesar da lição de 1929, o modelo esqueceu sua capacidade de mudança e seu compromisso com as classes fracas.

Deng Xiaoping toma o poder desde 1978 e o prolonga por intermédio de suas “designações” políticas de Jiang Zemin e Hu Jintao até a presente data, mesmo quando morre em 1997. No entanto, sua influência e liderança econômica prevalecem há mais de 30 anos em uma estrutura de estabilidade e controle político. Os Estados Unidos, por sua vez (Jimmy Carter 1977-1981; Ronald Reagan 1981-1989; George HW Bush 1989-1993; Bill Clinton 1993-2001; George W. Bush 2001-2009) (Aguayo, 2005, p. 59), registra de 1977 até a presente data a passagem de dois presidentes democratas e três republicanos (Obama acabou de começar), que sintetizam, através do resultado de seus vários períodos, uma perda de tempo e direção econômica da hegemonia americana, como já documentado na Seção III deste trabalho.

O início da perda de terras dos Estados Unidos em relação à China começa com sua séria decisão de iniciar uma guerra com o Vietnã, na qual, como diz Howard Zinn: “de 1964 a 1972, a nação mais poderosa da história do mundo fez seu esforço militar máximo, incluindo todos os tipos

de armas, com exceção das bombas atômicas, para derrotar o movimento nacionalista revolucionário de um pequeno país de camponeses, e fracassou.” (Zinn, 2003, p. 469), ao qual seguiu seu forte colapso moral sintetizado pelo episódio de Watergate. Nos anos 1980, enquanto a China construía o andaime do sucesso econômico que hoje surpreende e confunde o Ocidente, os Estados Unidos estavam trancados na ortodoxia de um período que agradava seu “establishment” contra suas possibilidades de um futuro sustentável. Por exemplo, nos anos 1980, que correspondia a Reagan, houve uma “revolução neoconservadora (que) pareceu marcar o fim da linha seguida desde o New Deal, já que o presidente prometeu reduzir os programas de assistência social e ação governamental como reguladora da economia, além de restaurar os valores tradicionais da sociedade americana. Ao mesmo tempo, a política externa parecia retomar a agressividade dos primeiros anos da Guerra Fria, e intervenções – abertas e secretas – no Caribe, América Central, África e Ásia voltaram a fazer parte da agenda. A economia dessa política era que os fundos para programas sociais eram reduzidos internamente, embora os mais importantes não desaparecessem. As incompatibilidades estruturais da economia dos Estados Unidos, no entanto, também não foram corrigidas. O déficit orçamentário subiu para números sem precedentes, atingindo 150.000 milhões de dólares em 1988 e, embora a inflação tenha caído, o desemprego atingiu 10,1% em 1982 (Velasco, 2001, p. 88).

A dança do elefante (Crescimento econômico %)



Fonte: Centro de Estudos de Finanças Públicas da Câmara dos Deputados, com dados do Bureau of Economic Analysis (BEA). Paul Kennedy, 1993.

Hobsbawm diz que “os pioneiros da globalização podem se tornar suas vítimas” (Hobsbawm, 2006, p. 63) e, surpreendentemente, os Estados Unidos são um dos países que menos compreendeu o desenrolar da globalização atual. De fato, pode-se dizer que é um dos países perdedores do

processo global. Em pesquisas realizadas, pode-se notar que, embora 60% da população dos Estados Unidos ainda veja a globalização como positiva, ampliando a questão, 60% pensam que é negativo em termos de criação de emprego e 67% pensam que opera contra o segurança do trabalho dos trabalhadores. Esse percentual aumenta negativamente em relação à terceirização para 76%, o que consideram a principal causa de perda de emprego nos trabalhadores americanos. Em relação à questão com a China, em estudo realizado em 2005 sobre a população dos Estados Unidos, apesar do comércio com este país ter sido percebido como benéfico para a União Americana, 80% dos membros do Congresso e líderes comerciais viram nele uma ameaça econômica séria ou potencial, 60% correspondendo ao público em geral. Cerca de metade dos membros do Congresso e líderes empresariais (54% e 47%, respectivamente) concordaram firmemente que o governo chinês era responsável pelo grande déficit comercial com a China, em comparação com 30% do público em geral que opinou o mesmo de igual modo mais da metade dos entrevistados o identificaram como a principal fonte de perda de postos de trabalho, seguido pela Índia e pelo México. Da mesma forma, em uma pesquisa de 2002, apenas 32% dos entrevistados disseram que a China praticava comércio justo com os Estados Unidos. Entre os fatores estimados para contribuir para a vantagem de um comércio injusto, incluíam, entre outras questões, a percepção de uma moeda subvalorizada, baixos custos de mão de obra, substituição de mão de obra e pirataria na propriedade intelectual (Bustillo e Artecona, 2007).

Pelo exposto, existe uma preocupação geral dos americanos em relação ao relacionamento com a China, o que é bem fundamentado se considerarmos que, desde a visita de Nixon a Mao em 1972 até o autismo de Bush em 2008, a nação americana passou de erro após erro construindo uma realidade econômica que ficou fora de controle. Nesse sentido, Bush e Hamlon apontam que: “Nos últimos 10 anos – se não nos últimos 50 anos –, a percepção americana da China mudou drasticamente. Bill Clinton, como candidato, falou sobre o “açougueiro de Pequim”, mas como presidente declarou em 1997 o objetivo de “caminhar em direção a uma parceria estratégica e construtiva” com a República Popular da China. O candidato George W. Bush descreveu a China como um competidor estratégico e parecia sustentar uma relação conflituosa, até que em 11 de setembro transformou as prioridades de segurança americanas drasticamente. Com seu gosto pela aliteração, o presidente Bush logo falou de laços sinceros, construtivos e cooperativos. De fato, Colin Powell, como Secretário de Estado, gostava de observar que o relacionamento dos Estados Unidos com a China não podia ser reduzido a um slogan na foto. A

interação entre esses dois grandes países, o único superpoder estabelecido no mundo e sua principal potência em crescimento, é e continuará sendo muito mais complexa que isso.” (Bush, 2007).

Como exemplo do exposto, pode-se mencionar que nas negociações que ocorreram de 1986 a 2001 para que a China ingressasse na OMC, destacou-se de maneira especial o estágio em que enfrentaram a astúcia de um Deng Xiaoping, Jian Zemin e Zhu Rongji, com a surpresa e falta de visão de uma equipe de negociação do lado norte-americano, encabeçada em sua etapa mais importante por Clinton, que não conseguiu decifrar o potencial global do comércio chinês, nem conseguiu obter as melhores vantagens para o lado norte americano. O fechamento do acordo bilateral entre China e Estados Unidos, selado por Jian Zemin e Charlene Barshefsky, respectivamente, como exemplo do exposto, ocorreu apenas sete meses depois que o presidente Bill Clinton rejeitou um acordo que, em condições semelhantes, já o havia oferecido o primeiro-ministro chinês, Zhu Rongji, em abril de 1999.

Da mesma forma, Clifford e Panitchpakdi comentam que, durante a viagem que Zhu fez em 1999 a diferentes cidades dos Estados Unidos, pôde apreciar sua sagacidade e ingenuidade sobre Clinton, duvidoso e confuso, o que resultou no acordo bilateral ainda mais limitado do que o oferecido a Clinton meses antes. Como prova do exposto, destaca-se o caso das telecomunicações, em que Zhu havia inicialmente colocado sobre a mesa o direito de investir até 51% em empresas chinesas do setor e, meses depois, no contrato assinado, esse percentual foi reduzido para 50%, com a perda do controle correspondente (Panitchpakdi, 2002, pp. 75-87). Da mesma forma, destaca-se a inadequação da negociação referente ao ramo têxtil e ao setor de serviços em seus ramos de serviços bancários, de autofinanciamento, seguros e audiovisual, deixando de lado itens importantes, como dumpings sociais, monetários, fiscais e ecológico.

Obviamente, a relação bilateral EUA-China não se esgota no campo comercial e sua dimensão abrange outras áreas relevantes que não podem ser desenvolvidas neste trabalho. No entanto, até o momento, é contrastada a força de um país asiático, que é muito claro sobre seu comércio e seu modelo de desenvolvimento, em comparação com os Estados Unidos, que revelam problemas profundos em sua economia em geral (Oropeza, 2006, p. 203-205). Os números atuais do comércio entre China e Estados Unidos (déficit de 260 bilhões de dólares para o lado americano em 2008) ratificam até agora a parte vencedora do acordo.

Entre os primeiros detalhes que podem ser derivados dessa breve análise, não se pode evitar observar as grandes semelhanças que surgem entre o que aconteceu no início do século passado entre a Grã-Bretanha e os Estados

Unidos e o que está acontecendo atualmente no século XXI. Há 100 anos, o debate focou se o século XX seria inglês ou norte-americano, hoje se discute se será chinês ou norte-americano. Há um século, a Inglaterra era conhecida como “oficina do mundo”, um título que mais tarde foi transferido para os Estados Unidos e agora para a China como “a fábrica do mundo”. Assim como a Inglaterra, como já vimos, perdeu sua liderança industrial com os Estados Unidos de 1880 a 1913, desta forma a nação americana tem perdido com a China de forma gradual, mas constante. Como exemplo do exposto, pode-se observar que os envios para o exterior de roupas, tecidos e equipamentos de escritório dos Estados Unidos começam a declinar após 1955, no caso de ferro, aço e produtos químicos, desde 1973, e no caso da indústria automotiva por volta de 1983 (OMC, 2008). Este último setor se destaca por sua grande relevância, pois era a indústria líder nos Estados Unidos desde o início do século XX. Quanto à China, seu comércio exterior em 1980 foi verdadeiramente irrelevante (18 bilhões de dólares), e hoje se tornou o maior exportador com cerca de 1.070 bilhões, em 2009.

“O que é bom para o país é bom para a General Motors e vice-versa” (Hobsbawn, 2006, p. 65), sustenta uma frase no início do século XX que não pode ser mais reveladora da situação atual dos dois países. Por um lado, os Estados Unidos aparecem com um colapso brutal do setor automotivo no qual o governo teve de financiar a General Motors em 2009 com 30 bilhões de dólares para salvá-la da quebra. Por outro lado, a China foi colocada no mesmo ano como o país com a maior produção de veículos do mundo, com mais de doze milhões de unidades. Enquanto os Estados Unidos mantêm um saldo comercial deficitário desde 1971 (em 2008, perderam 422 bilhões de dólares), a China manteve um superávit comercial de 1990 até hoje (exceto 1993), acumulando um superávit em 2008 de quase 300 bilhões de dólares, aumentando seus envios para o exterior de 1978 para 2008 em 147 vezes (OMC, 2009). Em relação ao PIB, embora aos Estados Unidos tenham sido reportados em 2008 um valor de 14,2 trilhões de dólares como a maior economia do mundo, os enormes montantes de sua dívida pública e privada mencionados na seção III deste trabalho devem ser considerados, que representam mais de 200% do seu Produto Interno Bruto, portanto devem mais do que têm. Por outro lado, embora a China tenha um PIB de aproximadamente 35% em relação ao dos Estados Unidos (4,3 trilhões de dólares em 2008), seu crescimento nos últimos trinta anos foi de 10% na média anual, representando um aumento superior a 14 vezes o valor original, com a vantagem de a China ter um déficit público no mesmo ano de -0,4% e uma dívida pública de 16% de seu PIB (World Fact Book, 2009), isto é, tem mais do que deve, a que se deve acrescentar que a China registrou em

setembro de 2009 uma quantidade de reservas de 2,27 trilhões de dólares, enquanto os Estados Unidos na mesma data têm uma pequena soma de 47 bilhões de dólares (Reforma, novembro de 2009).

O campo militar, que parece ser o único item da controvérsia entre a comparação de pontos fortes e fracos dos dois “elefantes”, tem uma despesa anual da nação norte-americana de 600 bilhões de dólares em 2009 contra cerca de 90 bilhões de dólares em despesas de defesa pela China (Economist, outubro de 2009). No entanto, neste ponto, também vale lembrar o encontro histórico da Grã-Bretanha com os Estados Unidos no início do século passado, quando o império inglês, em claro declínio, dependia de um orçamento militar que não correspondia à sua deterioração da situação econômica, como já indicado neste trabalho, com a conseqüente redução do orçamento para outros setores produtivos, com a qual a suposta vantagem, em termos econômicos, parece mais uma fraqueza do que uma força. A esse respeito, Anguiano acredita que, “no que diz respeito à China, seus líderes enviam vários sinais de querer levar seu país à posição de potência “pacífica” e de conhecer bem a história de conflitos entre potências ascendentes e estabelecidas, para que não repitam os erros cometidos pelas primeiras, no sentido de confrontar diretamente os fatores hegemônicos” (Anguiano, 2008, p. 56).

Naturalmente, a questão da relação entre esses dois “gigantes” é extremamente complexa e faz parte da mudança da Era do século atual, onde não é suficiente o que foi alcançado por qualquer um dos países, mas muito dependerá da maneira como enfrentarão os complicados desafios políticos, econômicos e sociais de seu futuro. É por isso que julgamentos vigorosos não podem ser feitos quando questões fundamentais de seu posicionamento neste século XXI estão prestes a ser resolvidas, por exemplo, adivinhar se a China continua com seu caminho de aumentar o poder ou se os Estados Unidos são capazes de reverter a inércia de seu declínio hegemônico. No entanto, a verdade é que, no corte de caixa da primeira década do século XXI, após 30 anos desse novo relacionamento, destaca-se o que foi feito pelo país asiático em detrimento do que foi alcançado no mesmo período pelos Estados Unidos.

Tudo isso é da maior importância para o presente e o futuro da integração da América do Norte, que permanece congelada sem saber como reagir como região ao deslocamento que a China provocou em cada um de seus membros em diferentes questões.

Enquanto isso acontece, a China incorporou nos últimos anos, como parte central de suas políticas públicas, o desenvolvimento de sua integração com seus vizinhos mais próximos e estratégicos. Como exemplo acima, podemos observar o intenso intercâmbio comercial que realiza com os países que constituem seu primeiro círculo de integração, como Hong Kong,

Macau, Cingapura e mesmo Taiwan, que é o quinto parceiro comercial da China e seu terceiro investidor. Com esse primeiro círculo de integração, a China compartilha mais de 20% de seu comércio total e recebeu aproximadamente 55% de seu investimento estrangeiro direto nos últimos 20 anos. Em uma segunda política de integração, em dezembro de 2004, a China ingressou na importante Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que consiste em dez das nações mais importantes da Ásia-Pacífico (também chamada Ásia dinâmica), e reconheceu o status de “economia de mercado”, comprometendo-se conjuntamente à assinatura de um acordo de livre comércio em 2010². Com esse bloco, a China troca 10% de seu comércio e recebe 10% dos valores para investimento estrangeiro. Em uma terceira política de integração, a China faz parte dos 21 países que compõem o importante grupo da APEC, juntamente com o México, os Estados Unidos e outros países da Baía do Pacífico. Da mesma forma, com seus vizinhos ocidentais precedidos pela Rússia, ele trabalha em um esquema de facilitação de negócios comerciais conhecido como Grupo de Xangai. O processo de integração da China, formalmente iniciado a partir da sua entrada na OMC em 2001, inclui também dois Acordos de Abordagem Comercial com Hong Kong e Macau (CEPA, sua sigla em inglês), de acordo com o qual se aplica tarifa zero a produtos e serviços da chineses. Em 2005, assinou um acordo de livre comércio com o Paquistão e, em 1º de outubro de 2006, foi concluído um tratado de livre comércio com o Chile, pelo qual foi negociado um alívio imediato de 92% das exportações do Chile e 50% das exportações da China. O ativismo integracionista da China não para por aqui, e mantém sete novos tratados de livre comércio em negociação e estudo, com a Austrália, Nova Zelândia, o Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Catar), União Aduaneira da África do Sul (Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia), Índia, Islândia e Peru (CEPAL, 2006) (Oropeza, 2008, p. 128).

Apesar das evidências de que a China (como a Grã-Bretanha na época, e os próprios Estados Unidos desde 1950) mudou seu protecionismo econômico tradicional para uma integração mais ativa e dinâmica, que emerge de sua atual força manufatureira e de sua recente incorporação à OMC, a região norte-americana permanece ancorada em seu “modelo” de integração do NAFTA, pensado e implementado em 1990-1994, quando a China não existia como ator econômico e comercial relevante. A partir de 2003, o

² Eliminação das tarifas antes de 2010 para a ASEAN 6 (Brunei, Darussalam, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia) e antes de 2015 para a nova ASEAN. Se espera uma redução tarifária “adiantada” (5%) no período de 2004 a 2010 (CEPAL, 2007).

México viu como a China o deslocava da posição de terceiro maior fornecedor de manufaturas no mercado norte-americano, e em 2008 o Canadá registrou sua queda de primeiro país exportador para os Estados Unidos devido ao avanço dos produtos chineses. Em 2008, Canadá, Estados Unidos e México registraram déficits comerciais com a China de 23 bilhões de dólares, 260 bilhões de dólares e 32 bilhões de dólares, respectivamente, correspondendo os Estados Unidos e o México ao primeiro e ao quarto lugar como geradores de lucros comerciais do país asiático.

Além da responsabilidade e comprometimento nacional de cada uma das partes, é claro, de todas as opções acima, que o progresso na integração na América do Norte não é suficiente e que seus três países membros, Canadá, Estados Unidos e México têm obrigação de repensar a questão de sua cooperação, nesse caso, de acordo com o novo fator asiático.

ESTADOS UNIDOS, CANADÁ E MÉXICO: TRÊS ATORES EM BUSCA DE AUTOR

Em maior ou menor grau, o caminhar dos três países da América do Norte parece desprevenido, sem precisão quanto à meta ou destino buscado, como se depois de uma onda enorme eles se levantassem procurando onde estavam, sem perceber que uma nova onda, possivelmente maior, está a caminho.

O Canadá, com sua passividade proverbial, sem vocação para afirmar seus atributos geográficos ou destacar no concerto internacional, os Estados Unidos, enredados nos fios de seu próprio labirinto, vítima de sua própria liderança e órfãos de ideias sobre o futuro, lutam para elucidar o que resta de seu modelo, sem saber claramente qual é o caminho de seu futuro. O México, afundado no dogma do professor, permanece ausente de uma dinâmica global que lhe parece estranha, atordoado, esperando por um milagre ou um líder providencial que o reponha no caminho de seu sucesso, implorando que o que foi vivido tenha sido apenas um pesadelo. Os três, à sua maneira, seguem espectadores diante do desfile da globalização que continua sua marcha, adorando uma relíquia representada pelo NAFTA que, se tocada, perderá sua “mágica”.

Seria o exposto uma visão pessimista das realizações da integração norte-americana? Parece-nos que esse tipo de questionamento, a fraqueza do consolo no mérito obsoleto, o medo de aceitar novos paradigmas ou de reconhecer que falhou é o que dificultou sua revisão nos últimos anos, o que levou os três países após a assinatura do NAFTA a aguardarem os resultados mágicos, enquanto em outras regiões e outras economias com poros

globais mais abertos movem-se mais rapidamente. Todavia, aqui não se trata de introduzir novamente uma discussão que leva mais de três décadas nos três países, que envolve tanto os apologistas quanto os detratores do tratado, senão reconhecer pelos próprios resultados da integração, que não alcançou o feito, em comparação ao realizado por outras regiões e outros países, e agora muito menos do que antes.

A América do Norte tem duas opções: ou avança na construção de sua sinergia e cooperação e se reitera como uma região líder, ou contempla passivamente, junto à diminuição da hegemonia dos Estados Unidos, que deixa turva a economia global, como de fato já está acontecendo, tornando-se notória de sua própria crise. Não há dúvida de que cada um dos países membros é diretamente responsável por seu próprio destino, mas hoje, mais do que nunca, o futuro individual está vinculado ao esforço coletivo.

No final de mais de 100 anos de hegemonia dos Estados Unidos, 60 do pós-guerra, 15 do NAFTA, o México e o Canadá descobrem que os Estados Unidos ainda estão lá, e, por sua vez, vê que seus vizinhos não foram embora, que, por mais tentativas de difamar a vizinhança, tão tola quanto a realidade, segue lá. Pior, depois dos últimos 15 anos, os três vizinhos parecem piores e mais magros do que a fotografia tirada em 1994, quando, timidamente, no meio do “fim da história”, estabeleceram formalmente seus laços de cooperação de vizinhança. Além disso, a passagem da foto é totalmente diferente, as florestas são mais escassas e os rios mais secos, e muitos convidados que não apareceram na foto agora entram em sua cozinha. Com o passar do tempo, a única conclusão clara que parece ser compartilhada pelos três países, cada um em sua respectiva dimensão, é que, de fato, eles estão cada vez mais distantes do deus da economia e mais próximos uns dos outros. Nesse sentido, a integração da América do Norte, por diferentes razões, não é diferente do processo inacabado da América Latina, representando dois lados da mesma moeda, cujo único destino no tempo é sua integração hemisférica.

A resistência à mudança, os velhos paradigmas, os interesses adquiridos, a falta de estadistas para entender o novo mundo são os principais motivos que impediram o progresso de uma maior cooperação.

Por razões óbvias, sempre debatidas, a maior responsabilidade recai sobre o parceiro maior, 14 vezes maior que o México economicamente e oito vezes mais forte que o Canadá, o qual, no meio de uma “ilusão do passado”, continua prolongando infinitamente uma política regional que partiu do desprezo dos outros pela ideia do dispensável de sua participação com os temas de seu futuro, e, pior, com a crença de que seus vizinhos, principalmente o México, são parte ou a causa de seus problemas econômicos atuais, em vez de sua possível solução.

Os Estados Unidos nos últimos 60 anos tiveram dificuldade em compartilhar o sucesso com seus dois parceiros americanos, além disso tem sido mais fácil para os Estados Unidos cooperar com vizinhos distantes do que com seus vizinhos próximos. Em 1947, os Estados Unidos, vencedores, ricos e esplêndidos, no âmbito da Doutrina Truman, integraram três planos de apoio focados na reestruturação da Europa e do Japão. O primeiro deles, conhecido como Plano Marshall ou Plano de Recuperação Econômica, consistiu no envio de US\$ 13,5 bilhões à Europa para a reconstrução de aliados ocidentais. Sob um programa semelhante, ele enviou outros US\$ 500 milhões para o ressurgimento do Japão, similarmente promovendo, por meio de seu Secretário de Estado Acheson, a unificação das indústrias de carvão e aço da Alemanha e da França, que foi a primeira etapa da União Europeia hoje (Frieden, 2007, p. 353). Atualmente, os Estados Unidos repetem exatamente a mesma política de esquecer os vizinhos, concentrando a maior parte de sua ajuda externa em dois países que são Israel e Egito, depois dos quais seguem em ordem de importância outros vinte países do Oriente Médio e da África, enquanto a “ajuda” a um programa de importância central para os Estados Unidos e o México na área de segurança, como a iniciativa “Mérida”, é de um total aprovado de 1.350 milhões de dólares em 2008. No início de 2010, apenas havia coberto o número de 500 milhões de dólares, que foram poupados de uma maneira que inclusive chamou a atenção de alguns políticos norte-americanos que têm reclamado da pequenez, atraso e condicionamento da ação. Os montantes e a estratégia de ajuda não são o problema em si, mas sua gestão reflete a falta de importância dada à vizinhança. Os Estados Unidos fizeram parte do sucesso do desenvolvimento econômico europeu e japonês, enquanto permaneceram indiferentes aos problemas de desenvolvimento da região e, principalmente, de seu parceiro vizinho mexicano. Além disso, não há dúvida de que, nos últimos 30 anos do milagre chinês, os Estados Unidos têm sido um dos fatores estratégicos para a sua consolidação tanto em investimentos quanto em aquisições, como com a grande tolerância que teve em relação à violação da regulamentação do comércio internacional pela China.

O exposto acima não pretende abrir o debate de culpa recíproca que não contribui com nada ou recorrer a velhos complexos freudianos, o que pretende é nos permitir entrar em uma realidade que explica, para os três países, por que a integração congelou ou por que avança tão lentamente, enquanto o mundo global nos ultrapassa em grande velocidade não apenas o México e o Canadá, mas agora também de uma maneira muito preocupante os Estados Unidos. A pouca ajuda externa tem sido apenas a ponta do iceberg de uma atitude que não acredita no valor agregado da integração, que

vê com desdém, por diferentes razões, seus dois vizinhos, e que, nas últimas décadas, não os considerou partes importantes de seu desenvolvimento, embora sejam seus principais parceiros comerciais (56% do intercâmbio intrarregional) e sua maior fonte de energia, entre muitos outros pontos fortes compartilhados.

No entanto, é precisamente nessa visão defasada da realidade da América do Norte que a solução para um maior avanço regional pode surgir. Como vimos antes, a crise de 2008-2010 está longe de ser uma das muitas ondas que os Estados Unidos enfrentaram, e, pelo contrário, o momento econômico atual aparece como um divisor de águas que definirá as novas posições geopolíticas do século atual. Da mesma forma, o “Império” como tal terminou. O que pode permanecer, se os Estados Unidos se saírem bem, será uma hegemonia intermediária que coexistirá mais ou menos fortemente com outras hegemonias intermediárias globais. O mundo econômico desta primeira metade do século XXI nunca será como antes.

Dizem que as mudanças ocorrem culturalmente, progressivamente ou drasticamente, por necessidade. Diante da profunda crise econômica pela qual os Estados Unidos estão passando, a parte do *establishment* que negligenciou a cooperação terá que aceitar que o que está em jogo hoje não é apenas a melhor vizinhança do bairro, mas o futuro dos Estados Unidos, que o projeto econômico unilateral fracassou e que eles terão que aproveitar todas as opções para avançar, entre eles o valor agregado da sinergia regional. Nesse sentido, a própria integração foi apenas parte das consequências de uma política pública falida que se recusou a aceitar o desafio de uma nova realidade, que foi escondido nos tempos de ontem e que, com o dinheiro emprestado, subsidiou um modo de vida que não é mais sustentado. Chegou a hora de começar de novo, pagar os empréstimos, economizar, capitalizar os ativos poupados, entre o que aparece a oferta de dois vizinhos que estão dispostos a trabalhar mais de perto com um vizinho que os respeite, que os ouça e compartilhe um projeto de longo prazo que defenda em primeiro lugar a posição da região na economia mundial e que, com essa força, promova as novas linhas gerais de um mundo global que, de tempos em tempos, precisa se reiniciar. É claro que não tem que ser necessariamente assim, o *establishment* pode decidir, assim como no Titanic, continuar com sua taça de champanhe e simular que, apesar de todo o número de deteriorações, o navio navega exultante, ou reiterar, como em ocasiões passadas, que isso é apenas uma gripe, e que a economia dos Estados Unidos se recuperará sozinha. A simulação, como vimos, tem sido muito cara. A partir dos anos 70, os Estados Unidos sofrem uma crise endêmica como uma cachoeira, que toda vez que ocorre uma nova queda abala toda a estrutura. A “operação

salmão” nesse sentido será cada vez mais cara e difícil para os três países e, chegando a um certo ponto, será impossível de restaurar pelo menos na primeira metade deste século. É nesse momento histórico e estrutural que a integração da América do Norte tem seus maiores desafios, mas também suas melhores possibilidades.

É claro que o Canadá e o México também foram ignorados. O Canadá por precisar menos e o México porque ainda não entendeu seu vizinho, confuso entre os fantasmas de seu passado, as dúvidas de não saber quem se é no presente e também porque, como os Estados Unidos, não tem ideia do seu futuro. No entanto, desde 1994, o México mostra amplos sinais, às vezes imprudentes, de que está disposto a avançar em direção a uma maior integração regional que fortaleça as condições econômicas dos três países. Se não foi assim, é porque os Estados Unidos não quiseram. No entanto, embora haja uma ampla coincidência de que a integração da região possa ser uma arma de desenvolvimento fundamental para as três nações, após mais de quinze anos de experiência e, acima de tudo, dadas as lições dos modelos paradigmáticos, o que é necessário não é apenas mais integração, mas melhor integração.

Apesar das fortes correntes de resistência à mudança, a oferta para melhorar a integração norte-americana é realmente abundante. Autores importantes do Canadá, Estados Unidos e México, há alguns anos insistem na necessidade de melhorar os mecanismos vigentes. Por parte do Canadá, por exemplo, Daniel Drache, na perspectiva de uma integração concluída sob a visão anterior, propõe trabalhar em novas linhas de interesse comum que aprofundem as questões de desenvolvimento, direitos humanos e desafios ambientais, dedicando maior atenção à participação de uma sociedade civil multicultural cada vez mais informada, à qual pertence um “soft power” essencial para uma maior integração (Drache, 2010). No caso dos Estados Unidos, apesar de ser o parceiro mais relutante em promover a complementação, autores como Rick Van Shoik e Erik Lee, por meio de várias investigações no Centro de Estudos Transfronteiriços da América do Norte, de maneira oportuna e atualizada, colocaram nas mãos da nova administração do presidente Obama uma série de propostas concretas de melhoria regional, dentre as quais se destaca o aumento do tema de investimentos para o México a partir da iniciativa “Mérida”, o fortalecimento das reuniões trilaterais, com a participação dos diversos atores públicos e privados que revigoram as propostas e seus resultados, a nomeação de uma autoridade regional sobre matérias fronteiriças em questões de segurança, a especificação da questão pendente do transporte de fronteira; a criação de um fundo de investimento para aplicar na infraestrutura da região, a implementação de

uma estratégia ecológica comum, o compartilhamento das políticas públicas bem-sucedidas etc. (Rick Van Shoik, Erik Lee, 2009).

É importante ressaltar o trabalho de um lutador americano no assunto de complementação regional na figura de Robert Pastor, que, mesmo com fortes críticas internas, nos últimos anos se empenhou na tarefa de destacar as vantagens de uma “melhor” complementação para a América do Norte. Robert Pastor destaca, em particular, que não há maior prioridade do que reduzir a diferença econômica entre o México e os outros dois signatários do NAFTA, argumentando que o subdesenvolvimento do México é uma ameaça à estabilidade de seus vizinhos e ao futuro da integração, propondo para esse fim a criação de um Fundo Norte-Americano de Investimento que contribua com 200 bilhões de dólares em infraestrutura na próxima década, onde Washington investirá nove bilhões por ano e o Canadá um bilhão de dólares, com a condição de que o México aporte o mesmo valor e aumente gradualmente sua receita tributária de 11% para 16% do seu PIB. Da mesma forma, levanta uma nova visão para a melhoria do tratamento recíproco por meio de uma Comissão Norte-Americana e de um Grupo Parlamentar da América do Norte, bem como a criação de um Tribunal Permanente de Comércio e Investimento. Sobre a difícil questão de segurança e comércio, Pastor propõe escalar a integração à figura de uma União Aduaneira da América do Norte e potencializar vantagens geográficas, que devem ser acompanhadas por uma Força de Imigração e Alfândega da América do Norte e a criação de um passaporte norte-americano, entre outras propostas importantes (Robert Pastor, 2004).

No que diz respeito ao México, todos os dias um número maior de especialistas e acadêmicos aceita que o NAFTA não passa por seus melhores dias (o que no passado era uma questão impensável), e já aparecem propostas concretas para a sua melhoria. Rosario Green, por exemplo, fala sobre a necessidade de as autoridades dos três parceiros realizarem uma revisão completa de sua situação atual e insta-os a tomar medidas para recuperar sua competitividade, sugerindo especificamente a diminuição das assimetrias econômicas, recorrendo ao exemplo europeu, sobre a criação de fundos sociais, estruturais e de coesão, entre outros. Ao mesmo tempo, em relação aos problemas dos Estados Unidos e à falta de vontade política de rever o NAFTA, Alicia Puyana faz sugestões como a diversificação de mercado para o México, a implementação de políticas setoriais que repliquem critérios bem-sucedidos seguidos pelos Estados Unidos, a revisão da gestão cambial e monetária, a criação de mercados domésticos competitivos etc., enfatizando que, para o México e para a região do NAFTA, combater a pobreza e a concentração de renda por meio do crescimento econômico e da produtivi-

dade deve ser tão urgente quanto combater o crime organizado ou o tráfico de drogas. Por outro lado, José Luis Calva, um dos principais críticos do NAFTA na maneira como foi negociado e nos resultados que lançou até o momento, a partir da tese de que a mão invisível do mercado é incapaz de corrigir espontaneamente as desigualdades econômicas entre as nações e regiões, mas, pelo contrário, aguçam-nas se não forem temperadas por políticas públicas, sugere, de igual modo, a inspiração do modelo de integração europeu como ponto de partida para a correção do NAFTA, a melhoria dos acordos paralelos, uma ampla reforma migratória e, principalmente, a adoção de uma política agrícola comum que resolva as assimetrias acordadas no NAFTA. Esses são apenas pequenos exemplos das muitas propostas canadenses, norte-americanas e mexicanas que compõem a agenda pendente do NAFTA hoje.

Por outro lado, juntamente com os grandes ativos das propostas acadêmicas anteriores, a partir da década atual, um conjunto de propostas institucionais aparece como um apêndice do NAFTA, como a Comunidade Econômica da América do Norte, a Sociedade da Prosperidade, Comércio Livre e Seguro, Parceiros em Proteção, Colaboração entre Alfândega e Comércio contra o Terrorismo, Ambiente Comercial Automatizado, a Aliança para Segurança e Prosperidade da América do Norte, o Conselho de Competitividade da América do Norte, entre outras.

Tudo o que foi exposto nos resume, por um lado, o grande esforço intelectual que foi investido para melhorar em maior ou menor grau as múltiplas faces da integração da América do Norte, da mesma maneira a falta de visão dos políticos regionais dos últimos quinze anos para realizá-lo.

Derivadas dessa situação predominante, da dificuldade de avançar em graus cada vez melhores e mais complementares, as diferentes reformas e propostas têm privilegiado o curto prazo, em uma linha de realismo que, embora louvável, nos deixou sem palavras para denunciar a urgência do presente, assim como nos deixou cegos para vislumbrar o futuro da região.

Todos sabemos que não é um bom negócio lutar contra a realidade, e os obstáculos que os Estados Unidos têm imposto ao processo de integração são muitas vezes desencorajadores e muitos outros intransponíveis. Porém, menos de quatro anos atrás, ninguém apostaria que, nos Estados Unidos, em 2009, haveria um presidente negro na Casa Branca, enfrentando o futuro e a crise econômica do povo americano.

Os paradigmas começam a cair. Hoje estamos testemunhando o nascimento de uma nova Era, cuja principal característica é o restabelecimento do conhecido, da revisão da maioria das questões econômicas, políticas e sociais que nos cercam. Cedo ou tarde, os três países terão que comprometer

sua complementação, pois esse processo global já começou e é irrevogável, pode ser adiada ou descarrilada, como aconteceu até agora, mas, como já vimos, isso só contribuirá para ter países mais endividados, fracos e pobres.

O momento que é vivido não é fácil, a economia global ainda precisará passar por estágios dolorosos de adaptação antes que possa ser oferecida como uma oferta sustentável para todos os países, aos quais devemos adicionar os preocupantes agregados demográficos e ecológicos.

Portanto, apesar dos resultados insuficientes do passado, a região norte-americana não pode abandonar uma visão de longo prazo, nem pode parar de pressionar os fatores de poder a tomar medidas mais ousadas. A era neoliberal acabou. O Império Americano está exausto. As condições de uma nova economia e de novos atores comerciais batem nas portas dos três países. Em meio a esse caos, que sempre acompanhou as mudanças históricas, o restabelecimento da América do Norte é apresentado como urgente e necessário. Por esse motivo, é importante que o México e o Canadá saibam o mais rápido possível, como diz Kenedy, “...se as abordagens tradicionais levarão com sucesso o povo norte-americano ao século XXI, ou se pagarão um preço alto por considerar que as coisas podem permanecer as mesmas em casa enquanto o mundo exterior muda mais rápido do que nunca” (Kenedy, 1993, p. 412).

CAPÍTULO 12

NAFTA E O LESTE ASIÁTICO

CRÔNICA DE UMA COMPETIÇÃO ANUNCIADA

I

Em 1º de janeiro de 2014, foram concluídos vinte anos da validade do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o qual, após a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos e o Canadá em 1988, representou o primeiro registro de uma parceria econômica formal entre os três países da América do Norte.

Muita coisa aconteceu nessas duas décadas para as nações signatárias. Cada um, dentro de sua própria circunstância, reflete uma soma de bens e deveres resultantes do caminho político, econômico e social que considerou apropriado. No entanto, o mundo global em que se encontravam o México, os Estados Unidos e o Canadá no início dos anos 90 não existe mais. Uma realidade mais dinâmica e complexa envolve-os e a previsibilidade fornecida pela plataforma “fim da história” mudou para um cenário em que não existem certezas e em que as perguntas se acumulam na ausência de respostas.

O mundo “ocidental”, onde as linhas do Tratado foram projetadas, mudou para uma realidade mais complexa, em que a China e o Leste Asiático já competem em circunstâncias semelhantes à hegemonia econômica e política dos Estados Unidos em particular e do Ocidente em geral, onde, embora infortúnios ainda não estejam ultrapassados, a fronteira das lideranças nos vários campos parece difusa e sombreada, deixando uma certa espera pela hegemonia geopolítica e econômica do século XXI.

A supremacia dos Estados Unidos nos anos 90 foi um apótema claro e inquestionável diante da desintegração da antiga União Soviética. O mundo

ocidental era uma cultura política e econômica a imitar ante o colapso dos muros socialistas. Nesse sentido, o NAFTA de 1994 em seu mundo geopolítico foi uma declaração de força econômica dos Estados Unidos contra os novos atores que aspiravam a participar da distribuição da nova realidade econômica e política global.

Foi também a ratificação de um caminho econômico (livre mercado) que, juntamente com a Rodada de Montevideu da nova Organização Mundial do Comércio (OMC, 1994), deu ao mundo econômico um novo decálogo comercial sobre troca de bens e serviços que já inundava a vida econômica da maioria das nações. No entanto, a leitura do decálogo sob uma “interpretação asiática”, especialmente a da China, em comunhão com a precariedade e a tolerância ocidental propiciaram que os resultados econômicos, políticos e comerciais não se dessem de acordo com o roteiro esperado.

Após vinte anos vivendo um “fim da história” que nunca chegou, de uma hegemonia americana que se ramificou e de uma OMC que congelou desde o início do século XXI, o NAFTA, de sua agora fraca plataforma regional, aguarda uma atualização geopolítica que esteja à altura das primeiras intenções que acreditaram que uma associação americana fazia sentido, que a “Ideia de uma América do Norte”, como Robert Pastor aponta, era uma proposta prática e convincente que poderia ser lucrativa para os interesses dos três países participantes.

Há duas décadas de distância, em que a reviravolta de dois séculos se passou e um novo milênio foi inaugurado, a região norte-americana contempla passivamente o desmantelamento da hegemonia ocidental contra a liderança vitalista de um Leste Asiático liderado pela China, que não carece de ideias políticas, econômicas ou sociais no esforço de recuperar sucessos passados, nos quais a Índia e a China foram líderes do desenvolvimento da comunidade mundial até o século XVIII. Esse “pequeno parêntese” de domínio econômico de pouco mais de dois séculos, como Huntington o chama, parece seriamente ameaçado pela perda de ritmo e direção dos Estados Unidos e do Ocidente.

O NAFTA, além de ser um Acordo de Livre Comércio, sempre foi uma mensagem geopolítica para o mundo global, apesar da vontade ou déficit de intenção de seus países membros. Diante da ambiguidade do Canadá, da arrogância dos Estados Unidos ou da adesão dogmática do México, o NAFTA tem sido uma resposta ao progresso da integração europeia, à desintegração da antiga União Soviética, à abertura da China, ao protagonismo asiático etc. Os únicos que não o interpretaram dessa maneira são os próprios países signatários, que frequentemente o confundem com um acordo comercial

“bilateral” (Canadá), um instrumento vantajoso de domínio econômico e comercial (Estados Unidos) ou uma alternativa de desenvolvimento econômico em um momento de definição histórica, como o México.

II

O NAFTA é uma voz que quebra muitas vozes. É também uma ideia poliédrica que se multiplica em muitas imagens, em tantas quanto a visão global e nacional de seus países signatários, bem como na densidade geométrica de cada um de seus habitantes. Atualmente, na região do NAFTA, a maioria não duvida da importância do Tratado, mas a sua percepção e a avaliação de seus resultados são multiplicadas dependendo do país em que a opinião é gerada e do estrato econômico a que pertence. Daí a dificuldade de alcançar uma única linha de análise ou discussão do NAFTA, ou de gerar uma única voz depois de tantos anos. A percepção do período não é a mesma no Canadá, nem nos Estados Unidos ou no México.

No Canadá, por exemplo, o caminho percorrido em termos de exploração de matérias-primas, especialmente gás e petróleo, juntamente com a falta de definição política de sempre em questões internacionais, o levaram a considerar que “o 20º aniversário do NAFTA é apenas uma nota de rodapé na política econômica externa do Canadá” (Hristoulas Athanasios, 2014). Para os Estados Unidos, o NAFTA, órfão de uma corrente política nacional que a dimensiona e defende, continua sendo uma moeda política eleitoral entre republicanos e democratas que é usada com base no comportamento de sua economia, em que, se o crescimento cai, entre outros fatos, culpa-se o Tratado e o ameaçam com a sua revisão (2007-2008), ou, se as coisas melhoram, fazem pouco caso dele. Ultimamente, dentro de uma “nova visão do século XXI”, os Estados Unidos tentam analisá-lo tacitamente através do Acordo de Associação Transpacífica (TPP), ratificando a proposta mercantil original do Tratado, sem dar a oportunidade de incorporar novas formas de associação que poderiam melhorar o equilíbrio da relação trilateral em termos de desenvolvimento, repetindo suas vantagens tarifárias e ampliando suas margens de oportunidade com a abertura total de serviços, especialmente os correspondentes às indústrias farmacêutica, de entretenimento e internet.

Os critérios de avaliação do NAFTA no México são mais complexos, e é porque, ao contrário dos Estados Unidos e do Canadá, no início dos anos 1990, o país ainda estava no final de uma era política e econômica que exigia a redefinição de rumo no contexto de um mundo global raro e confuso. Portanto, a visão mexicana do NAFTA, em sua origem, nunca foi fiel à natureza primária do tratado de livre comércio, pelo contrário, foi

confundida com uma balsa de salvamento que tiraria o país de seu atraso e o instalaria na mesa dos países desenvolvidos, que o afastaria de sua maldição histórica do passado, cheia de trevas e fantasmas e o introduziria na modernidade.

O NAFTA ou atraso endêmico foi a aposta de que, mais do que correspondendo à assinatura de um contrato comercial, parecia o compromisso com um instrumento mágico. Rafael Segovia chegou a propor na época que, contra a alternativa do tratado de livre comércio, “havia outra opção que ninguém queria: a imobilidade, o refúgio isolado, com a desigualdade de nossa casta, ancestral e triste”. Até Octavio Paz, em 1994, considerou o Acordo de Livre Comércio como “uma resposta ao terrível desafio de nosso momento histórico, que está sendo despedaçado pelo renascimento dos nacionalismos mais ferozes”, acrescentando que “...rejeitá-lo é ressuscitar ressentimentos antigos, alimentar ressentimentos históricos e, enfim, semear tempestades” (Arriola Carlos, 1994). É por isso que agora, diante dos resultados insuficientes, quando alguns oferecem apenas mais exportações e investimentos estrangeiros, outros exigem as luzes oferecidas a um país desenvolvido.

Outra das questões delicadas relacionadas à avaliação do NAFTA no México, em uma oferta menos universal, foi que, na visão econômica do futuro do Tratado, grandes expectativas foram traçadas, dignas de um verdadeiro modelo de desenvolvimento ou de uma estratégia do Estado, e não de um acordo comercial limitado. Em sua origem, o NAFTA foi vendido como um acordo para criação de empregos, melhorias salariais, redução da migração, como um motor de crescimento econômico, como um agente redutor das lacunas econômicas existentes com os Estados Unidos e Canadá etc., e infelizmente para todos, tanto para os fomentadores quanto para os que o questionaram, os resultados que todos desejaram não foram alcançados.

A qualidade dos resultados econômicos do NAFTA é um dos obstáculos mais importantes à sua avaliação, bem como tentar um ponto de coincidência entre as duas correntes que dele seguiram ao longo de sua trajetória.

O crescimento enxuto no período e o acúmulo de déficits em questões econômicas e sociais colocam em xeque os resultados positivos obtidos em termos de crescimento comercial e de chegada de mais investimento estrangeiro (IED). Como um triunfo obtido a alto preço, as fontes críticas do Tratado catalogam que as exportações para os Estados Unidos e o Canadá tenham aumentado de 8 a 6 vezes durante o período do NAFTA, respectivamente, e que o IED tenha passado de 1,3% do Produto Interno Bruto para 2,6% do PIB, no mesmo período, se a expectativa integral oferecida com base na implementação do Tratado não se cumpriu, acrescentando que, em matéria de crescimento, o país, após 20 anos, está abaixo da média da

maioria dos países da América Latina (2,4 de média anual), onde seu PIB per capita subiu menos que o aumento econômico (1,2% média anual) e, pior ainda, o seu PIB por trabalhador (0,7%). Com relação à abordagem e ao fechamento do hiato com os Estados Unidos, que foi outra questão relevante do discurso de saída do NAFTA, o PIB por trabalhador no México em 1993 representou 35% de um trabalhador dos Estados Unidos e em 2012 esse déficit aumentou para 30%. Na questão da migração, outra das ofertas a serem resolvidas pelo NAFTA, durante a primeira década do século XXI, uma média anual de 600.000 mexicanos arriscou uma nova oportunidade de emprego nos Estados Unidos, o que gerou um número de 6,6 milhões de imigrantes de 2000 a 2010, ou seja, 5,8% da população do país. Na categoria salarial importante, de 1993 a 2012, houve uma taxa de crescimento de 0,34%, o que levou o salário de 2012 a ser quase idêntico ao obtido por um trabalhador ou empregado mexicano há 30 anos. De 1992 a 2012, a linha sensível de pobreza patrimonial permaneceu lamentavelmente a mesma (51%), da mesma forma que a de capacidades (29%) e de pobreza alimentar (19%). Em termos de criação de empregos, hoje é reconhecida uma informalidade de quase 60% da população economicamente ativa, o que completa uma realidade econômica e social altamente preocupante no país.

A política, disse Deng Xiaoping, só pode ser medida pela qualidade de seus resultados, acrescentando que qualquer reforma e desenvolvimento que faça sentido e seja aprovada deveria atender a três objetivos (três favoráveis): a) ser favorável ao crescimento das forças produtivas, b) ser favorável ao fortalecimento do Estado e c) ser favorável a aumentar o padrão de vida das pessoas. Se não fossem cumpridas essas “três favoráveis”, a medida não poderia fazer parte da estratégia integral do novo modelo socialista de mercado (Oropeza, 2008). No caso do NAFTA, os resultados econômicos e sociais apresentados pelo país hoje, durante o período do Tratado, não cumprem essas “três favoráveis” e, pelo contrário, são muito inferiores aos resultados obtidos por outros países em desenvolvimento localizados na Ásia, América Latina ou Europa Oriental, o que fez com que as exportações aumentassem geometricamente para um número pequeno de empresas (50 empresas representam 50% das exportações) ou que o IDE dos Estados Unidos aumentasse na primeira etapa do Nafta (2000-2010) em uma cifra de 41% do IDE total do país, ou diminuísse no segundo período para 32% do IDE total (Gerardo Esquivel, 2014; Robert Pastor, 2013; CEPAL, 2011; OMC, 2013; Ciro Murayama, 2013).

Mais um dos obstáculos que obscurecem a valorização do NAFTA no México reside na confusão sobre sua natureza econômica. Para o Canadá, o tratado de livre comércio foi um instrumento para institucionalizar seu

comércio com os Estados Unidos e protegê-lo de choques. Para os Estados Unidos, era uma ferramenta para reduzir os custos de mão de obra com o México e uma estratégia de posicionamento nos campos agrícola, industrial e de serviços, através de sua posição como a primeira economia do mundo, sob um tratado de livre comércio que não reconhecia assimetrias. A questão com o México é que, na necessidade de sua situação, como já indicado, a ferramenta comercial complementar foi transformada em uma estratégia abrangente de desenvolvimento. Durante todo o período foi assim. Somente agora, contra a evidência dos grandes passivos econômicos e sociais, a corrente que o sustentava como estratégia integral de desenvolvimento econômico resgata sua natureza original do acordo jurídico comercial, como linha de partida onde o crescimento das exportações e o aumento do IDE, principalmente, tornaram-se uma trincheira de defesa de uma ortodoxia que ainda não dá a oportunidade de refletir sobre o que não funcionou, para além das boas intenções.

Já foi enfatizado neste momento no debate do NAFTA que o passado, o presente e o futuro econômico do país não podem ser reduzidos a uma luta de escolas de pensamento em que o bem mais precioso a ser protegido é a validade dos postulados, nem a capacidade dos apologistas ou detratores pode ser o ponto de partida da análise. A bibliografia infinita, para destacar com clareza as curvas dos pontos positivos do período do NAFTA, é tão inútil quanto as tentativas de incinerar o Tratado. A verdade é que, desde a década de 1980, dada a necessidade de redefinir sua trajetória econômica, em meio a uma reconstrução da economia global, o governo, por sua vez, optou por uma estratégia ortodoxa de mudança, na qual inseriu o NAFTA como o principal motor, quase como o único mecanismo para levar os mexicanos ao desenvolvimento. A “estratégia” do motor agrícola foi montada na reforma legal de 1992, com uma ideia de desapego que radicalizou as contradições do campo. O mecanismo industrial, sob o paradigma de que “a melhor política industrial é a que não existe”, levou à perda aproximada de 80% das empresas nacionais do setor, mas, mais importante, levou à cultura da inovação industrial, transformação, empreendedorismo etc., sendo inibida na ausência de promoção e apoio suficientes e no desaparecimento geométrico das empresas industriais nacionais. O motor dos serviços, dos “estratégicos” serviços da cultura do conhecimento, também foi negligenciado antes de um apoio quase imperceptível de 0,3% do PIB anual durante o período e antes de uma educação nacional ineficiente que se tornou refém da corrupção magisterial e da evasão escolar. Por tudo isso, é claro, o NAFTA não pode ser responsabilizado. No entanto, dada a insuficiência de desenvolvimento, o Tratado aparece como o chefe visível de uma estratégia supervalorizada

e mal implementada, que partiu do pressuposto de que o México poderia negociar no mesmo nível de um país desenvolvido, renunciando às prerrogativas de seu subdesenvolvimento, e acreditar firmemente que havia um mercado todo-poderoso que cuidaria de colocar as coisas no lugar.

O NAFTA é culpado dos resultados econômicos insuficientes? Nessas primeiras tentativas de avaliar as duas décadas de validade do NAFTA, é importante separar a parte do todo para não repetir o erro e a confusão dos últimos vinte anos de acreditar que o NAFTA era o único mecanismo de saída para o desenvolvimento mexicano, ou de colocar em seu financiamento toda a culpa do que não resultou. Concordaríamos a esse respeito com Robert Pastor quando ressalta que “Os problemas mais sérios que surgiram na América do Norte desde 1994 não estão relacionados ao NAFTA, nem são uma consequência do sucesso de criar um mercado com a implementação do NAFTA. Os problemas de hoje são o resultado da incapacidade dos três governos de governar o espaço norte-americano” (Robert Pastor, 2012).

III

No nível regional, além da mensagem geopolítica no exterior, o NAFTA tem sido fundamentalmente uma ferramenta de negociação jurídica comercial para os três países que o integram, e não um esquema de integração. O Canadá, por exemplo, esforçou-se desde o início para apartar-se do Tratado e, de alguma forma, conseguiu, em 2011, por meio de seu novo Tratado bilateral com os Estados Unidos chamado “Acordo além da fronteira”, com o qual eles esperam dar por esgotado o estágio central do NAFTA. Os Estados Unidos, por sua vez, em sua preocupação com a “ameaça” da China e seu companheiro regional, que é o Leste Asiático, juntamente com seu proverbial desprezo por sua relação de vizinhança com o Sul, apostam na novação tácita do NAFTA por meio dos 30 capítulos que compreendem o TPP, o qual continua desconhecendo a assimetria de seu parceiro mexicano e aprofunda a estratégia de posicionar seus interesses econômicos no campo nacional através da exportação de grãos, sementes, carnes, frutas etc., assim como suas empresas manufactureiras, que além de dominar o mercado nacional suas exportações para os Estados Unidos são constituídas por 40% de insumos norte-americanos (a maior porcentagem de todas as reexportações dos Estados Unidos), assim como outros 40% aproximadamente de insumos provenientes principalmente do Leste Asiático.

A essa relação comercial com os Estados Unidos, no marco regulatório acordado no NAFTA, duas reflexões centrais devem ser acrescentadas devido a sua importância: a primeira que no setor agrícola da UE aplica uma

“Bill Farm”, pela qual anualmente distribui mais de 80 bilhões de dólares em subsídios ou subvenções a seus agricultores, violando francamente os regulamentos do NAFTA e da OMC; e a segunda que, a partir da crise de 2007-2009, o motor de seu desenvolvimento industrial o alimenta com o regulamento chamado “Buy America”, que dá preferência à sua oferta nacional, rompendo com os princípios fundamentais de NAFTA e OMC. Sobre essa questão, também é necessário enfatizar que os Estados Unidos, juntamente com a Europa, foram peças-chave do “milagre asiático”, ao consentir que mais de 70% da manufatura mundial dos países em desenvolvimento, trabalhada pelo Leste Asiático em geral e pela China em particular, continuam sendo realizadas desde o pós-guerra (Japão, Taiwan, Coreia etc.) até hoje (China e outros países do Leste Asiático) valendo-se de políticas comerciais (participação de empresas estatais, moedas subvalorizadas, dumping tributário, dumping trabalhista, social, comercial, ecológico etc.) que não estão em sintonia com o que é exigido pelos regulamentos da OMC e que, pelo contrário, violam francamente seus preceitos. O contraste dessa política de cumplicidade ou tolerância é que os países da América Latina em geral e especialmente o México, os Estados Unidos e a Europa foram pressionados a cumprir escrupulosamente no “ideal legal e comercial” acordado no NAFTA e na OMC. Se a aplicação desse duplo padrão foi um fator essencial no desempenho econômico do Leste Asiático em comparação com a América Latina, ao anterior deve-se acrescentar que, de maneira acordada e tolerada, os Estados Unidos e o Ocidente em geral patrocinaram a transferência “informal” da maior tecnologia registrada na história para os mercados da China e do Leste Asiático, enquanto no México e na América Latina implementaram regulamentos e supervisão draconianos que protegiam infinitamente a propriedade tecnológica ocidental em todos os campos.

O NAFTA, longe de fornecer ao México a política comercial tolerante e subsidiária que os Estados Unidos adotaram na China e no Leste Asiático, foi, pelo contrário, um instrumento jurídico severo que não deixou nenhuma luz para o subdesenvolvimento desigual do país.

IV

O NAFTA em suas diferentes dimensões tem sido uma experiência histórica que continuará sendo narrada de maneira diferente em cada um dos países que o compõem. No entanto, como indicado acima, hoje poucas pessoas duvidam da necessidade de ter uma ferramenta que facilite as operações na região e que forneça um princípio de parceria contra os diferentes esquemas regionais do mundo, que, mais cedo ou mais tarde, todos terão

que desembocar em uma pangeia global para fazer este mundo sobreviver e ser habitável.

Poucos são os que negam suas conquistas macroeconômicas, em que o NAFTA facilitou o trânsito de um mercado de 470 milhões de consumidores e 19 bilhões de dólares, no qual conseguiu encadear 50% das exportações da região, levando o comércio intrarregional de 290 bilhões de dólares em 1993 para mais de US\$ 1,1 trilhão em 2012, tornando a região responsável por 30% da produção mundial. No entanto, juntamente com esses números que apoiam o potencial de um esforço conjunto, há também os números do desencanto, que destacam a diminuição da participação norte-americana no comércio global, na qual dos 19% que tinha nas exportações mundiais em 2000 a região caiu para 12,80% em 2012, com uma perda de mais de seis unidades de participação mundial, que obviamente foram tomadas principalmente pela China e pelo Leste Asiático. Dessa queda participam os Estados Unidos com 4 pontos, o Canadá com 2 pontos e o México com 0,6 unidades (Villareal, 2014; Carla Hills, 2014).

O mundo global do NAFTA de 1994, como observado, está longe da realidade econômica global de 2014 e há séculos atrás do mundo que será formado em 2050, em face da explosão e do colapso demográfico da população mundial (cerca de 10 bilhões de habitantes), da aceleração tecnológica, da reorganização da manufatura mundial, dos escassos recursos naturais e dos desafios ecológicos que já vivem no “Antropoceno”. No entanto, se o NAFTA em sua visão geopolítica original foi bom ou ficou devendo em seus resultados, será o assunto da história que está pendente de ser escrito. O que ainda está em vigor no NAFTA e será de grande importância no mundo em meados deste século é que, com todos os seus defeitos e virtudes, o Tratado é o único esquema de diálogo trilateral disponível aos países da América do Norte, para que, partindo dessa primeira experiência de associação, possam mudar para novos esquemas onde a plenitude das sinergias regionais poderiam ser exploradas, para que a área não continue diluindo sua importância econômica, encontrando um desenvolvimento comum mais equilibrado e enfrentando melhor a concorrência de regiões, onde China e Leste Asiático não têm dúvida de que este será o século deles.

Como exemplo do exposto, existe uma audácia em termos de integração pelos BRICS, que de 2009 até o momento, com apenas seis anos de diálogo conjunto, já falam de um Banco de Desenvolvimento de grupo de 50 bilhões de dólares, de um fundo de reserva de 100 bilhões de dólares, de planos energéticos, de produção, de reservas agropecuárias, etc. Também destaca o projeto de integração da China, que, além de agrupar economicamente seus Estados afins (Hong Kong e Macau), seus vizinhos regionais

(ASEAN +1) e um esquema de diálogo institucional para a maioria dos países da África, em fevereiro de 2015, está programada uma reunião em Pequim com todos os presidentes da América Latina (CELAC).

Em particular, aparece o novo projeto chinês-asiático chamado One Belt One Road (OBOR) (uma integração, um caminho), que integrará economicamente mais de 40 países, 70% da população mundial e 75% das reservas mundiais de hidrocarbonetos. A Rússia, por outro lado, mediante sua zona de influência e de uma parceria estratégica em matéria de energia com a China, mais uma vez se aventura na arena global sem muito recato e protocolo. Estes não são mais que um pequeno exemplo dos fenômenos geopolíticos de associação que estão reescrevendo a geografia do mapa global do século XXI. Os Estados Unidos, em termos de integração, entenderão a dimensão do desafio que enfrentam? Aceitarão que, por geografia e destino, sua primeira globalização passa pelo México e pelo Canadá? Ou, ancorado em um paradigma do século XX, acreditará que o estágio de sujeição com seu vizinho do sul não terminou e que equipando-se agora com serviços de petróleo e inteligência o alcançará para gerenciar seu futuro? Teremos que ver se os Estados Unidos reconhecem em algum momento essas mudanças, “...ou se pagarão um preço alto por considerar que as coisas podem permanecer as mesmas em casa, enquanto o mundo exterior muda mais rápido do que nunca” (Paul Kennedy, 1993).

V

O relógio do século XXI continua sua marcha inexorável e se presta a cumprir em poucos anos suas duas décadas de vida. O início do século XXI terminou e o que se segue é a confirmação ou supressão das várias hipóteses que cada país ou região apostou seu futuro desde a segunda metade do século passado. O Leste Asiático, desde o pós-guerra, por meio do Japão, Taiwan e Coreia, empreendeu a construção de um modelo econômico nacional e regional que foi fortalecido pela soma inteligente da China e da maioria dos países do Leste Asiático, em um modelo de desenvolvimento que poderíamos generalizar arbitrariamente como “socialismo de mercado”, com características afins a cada economia. No Ocidente, Os Estados Unidos e a União Europeia optaram pela era dos serviços e do conhecimento através do “sacrifício” de sua industrialização e da transferência “gratuita” de grande parte de seu acervo tecnológico para o Leste Asiático. A América Latina, em meio a um novo desafio de desenvolvimento, confronta-se na escuridão em relação a uma nova estratégia pós-liberal, ou aprofundamento da ortodoxia de um modelo neoliberal esgotado. Enquanto isso acontece, cobre

suas necessidades primárias recorrendo ao seu antigo modelo mercantilista de venda de matérias-primas ou manufatura barata. O México, em meio a todas essas tendências, busca avidamente, sem alcançá-lo, o caminho de sua sustentabilidade.

VI

Celebração, desencantamento ou reformulação do NAFTA, são questões não inferiores que desafiam o país no quadro de suas profundas necessidades políticas, econômicas e sociais. O México não tem mais tempo para continuar discutindo infinitamente os benefícios ou malefícios de sua estratégia do passado. Se as negociações do NAFTA foram deficientes, se a confusão com uma estratégia de desenvolvimento integral aconteceu ou não são questionamentos que são rapidamente substituídos por uma urgente necessidade de crescimento econômico, criação de empregos e maior igualdade de renda. Torna-se irônico tanto a defesa de um “mérito” como a publicidade de seu fracasso se ao mesmo tempo não se oferece soluções que sustentem no tempo o desenvolvimento econômico e social do país. Do mesmo modo, seria muito delicado, ante a aprovação das Reformas Estruturais 2013-2014, especialmente a Energética, se o mesmo erro do passado fosse cometido novamente, de estimar que com sua única aprovação se resolve passivos do país. Como salienta Everardo Elizondo: “No dia 10, um comunicado à imprensa dizia que a promulgação de leis secundárias de reforma energética significava nada mais nada menos que “o começo do México em direção ao desenvolvimento prometido”. Arrisco parecer comedido e ousar dizer que uma coisa é reconhecer e aplaudir a importância transcendente da reforma em questão, e outra, muito diferente, é atribuir efeitos prodigiosos.” (Reforma, 25 de agosto de 2014).

Em termos de desenvolvimento, como Robert Pastor diz, “os problemas de hoje não são de responsabilidade do NAFTA, mas o resultado da incapacidade dos três governos...”. Nesse contexto, o México poderia tomar parte da “incapacidade” que lhe cabe e tirar proveito da experiência gerada, porque o tempo da experimentação se esgotou. O país já não pode conceder mais espaços para equívocos nas políticas de desenvolvimento. O tempo para teorias e desculpas acabou.

Concluída a etapa de saída do século XXI, e em um ambiente em que a luta pelo desenvolvimento econômico e pelo emprego se tornará a questão mais urgente da agenda da maioria das nações, tanto desenvolvidas quanto em vias de ser, o espaço de manobra será mais estreito para todas elas e a margem de erro será proporcional à satisfação ou ao desencanto de seus habitantes.

O ano de 2050, ou seja, amanhã, desafiará toda a humanidade na sua sustentabilidade e sobrevivência em termos demográficos, econômicos, sociais, ecológicos e políticos.

O tempo de não crescer e justificar o que não se conseguiu terminou. É de se esperar que o que foi aprendido nesses 20 anos do NAFTA e nos 30 anos de uma política econômica com crescimento insuficiente sirva de experiência para que o México implemente uma política econômica integral que alcance um desenvolvimento compartilhado. Uma estratégia que entenda que a integração da América do Norte não é uma figura que hoje interessa plenamente aos Estados Unidos, e que se adapte de maneira inteligente a uma nova era geoeconômica em que o Leste Asiático já desempenha um papel transcendente.

BIBLIOGRAFIA

- Aguayo, Q. S (2005) *Almanaque México-Estados Unidos*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Ainslie, E. T; y Wilhem, F; *India*, México, Siglo XXI. Editores, 2004.
- Allman, R. (2013) *Caída y Ascenso de Occidente*, Foreign Affairs Latinoamérica.
- Anguiano, E. (2008) China como Potencia Mundial: Presente y Futuro; en *China: Radiografía de una potencia en ascenso*; Cornejo Romer, Coordinador. México: El Colegio de México.
- Anguiano, E., & Pipitone, U. (2012) *China de los Xia a la Republica Popular*. México: CIDE.
- Anguiano, E. (2014) *China y Japón de 1850 a 1914*; México: Cuadernos de Trabajo CECHIMEX
- Anguiano, E., (2003) *Cambio y continuismo político*, Foreign Affairs, Vol.3. Núm. 3.
- Applebaum, A. (2014) *El telón de acero. La destrucción de Europa del este 1944-1954*. España: Debate.
- Askenazy P., Coutrot T. (2011) *Manifiesto de Economistas Aterrados*. Barataria.
- Attali J. (2006) *Breve Historia del Futuro*. Paidós.
- Bacci., L. (2012). *Historia Mínima de la población mundial*. Barcelona: Ariel.
- Banerjee, I. (2011) ¿Resplandece India? Notas y reflexiones. En Oropeza García (coordinador), *BRICS: el difícil camino entre el escepticismo y el asombro* (pág. 257). México: Instituto de Investigaciones Jurídicas.
- Baumann R. (2010) *O Brasil y los demás BRICS*. CEPAL.
- Botton F. (2000) *China su historia y cultura hasta 1800* México: El Colegio de México.
- Bouan M. (2007) *La loca historia del mundo*. Melusina.
- Bremer, J. J. (2006) *El fin de la guerra fría y el salvaje mundo nuevo*. México: Taurus.
- Burbank, J., & Cooper, F. (2011) *Imperios*. Barcelona: Critica.
- Bush, C. (2007) *A war like no other (The truth about Chinas Challenge to America)*. Wiley.
- Bustillo I, Artecona R. (2007) Interdependencia creciente: Una visión de las Relaciones Comerciales entre Estados Unidos y China; en *China-Latinoamérica: Una visión sobre el nuevo papel de China en la Región*; Oropeza García Arturo. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Cardenal J. (2012) *La silenciosa conquista China*. México: Critica.
- Chai, J. C., & Roy, K. C. (2006) *Economic reform in China and India. Development experience in a comparative perspective*. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA: Edward Elgar.
- Chi Fulin (ed.) (2007) *Evaluation Report on China's Reform*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Chi Fulin (ed.) (2006) *The Threshold*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Chi Fulin (ed.) (1996) *Pressing Tasks of China's Economic Transition*. Beijing: Foreign Languages Press.

- China Statistical Year Book, 2007.
- Constitution of the Peoples Republic of China (2004) Foreign Languages Press.
- Crespo, J. (2012) *Imperios*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Cypher, J. (1992) Manufactura global de bajos salarios; en *Mitos y Realidades de la Declinación de Estados Unidos*, coordinada por Rosa Cusminsky. México: CISAN, UNAM.
- David, R., & Spinosi, C. (2010) *Los Grandes Sistemas Jurídicos Contemporáneos*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Deng, R (2002) *Deng Xiaoping and the Cultural Revolution*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Deng, X. (1995) *Textos Escogidos*, Tomo I.
- Deng, X. (1995) *Textos Escogidos*, T. II, 2ª ed.
- Desarrollo de China dentro de la globalización (2007) Beijing: Ediciones de Lenguas Extranjeras.
- Documento del XVII Congreso Nacional del Partido Comunista de China (2007) ediciones Lenguas Extranjeras.
- Embree, A., & Wilhelm, F. (1974) *India: historia universal del Siglo XXI*. México: Siglo XXI.
- Fairbank, J. (1996) *China una nueva historia*. Chile: Andrés Bello.
- Ferguson, N. (2012) *Civilización: Occidente y el resto*. México: Debate.
- Frieden, J. A. (2007) *Capitalismo Global*. Barcelona: Memoria Crítica.
- Friedman, G. (2009) *The Next 100 years*. Anchor Books.
- Friedman, T. (2008) *Hot, Flat and Crowded*. FSC.
- Friedman, T. (2006) *La tierra es plana*; Ediciones Barcelona.
- Gao, S., Chi, F. (1997) *New Progress in Chinas Special Economic Zones*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Garret, G. (2005) *El punto medio flotante de la globalización*; Foreign Affairs en Español, enero- marzo.
- Glucksmann, A. (2004) *Occidente contra Occidente*. México: Taurus.
- Goldin I; Reinert K, (2007) *Globalización para el Desarrollo*. Planeta.
- González, J. (2006) *Perfiles recientes del desarrollo económico de China* México: Universidad de Colima, Universidad Autónoma Metropolitana.
- Gorbachov, M. (1987) *Perestroika: Nuevas ideas para un país y el mundo*. México: Diana.
- Greenspan, A. (2008) *La era de las turbulencias*. España: Ediciones B.
- Gremaud, Patrick, Vasconcellos, M.A.S y Toneto, J.R, (2010) *Economía Brasileira Contemporánea*. Atlas.
- Guha, R. (2007) *India: after Gandhi*. USA: Harper Collins.
- Hardt, M., Negri A. (2002) *Imperio*. Paidós.
- Haro, F., & Zavala A. (2012) *Diez Naciones en busca de liderazgo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- Hobsbawm, E. (2006) *Guerra y Paz en el siglo XXI*. Barcelona: Memoria Crítica.
- Hobsbawm, E. (2012) *Entrevista sobre el siglo XXI*. Barcelona: Crítica.
- Hoffman J. & Euright M. (2008) *China into the future*. Wiley (Asia).
- Huntington, S. (2001) *El Choque de Civilizaciones*. México: Paidós Estado y Sociedad.
- Interchina Insight (2008) *¿Dónde estará el próximo Dongguan?*.
- Interchina Insight (2006) *La actitud china hacia la inversión extranjera está cambiando*; noviembre.
- Jihong, M. (2008) El Derecho Constitucional en China” en Oropeza García, Arturo, *México-China; Culturas y Sistemas Jurídicos Comparados*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Jihong, M. (2001) El desarrollo Legislativo en China durante los últimos cinco años (2007-2011) en Oropeza García Arturo (Coord.) *BRICS: El difícil camino entre el escepticismo y el asombro*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.

- Jin ,B. & Li G. (2008) *Chinese Industrial Enterprises*. China Economist, marzo.
- Jin, B. (2007) *The industrial competitiveness of Chinese Industry*. Beijing: Foreign Languages Press,
- Judt, T. (2013) *Algo va mal*. México: Taurus.
- Kharas, Homi, (2017) *The Unprecedented expansion of the global middle class. An update*: Global economy and Development at Brookings.
- Kennedy, P. (1993) *Hacia el siglo XXI*. Barcelona: Plaza & james.
- Kennedy, P. (1994) *Auge y Caída de las grandes potencias*. Barcelona: Plaza and Janes.
- Keynes, J. (2006) *Teoría General de la Ocupación, el Interés y el Dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, Primera Reimpresión.
- King, John (2006) *China una nueva historia*. Chile: Andrés Bello.
- Kissinger, H. (2012) *China*. México: Debate.
- Krugman, P. (2009) *The Return of Depress on Economics and the Crisis of 2008*. New York: Norton&Company.
- Li, B. (2006) *Constitutionalism and China*. Beijing: Law Press China.
- Lin, Li (2008) History of Chinese Law and Contemporary Chinese Law System en Oropeza García, Arturo, *México China; Culturas y Sistemas Jurídicos Comparados*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Lorenzen, N., & Preciado B. (2003) *Atadura y liberación: las religiones de la India*. México: El Colegio de México.
- MacEwan, A. (1992) *Cambio internacional y desorden fiscal en los Estados Unidos; como parte de Mitos y realidades de la Declinación de Estados Unidos*, coordinado por Rosa Cusminsky México: CISAN- UNAM.
- MacLennan, J. (2012) *Imperios, Auge y declive de Europa en el mundo*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Madelbaum, J., & Harber, D. (2005) *China, la trampa de la globalización*. España: Urbano Tendencias.
- Mahbubani, K. (2002) ¿Pueden Pensar los asiáticos? México: Siglo XXI.
- Mahbubani, K. (2003) *El nuevo Hemisferio Asiático*. México: Siglo XXI.
- Malhotra, A., & Malhotra, R. (2007) *Family Law and Religion Indian Experience*.
- Marsh, P. (2012) *The New Industrial Revolution. London*. Yale: University Press Publications.
- Mazzucato, M. (2014) *El Estado emprendedor*. Brasil: RBA Libros.
- Mengkui, W. (2003) *China's Economic Transformation Over 20 Years*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Meza, S. (2006) *El rol de las Instituciones con las grandes transformaciones del sector industrial en China durante la Reforma Económica*. México: Porrúa.
- Mishra, P. (2012) *From the ruins of an empire: the intellectuals who re-made Asia*. Nueva York: Famar Status ans Giroux.
- Morison S., Commager H.& Leuchtenburg E. (1993) *Breve historia de los Estados Unidos*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Napoleoni, L. (2011) *Maonomics*. New York: Seven Stories Press.
- Nayak, P. (2015) *La economía de la India: perspectivas y retos*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas.
- O'Clery, C. (2011) *Moscow December 25, 1991*. London: Traus World Ireland.
- OCDE/CEPAL/CAF (2015), *Perspectivas económicas de América Latina 2016: Hacia una nueva asociación con China*, Paris: OCDE Publishing.
- Odded, S. (2005) *The Chinese Century*. Wharton School Publishing.
- Ontiveros, E., & Guillen M. (2012) *Una nueva Época: Los grandes retos del siglo XXI*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Oropeza, A. (2006) *China entre el Reto y la Oportunidad*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Oropeza, A. (2008) *México-China Culturas y Sistemas Jurídicos Comparados*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Oropeza, A. (2008) *China-Latinoamérica: Una visión sobre el nuevo papel de China en la Región*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, México.

- Oropeza, A. (2009) *El Comercio Exterior y la Gestión Aduanal en el siglo XXI*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas.
- Oropeza, A. (2010) *América del Norte en el siglo XXI*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas.
- Oropeza, A. (2011) *BRICS: El difícil camino entre el escepticismo y el asombro*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM, Cámara de Diputados.
- Oropeza, A. (2013) *México frente a la Tercera Revolución Industrial: Como relanzar el proyecto industrial de México en el siglo XXI*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM.
- Oropeza, A. (2013) *México-Rusia: culturas y sistemas jurídicos comparados*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Oropeza, A. (2013) *El acuerdo de Asociación Transpacífico (TPP): ¿bisagra o confrontación entre el Atlántico y el Pacífico?* México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Pan, G. & Ma L. (2010) *China's Law*. China: China Intercontinental Press.
- Panagariya, A. (2008) *India: The Emerging Giant*. New York: Oxford University Press.
- Pániker, A. (2014) *La sociedad de castas*. España: Kairós.
- Panitchpakdi S. & Clifford L. (2002) *China and WTO*. Singapore: John Wiley & Sons (Asia).
- Paz, O. (1995) *Vislumbres de la India*. México: Seix Barral Biblioteca Breve.
- Percival, S. (2001) *Historia de la India II*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Pipitone U. (2000) ¿Hacia el fin del ciclo americano? Documento de trabajo. México: CIDE.
- Pirenne, J. (1979) *Historia Universal Tomo I*. Grolier.
- Quigno W. (2007), Evolution of the Chinese Legal System en José María Serna de la Garza, *Derecho Comparado Asia-México*, México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- Remnick, D. (2011) *La tumba de Lenin*. España: Debate.
- Revista Este País; junio de 2009.
- Ridley M. (2010) *El Optimismo Racional*; Taurus.
- Rifkin J. (2010) *La carrera hacia una conciencia global en un mundo en crisis*. Paídos.
- Rifkin, J. (2011) *La Tercera Revolución Industrial*. Barcelona: Paidós.
- Rosales, O., & Kuyuwama, M. (2012) *China y América Latina y el Caribe*. Chile: CEPAL.
- Sachs, J. (2006) *El fin de la pobreza*. México: Debate.
- Sachs, J. (2012) *The Price of civilization*. Gran Bretaña: Vintage.
- Sánchez, T. (2005) *Razón y poder: Rusia una potencia en el siglo XXI*. México: Porrúa.
- Sen, A. & Drége, J. (2013) *Una gloria incierta. India y sus contradicciones*. España: Taurus.
- Sen, A. (2007) *India Contemporánea: entre la modernidad y la tradición*. . España: Gedisa.
- Service, R. (2009) *The Penguin history of Modern Russia*. New York: Penguin Book.
- Setalvad, M., & Vibhufhan, P. (1960) *The Common Law in India*. Stevens and Sons United.
- Shambaugh, D. (2005) *Power Shift*. California: Universidad de Berkeley.
- Shapiro, R. (2020) *Un Nuevo Paradigma*; Tendencias.
- Shumman, H. (2005) *La trampa de la globalización*. México: Taurus.
- Smith, C. (2011) *El mundo en 2050*. España: Debate.
- Spear, P. (2001) *Historia de la India II*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Stiglitz, J. E. (2002) *El malestar en la globalización*. México: Taurus.
- Su, Chen (2008) Sistema Legal de la Economía de Mercado en Oropeza García, Arturo *México-China; Culturas y Sistemas Jurídicos Comparados*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.

- Suárez, J. (200) ¿La última cena del capitalismo?; En Letras Libres, mayo.
- Sun Tzu (1999) *El arte de la guerra*, Mercado.
- Tharoor, S. (2009) *Nehru: La invención de India*. España: Tusquets.
- Todorov, T. (2010) *La experiencia totalitaria*. Barcelona: Circuito de Lectores.
- Toffler A. & Heidi (2006) *La Revolución de la Riqueza*. México: Debate.
- Uma, K. (2008) *Indians Economic Development Since 1947*. New Delhi: Academic foundation.
- Uma, K. (2012) *1991-2011 Two Decades of Economics Reforms*. New Dehli.
- United States International Trade Comission (2007) *China Description of Selected Government Practices and Policies Selecting*. Decision making in the Economy.
- Vanguardia, (2016). Núm. 60.
- Velasco J (2001) Visión panorámica de la Historia de los Estados Unidos; en *¿Qué es Estados Unidos?* De Fernández de Castro Rafaél y Blackmore Hazel. México: Fondo de Cultura Económica.
- W. Mengkui (2003) *China's Economic Transformation over 20 Years*, Foreign Languages Press, Beijing.
- Wang Z. (2008) The Developing rule of Law in China, en Cornejo Romer, *Las Constituciones de China en Contexto, China-Latinoamérica: Una visión sobre el nuevo papel de China en la Región*. México: UNAM.
- Xin C. (1999) *Chinese Legal System and Current Legal Reform*. Beijing: Kas-Occasional papers.
- Zinn, H. (2003) *A people's History of the United States*. New York: Perennial Classics.

